

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Moacir Bolzan

QUARTA COLÔNIA: DA FRAGMENTAÇÃO À INTEGRAÇÃO

São Leopoldo – RS

2011

Moacir Bolzan

QUARTA COLÔNIA: DA FRAGMENTAÇÃO À INTEGRAÇÃO

Trabalho apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração de Estudos Históricos Latino-Americanos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marluza Marques Harres

São Leopoldo – RS

2011

B687q Bolzan, Moacir
Quarta colônia : da fragmentação à integração . / Moacir Bolzan - São Leopoldo, RS , 2011.
348f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011.
“Orientação: Profª. Drª Marluza Marques Harres”.

1. Imigração Italiana - Fragmentação. 2. Quarta Colônia - Desenvolvimento.
3. Quarta Colônia - Emancipações. I. Harres, Marluza Marques (orient.) II. Título.

CDU: 94(816.5)

Ficha catalográfica elaborada por
Bibliotecária Lizandra Arabidian – CRB10/1492

Todos os direitos autorais reservados a Moacir Bolzan. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita com autorização por escrito do autor.

Endereço: Rua Helena Toniolo Figueira, 79 - CEP: 97095-210 – Bairro São José – Santa Maria/RS -
Fone: (55) 3226-2862 - (55) 9166-9329 - E-mail: prof.moa@bol.com.br

Moacir Bolzan

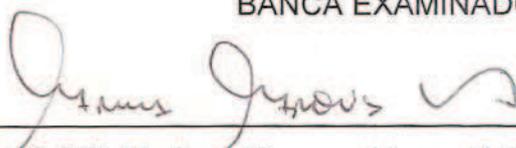
QUARTA COLÔNIA: DA FRAGMENTAÇÃO À INTEGRAÇÃO

Trabalho apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Históricos Latino-Americanos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos- Unisinos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marluza Marques Harres

Aprovada em 28 de julho de 2011

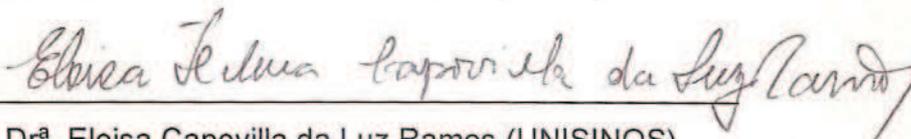
BANCA EXAMINADORA



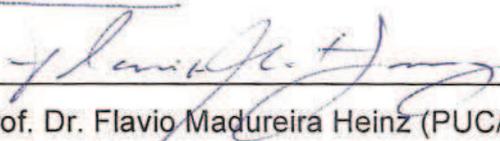
Prof^a. Dr^a. Marluza Marques Harres (UNISINOS) – Orientadora



Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin (UFSM)



Prof^a. Dr^a. Eloisa Capovilla da Luz Ramos (UNISINOS)



Prof. Dr. Flavio Madureira Heinz (PUC/RS)



Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (UNISINOS)

AGRADECIMENTOS

A confecção de um rol de pessoas e instituições que merecem ser destacadas pela importância que têm no período da realização de um trabalho de pesquisa sempre está sujeita às críticas dos que se julgam injustiçados por não figurarem nela. No entanto, muitos são tão especiais que também seria injusto nada dizer sobre eles.

Primeiramente, devo agradecer a Deus pela vida e a graça da saúde.

À minha família, com quem partilho todos os sabores da vida. Nela encontro os apoios para os desafios de todas as jornadas. À Maria Elaine, esposa e companheira incondicional. Às filhas Evelise e Priscila, um dia só aprendizes, mas hoje também ensinam; e ao Luiz Amadeu (genro), bem-vindo ao nosso convívio.

Aos meus pais (Pierina e Darci), descendentes de imigrantes italianos, exemplos de dignidade e honestidade.

Aos meus sogros (Dalcina e Alvino), referenciais de amizade e partilha.

Aos professores do PPGH/Unisinos, por tudo o que representam na construção do saber histórico. Mas, especialmente, Martin Dreher, Luis Fernando Medeiros Rodrigues e Eloisa Capovilla Ramos, cujo exemplo de profissionalismo deve ser seguido.

À professora Marluza Marques Harres, querida orientadora, que acreditou no meu trabalho, pelo incentivo, sugestões, organização de ideias e trato simples.

À professora Maria Medianeira Padoin, minha gratidão por avalizar este e outros desafios que assumi.

Às professoras Blanca Zeberio (*in memoriam*) e Marta Susana Bonaudo, interlocutoras da política argentina no PPGH.

À Janaína Vencato Trescastro, Secretária do PPGH/Unisinos, pelo competente zelo das causas administrativas.

À Unisinos, pela oportunidade de usufruir de tão rico patrimônio intelectual e cultural.

À Liriana Zanon Stefanello, funcionária do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma; Katia Heemann, Secretária da Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Ana Maria Baptista e Eduardo Lopes Bueno, funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do

Sul e ao Sr. José Itaqi, Secretário Executivo do CONDESUS/ Quarta Colônia, verdadeiros guardiões das fontes utilizadas neste trabalho.

À Direção e Colegas do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria, que me apoiaram e ajudaram, ao assumir muitos afazeres da minha jornada de trabalho.

Ao professor Osvaldo Dal Lago, pela sabedoria de reunir um grupo de professores (Cyrillo, Vitor, Bernadete, Moacir, Antonio, Vania, Ivo, Jucemara, Laurindo, Sueli, Neli, Marcia, Larissa, Nair, Luci, Desirê) e, através da parceria com a Associação Cultural Italiana – ACIRS, difundir a língua e a cultura italianas e fundar inúmeras Associações e Círculos em dezenas de cidades do Centro e Noroeste do RS, nas duas últimas décadas.

À Capes, pelo apoio financeiro, que tornou o sacrifício menor. A universalização deste estímulo tornaria a sociedade mais justa. A implementação, no ano de 2007, do Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (PIQDTec) vai nessa direção.

À Maria Regina Roso, funcionária da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFSM, pelo dinamismo e competência nos trâmites administrativos com a CAPES/MEC.

Ao Diomar Konrad, expert das questões formais e técnicas da tese, que transformou um trabalho manuscrito em escrito.

À família Marranquiel/Casagrande, amigos de verdade.

Aos que não citei por questões de memória ou simplesmente por preferirem o anonimato.

UM RECADO PARA OS PROFESSORES

“Prezados Professores,

*Sou um sobrevivente dos campos de concentração.
Meus olhos viram o que nenhum homem deveria
ver: câmaras de gás construídas por engenheiros
formados, crianças envenenadas por médicos
diplomados.*

*Recém-nascidos mortos por enfermeiras treinadas.
Mulheres e bebês fuzilados e queimados por
graduados de colégios e universidades,*

Assim tenho minhas suspeitas sobre a educação.

*Meu pedido é: ajude seus alunos a tornarem-se
humanos.*

*Seus esforços nunca deverão produzir monstros
treinados ou psicopatas hábeis.*

***Ler, escrever, fazer ciência só são importantes
para fazer homens e mulheres mais humanos.”***

(Bilhete encontrado num campo de concentração
nazista, no fim da II Guerra Mundial)

RESUMO

No contexto geral da imigração italiana no Rio Grande do Sul, há um conjunto de colônias de origem comum, no entanto, apresentam processos de desenvolvimento diferenciados. Na evidência dessas diferenças, discute-se a trajetória da Colônia Silveira Martins em que se busca refletir sobre o seu desenvolvimento, a partir de uma análise retrospectiva e documental de seus momentos mais significativos: a fragmentação, as emancipações e a integração. Nisso consiste, tanto a proposta como a relevância deste trabalho. Parte-se de uma situação socioeconômica desfavorável, motivada por um conjunto de razões que explicam o seu menor desenvolvimento e que iniciou com a sua fragmentação, quando se torna ex-Colônia Silveira Martins na virada do século XIX para o XX. Configura-se, a partir de meados do século XX, uma mobilização para emancipá-la política e administrativamente, inicialmente como um todo, conforme a pretensão do padre Luiz Sponchiado, que se revelou inviável. Posteriormente, consolidam-se as emancipações dos seus núcleos de modo individual, segundo o modelo de desenvolvimento das três colônias italianas da Serra Gaúcha. Uma vez superada esta fase, já a partir das últimas décadas do século XX, sob a inspiração e liderança de José Itaqui, instalam-se sucessivos projetos que têm a integração como uma nova alternativa de desenvolvimento, cuja ideia é o fortalecimento regional potencializado pelos recursos naturais, sociais e culturais, ressurgindo uma ressignificada Quarta Colônia.

Palavras-chave: Colonização Italiana. Silveira Martins. Desenvolvimento. Integração.

ABSTRACT

In the general context of Italian immigration in Rio Grande do Sul, there is a set of colonies with common origin, however, they present different development processes. On the evidence of these differences, one discusses that Silveira Martins Colony trajectory in which one looks for reflecting on its development from a retrospective and documental analysis of its most significant moments: the fragmentation, the emancipations and the integration. Both the proposal and the relevance of this work lies therein. One starts from an unfavorable socioeconomic situation motivated by a number of reasons that explain its lowest development, and which began with its fragmentation, when it becomes the former Colony of Silveira Martins in the turn of the nineteenth to the twentieth century. From the mid-twentieth century a mobilization to emancipate it politically and administratively is formed, according to the intention of Priest Luiz Sponchiado, initially, as a whole which has proved unfeasible. Later, the emancipations of their nuclei were consolidated individually, in conformity to the model of development of the three Italian colonies of the Serra Gaúcha. Once this phase was overcome, from the last decades of the twentieth century under José Itaqui's inspiration and leadership, successive projects, which have the integration as a new alternative of development, were installed. Their idea is the regional strengthening enhanced by natural, social and cultural resources, with the resurgence of a re-signified Fourth Colony.

Keywords: Italian Colonization. Silveira Martins. Development. Integration.

RIASSUNTO

Nel contesto generale dell'immigrazione italiana nel Rio Grande do Sul, c'è un insieme di colonie di origine comune, però presentano processi di sviluppo differenziati. All'evidenza di queste differenze, si discute la traiettoria della Colonia Silveira Martins in cui si cerca di riflettere sul suo sviluppo, partendo da un'analisi retrospettiva e documentale dei suoi momenti più significanti: la frammentazione, le emancipazioni e l'integrazione. In questo consiste tanto la proposta quanto la rilevanza di questo lavoro. Si parte da una situazione socioeconomica sfavorevole, motivata da un insieme di ragioni che spiegano il suo minore sviluppo e che ha iniziato con la sua frammentazione, quando è diventata ex-Colonia Silveira Martins, dalla svolta del secolo XIX a quella del XX. Si configura, partendo dal medio secolo XX, una mobilitazione per emanciparla politicamente ed amministrativamente, all'inizio come un tutto secondo la pretesa del padre Luiz Sponchiado, la quale si è dimostrata impraticabile. In seguito, si sono effettuate le emancipazioni dei suoi nuclei in modo individuale, secondo il modello di sviluppo delle tre colonie italiane del nord-est dello Stato. Una volta superata questa fase, già dall'inizio degli ultimi decenni del XX secolo, sotto l'ispirazione e leadership di José Itaquí, si installano successivi progetti che hanno l'integrazione come una nuova alternativa di sviluppo, la cui idea è il rafforzamento regionale potenziato dalle risorse naturali, sociali e culturali, rissorgendo una significativa Quarta Colonia.

Parole Chiave: Colonizzazione italiana. Silveira Martins. Sviluppo. Integrazione.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Enxameamento da Ex-Colônia Silveira Martins e núcleos adjacentes que formam a atual “4ª Colônia”	45
Figura 2 - Núcleos da Ex-Colônia Silveira Martins	46
Figura 3 – Igreja de Santo Antônio – Silveira Martins – RS	69
Figura 4 – Monumento à Garibaldi – Praça Giuseppe Garibaldi – Silveira Martins – RS	69
Figura 5 – Igreja de São Pedro – Arroio Grande – Santa Maria – RS	73
Figura 6 – Igreja de São Marcos – São Marcos – Silveira Martins	73
Figura 7 - Nome do Quarto Núcleo Imperial de Colonização Italiana no RS	79
Figura 8 – Monumento ao Imigrante Italiano – Val de Buia	147
Figura 9 – Placa alusiva ao centenário da imigração italiana da Quarta Colônia	147
Figura 10 – Mapa de localização da ex-Colônia Silveira Martins	174
Figura 11 – Mapa de Faxinal do Soturno	187
Figura 12 – Mapa de Nova Palma	192
Figura 13 – Mapa de Dona Francisca	196
Figura 14 – Mapa de Silveira Martins	204
Figura 15 – Mapa de Ivorá	208
Figura 16 – Mapa de São João do Polêsine	212
Figura 17 – Mapa de Pinhal Grande	218
Figura 18 – Mapa da atual Quarta Colônia, incluindo as cidades de Agudo e Restinga Seca	249
Figura 19 – Casa Quarta Colônia	280
Figura 20 – Maquete do Projeto CAPPA	285
Figura 21 – Vista externa do Cappa, ainda em construção (2011)	285
Figura 22 - Maquete da Unidade Museológica de Dona Francisca	287
Figura 23 – Planta Baixa da Unidade Museológica de Agudo	288
Figura 24 – Maquete da Unidade Museológica de Faxinal do Soturno	288
Figura 25 – Quarta Colônia e entorno	292
Figura 26 – Rota Turística e Gastronômica Santa Maria – Silveira Martins	296

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Emigração média anual (1888 – 1914)	113
Quadro 2 – Porcentagem de Católicos Apostólicos Romanos na Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS	121
Quadro 3 – Compatibilidade entre o Planejamento Regional e o Planejamento dos Municípios	284
Quadro 4 – Regiões do COREDE e municípios que compõem o entorno de Silveira Martins	291

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População Urbana Brasileira em	228
Tabela 2 - Municípios criados e instalados	232
Tabela 3 - Distritos existentes nos municípios	232
Tabela 4 - Percentagem da população urbana por município da ex-Colônia Silveira Martins	235
Tabela 5 – PREP Quarta Colônia – universo de participantes	260

LISTA DE SIGLAS

ABM/IHGRS – Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

ACISA – Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Agudo

ALRS – Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

APRS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

CAPPA – Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica da Quarta Colônia

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CONDESUS – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável

COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento

CPG – Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma

CRDTE – Comissão Revisora da Divisão Territorial do Estado

EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EST – Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana

FEISMA – Feira Industrial de Santa Maria

FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental

GOB – Grande Oriente do Brasil

GORGS – Grande Oriente do Rio Grande do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESE – índice de Desenvolvimento Socioeconômico

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MINC – Ministério da Cultura

MME – Ministério de Minas e Energia

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

PDC – Partido Democrata Cristão

PED – RS – Programa de Execução Descentralizada do Rio Grande do Sul

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Partido Liberal

PNMA – Programa Nacional do Ministério do Meio Ambiente

PR – Paraná

PREP – Projeto Regional de Educação Patrimonial

PRODESUS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PROI – Projeto Identidade

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de

Territórios Rurais

PRR – Partido Republicano Riograndense

PSD – Partido Social Democrático

PSM – Pia Sociedade das Missões

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades

Federais

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEPAG – RS – Serviço de Proteção do Artista Gaúcho

SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

UDESSM – Unidade Descentralizada de Educação Superior em Silveira

Martins

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1

DECRETO-LEI N. 311 - DE 2 DE MARÇO DE 1938 331

ANEXO 2

LEI N° 2.116, DE 24 DE SETEMBRO DE 1953 335

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 COLÔNIA SILVEIRA MARTINS: CONTEXTUALIZAÇÃO	32
1.1 A FRAGMENTAÇÃO E O ENXAMEAMENTO DA COLÔNIA SILVEIRA MARTINS	33
1.2 OS CONFLITOS ENTRE CATÓLICOS E ENTRE CATÓLICOS E MAÇONS NA EX-COLÔNIA SILVEIRA MARTINS	55
1.3 A QUESTÃO DO NOME SILVEIRA MARTINS PARA A COLÔNIA E A PERDA DO SEU PRESTÍGIO POLÍTICO	79
1.4 A PROXIMIDADE GEOGRÁFICA E AS INFLUÊNCIAS DE SANTA MARIA	92
2 A IDEIA EMANCIPACIONISTA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA EX-COLÔNIA SILVEIRA MARTINS	102
2.1 ELEMENTOS DA IDENTIDADE CONSTRUÍDA PELOS ITALIANOS E DESCENDENTES NA COLÔNIA SILVEIRA MARTINS	104
2.1.1 Da maioria ter procedência da região vêneta	106
2.1.2 A força da Igreja Católica e o papel dos sacerdotes na vida dos colonos	112
2.1.2.1 A mobilização pela autonomia e as propostas de emancipação do padre Luiz Sponchiado	126
2.1.3 A construção da italianidade na ex-Colônia Silveira Martins	140
3 AS EMANCIPAÇÕES NA EX-COLÔNIA SILVEIRA MARTINS: O DESENVOLVIMENTO E A MODERNIDADE	150
3.1 A MOBILIZAÇÃO PELAS EMANCIPAÇÕES	152
3.2 AS EMANCIPAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DA EX-COLÔNIA SILVEIRA MARTINS	174
3.2.1 A emancipação de Faxinal do Soturno	187
3.2.2 A emancipação de Nova Palma	192
3.2.3 A emancipação de Dona Francisca	196
3.2.4 A emancipação da Silveira Martins	204
3.2.5 A emancipação de Ivorá	208
3.2.6 A emancipação de São João do Polêsine	212

3.2.7 A emancipação de Pinhal Grande	218
3.3 A CRIAÇÃO DO URBANO COMO ESTRATÉGIA DA LEI: O ESTADO MODERNIZADOR E SUA LÓGICA	223
4 A NOVA QUARTA COLÔNIA E A REALIDADE	
PÓS-EMANCIPAÇÕES – A INTEGRAÇÃO	242
4.1 A VERSÃO DO DESENVOLVIMENTO QUE PRIORIZA O MEIO AMBIENTE	243
4.2 AS PROPOSTAS DE INTEGRAÇÃO DA QUARTA COLÔNIA – O CAMINHO PERCORRIDO	251
4.2.1 O Projeto Identidade (PROI)	252
4.2.2 O Projeto Regional de Educação Patrimonial	254
4.2.3 O PRODESUS/CONDESUS/Quarta Colônia	262
4.2.4 As bases teóricas das transformações motivadas pelo PROI/REP/PRODESUS	265
4.3 OS RESULTADOS DA INTEGRAÇÃO - AS IDEIAS, AS AÇÕES E OS PROJETOS RELEVANTES	276
CONCLUSÃO	300
REFERÊNCIAS	312
FONTES CONSULTADAS	326
ANEXOS	330

INTRODUÇÃO

A escolha do tema deste trabalho vinculado à imigração italiana tendo a Quarta Colônia como delimitação da base geográfica do espaço da pesquisa resultou da combinação de fatores que circulam desde a origem, formação acadêmica e trajetória profissional do pesquisador.

A coesão destes elementos atribuem uma relação muito próxima com a região e se constituem na motivação que desencadeou o seu propósito.

Assim, a origem trivêneta dos antepassados, a convivência familiar com eles, bem como o convívio afetivo e cultural com a região e parte de suas lideranças, garantiram um grande aprendizado do tema.

Acrescenta-se a isso o fato de estar próximo de muitos que escreveram sobre a história do lugar, dispor do acervo bibliográfico que produziram e, ainda, ter a possibilidade de acesso às informações que constam de arquivos e documentos para fundamentar o trabalho como um todo.

Assim, esse conjunto de fatores compõe na verdade a ação legitimadora de um encontro anteriormente protagonizado.

No exercício docente e do envolvimento que dele decorre, muitas vezes, tanto no interior da ex-Colônia Silveira Martins e mesmo fora dela, surgiram a oportunidade do debate e do questionamento a respeito da diferença entre as três colônias italianas do nordeste do Rio Grande do Sul e a Quarta Colônia.

O diálogo estabelecido sugeria sempre como resposta espontânea e instintiva que as diferenças de realidades vividas pelo conjunto colonial do RS deveriam ser atribuídas aos indicadores do desenvolvimento, sendo estes considerados sempre a referência mais significativa a ser utilizada nas comparações e relações que se costumava fazer entre suas Colônias.

Isso, cada vez mais distanciava as duas realidades, fortalecendo a diferença a favor das colônias da Serra e agravando-a na comparação com a colônia do centro do Estado.

Sendo assim, no contexto imigratório do Rio Grande do Sul há que se colocar que existe um conjunto de Colônias que apresentaram uma origem comum, mas, no curso da história, desencadearam-se processos de desenvolvimento muito diferenciados.

A indicação do aspecto de origem comum refere-se tanto à fundação e/ou ocupação pelos imigrantes de suas respectivas áreas: Fundos de Dona Palmira / Campo dos Bugres(1875); Conde D´Eu e Princesa Isabel (entre o final de 1875 e o início de 1876) e da Colônia Silveira Martins (1877), como à emancipação que ocorreu em todas elas: Silveira Martins em agosto de 1882 (tornando-se distrito de Santa Maria); e as outras três, emancipadas em abril de 1884 (Campo dos Bugres se torna distrito de São Sebastião do Caí e Conde D´Eu e Princesa Isabel passam a pertencer a Montenegro (BIASOLI, 2010, p. 71-72).

As diferenças entre elas ficam nítidas no momento de elevá-las à categoria de Municípios. Enquanto as Colônias da Serra se consolidam política e administrativamente no final do século XIX e início do século XX (Campo do Bugres / Caxias do Sul em 20/06/1890; Dona Isabel / Bento Gonçalves em 11/10/1890 e Conde D´Eu / Garibaldi em 31/10/1900) a Colônia do Centro (Silveira Martins) sofre uma ruptura na sequência de sua trajetória política, fragmentando-se (em abril de 1886) quando o seu território foi dividido e entregue à administração de Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos. E o seu processo de emancipação político-administrativo só será retomado em meados do século XX, concluindo-se nas suas últimas décadas.

Assim, as Colônias da Serra, num curto espaço de tempo, emancipam-se e cada uma é incorporada a uma única cidade, tendo logo a seguir atingido a condição de município, enquanto a Colônia Silveira Martins, logo após a emancipação, desintegra-se, permanecendo sob o controle político-administrativo de múltiplos municípios e pelo período de mais de meio século, até atingir também a sua autonomia político-administrativa, num período que se estende por três décadas (1960/90).

Esse contexto de mudança de rumos para a Quarta Colônia torna impossível continuar vinculando o processo imigratório do Estado, como um todo harmônico e, a partir daí, a ex-Colônia Silveira Martins precisa ser estudada numa relação mais próxima com a região de sua inserção e, por consequência, distanciando-se das comparações com as demais Colônias.

Essa situação praticamente determinou que, no percurso da história das quatro Colônias, no século XX, todas as relações que se pretende estabelecer entre elas, acentuam a diferença no processo de desenvolvimento empreendido favoravelmente às três primeiras em detrimento da Quarta Colônia.

A percepção desse fato, associado à discussão e à convivência do pesquisador no ambiente geográfico e acadêmico foram decisivos para que este estudo fosse concebido e apresentado em quatro capítulos, cujo objetivo é analisar a trajetória da Colônia Silveira Martins nos momentos mais significativos de sua história, capazes de gerar uma mudança em seus rumos e assegurar-lhe um caminho absolutamente singular em relação às demais colônias. Esses momentos são a fragmentação, as emancipações e a integração.

A opção por (re) construir esta história alicerçada nesses momentos permitem ao pesquisador transitar no universo interior dos problemas da Colônia, apropriar-se dos argumentos já produzidos sobre eles, analisá-los e convencer-se de que têm como desafio, além de ressignificar os equívocos cometidos na sua história pregressa, assegurar que, mesmo diante da complexidade dessas questões, que possivelmente retardaram e tornaram diferenciado o seu processo de desenvolvimento, também geraram os mecanismos e as condições indispensáveis para que, tardiamente, o conjunto colonial – Quarta Colônia, não só pretendesse, mas também atingisse a sua autonomia e ousasse almejar na transição dos séculos XX para o XXI, empreender um modelo diferenciado de tratar as questões do seu próprio desenvolvimento. É nesse sentido que se ratifica o propósito desta tese – estudar a trajetória da Quarta Colônia, desde a sua fragmentação até a afirmação de seu processo de (re) estruturação em fase de consolidação.

Sob este olhar, no primeiro Capítulo, o objetivo é analisar as múltiplas razões da estagnação da ex-Colônia, a partir do seu fracionamento até meados do século XX.

Inserir-se-á um elenco de razões que carregam consigo o estigma de terem freado os rumos do avanço de seus núcleos. Tanto para apontá-las como para explicá-las, há uma vasta produção bibliográfica que, embora produzida para um contexto de múltiplas explicações, oferece os fundamentos específicos de análise para cada situação vivenciada no cotidiano dos núcleos que compõem a ex-Colônia.

Há, no contato direto com essas obras, o que Oliveira (2007, p. 69) diz existir: “a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico”.

Segundo Eco (2009, p. 5), o trabalho na pesquisa bibliográfica possibilita dar-se “forma orgânica a todas as reflexões precedentes”, além de deixar a possibilidade

em se querendo e sendo necessário “recorrer à mesma documentação a fim de retomar o tema por conta própria”.

Vê-se, com isso, que a riqueza da pesquisa bibliográfica consiste no fato de que ela remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, ou seja, são informações já trabalhadas por outros pesquisadores.

Assim, para o primeiro capítulo, são fundamentais os escritos de autores que se dedicaram ao estudo específico da ex-Colônia Silveira Martins.

Dentre eles, Silvino Santin (1986) que na obra “Imigração Esquecida”, defende a ideia de estudar a ex-Colônia de modo independente das demais Colônias italianas do Rio Grande do Sul. Expõe uma análise das especificidades da ex-Colônia no contexto geográfico em que está inserida, derivando daí a relevância das relações com Santa Maria.

Luiz Eugênio Véscio (2001), utilizando o episódio da morte do padre Antônio Sório (1989), expõe o conflito entre católicos e maçons em nível local, confronto já instalado em nível nacional, mas que também tinha raízes na Itália.

A obra de Breno Sponchiado “Imigração & Quarta Colônia: Nova Palma e Padre Luizinho” (1986) discorre no sentido de atribuir ao padre Sponchiado dois importantes papéis no cenário da Quarta Colônia. O primeiro, no sentido de conferir-lhe o caráter pioneiro na historiografia da imigração da região e o segundo, de protagonizar a ideia de emancipação político-administrativa dos municípios da ex-Colônia Silveira Martins.

Já o trabalho de Marcos Aurélio Saquet intitulado “Os Tempos e os Territórios da Colonização Italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins” (2003), mostra como se estrutura o capitalismo na ex-Colônia, no período de 1878 a 1950, tanto na forma de apropriar-se da terra (comprá-la) e constituir o seu território, bem como na forma de produzir sobre ela (com base no trabalho familiar nas pequenas propriedades e na comercialização da terra).

Ainda outros autores, mas especialmente estes, apresentam argumentos convincentes da dimensão das forças que se juntaram para desagregar a unidade da Quarta Colônia naquele momento histórico, oferecendo importantes elementos, anteriores e posteriores à sua cisão, bem como, os que encaminham melhor compreensão do seu isolamento em relação às demais colônias do RS.

Aproveitando os ensinamentos de Barros (2007, p. 64), pode-se dizer que não são obras que funcionam como material direto para o estudo do tema. “São obras

escritas por outros autores que refletiram sobre o mesmo tema que tomamos para estudo, ou que contêm desenvolvimentos teóricos importantes para o nosso trabalho”.

Trata-se, portanto, de reaproveitar as ideias destes autores no contexto deste trabalho.

A fragmentação não é a única especificidade da Colônia Silveira Martins. Em conexão a ela, há o “enxameamento”. Este é definido como o fenômeno de permanentes migrações internas à Colônia que se dá concomitantemente ao processo imigratório como um todo, prejudicando o seu desenvolvimento concentrado (SPONCHIADO, 1986).

Através dele, acontece uma intensa mobilidade de pessoas, inclusive, para outros estados brasileiros, no entanto, a fundação de outros núcleos nas proximidades dos já existentes permitem que na ex-Colônia ocorresse uma pulverização das atividades econômicas, dificultando a sua projeção econômica, e fazendo prevalecer as atividades de subsistência. As obras de Marin (1999), Saquet (2003) e especialmente de Sponchiado (1986) são muito preciosas no trato deste fenômeno.

Os conflitos entre católicos e entre católicos e maçons na ex-Colônia Silveira Martins ocupam desde a sua gênese a maioria dos seus escritos históricos. Os episódios que envolveram os seus moradores estão registrados nos trabalhos de Vécio (2001), Santin (1986), Possamai (2005), Vendrame (2007), Biasoli (2010), Santin e Isaia (1990), Marin (1993) e Bonfada (1991).

É provável que nas entrelinhas desses litígios se encontrem os motivos que colaboraram para a sua desintegração histórica, fazendo com que no rateio entre as cidades vizinhas, Silveira Martins (sede com maioria maçônica) coubesse a Santa Maria e Vale Vêneto (de maioria católica) passasse a pertencer a Cachoeira do Sul. Ficará expressa nesta partilha geográfica os confrontos que afetaram as principais lideranças de seus núcleos, Próspero Pippi (Sede) e Paulo Bortoluzzi (Vale Vêneto), que disputaram os primeiros sacerdotes que chegaram da Itália para prestar atendimento espiritual aos colonos.

A questão do nome Silveira Martins dado à Colônia e a consequente perda do seu prestígio político vai além do duelo político que se estabeleceu entre Gaspar Silveira Martins (liberal, ex-integrante da Monarquia e Parlamentarista) e Júlio de Castilhos (Republicano e Presidencialista) e se estende ao próprio governo de Júlio

de Castilhos (15/07/1891 a 12/11/1891 e de 25/01/1893 a 25/01/1898) e a sucessivos governos estaduais de Borges de Medeiros (1898/1908 e 1913/1928) que, por um longo período ignorou as demandas provenientes da região da ex-Colônia Silveira Martins.

O suporte teórico dessas questões é sustentado por autores como Nascimento (2006), Saquet (2003), Marin (2007), Pesavento (1980) e Possamai (2005).

No que diz respeito às relações e às influências que Santa Maria exerceu sobre a ex-Colônia Silveira Martins, há um conjunto de motivações que sustentam este vínculo: a primeira lembrada por Dal Lago e Dal Lago (1993, p. 12) quando afirma que Santa Maria, ao ser incluída no itinerário ferroviário, qualificou-se para receber uma corrente de imigrantes e assim tornar-se sede da Quarta Colônia de Imigração italiana no Estado; a segunda, apresentada por Marin (1999, p. 18) refere que Santa Maria, por não definir sua vocação econômica, permanece por muito tempo dependendo da produção da ex-Colônia. Ainda, Santin (1986, p. 68) afirma que Santa Maria proporcionou à Colônia Silveira Martins a oportunidade de se gerar a acomodação no seu ritmo de desenvolvimento por situarem-se muito próximas, desobrigando a Colônia de buscar as suas próprias alternativas de progresso.

Assim, procurar-se-á mostrar que esse complexo emaranhado de situações, de fato, constituem-se em razões que retardaram o processo de desenvolvimento e deixaram transparecer que haveriam poucas perspectivas da ex-Colônia Silveira Martins acompanhar as novas exigências do mundo que se industrializava já no curso de meados do século XX.

No entanto, esse contexto se sustenta e permanece até que surgem as ideias de autonomia político-administrativa e se inicia a concretização das emancipações político-administrativas.

Assim, no segundo e terceiro capítulos do trabalho, o objetivo é analisar as propostas e as circunstâncias das emancipações na ex-Colônia Silveira Martins, num contexto tanto de afirmação da sua identidade como no de busca de seu próprio desenvolvimento e modernidade.

Num período de aproximadamente três décadas (1959-1992), os diversos núcleos coloniais conheceram a autonomia política e cada um a seu modo viveu a própria experiência, embora os motivos para tal se constituem em causa comum para todos eles.

A partir da liderança do padre Luiz Sponchiado, é preciso compreender que existem dois elementos que combinados se constituem na força capaz de propor a superação da fragmentação e da estagnação no percurso histórico da ex-Colônia Silveira Martins.

O primeiro evidencia a necessidade de afirmar a identidade italiana e a religião católica como elementos aglutinadores de nível local, com todos os legados que a própria origem imigratória pode proporcionar, uma vez que para os moradores a imigração é o principal argumento da união entre as pessoas.

O segundo, associado ao primeiro, é o anúncio de uma nova era de desenvolvimento – ideia de progresso e modernidade que circulava como expressão máxima da cultura ocidental e que aguardava por oportunidades que ao próprio capitalismo caberia oferecer. Concepção que se afirmaria nas discussões sobre a emancipação política dos diversos núcleos coloniais.

São importantes para este contexto as obras dos pesquisadores que o historiador Mario Maestri (2003) denominou de “geração de 1975”¹.

A afirmação da identidade é ratificada por Franzina (2006) quando diz que os colonos adotaram como elementos mais significativos e de uma forma comum entre eles, os da cultura da terra de origem e também revela-se na força da Igreja Católica, baseada especialmente no trabalho dos padres na busca da melhoria de condições da vida dos colonos.

Sobre a italianidade na ex-Colônia Silveira Martins destaca-se a análise de Zanini na obra “Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS (2006)”. Nesta obra, a autora faz a distinção dos momentos marcantes dessa construção: a Travessia, o Processo Colonizador, a Repressão do Estado e o Momento Atual.

Para fundamentar estes dois capítulos, é relevante destacar os momentos da Repressão do Estado Novo e o Momento Atual. O primeiro ocasiona uma ruptura: a do “pertencimento às causas da Itália”. Esse choque, mesmo com sabor amargo, permite a construção da ítalo-brasilidade e com ela começam a se fortalecer as ideias e as práticas que a Modernidade exige. Nasce os ideais de busca pela liberdade, fortalecendo os vínculos com a ideia de pertencimento ao político, ao

¹ São trabalhos que surgiram a partir dos festejos do Centenário da Imigração Italiana no RS. Identificam-se nesse contexto, os trabalhos de Rovílio Costa, Luis Alberto De Boni, Thales de Azevedo, Carlos Albino Zagonel e Olivio Manfroi.

urbano, ao social e ao Estado (ZANINI, 2006). O segundo, por ser possível enquadrar o período em que se gera a ideia de autonomia político-administrativa.

Com relação a presença da Igreja Católica nos núcleos coloniais, há muitos argumentos abordando a sua atuação a favor dos colonos. Escrevem sobre a temática Franzina (2006), Marin (1993), Manfroi (2001), De Boni (1980), Zagonel (1975). Mesmo que o desejo de ter sacerdotes no interior da ex-Colônia tenha acirrado os ânimos das lideranças de alguns núcleos (Silveira Martins / Vale Vêneto) na fase inicial da Colônia, com repercussão até meados do século XX, a presença deles sempre projetava perspectivas de desenvolvimento.

Ratifica-se também a ideia de que a religião deu aos imigrantes e colonos os subsídios individuais e coletivos para a sua existência e por isso, consolidou-se dentre eles a ideia de que antes de se sentirem italianos e/ou brasileiros, já eram católicos.

Quanto ao papel dos padres diante dos colonos, é preciso distinguir dois momentos diferentes da atuação deles dentre os colonos. Nos momentos iniciais da Colônia, o seu papel ia além das atribuições religiosas e se constituem em defensores dos problemas dos colonos, partilhando com a sociedade suas experiências existenciais no intuito de superar a miséria e o sofrimento. São significativos os estudos de Azevedo (1975), Faé (1975), Villa (1993), Barea (1995), De Boni (1979), Merlotti (1979), Bolzan (1977), Lorenzatto (1999), Zagonel (1975), Manfroi (2001), Franzina (2006) e Vendrame (2007).

No momento das emancipações, a figura do padre esteve presente na maioria das Comissões emancipacionistas que se formaram nos diferentes núcleos e o padre Luiz Sponchiado passa a ser a principal referência durante as emancipações. Além de tentar emancipar de forma unida a ex-Colônia Silveira Martins, por duas tentativas, sem obter êxito, tornou-se o grande articulador das estratégias de mobilização das lideranças de cada núcleo, disponibilizadas pela legislação emancipacionista que passa a vigorar, especialmente a partir de meados do século XX.

Todos esses elementos compõem as relações de poder que se desenvolvem nos processos emancipacionistas que começam a acontecer na ex-Colônia Silveira Martins.

Esse conjunto de processos de emancipações depositados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APRS) e no Arquivo da Biblioteca da Assembleia

Legislativa do RS se constituem numa valiosa fonte documental reveladora da história da ex-Colônia Silveira Martins a partir da metade do século XX.

Indo ao encontro desse pensamento, Cellard (2008, p. 295) ratifica que é necessário apreciar e valorizar o uso de documentos em pesquisa, uma vez que são ricos de informações que podem ser extraídas e resgatadas em múltiplas áreas das ciências sociais e humanas.

A ideia emancipacionista compõe no conjunto dos núcleos coloniais a perspectiva da modernidade e do desenvolvimento e o fervor religioso e a italianidade são argumentos preciosos para tentar unir esses núcleos coloniais e conferem ao padre Sponchiado o pioneirismo da proposta.

Nesse contexto, as emancipações se dão em dois momentos distintos. No primeiro momento, emancipam-se Faxinal do Soturno (1959), Nova Palma (1960) e Dona Francisca (1964). No segundo momento, emancipam-se Silveira Martins e Ivorá (1988), São João do Polêsine e Pinhal Grande (1992).

No período que abrange os dois momentos das emancipações municipais na ex-Colônia Silveira Martins, o Estado passa a ter um papel relevante na formação do urbano no Brasil. Isso pode ser observado na explicação de vários autores.

Para Schmidt e Farret (1986), a partir de 1930, o Estado desempenha um novo papel, ou seja, começa a atuar na infraestrutura que reproduz relações sociais (habitação, educação, saúde) e sob argumento de estimular os investimentos estatais, nesse tipo de estrutura criam-se novos centros urbanos. Na prática, isto representa estimular a geração de novos municípios através da expansão das emancipações.

Dessa forma, o Estado passa a atuar em dupla demanda de infraestrutura: a que garante o processo produtivo e a que reproduz relações sociais. Essa situação permite apresentar, no período de 1930/64, o importante lugar do Estado como agente promotor da modernização e posterior a esse período, a sua lógica.

Já para Boaventura Santos (1999), a modernidade apresenta dois déficits: o primeiro se refere ao urbano já instalado – nela, a industrialização não acompanha o crescimento urbano. Como consequência, surge a dicotomia entre centro/periferia. Para minimizar seus efeitos, o Estado produz uma legislação de grande alcance social. O segundo déficit se refere ao urbano ainda não instalado – constata-se uma baixa urbanização em meados do século XX conforme as pretensões da modernidade desenvolvimentista. Como consequência, surge a dicotomia entre

rural/urbano. Para minimizar os seus efeitos, o Estado produz uma legislação favorável às emancipações municipais.

A legislação emancipacionista produzida pelo Estado modernizador (até 1964) e pela sua lógica (após esse período) beneficiou de forma direta o conjunto de emancipações dos municípios na ex-Colônia Silveira Martins e encontra, tanto em Schmidt e Farret (1986), com a expansão do atendimento de demandas por infraestrutura que reproduz relações sociais, como em Boaventura Santos (1999) que para minimizar os efeitos do segundo déficit da modernização percebe que o Estado produz uma legislação favorável às emancipações, a identificação de duas formas de expansão do urbano em áreas geográficas e culturalmente rurais.

Assim, tanto o Decreto-Lei nº 311 de 2 de março de 1938 que dispõe sobre a divisão territorial do país, como a Lei nº 2116, de 24 de setembro de 1953 que dispõe sobre a alteração da divisão territorial do Estado, bem como a vasta legislação estadual que se seguiu, compõem um conjunto de regras que conferem legitimidade tanto ao pensamento de Schmidt e Farret (1986) como para o de Boaventura Santos (1999), contemplando-se, assim as especificidades do elenco de emancipações que ocorreram na ex-Colônia Silveira Martins.

Nisso, fica consolidado o caráter transformador do discurso da urbanização, da modernidade e do desenvolvimento na região e também para o grande número de municípios que nela se instalou, bem como no RS e no Brasil.

A partir do momento em que se consolidaram os processos de emancipação que se fundamentam no modelo de desenvolvimento semelhante ao das três primeiras Colônias italianas da Serra Gaúcha, desencadeou-se a busca por um processo de desenvolvimento absolutamente diferente daquela região, principalmente a partir da emancipação da Sede (Silveira Martins) em 1988.

A ideia de integração entre os municípios é o novo desafio a ser perseguido na Quarta Colônia. Há um propósito de buscar o desenvolvimento sob a perspectiva da sustentabilidade.

Dessa temática se ocupará o quarto capítulo deste trabalho.

De uma situação de atraso, abandono e humilhação até meados do século XX, a Quarta Colônia ressurgiu como protagonista de sua própria história, já na última década do mesmo século.

Esse novo modo de encarar a realidade supera a italianidade e a religiosidade como únicos fatores responsáveis pela identidade e configuração dos municípios e,

embora esses critérios tenham sido relevantes para definir um projeto de desenvolvimento e modernidade, como pretendeu Sponchiado nas mobilizações emancipacionistas, o mundo contemporâneo requer que se inclua na ideia do desenvolvimento uma concepção de sustentabilidade a fim de respaldar o desejo de integração.

Para isso, surge uma nova Quarta Colônia que emerge de uma realidade pós-emancipacionista, cujas iniciativas de projetos impõem um novo ritmo e concepção de desenvolvimento.

Muito além de realizar atividades conjuntas, tendo como proponentes os próprios municípios com sentido de estabelecer uma competição entre eles, há, a partir disso, uma efetiva prática social, construída coletivamente com suportes de cooperação e interação experimentados em vários projetos.

O PROI (Projeto Identidade), o PREP (Projeto Regional de Educação Patrimonial) e o PRODESUS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), principalmente, compõem a base desse novo momento.

As definições do Relatório Brundtland (1987) que enfatizam que o homem não é apenas um ser de necessidades, movido por interesses econômicos e de mercado, mas um ser de relações de solidariedade e de comunhão, que precisa legar cuidados ao meio ambiente e aos demais seres e o tratamento dispensado ao tempo social² no modo como se zela o passado, se trata o presente e se prepara o futuro (VARINE, 1987) são fundamentos seguidos por José Itaqui³ para propor um conjunto de projetos cuja ideia chave é a utilização do saber das comunidades locais tanto para identificar os problemas como para buscar as suas soluções.

² Hugues de Varine (1987, p. 66) define o tempo social como “a parte da vida que é consagrada a uma atividade de ordem comunitária, onde o interesse pessoal, material, físico ou moral não é nem predominante nem determinante”. O autor afirma que o tempo social divide a vida do indivíduo com dois outros tempos, p. 66): o tempo biológico e o tempo imposto. Segundo Varine (1987, p. 66), o tempo biológico é o que é útil à vida física. É o denominado reino do consumo, do necessário e do supérfluo em que o indivíduo está a serviço de si mesmo. É um tempo com papel importante na vida de cada um, pois se manifesta tanto nas necessidades como nas soluções individuais. Já o tempo imposto é dedicado a ações impostas ao mesmo tempo por necessidades biológicas (aquisição dos meios de existência), por interesse coletivo (tarefas de produção, obrigação de viver em sociedade) e pelas necessidades intelectuais e materiais (formação geral e profissional, inicial e permanente (VARINE, 1987, p. 67). O autor conclui afirmando que o tempo social é realmente escolhido e é próprio para cada um; o tempo biológico é “quase o mesmo para todo mundo” e o tempo imposto “tem uma forte conotação de classe” (VARINE, 1987, p. 67).

³ Secretário Municipal de Educação e Turismo da primeira gestão da prefeitura de Silveira Martins (1988-1992) e Secretário Executivo do Condesus – Quarta Colônia. É reconhecidamente um dos principais articuladores das ações alternativas de desenvolvimento dos municípios dessa região.

Por este modo de pensar, gradativamente as comunidades dos municípios vão se integrando num conjunto sucessivo de parcerias, cujo propósito inicial é diluir as fronteiras municipais e integrar projetos de desenvolvimento de dimensão local-regional de cunho social, político, econômico, cultural e ambiental. Isso permite incluir num contexto de forte italianidade os municípios de Restinga Seca (marcado também pelas culturas afro e portuguesa) e Agudo (de origem alemã).

A nova realidade de integração regional inicia pela execução de Projetos de revalorização da cultura local com base no desenvolvimento sustentável das comunidades.

Por meio do Projeto Identidade (PROI), implantado em 1989, na abrangência das Escolas Municipais de Silveira Martins, buscou-se ressignificar os elementos culturais ameaçados de desaparecer.

Pelo Projeto Regional de Educação Patrimonial (PREP), articularam-se essas ideias e práticas entre as Secretarias Municipais de Educação dos Municípios integrantes da nova Quarta Colônia. O Projeto se estendeu de 1993 a 1997 e a cada semestre uma temática específica era trabalhada (a casa, documentos, instrumentos de trabalho, cultivos, alimentação, flora nativa, fauna nativa, água I e água II).

Quando o PREP ainda se desenvolvia e os resultados se mostravam positivos, foi implantado o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PRODESUS) e para executar os seus projetos foi criado o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável (Condesus Quarta Colônia).

Do trabalho desenvolvido pelo Consórcio (CONDESUS), muitas ações práticas vêm proporcionando a integração da Quarta Colônia. Muitos projetos estão em andamento e tantos outros de relevância vão se articulando. Dentre os mais relevantes para o conjunto de municípios, destacam-se:

- o Projeto de criação da Rede de Comercialização de Produtos Agroecológicos da Quarta Colônia (em andamento desde 1999), cuja finalidade é implementar ações para fortalecer as práticas agroecológicas da produção primária, industrialização de alimentos e comercialização, instrumentalizados por programas de formação cooperativa, capacitação técnica e de educação ambiental, patrimonial e turística de técnicos, agricultores e seus familiares;

- o Projeto de Planejamento Ambiental da Quarta Colônia tem como objetivo a elaboração dos Planos Diretores de cada cidade e da região como um todo (em andamento desde 2007). Conforme Bevilacqua, Rorato e Colusso (2010, p. 16), “o

planejamento ambiental é todo o esforço de uma população na direção da preservação e conservação dos recursos ambientais de um determinado local, com vistas à sua própria sobrevivência...”.

A implementação dos instrumentos a que se propõe o Projeto dependerá fundamentalmente de processos políticos dos poderes constituídos, além do acompanhamento dos cidadãos que zelam pelo bem-estar da e na Quarta Colônia;

- a criação do Centro de Apoio a Pesquisa Paleontológica da Quarta Colônia (CAPP) situado em São João do Polêsine e implantado em 2007, em parceria com a UFRGS, UFSM, UNISINOS, ULBRA e Fundação Zoobotânica do RS, com apoio da Petrobras e Eletrobras, tem como finalidade monitorar, resgatar, estudar e preservar todo o material fóssil descoberto na região da Quarta Colônia (JORNAL DIÁRIO DE SANTA MARIA, nov. 2007, p. 4).

O grande projeto do CAPP está voltado para as áreas da educação, ciência e desenvolvimento. E o viés educativo é um dos eixos fundamentais e estruturantes do Projeto com a pretensão de contemplar desde crianças da educação infantil até pesquisadores com atuação internacional (JORNAL DIÁRIO DE SANTA MARIA, nov. 2007, p. 5).

A complementação do Projeto (segunda etapa) prevê a construção de outras três unidades museológicas: em Faxinal do Soturno, Agudo e Dona Francisca.

As duas etapas dessa grande obra compõem o Programa Parques Paleontológicos Integrados da Quarta Colônia:

- a criação da Unidade Descentralizada de Educação Superior em Silveira Martins – UDESSM em parceria com a UFSM (fundada em 2009) tem como objetivo dar visibilidade à Quarta Colônia dentro de um conjunto regional composto por 35 municípios cuja renda se baseia nas atividades agrícolas, exceto os municípios de Santa Maria, Santiago e Cachoeira do Sul (PROJETO DE CRIAÇÃO DA UDESSM, 2009, p. 01).

A proposta pode ser entendida também como uma nova fase de interação entre a Sede da Quarta Colônia e a sua relação com Santa Maria. Por meio de sua mais importante instituição de ensino presente na Quarta Colônia, Santa Maria impacta de maneira positiva a realidade local e regional;

- a Rota Turística e Gastronômica de Santa Maria – Silveira Martins (lançada em 2006) se propõe a resgatar a trajetória dos imigrantes por ocasião da fundação da Colônia Silveira Martins em 1877 e preservar a cultura, a história e o ambiente do

lugar e, ainda, possibilitar que os proprietários rurais gerem novas oportunidades de trabalho.

Também neste capítulo os documentos escritos se constituem nas fontes por excelência. Deles fazem parte um conjunto de projetos que sustentam a dinâmica de integração dos municípios que compõem a revigorada Quarta Colônia e na sede do CONDESUS / Quarta Colônia (São João do Polêsine) estão depositados.

Esse conjunto de ações em curso na Quarta Colônia são a mais autêntica amostragem da emergência de uma nova abordagem de desenvolvimento centrado em novos e múltiplos aspectos. Trata-se da construção de uma nova realidade regional norteadada pela produção de novas práticas de desenvolvimento.

Diante disso, o desafio deste trabalho é atribuir significado aos acontecimentos que mudaram o rumo da Colônia Silveira Martins no curso de sua secular trajetória, bem como analisar as dinâmicas que impactaram e as rupturas que causaram.

1 COLÔNIA SILVEIRA MARTINS: CONTEXTUALIZAÇÃO

Quem tem a pretensão de adentrar nos estudos sobre a imigração italiana no RS, sem dúvida, uma das formas mais seguras e interessantes para iniciar é estabelecer uma relação entre os quatro primeiros núcleos – as denominadas colônias velhas.

É de fácil percepção hoje as diferenças entre as três primeiras colônias (Conde D'Eu, Dona Isabel e Campo dos Bugres), e a Quarta Colônia (Silveira Martins), no entanto, mesmo que as origens apontem para uma semelhança, cada uma tem características que as tornam singulares.

De modo geral, a referência mais comum para análise inicial é o processo de desenvolvimento, ocorrido em cada uma delas, desde a sua fundação. Esse critério é o eixo em torno do qual giram as observações, as análises e as explicações para tentar identificar o que ocorreu nos limites geográficos da Quarta Colônia na sequência da sua história, de modo a tornar tão diferenciada a sua trajetória política e o desenvolvimento socioeconômico.

Abstraindo a comparação com as demais Colônias, Saquet (2003, p. 208), por exemplo não reconhece a ocorrência, até 1950, nem da decadência e nem estagnação da Quarta Colônia, pois segundo ele nunca se efetuou um auge “desta Colônia”.

Segundo ele, como no capitalismo, os tempos e os espaços são diferentes, o que ocorreu foi um desenvolvimento desigual entre as atividades produtivas e entre os indivíduos. Ocorreram desigualdades que foram além da aparente homogeneidade.

Ratifica o autor que a Colônia Silveira Martins não esteve no mesmo tempo de desenvolvimento de outros territórios do Brasil. Foi para esta Colônia um tempo maior de permanências e menor de mudanças. O tradicional freou o moderno.

Ratifica ainda Saquet (2003, p. 215) que o tempo rápido (atingido pelas outras colônias) não se manifesta em todo o território e nem envolve toda a sociedade, mas envolve os lugares em instantes e intensidades distintas, resultando em variadas combinações em cada lugar.

Assim sendo, é inconteste uma ruptura na continuidade do ritmo dado pelo desenvolvimento do conjunto imigratório e colonial (SANTIN, 1986). E a partir daí, não é mais possível vinculá-las como um todo harmônico.

Assim, a Quarta Colônia precisa ser avaliada e estudada numa relação mais próxima com a região de sua inserção sem comprometer os elos com o complexo contexto geral da colonização/imigração, de modo a não somente mostrar, mas acima de tudo, explicar, as razões do seu diferenciado desenvolvimento.

Há dois percursos à disposição: persistir no caminho da permanente comparação entre as Colônias, de modo a acentuar-se na amostragem de suas diferenças a distância que se gerou no seu desenvolvimento ou construir o caminho de resgate dos seus próprios equívocos, atribuindo a eles o retardamento do seu peculiar processo de desenvolvimento.

As explicações gerais esboçadas, especialmente pelos estudiosos locais e o consenso construído nas pertinentes discussões de orientação de tese, recomendaram a segunda opção e a partir disso, apresentar-se-á, a seguir, um conjunto de situações vividas e experimentadas na Quarta Colônia, cuja pretensão é atribuir-lhes o ônus de ter inviabilizado a consolidação do seu tão desejado progresso, conforme o modelo seguido pela tríade colonial do nordeste do RS.

1.1 A FRAGMENTAÇÃO E O ENXAMEAMENTO DA COLÔNIA SILVEIRA MARTINS

A história da Colônia Silveira Martins aponta para uma quebra na sequência do seu desenvolvimento. Há uma mudança de ritmo, comparando-se à continuidade seguida pelas demais colônias italianas do Estado. Com isso, ocorre o rompimento dos vínculos comuns entre elas, tornando-se necessário aprofundar as relações da Quarta Colônia tanto com o contexto mais geral, como com aquele mais específico da imigração.

A compreensão deste ambiente requer que se faça o resgate de questões que precisam ser abordadas em três níveis de relações devido à complexidade da temática imigratória.

O primeiro nível de relação procura situar o que se passa no quadro geral do processo imigratório considerado como parte de um processo mais amplo de internacionalização do modo capitalista de produção (PESAVENTO, 1980, p. 157).

O segundo nível aborda questões comuns à relação das quatro colônias italianas do RS.

O terceiro nível das relações trata dos problemas específicos da Quarta Colônia inserida na sua própria base geográfica. Dentre eles, o fenômeno do enxameamento⁴, os conflitos religiosos, a questão do nome da Colônia e os comprometimentos políticos dessa escolha, além da proximidade geográfica e as influências de Santa Maria.

Todas essas relações separadamente e, ao mesmo tempo, imbricadas num único processo, compõem um conjunto de argumentos que levam de fato às explicações do diferenciado processo de desenvolvimento.

No que diz respeito às relações gerais da imigração no Brasil com a questão imigratória italiana, Manfroi (1979, p. 186) é enfático ao afirmar que no momento da chegada dos italianos ao Estado (1875) já estava no auge o debate político a respeito da abolição da escravatura e a grande lavoura do café exigia a perpetuação das estruturas que haviam sustentado o mundo colonial.

Essa situação tornava diferente esta colonização da anterior (alemã) que havia iniciado em 1824.

Segundo Manfroi (1979), na época da chegada dos alemães, havia uma motivação pessoal do Imperador (Pedro I) de criar no Brasil a pequena propriedade, compor uma classe média e desenvolver uma agricultura subsidiária.

No intervalo de meio século (1824-1875), os interesses haviam mudado e eles se colocaram em campos opostos, ou seja, do propósito de ocupar núcleos de pequena propriedade, interessa agora, substituir a mão-de-obra escrava na grande propriedade (IOTTI, 2010, p. 42).

Nesse contexto de tempos diferenciados, à ação desenvolvida pela colonização alemã (com apoio pessoal do imperador) alteram-se às motivações com relação à colonização italiana. Nesse sentido, os grandes proprietários passaram a ter a pretensão de garantir para si não só os recursos que o Estado disponibilizava para investir na vinda dos colonos, mas também fazê-lo assumir uma política imigratória coerente com uma ordem social colonial alicerçada no trabalho escravo que precisava ser substituída (IOTTI, 2010, p. 43).

⁴ A expressão “enxameamento” é usada para designar o deslocamento de pessoas de um meio rural para outro, motivado pelo excesso de população e/ou esgotamento da terra. Segundo o autor, os agricultores migravam para continuarem agricultores noutra lote, uma vez que as terras que possuíam se haviam desgastado (ROCHE, 1969, p. 319). A expressão “enxameamento” é usada pelo padre Luiz Sponchiado em seus estudos sobre a imigração italiana e se refere ao fenômeno de migrações internas ocorrido na Colônia Silveira Martins de forma muito intensa entre 1883-1889, mas extrapolou seus limites e se perpetuou até meados do século XX (SPONCHIADO, 1998, p. 68).

Essa situação, além de evidenciar as diferenças de atribuições de um colono e de um imigrante, indica o novo rumo assumido pelo cenário imigratório do país a partir do II Império, constituindo-se num projeto de Estado cuja condução oscila sob a gerência do Governo Geral, das Províncias e de Particulares⁵.

É preciso salientar que a partir da promulgação da Lei de Terras e sua respectiva regulamentação, foram criados no Brasil dois tipos de colônias oficiais: as imperiais e as provinciais. Ambas com o objetivo de “importar mão-de-obra” europeia e vender as terras devolutas do Império com o intuito de aumentar tanto a produção agrícola como a população (GIRON; BERGAMASCHI, 1996, p. 39).

O conjunto de transformações que vinham ocorrendo a partir de 1850 no Brasil (com a criação desta lei, a proibição do tráfico e a entrada de escravos), associados aos argumentos colocados acima, revelam a real intenção da política imigratória do Império brasileiro no II Reinado – ser mão-de-obra para as lavouras de café e incrementar o mundo dos negócios com a terra. É nesta visão que precisa ser vista a entrada dos imigrantes italianos no país, a fundação das Colônias Italianas no Estado bem como a própria fundação da Colônia Silveira Martins.

Este caráter subsidiário/complementar/secundário dos núcleos coloniais fundados no RS, permite uma dupla análise do quadro imigratório em andamento. A primeira estabelece uma relação com o conjunto imigratório geral afinado pelo domínio das necessidades da cafeicultura, preferencialmente paulista. A segunda, situada no RS, atendo-se ao quadro socioeconômico rio-grandense. Ambas as limitações não invalidam o êxito do sentido meramente colonizador que se procura atribuir a este processo de ocupação territorial que introduziu e afirmou a pequena propriedade como local de produção no Brasil (BIASOLI, 2010, p. 72).

A configuração desse projeto imigratório por parte do Estado brasileiro permite sustentar que existem questões comuns à fundação das quatro colônias italianas do Estado do RS.

Nesse sentido, Manfroi (1979) defende que o Império Brasileiro fundou as Colônias Italianas no RS como forma de propaganda para atrair grande quantidade de imigrantes que seriam posteriormente deslocados para as lavouras paulistas de café.

⁵ De 1850 a 1889 foram criadas 250 colônias no Brasil, sendo que, destas 197 (78,8%) eram particulares, 50 (20%) imperiais e 3 (1,2%) provinciais (IOTTI, 2010, p. 50).

Essa colonização-propaganda era na realidade uma armadilha, pois, ao Brasil interessava acima de tudo garantir o ritmo da expansão da indústria cafeeira e para isso ele precisava de imigrantes europeus já que a mão-de-obra servil não vinha mais (MANFROI, 1979, p. 187).

Por isso, a maioria dos imigrantes italianos chegados ao Brasil em fins do século XIX, na verdade, foram conduzidos às fazendas de café onde trabalharam como assalariados e a colonização italiana do RS é parcela mínima desse movimento imigratório.

Esses argumentos remetem a um outro raciocínio inevitável, explicativo do abandono das colônias logo após a sua fundação. A explicação desse abandono pode ser entendida como justificativa estratégica da imediata emancipação⁶ das Colônias.

As colônias realmente foram abandonadas e imediatamente o Governo tentava emancipar a colônia porque, emancipando a colônia, o Governo estaria dispensado de aplicar subsídios aos imigrantes (MANFROI, 1979, p. 188-189).

Esclarece-se que em nenhum momento a emancipação das Colônias significou a sua autonomia, no sentido de conduzirem o seu próprio rumo político-administrativo, ao contrário, representou apenas uma forma do Estado brasileiro eximir-se do seu gerenciamento direto, e ao se desintegrarem geograficamente, passam os seus territórios a comporem os territórios de outros municípios e, no seu interior, a propriedade passa a compor o mundo dos negócios. No caso específico da Quarta Colônia, o Decreto 8644 de 19/08/1882, concede-lhe a emancipação do regime colonial do Império e passa para a responsabilidade da Província.

Na interpretação de Biasoli (2010, p. 72), o Governo do Império iniciou os processos de imigração e colonização e cedo emancipou as Colônias do RS devido aos seus custos. Nesse momento, as Colônias já haviam cumprido a sua função de atrair e estimular a imigração espontânea para o Brasil e tiveram condições de serem geridas de forma autônoma.

⁶ Emancipar nesse caso significa extinguir do regime de Colônia Imperial (SAQUET, 2003, p. 120). Também ao falar dessas emancipações, no período posterior a 1889, portanto, após a Proclamação da República, Giron e Bergamaschi (1996) se referem ao processo de transferência da direção do sistema colonial do Estado para os estados. O governo central emancipa as antigas colônias imperiais e continua financiando as passagens dos imigrantes dos portos europeus aos brasileiros. Os estados vão, aos poucos, assumindo a parceria com a iniciativa privada (p. 51)

Na direção desse modo de pensar, é importante destacar que três das quatro colônias italianas do Rio Grande do Sul foram fundadas em 1875 (Conde D'Eu – Garibaldi; Dona Isabel – Bento Gonçalves e Campo dos Bugres – Caxias do Sul) e em 1877 (Cittá Nuova – Silveira Martins). A última foi emancipada em 1882 e as outras três, em 12/04/1884 (BIASOLI, 2010, p. 71).

No que se refere especificamente ao quarto núcleo colonial italiano, ratifica-se que, a partir desta data, passou a chamar-se ex-Colônia Silveira Martins e, juridicamente, passa a ser o 5º distrito de Santa Maria.

Este ato ocorrido no Palácio do Rio de Janeiro foi firmado por sua Majestade, o Imperador, em 1º de agosto de 1882, contendo os seguintes termos:

Hei por bem determinar que a Colônia Silveira Martins, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, seja emancipada do regime colonial, passando ao domínio da legislação comum às outras povoações do Império e cessando a administração especial a que, até a presente data, se acha sujeita (SPONCHIADO, 1996, p. 60).

Seguindo a ótica das emancipações das colônias em momentos imediatamente subsequentes à sua fundação, é possível perceber que a política de imigração/colonização vigente no Império brasileiro oscilou muito e procurou sempre se ajustar aos interesses dos grupos que estavam no poder (IOTTI, 2010, p. 42).

Para a autora, as mudanças frequentes na legislação⁷, às vezes, produzindo contradições, permitiram evidenciar recuos e avanços da política imigratória como um todo. Isso fez com que muitas vezes o Governo Central assumisse o controle do processo. Em outras, transferiu a tarefa para as Províncias (momento em que ocorrem as emancipações das quatro Colônias) e ou particulares, sempre dependendo das circunstâncias e dos interesses do momento.

No momento em que Silveira Martins tem seu território retalhado e distribuído a três municípios vizinhos, aparece aí o terceiro nível das relações proposto nesta discussão – o local. Através do Decreto 1570 de 21/4/1886, a Administração Provincial toma a decisão de dividir o seu território, entregando-o à administração de Santa Maria (a parte mais significativa, por incluir a sede), Cachoeira do Sul, e a

⁷ As mudanças frequentes na legislação podem ser constatadas pela abundante periodização do quadro imigratório brasileiro, tanto no decorrer do Império como no início da República. Importantes estudos sobre isso encontram-se nas obras de IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e poder**: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no RS (1875-1914). Caxias do Sul: EDUCS, 2010; e GIRON, Loraine; BERGAMASCHI, Heloísa. **Colônia, um conceito controverso**. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

terceira parte incorporada ao município de São Martinho (após a sua emancipação em 1901, passou ao município de Vila Rica, atual Júlio de Castilhos. Segundo Santin (1999, p. 15), este decreto traçou um desvio no rumo da história da Quarta Colônia em relação às outras três.

O historiador santa-mariense Romeu Beltrão (1958, p. 77-80) aponta os núcleos que couberam a cada município beneficiado com as partes da ex-Colônia Silveira Martins. Diz o autor que as comunidades de Vale Vêneto, Ribeirão, Dona Francisca e parte de Val Veronês foram agregados ao município de Cachoeira do Sul, enquanto que o núcleo Soturno (Nova Palma) e Novo Treviso passaram a fazer parte de Vila Rica (Júlio de Castilhos); e Silveira Martins passou a ser administrada por Santa Maria.

Vendrame (2007, p. 213) afirma que a tripartição também veio a atender a vontade de parte da população da ex-Colônia que desejava se afastar do controle da sede e, conseqüentemente, da interferência administrativa de Santa Maria. Para os imigrantes de Vale Vêneto e arredores, era a concretização de um ideal, já que acreditavam que seria melhor pertencer a Cachoeira do Sul, pois o fim do vínculo com Silveira Martins e Santa Maria permitira maior progresso, tanto religioso quanto econômico, no entanto, reconhece que a divisão territorial “não favoreceu nem trouxe benefícios para a sede”.

Segundo Santin (1986, p. 57), a anexação de fragmentos da Quarta Colônia aos municípios de Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos numa comparação simples com as demais Colônias do Estado, que também foram anexadas a outros municípios (Caxias do Sul foi anexada a São Sebastião do Caí e Bento Gonçalves e Garibaldi são anexadas a São João do Montenegro), não justificaria o distanciamento no desenvolvimento da Quarta Colônia em relação às outras três. Lá, segundo o autor, embora havendo a anexação dos núcleos coloniais aos municípios vizinhos, manteve-se a ideia de unidade, de conformação, apesar das perdas, de uma unidade identificada com o movimento imigratório. Essa diferença tornou-se chave para manter vivo o seu processo de crescimento e se constituiu na grande força propulsora de busca dos meios para recuperar a própria unidade pleiteando a sua autonomia administrativa. Fatos que se tornaram realidade logo a seguir, nas emancipações político-administrativas: Caxias do Sul (20/06/1890), Bento Gonçalves (11/10/1890) e Garibaldi (31/10/1900), conforme De Boni e Costa (1979, p. 79-83).

Já na Quarta Colônia, a fragmentação retardou os processos emancipacionistas que só se iniciam no final da década de 1950 e se concluem na década de 1990.

Concordando com Santin (1986), por mais que se tente minimizar os efeitos do Decreto Imperial de 1886, ele, de fato, prejudicou a colônia com sua desintegração, causando-lhe um rompimento no seu nascente conjunto harmônico galgado no espírito de sociabilidade e associacionismo. A sociedade da Colônia não havia tido, ainda, a oportunidade para amadurecer o seu contexto organizacional, devido às constantes levas de migrantes que aportavam e também migravam da região. O ponto de referência comum à uma organização social era ainda ambígua na colônia.

É importante notar que este ato de desintegração da Colônia ratificou a sua condição política como ex-Colônia Silveira Martins e o resgate da denominação da Colônia será retomado a partir da emancipação político-administrativa da sede em 1988, já numa visão de Quarta Colônia que procura consolidar as primeiras ideias e projetos de integração.

Sugere Santin (1986, p. 57) que, mesmo produzindo efeitos maléficos para a região, teriam havido oportunidades para a superação das adversidades dos colonos de pertencer a outros municípios.

A primeira delas aponta para a falta de organização de um movimento reivindicatório abrangente na região. Mesmo que Marin (1999) aponte para a dificuldade dos moradores da ex-Colônia articularem, esboçarem e sustentarem reivindicações para emancipar o seu território, concorda-se em parte com esta hipótese uma vez que efetivou-se tanto uma reivindicação de melhorias em 1888, bem como um pedido de emancipação em 1898 (VENDRAME, 2007, pp. 214 e 219).

Em relação ao pleito de melhorias⁸ para a ex-Colônia efetivado em 1888, Vendrame (2007, p. 214) registra que as lideranças da Colônia o fizeram ao Presidente da Província e este solicitou informações a respeito da ex-Colônia à Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria.

Ao responder ao Presidente da Província, o vereador João Pedro Lenz (Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria) opôs-se

⁸ As melhorias solicitadas são o estabelecimento de uma agência de correios, autorização para criar cargos e serviços e que os próprios moradores ocupassem as funções de autoridades civis e policiais (VENDRAME, 2007, p. 214).

inteiramente ao solicitado pelos moradores da ex-Colônia informando ao Presidente da Província que muitos moradores se recusavam a reconhecer as leis e cumprir com seus deveres diante da municipalidade santa-mariense, especialmente os referentes aos impostos⁹ e que na ex-Colônia não havia pessoas idôneas para exercerem funções importantes da própria vida política local¹⁰.

Os fatos comprovam que a Câmara de Vereadores de Santa Maria não era reconhecida pelos moradores da ex-Colônia e por isso manifestou-se de modo desfavorável ao pedido que os colonos fizeram ao Presidente da Província.

Resta evidente que diante disso o pedido não teve o resultado desejado.

Com relação à solicitação de emancipação político-administrativa da ex-Colônia Silveira Martins feita em outubro de 1898 por comerciantes e industrialistas ao Intendente Municipal de Santa Maria (coronel Francisco de Abreu Valle Machado), Vendrame (2007, p. 220) afirma que também foi negado e diante disso, a solicitação foi encaminhada ao Presidente do Estado, juntamente com um abaixo-assinado com mais de quinhentas assinaturas, requerendo a criação de um município que abrangesse os povoados de Vale Vêneto, Ribeirão, Dona Francisca e Núcleo Norte que pertenciam à Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos. O pleito também foi negado.

Beltrão (1958, p. 105) registra que em novembro de 1898 um novo pedido das lideranças para emancipar a ex-Colônia foi feito ao Governo do Estado. Ao encaminhar a solicitação ao Conselho Municipal de Santa Maria para parecer, novamente o desfecho não atendeu as expectativas dos imigrantes.

No dizer de Vendrame (2007, p. 221), as sucessivas negativas às solicitações da ex-Colônia têm forte motivação econômica de parte da municipalidade santa-mariense pela crescente arrecadação de impostos que se efetivava na área do seu distrito.

A segunda oportunidade desperdiçada pela Quarta Colônia para superar as adversidades de passar a pertencer a outros municípios por força do já mencionado Decreto de 1886, conforme versão de Santin (1986, p. 57), consistiria em fazer surgir três núcleos aglutinadores, em condições de articular forças suficientes para

⁹ Conforme atas da Câmara Municipal de Santa Maria (1888-1892, p. 139, do Arquivo Geral da Câmara de Vereadores de Santa Maria in VENDRAME, 2007, p. 215).

¹⁰ Consta na carta do Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria, João Pedro Lenz, ao Presidente da Província, 8 de maio de 1888. Câmara Municipal de Santa Maria. 1883-1889, Maço 211, Lata 153 (correspondência expedida), Arquivo Histórico do RS in VENDRAME, 2007, p. 216).

desencadear movimentos de reivindicação à instalação de municípios. Avaliando-se a situação da época, os três núcleos, com maiores condições seriam a própria Sede do município, Arroio Grande e Vale Vêneto.

A sede, Silveira Martins, por ter sido a sede da colônia e possuir um bom desempenho econômico; Arroio Grande por já ser um razoável núcleo urbano e ter atingido excelente nível de crescimento da agricultura, comércio e indústria; Vale Vêneto, pela presença dos padres palotinos, constituindo num centro religioso e educacional (SANTIN, 1986, p. 59).

No aspecto populacional, em dezembro de 1885, os núcleos de Arroio Grande, Vale Vêneto e a Sede da Colônia Silveira Martins contavam com 3 476 moradores, enquanto os outros núcleos perfaziam um total de 1 842 moradores (Núcleo Norte com 562 habitantes e o Soturno 1 280) (SAQUET, 2003, p. 111).

Vinculada à polêmica partilha da colônia Silveira Martins e ao retardamento do seu processo emancipacionista e, por consequência, ao afetamento do seu processo de desenvolvimento como região, é oportuna e conveniente a lembrança da realidade do perfil dos municípios que receberam as partes do território da ex-Colônia Silveira Martins. Trata-se de identificar o perfil socioeconômico desses municípios.

Considerando a realidade dos municípios de Santa Maria, Cachoeira do Sul, e Júlio de Castilhos, Santin afirma que nenhum deles apresenta bons e eficientes desempenhos no seu processo desenvolvimentista. Segundo o autor

a história econômica do Estado revela que os três municípios cresceram muito aquém das expectativas, para não dizer que recuaram. Pode-se, certamente, afirmar que ficaram marcando passo. Júlio de Castilhos, todos conhecem, pouco mudou nas últimas décadas. Cachoeira do Sul está, através de suas lideranças, conclamando toda a comunidade para a retomada do desenvolvimento, a fim de recuperar o lugar de destaque regional que já desfrutou. Santa Maria, infelizmente, aparece no levantamento econômico do Estado como uma das cidades-polo da região que possui o PIB *per capita* mais baixo do RS. Nas perspectivas para um planejamento futuro também a região central do Estado encontra poucos motivos para se entusiasmar, caso algum novo fator não altere a ordem existente (1999, pp. 17-18).

Esse panorama compromete ainda mais a situação dos fragmentos dos núcleos da ex-Colônia Silveira Martins que estão sob a jurisdição desses municípios, no sentido de verem realizada a sua perspectiva de autonomia político-administrativa.

As negativas aos pedidos anteriormente expostos sob os argumentos colocados são exemplos que bem expõem os termos em que se dão às relações da ex-Colônia Silveira Martins com o Município de Santa Maria. É provável que o grande interesse da cidade em preservar como distrito a ex-Colônia tem uma origem econômica movida pela forte arrecadação de impostos que decorre desse vínculo. Daí se originam as sucessivas manifestações políticas contrárias à ruptura desse vínculo.

A parte da Colônia Silveira Martins (núcleo Norte e Soturno) que esteve sob a administração de São Martinho (até 1891) foi muito fragilizada em investimentos, uma vez que passa a integrar o município de Júlio de Castilhos a partir da sua criação em 1901 (SAQUET, 2003, p. 121). Não apenas ocorreu o esquecimento dos investimentos nessa parte da ex-Colônia, mas ela também foi alvo de rivalidades entre republicanos (Julio de Castilhos) e liberais (Gaspar Silveira Martins) em nível estadual, que culminou certamente pressionando favoravelmente à divisão da Colônia.

Com relação à administração de Cachoeira do Sul sobre o território da ex-Colônia Silveira Martins, Saquet (2003, p. 122), referindo-se ao exame de documentos do CPG (Nova Palma) afirma que o abandono das estradas de Vale Vêneto é total e nela podia-se andar somente a cavalo, a miséria dos moradores é geral e os preços pagos pelos produtos são baixos.

O autor refere também que num documento emitido pelo escrivão de Silveira Martins em outubro de 1899, há críticas a situação da ex-Colônia quando afirma que os municípios que a desmembraram e a contornam “só cuidam de desfrutá-la e aniquilá-la, estando suas estradas quase intransitáveis” (SAQUET, 2003, p. 122).

Ve-se com isso que não bastasse as suas debilidades econômicas internas, associadas às políticas concomitantemente, a ex-Colônia Silveira Martins sofreu ainda severas influências e precisou se sujeitar na sua trajetória inicial, ao poder político-administrativo das cidades a qual passou a pertencer o seu fracionado território.

Diante do exposto, é possível afirmar que a fragmentação da Quarta Colônia no final do século XIX produziu e escancarou debilidades socioeconômicas que ultrapassaram as fronteiras do século XX e estão em pleno século XXI à procura de alternativas que respondam com mais eficiência à retomada do desenvolvimento.

E mesmo que se tenha dito muito sobre esta repartição territorial, é oportuno associá-la ao fenômeno do Enxameamento. Trata-se de acontecimento cujas repercussões se vinculam às mesmas trajetórias temporais em nível local, ou seja, se referem ao contexto específico das relações da ex-Colônia com o cenário imigratório.

Segundo Sponchiado (1996, p. 68-70), esse fenômeno, na Quarta Colônia, foi produzido em várias etapas: a acomodação inicial, a ocupação dos vazios intermediários e a penetração nos campos limítrofes.

O período de acomodação inicial se define como um processo de ajustamento dos colonos diante das dificuldades sociais e geográficas encontradas no início da fase de adaptação à Colônia. Dentre as razões da ocorrência de tal fenômeno, Sponchiado (1996) enaltece três, de elevado significado.

A primeira, remete à situação incômoda de muitos colonos situados em lugares absolutamente montanhosos, de difícil comunicação dentro da Serra Geral, e da falta de critérios por parte do Império na medição dos lotes, já que não considerava a topografia dos espaços e nem as condições básicas para alimentar os colonos.

Conforme Maestri (2000, p. 63), “os lotes eram demarcados nos mapas, desrespeitando os acidentes geográficos menores. Portanto, não eram uniformes quanto à fertilidade, insolação, acesso à água e aos mercados”.

A segunda razão da decisão de deslocar-se decorre do fato dos colonos terem o domínio de outras ocupações e saberes, além da prática da agricultura. As vocações comercial e artesanal permitem-lhes o abandono da tão desejada propriedade e a partida para envolverem-se em atividades novas, como por exemplo na construção de ferrovias e moinhos.

A terceira razão é motivada pelo valor atribuído à vizinhança de pessoas amigas e/ou parentes. A proximidade com pessoas bem relacionadas era a garantia da força produzida pela solidariedade, tão necessária nesse momento histórico provocador de tantas incertezas.

Segundo Saquet (2003, p. 202) na Colônia Silveira Martins, muitos migram devido à precariedade de condições da e na Colônia. Buscam na imigração melhores condições de vida, seja mantendo a atividade produtiva ou trocando-a. Na troca de lugar, ainda tentam reproduzir os desejos e aspirações dos ancestrais italianos, mantendo a luta para tornar-se proprietário e sustentar a família.

Maestri (2000, p. 56) lembra também que nas Colônias Conde D'Eu, Dona Isabel e Caxias quando acabou a distribuição de terras ou a fertilidade caiu, outras colônias foram abertas, além do rio das Antas. Ao contrário de Silveira Martins, onde as terras estavam cercadas por fazendas latifundiárias que impediram a expansão das colônias.

O professor Maestri ratifica que com a queda da fertilidade da terra e o crescimento demográfico da população de Silveira Martins, iniciou-se uma intensa migração para outras frentes coloniais, algumas delas fora do RS. Esse processo contribuiu decisivamente para a estagnação da colônia.

O período de ocupação de vazios intermediários decorre da necessidade e desejo de utilização de áreas de planície e irrigadas pelos rios Soturno e Vacacaí Mirim (áreas de fácil acesso). Essas áreas estavam de posse de particulares e truncavam a expansão da Colônia, que continuava recebendo colonos, que não tendo onde se abrigar, acabaram se fixando nas residências dos já fixados ou lotavam os barracões da sede. Na impossibilidade de usarem essas terras particulares circundantes, foi necessário o aproveitamento das terras devolutas vizinhas. Segundo Sponchiado (1996, p. 60 e seguintes), boa parte destas terras foram anexadas, em 1880, à Colônia Provincial Santo Ângelo (Agudo). Criaram-se, a partir daí, os seguintes núcleos: Núcleo Dona Francisca (15/8/1883); Núcleo Norte-Ivorá (25/9/1883); Núcleo Soturno-Nova Palma (01/6/1884); Núcleo Toropy (22/3/1888); Núcleo Jaguari (18/8/1889); Núcleo Ijuí-Grande (19/10/1890).

Segundo Sponchiado (1996, p. 70), as áreas desses vazios também foram ocupadas por particulares e, dentre eles, menciona-se Gaspar José de Freitas, Theobaldo Barbosa Lima e Miguel Martins. Parte das terras desse último foram vendidas a Manuel Py, que o loteou e, posteriormente, deu origem a São João do Polêsine. Boa parte dessas grandes propriedades bem como dos núcleos que formaram a ex-Colônia Silveira Martins podem ser identificados nos mapas que seguem.

ENXAMEAMENTO DA EX-COLÔNIA SILVEIRA MARTINS
E NÚCLEOS ADJACENTES QUE FORMAM A ATUAL "4ª COLÔNIA"

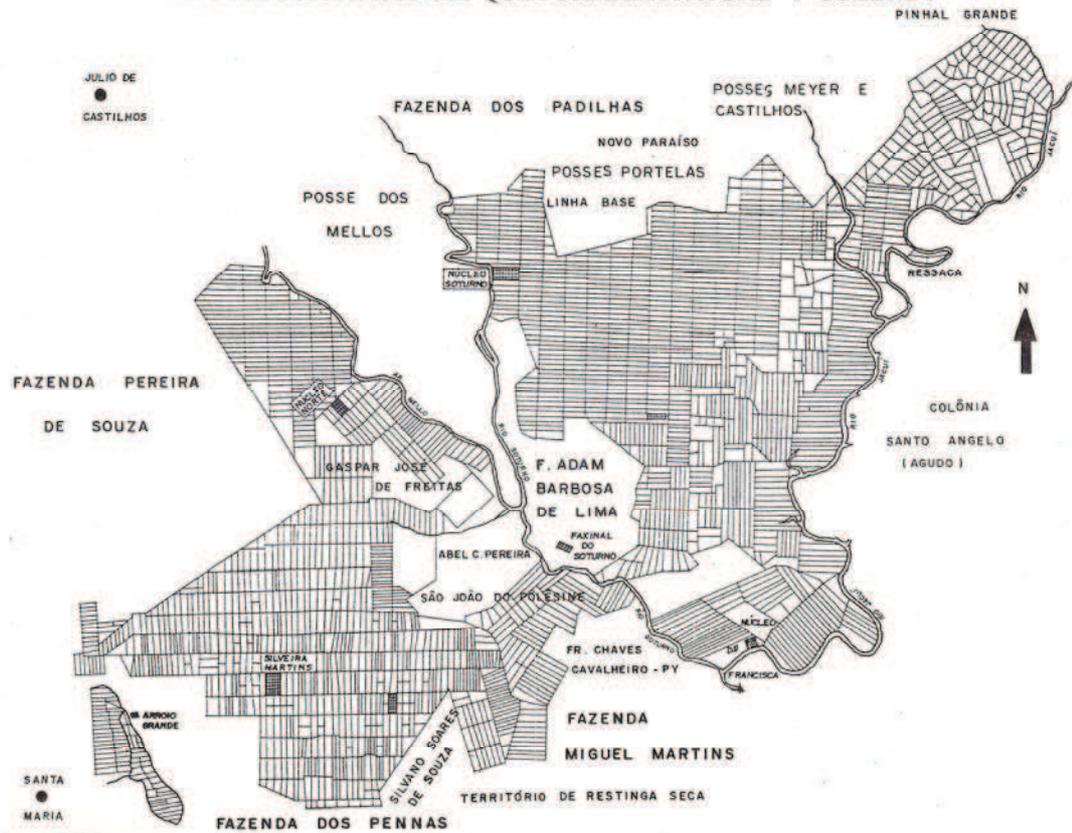


Figura 1 - Enxameamento da Ex-Colônia Silveira Martins e núcleos adjacentes que formam a atual "4ª Colônia"

Fonte: Sponchiado (1996, p. 71)

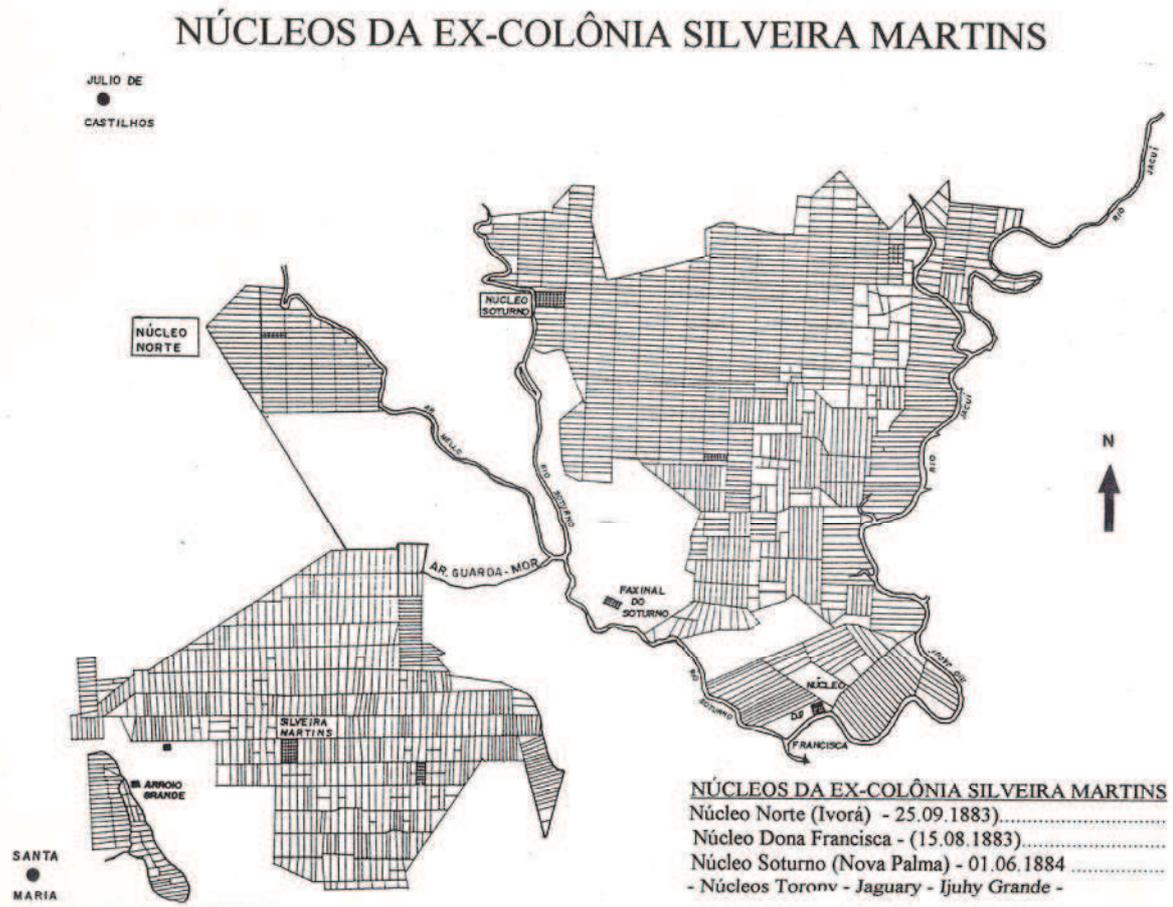


Figura 2 - Núcleos da Ex-Colônia Silveira Martins
 Fonte: Sponchiado (1996, p. 62)

O período da penetração nos campos limítrofes se define como o momento em que os colonos adquirem e ocupam terras particulares situadas nos limites e nas proximidades da Colônia. É um movimento expansivo e simultâneo ao da ocupação das terras devolutas. Essas terras particulares pertencem a grandes fazendeiros que as adquiriram por concessões do governo Imperial ou por direito de posse, no entanto, foram mal gerenciadas e, já na primeira década do século XX, muitos desses proprietários já se encontravam em situação de extrema dificuldade financeira. Essas, já débeis, grandes áreas, pertenciam às famílias de Antonio Mello Rego, Castilhos, Padilha, Pereira de Souza, Pennas, Ribas, Portella, Pains e Martins (SPONCHIADO, 1996, p. 70-72).

Mesmo tendo identificado estas etapas no momento inicial da imigração e, especificamente, o período compreendido entre 1883-1889, como o de maior ocorrência, na Quarta Colônia o enxameamento foi constante e se estendeu e foi intenso também no século XX.

Até 1930, a ex-Colônia Silveira Martins viu reimigrar de suas terras para outras do RS, SC e PR, uma quantidade de colonos italianos e descendentes não inferior aos reimigrados das ex-Colônias de Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul juntas (SAQUET, 1999, p. 68).

Esse dado justifica que o fenômeno do Enxameamento esteja dentre as causas/fatores da estagnação da Colônia Silveira Martins na sua relação com as outras três colônias italianas do nordeste do RS.

Marin (1999, p. 68), usando dados fornecidos pelo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, exemplifica a evolução da migração de famílias do ex-núcleo Soturno no período de 1895 a 1930. Informa ele que 1895 – 5; 1900 – 20; 1910 – 25; 1918 – 30; 1920 – 40; 1930 – 50. Percebe-se um aumento constante na migração de famílias passando de 5 a 50 num intervalo de 35 anos. Conforme informações prestadas pelo Pe. Sponchiado ao pesquisador, esse aumento gradativo ocorreu em todo o território da ex-Colônia Silveira Martins.

Trata-se de um fenômeno, inicialmente, concomitante ao processo imigratório como um todo. Ao mesmo tempo em que se registrava a chegada de forte fluxo de imigrantes, há o seu posterior deslocamento, tanto para fundar outros núcleos nas proximidades dos já existentes, como incrementar os crescentes negócios de terras em locais nem tão próximos.

Evidentemente que outras motivações vão sustentar o fenômeno. No entanto, os efeitos que produz são altamente perversos, tanto para as pretensões do desenvolvimento econômico local, bem como para consolidar as ideias de autonomia político-administrativa.

Segundo Sponchiado (1996, pp. 75-76), além das colônias oficiais do período de forte imigração, há que se distinguir as lucrativas iniciativas particulares que ocorreram após a paralisação desse intenso fluxo, com o propósito de absorver os contingentes com origens no enxameamento.

Dente os vários núcleos, ligados à Quarta Colônia estão:

- Colônia Alto Jacuí – 1884 - se destaca a colonização de Tapera.
- Colônia Visconde do Rio Branco – 1898 - se destaca a colonização de Boa Vista - atualmente parte de Pejuçara.
- A grande Erechim – 1910 - criou vários núcleos à margem da via férrea. Destaque para Passo Fundo, Coxilha, Sertão, Getúlio Vargas, Viadutos e Marcelino Ramos.

- Colônia Guarita – 1917 - originou os municípios de Barril, Frederico Westphalen e Iraí.

- Outras áreas do Estado atingidas pela Enxameamento são:

- a grande Santa Rosa – 1915.
- Colônia Cerro Cadeado – atual Augusto Pestana.
- Fortaleza dos Valos – Cruz Alta.
- Colônia São Bento – atual Sobradinho.

- Fora do Estado - a partir da década de 50, o enxameamento atingiu o oeste de Santa Catarina, Paraná, especialmente a cidade de Palotina. Outras áreas de Mato Grosso, Goiás, Bahia e Amazônia também foram atingidas pelo fenômeno.

Evidente que, pelo exposto, os imigrantes italianos e seus descendentes marcaram presença ativa, não só no centro do Estado do RS, mas em vários pontos de seu espaço geográfico, bem como de outros estados e regiões do país.

Ainda, é importante refletir sobre o que teria levado ao fenômeno do enxameamento e retomando suas razões o padre Sponchiado (1996) diz ser possível apontar com nitidez as causas de sua efetivação. Segundo ele, além dos motivos já evidenciados anteriormente, no período compreendido entre 1883 a 1889, a Colônia dobrou o número de habitantes, ou seja, passou de 2710 para 5318 pessoas, somados os recém-chegados e os nascidos (p. 73), ou seja, a sede apresenta uma explosão demográfica.

Há que se compreender a complexidade das questões que motivaram esta dispersão e incluir na análise do problema todas as possibilidades que sustentavam esse episódio, já que “cerca de 15% do total dos colonos, apenas, parece ter permanecido em seus lotes iniciais. Os demais procuraram outras terras, outras ocupações...” (GIRON; BERGAMASCHI, 1996, p. 46).

Outra razão para tal acontecimento resulta da combinação de dois elementos importantes, identificados no processo imigratório da Quarta Colônia de Imigração do RS. O primeiro deles é a existência na região de terras ainda não utilizadas pelos colonos. Eram terras de particulares que ficavam em áreas limítrofes à Colônia e também distribuídas entre as próprias terras da Colônia. O segundo elemento dessa combinação é a busca permanente pela superação do limite empreendedor na conquista da propriedade.

Sobre o desejo de ser proprietário, é importante observar o pensamento dos colonos, primeiro na Itália e, posteriormente no Brasil e RS. Maestri (2000, p. 32) sintetizou esses momentos

Camponeses partiam da Itália para livrar-se dos patrões aos gritos revolucionários: “Viva l’ America, morte ai padroni” – Viva a América, morte aos patrões! [...] Na América, o imigrante não perseguia o sonho de pôr fim aos patrões, mas de transformar-se em um.

O trabalho de Maíra Vendrame (2007) também procura mostrar a proposta de autonomia que acompanhou os imigrantes italianos na sua corrida para a América, especialmente os oriundos do Vêneto a partir do final do século XIX. Na ex-Colônia Silveira Martins, lutaram para fazer prevalecer as suas crenças, as suas práticas religiosas, os seus anseios de autonomia e se tornaram extremamente exigentes com as autoridades tanto da Igreja como do Estado para mostrar que além de sobreviver queriam empreender.

Aqueles colonos que viviam em espaços pequenos na Europa, ao chegar na região, receberam um lote de aproximadamente 22 hectares tinham a sensação de receber uma área imensurável. No entanto, com o crescimento familiar, há maior oferta de mão-de-obra e, por consequência, procura por outras áreas de plantio e criação.

A chegada da estrada de ferro no RS afetou muito as áreas de imigração e se constitui, também, numa das razões do enxameamento, especialmente no decorrer do século XX. A presença ou a ausência da ferrovia fez muita diferença no progresso, na estagnação ou até mesmo no retrocesso de diversas áreas coloniais. Além de facilitar o acesso, contribuindo para o aumento populacional, confere autonomia econômica aos lugares que atinge. Sobre esta questão, o professor João Rodolpho Amaral Flores, na obra *O Pragmatismo Político dos Ferroviários Sul-Rio-Grandenses* - com foco histórico na cidade de Santa Maria (2009, p. 16), levanta como hipótese afirmativa que no período de 1898 a 1957 no RS, a ferrovia consolida um novo grupo profissional e constrói um espaço autônomo na experiência sociopolítica dos trabalhadores do Estado.

Sponchiado (1996, p. 73-74) elenca vários trajetos pioneiros de desenvolvimento pela ferrovia. É o caso dos percursos unindo São Leopoldo à Porto

Alegre (1874) e Porto Alegre a Uruguaiana (1877), atingindo Cachoeira do Sul em 1893, Santa Maria em 1885, Cacequi em 1890 e, finalmente, Uruguaiana em 1907.

Na direção do norte do Estado, partindo de Santa Maria, a ferrovia chega em Cruz Alta, em 1894, em Passo Fundo em 1898; Erechim em 1910. De Cruz Alta, chega a a Ijuí, em 1911, a Santo Ângelo em 1915 e a Santa Rosa, em 1940.

Como se pode observar, mesmo que a ferrovia nem sempre faça a comunicação entre os grandes centros populacionais e nem destes com as colônias, há que se reconhecer a movimentação de pessoas e mercadorias no Estado como um todo.

Sem discordar de Sponchiado (1996), Saquet (2003, p. 203) afirma que essas migrações são facilitadas pela crise da lavoura colonial: queimadas, lavração, discagem, esgotamento do solo, baixos preços dos produtos agrícolas, baixa produtividade, partilhas por herança e pelo número elevado de pessoas por lote de chão. Acrescenta ainda as condições técnicas e tecnológicas rudimentares, o crescimento demográfico significativo que produz excedentes de força de trabalho apto para migrar e ocupar outras áreas agrícolas. O autor ainda salienta que a construção de estradas ligando os estados do Sul (RS, SC e PR) e a propaganda das terras existentes nesses estados a preços baixos são elementos decisivos neste processo.

Tanto em Roche (1969, p. 319) como em Sponchiado (1996, p. 68), a ideia de enxameamento pressupõe uma intensa mobilidade dos habitantes no interior da Colônia no intuito de buscar o local que melhor oportunize a conquista da propriedade. Isso confere ao colono o sentido de ser o protagonista da sua própria história.

Nesse enfoque, a ênfase é para as escolhas que o grupo efetiva para satisfazer os seus interesses, segundo as condições materiais à disposição no contexto cultural que se apresenta.

Diante disso, há a possibilidade permanente de refazer trajetórias e escolhas, uma vez que a partir das decisões individuais tomadas num universo sociocultural, torna-se mais viável a compreensão social do acerto dessas escolhas.

Nesse sentido, Giron e Bergamaschi (1996) descrevem dentre outras questões, a versão que o conceito de colônia adquiriu junto aos segmentos sociais envolvidos no processo colonizador. Importa aqui fazer sobressair o que pensavam

os colonos a respeito da Colônia, a fim de compreender-se melhor o que teria levado o imigrante a deslocar-se com tanta intensidade no interior da mesma.

Para as autoras, a força da expressão “Colônia” produzia vários sentidos para um colono, não raras vezes contraditórios. Esse aspecto se constitui, na maioria das vezes, na força interior que impulsionava a tomada de decisões e dos rumos a serem seguidos. Decorre dessa análise as observações que seguem.

1 - Ao mesmo tempo que a terra tornava o imigrante livre, o escravizava, pois, ao tornar-se proprietário, precisava manter a terra, submetendo a família à condições mínimas de sobrevivência (sem remuneração e sem direitos).

2 – Há a produção de sentimentos de dupla exclusão: primeiro da pátria onde nasceram e depois, da que se localizaram. Ao mesmo tempo, “para o colono a colônia torna-se a pátria. Para ela trabalha, diversifica suas atividades para ampliá-la e para comprar mais terras” (GIRON; BERGAMASCHI, 1996, p. 63).

São audaciosos ao deixarem a pátria, mas também submissos às autoridades: “mesmo submetidos a um rígido controle sentiam-se livres” (GIRON; BERGAMASCHI, 1996, p. 63). A liberdade decorria da mudança da condição de “servo da terra” para a de senhor de sua terra, podendo nela criar animais, plantar e locomover-se.

3 – Na zona de imigração, “o colono, de uma certa forma, recupera o sentido original da palavra colônia, ou seja, “espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar” (GIRON; BERGAMASCHI, 1996, p. 64).

Nesse contexto, a colônia passa a representar para o colono aquilo que o feudo representava para o senhor de terras. E, nesse meio, reina como absoluto, com poderes de proprietário de terras, permitindo-se um poder, inclusive, para submeter a família.

Aliando-se a esses elementos sensíveis ao foro íntimo do colono, há em jogo elementos externos à sua vontade, que, presentes na sua vida cultural, influem na conduta da convivência social. Trata-se aqui de compreender que a colônia, além de espaço geográfico, traz consigo a condição de dependência tanto política como econômica (GIRON; BERGAMASCHI, 1996, p. 68).

A ocupação de vazios na região da Quarta Colônia, descritas como áreas devolutas e propriedades privadas, dando origem a vários núcleos imigratórios exige que se retroceda ao início do século XIX e se chegue até meados do século XX, na busca e compreensão do conceito de Colônia.

Este conceito, no dizer de Giron e Bergamaschi (1996, p. 65), transita entre o macro e o micro, ou seja, desde a Colônia que era o Brasil até a denominação recebida pelo lote de terra dos imigrantes.

É importante elucidar com grande cuidado a situação da terminologia em nível macro, já que complexas e intensas modificações são efetivadas no país a partir da independência até meados do século XX. No interregno de pouco mais de um século grandes transformações se processaram na concepção de “Colônia”¹¹.

Para este estudo, importa sobremaneira o segundo e terceiro períodos, descritos pelas autoras, pois estes compreendem, no caso da Quarta Colônia, além da fase da acomodação inicial da imigração proveniente da colonização oficial, a fase do enxameamento para as regiões centrais do RS, próximas à Colônia Silveira Martins (segundo período), descrito por Giron e Bergamaschi, e também a fase de enxameamento para as demais regiões do RS, distantes da Colônia Silveira Martins e para além do Estado (terceiro período) descrito pelas autoras.

Assim, no período compreendido entre 1850 e 1889, a colônia é financiada pelo Estado e nele ocorrem grandes transformações sociais, econômicas e políticas. Os episódios de maior relevância começam e terminam o período, ou seja, em 1850, a colonização é estimulada com a promulgação da Lei nº 581, de 04/09/1850, que proibia o tráfico de escravos e de sua entrada no país. Já o ano de 1889 é marcado pela proclamação da República brasileira e, com ela, um conjunto de mudanças políticas que acaba afetando também a política imigratória.

Nesse período, as províncias também passam a ser responsáveis pela imigração, porém, suas leis não modificam o fato de que as terras continuem mercadorias e, para serem proprietários, os imigrantes devem pagar pelas terras o preço solicitado pelo governo. Nesse momento é que, sob esta ótica, ocorre a terceira fase do enxameamento na Quarta Colônia, fenômeno anteriormente descrito pelo padre Sponchiado. Ao penetrar nos campos limítrofes, os colonos se deparam com terras particulares e ingressam numa outra dimensão do mundo dos negócios capitalistas.

¹¹ A obra de Giron e Bergamaschi intitulada *Colônia: um conceito controverso* é esclarecedora nessa temática. As autoras referem os avanços no conceito de Colônia no contexto de três momentos históricos distintos: para isso mencionam que, até 1850 – a idéia de colônia é concebida como concessão do Estado; de 1850 a 1889 - a idéia de colônia é concebida como lugar gerenciado pelo Estado e, após 1889, insere à concepção de Colônia como empresa privada.

Mesmo que ocorra forte centralização, há, neste período, muitas empresas e particulares participando do processo. Aos poucos, após a implementação da Lei de Terras, a iniciativa privada cresce e passa a competir com o Estado, já que a terra se tornou mercadoria e vendê-la gera lucros.

“Governo e particulares vão se interessar pela vinda de “colonos” com objetivos diferentes, mas com metas comuns: o povoamento do país através de imigrantes estrangeiros” (GIRON e BERGAMASCHI, 1996, p. 29).

O advento da República praticamente encerra o período da empresa colonizadora dirigida pelo Estado. Gradativamente, o Estado brasileiro transfere para o setor privado o empreendimento migratório.

No período posterior a 1889¹², encaminha-se a questão imigratória para a iniciativa privada e, portanto, sob as leis de mercado.

A primeira legislação nesse sentido é o Decreto 528 de 28/06/1890, que passa a regular a imigração e a colonização, disponibilizando-as à iniciativa privada, afirmando que o progresso e a prosperidade do Brasil dependiam da aquisição de braços. Evidente que esta última parte referia-se aos imigrantes europeus (GIRON; BERGAMASCHI, 1996, p. 49).

A Constituição Republicana de 24 de janeiro de 1891 traça novos rumos no processo colonizador. Segundo Roche

o movimento pendular que periodicamente fez passar a administração da colonização do governo central para o local, parece estar definitivamente suspenso pelo texto do artigo 64 da Constituição Federal, que transferia aos Estados membros da Federação a propriedade das terras públicas em seus respectivos territórios (1969, p. 118).

O artigo 64 da CF/1891 avaliza a explicação de Roche.

Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que

¹² Toda periodização é um pouco arbitrária, por isso deve ser tomada com cuidado com relação a sua rigidez/flexibilidade. Mesmo tendo riscos os estudos que envolvem cronologia tornam-se interessantes pelas referências aos fatos significativos, caráter de precisão de sua ocorrência e facilidade de manuseio didático. Todos elementos indispensáveis a uma pesquisa não tão recente mas não desacreditados na atualidade. Sendo assim, é oportuno associar à evolução do conceito de Colônia apresentado no texto as obras de FRANZINA, Emílio. **A grande emigração**: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2006 e de GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Colônia**: um conceito controverso. Caxias do Sul: EDUCS, 1996. Ambas as obras periodizam os processos e(imigratórios). A primeira na Itália e a segunda no Brasil. Franzina faz coincidir o início de sua análise com a unificação italiana e se estende por todo o século XX. Giron e Bergamaschi periodizam o Império e a República do Brasil.

for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.

Diante disso, Petrone (1997, p. 99) afirma que o Poder Público transfere para os estados a tutela dos negócios ligados à imigração e à colonização.

Essa gradual passagem de gerenciamento do sistema colonial do Estado para os estados membros vai se operando nos anos subsequentes da vigência da nova Constituição.

Com a emancipação das colônias oficiais, praticamente os rumos da colonização passam para a iniciativa privada. Assim, o Estado deixa de ser o dirigente do processo colonizador para tornar-se parte interessada na empresa e, na medida em que o Estado se retira do empreendimento, os estados-membros se associam às empresas privadas, conforme as previsões da legislação.

Diante das circunstâncias específicas ocorridas na Quarta Colônia (pelo enxameamento dos colonos) e das transformações gerais do processo histórico do país, pode-se, também afirmar que a ideia de colônia não é apenas vinculada ao cenário imigratório. Tanto no cenário local, como no maior, constituiu-se num processo independente que começou antes e se mantém após o término da imigração.

A descrição do cenário característico do fenômeno do Enxameamento serve para mostrar também que, além de superar as dificuldades óbvias que acompanhavam os imigrantes na complexa jornada de frequentemente dispor-se a mudar de lugar, buscando o melhor para si e familiares, as circunstâncias exigiam deles a maestria de combinar elementos internos e externos a esse radical processo de mudança a que estavam submetidos permanentemente.

Nada é maior nesse elenco de elementos íntimos que o desejo de autonomia e de transformar-se no protagonista das ações a que estavam envolvidos. Mas, para que isso lhe fosse oportunizado, era também preciso sintonizar com as transformações do novo mundo que estavam inseridos e compreender as suas dinâmicas, a fim de enfrentar os desafios impostos pelos conflitos que os cercavam.

1.2 OS CONFLITOS ENTRE CATÓLICOS E ENTRE CATÓLICOS E MAÇONS NA EX-COLÔNIA SILVEIRA MARTINS

Certamente que dentre as questões que envolvem a gênese e a história da Quarta Colônia, a temática dos conflitos religiosos entre Silveira Martins e Vale Vêneto e as relações entre Maçonaria e Igreja Católica são as que, além de oferecerem mais abundante documentação, já exigiram maior dedicação por parte dos pesquisadores.

Com origem na Itália, esse conjunto de conflitos desuniu a ex-Colônia Silveira Martins e se não se pode afirmar com precisão que eles se constituíram em causa da sua desintegração, certamente pode-se apontá-los como motivos da sua falta de integração.

Certo é que os imigrantes italianos em seus conflitos locais durante um bom tempo reproduziram as antigas lutas camponesas ainda da Itália, nos seus enfrentamentos com os liberais¹³.

Mesmo sem se posicionar oficialmente no início da emigração, a Igreja, por intermédio do baixo clero, opta pela saída dos colonos da Itália, rumo à América. Essa opção pela América, em detrimento da Itália, confere ao baixo clero o papel de catalisador da sensibilidade e norteador dos rumos dos colonos. Atribui-se a ele a tarefa de recriar noutro contexto geográfico a sociedade camponesa e católica. Se, na dramática decisão de partir e na angústia da travessia, os colonos contaram com a assistência espiritual dos padres e a força da orientação da Igreja Católica, não é estranho que na nova Pátria (especialmente nas Colônias agrícolas), diante das incertezas no futuro, tomavam como referencial esta liderança e o seu aprendizado e lutariam para revivê-lo.

¹³ Havia muita intransigência do Papa e o medo de que a influência (subversiva) do clero junto à população levasse ao colapso o Estado unificado. Isso exacerbou os anticlericais, distanciando o governo (liberal) da sociedade civil, em particular os camponeses. Essa intransigência papal se refere à aceitação das ideias liberais que estavam em plena ascensão na Itália e que preconizaram grandes transformações especialmente sociais, políticas e econômicas. Já o temor da influência do clero junto à população se concentrava na habilidade e credibilidade que este havia atingido para decidir os rumos das populações das áreas rurais que estavam com severas dificuldades. A partir disso, Possamai (2005, p. 65-66) defende que o movimento emigratório passa a ser sustentado pelo clero ultramontano como tentativa de preservar uma parte da população camponesa do avanço capitalista, que forçava a proletarianização do campesinato. Segundo Ribeiro (1979, p. 68): “os imigrantes, ante um processo de pauperização ou a possibilidade de migração para a zona urbana e ingresso no proletariado urbano, preferem evidentemente, a emigração”.

(Re) nascem aí os velhos/novos conflitos evidentemente que submetidos às especificidades locais.

Partindo-se da afirmação de Santin (1986, p. 39), que sustenta a ideia de dependência dos colonos da convivência espiritual, social e também econômica com sacerdotes e que esta necessidade estava ligada a um passado nas terras de origem e foi mola propulsora que fez os imigrantes tanto de Silveira Martins como os de Vale Vêneto, disputarem acirradamente a busca de sacerdotes para assegurar o próprio desenvolvimento, é que, aparentemente, uma questão preliminar como essa instala um severo conflito entre os dois núcleos, com capacidade para gerar comprometimentos futuros e, a longo prazo, para além das duas comunidades. É o momento oportuno de se refletir até onde e em que circunstâncias na nova pátria o passado religioso dos colonos afeta o presente e o futuro.

A disputa¹⁴ pelos dois primeiros sacerdotes parece atribuir a ambos os núcleos razões suficientes para habilitar cada um deles com direito a recepcioná-los e, com isso, tornar-se lugar de fé referencial nos limites da colônia.

Segundo Santin (1986, p. 40) “Silveira Martins por ser a sede queria o direito; Vale Vêneto, por ter sido o promotor da vinda, garantia que o direito da residência dos padres lhe cabia”. Os conflitos são superados ficando um padre em cada local.

Ocorre que a vantagem que o povo de Vale Vêneto se atribui para sediar a habitação dos padres provém de uma intensa mobilização com arrecadação de recursos monetários inclusive e, envio à Itália de seu procurador Antônio Vernier, para conseguir o tão sonhado pastor da Igreja Católica, conforme assinala Vêscio (2001, p. 56).

A opção de busca na Itália se deve à facilidade de comunicação que adviria dos padres com os paroquianos, especialmente no aspecto linguístico.

O emissário logrou sucesso no seu grande esforço após três anos de buscas e, em 1881, chegam dois padres a Porto Alegre.

Segundo Vêscio (2001), este anúncio mobilizou a comunidade de Silveira Martins sob a liderança de Próspero Pippi e a de Vale Vêneto sob a liderança de Paulo Bortoluzzi. Os primeiros alegavam que a Sede da Colônia deveria ficar com os

¹⁴ A decisão de pedir assistência religiosa para os núcleos da colônia Silveira Martins, a negociação do representante de Vale Vêneto, Antonio Vernier, na Itália e depois a chegada dos padres Vítor Arnoffi e Antônio Sório, primeiro em Porto Alegre e depois na Colônia são aspectos detalhados por VÊSCIO, Luiz Engênio. **O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)**. Santa Maria: Editora da UFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 55-57.

padres; os segundos reivindicavam os padres porque haviam contribuído financeiramente, além de terem se organizado para tal.

A favor da liderança de Paulo Bortoluzzi em Vale Vêneto estão os sucessivos apelos da comunidade implorando pela resolução da carência de sacerdotes para a região. Estes podem ser comprovados pelo conjunto de documentos religiosos selecionados por Righi, Bisognin e Torri (2001) na obra “Povoadores da Quarta Colônia”.

Exemplos disso são:

- A carta de Paulo Bortoluzzi remetida ao emissário Antonio Vernier em 17/8/1884, dando notícias da Colônia e reforçando o pedido de padres para a região. Este se encontrava em comitiva na Itália, na busca de padres.

Temos em comum a idéia de sanar o passado; mas, para fazer isso, você tem que saber que esta nossa comitiva deve ter um pensamento santo, pois só com esse objetivo é possível fundar a Igreja Católica nestas regiões (In: RIGHI, BISOGNIN e TORRI, 2001, p. 326).

- A carta de Paulo Bortoluzzi e outros fabriqueiros¹⁵ endereçada ao Bispo Diocesano de Porto Alegre – em 14/9/1884, reclamando da saída do padre Sório (desde 15/8/1884) de Vale Vêneto para Silveira Martins (sede da Colônia) e de todos os gastos que a vinda deste sacerdote representou para a comunidade e agora se vê desprotegida espiritualmente.

Este mesmo povo, incansável no esforço de conseguir um guia que o pudesse encaminhar à vida eterna, despachou mais cartas para a Itália, solicitando a alguns superiores eclesiásticos que lhe enviassem um, dois ou mais sacerdotes, se fosse possível, assumindo o compromisso de toda e qualquer despesa (In: RIGHI, BISOGNIN e TORRI, 2001, p. 330).

- Carta de Antonio Vernier respondendo a Paulo Bortoluzzi, em 4/3/1885, confirmando o provimento de padres para Vale Vêneto.

Por enquanto cumpra o seu dever com este missionário. Confie nele, não somente como num pai, mas como em Deus, que veio para sanar as nossas desgraças e para guiá-lo ao céu. Esteja pronto para as despesas de

¹⁵ Fabriqueiros são os membros das diretorias das capelas que frequentemente mantinham negócios junto a elas. Geralmente controlavam os negócios de venda de bebidas, doces, lanches e pequenos souvenirs junto às capelas nos finais de semana. Nas capelas, os fabriqueiros recebiam as contribuições dos fiéis. Estas se destinavam ao pagamento do sustento do pároco que se dava num período variável de até três meses. Em troca, os párocos prestavam certas obrigações ao povo.

viagem, como falei a Luigi, e para a viagem dos outros dois sacerdotes, que irão como definitivos (In: RIGHI, BISOGNIN e TORRI, 2001, p. 339).

- Carta de Paulo Bortoluzzi e outros moradores de Vale Vêneto, remetida ao Padre Geral da Pia Sociedade das Missões (Roma) em 24/12/1895, reclamando da saída inesperada dos padres palotinos de Vale Vêneto e reiterando pedido de sua interferência para evitar tal feito.

Mas sem nosso conhecimento, o Padre Frederico avisou a população que iria embora e o Colégio iria ser transferido para Porto Alegre. Nós não temos palavras para descrever o nosso descontentamento com esta determinação. [...] Rogamos V. Revma. para recordar-se de suas promessas, dos sacrifícios feitos por esta população, sendo esta a primeira sede fixa dos Padres Palotinos. [...] Digo que se tivessem que transferir, se por acaso tivéssemos causado algum desgosto aos nossos padres, estamos prontos a pedir perdão e, como seus humílimos filhos, estamos sempre prontos a ajudá-los para que o futuro. [...] Pedimos a V. Revma. de pensar bem a nosso favor e verá que ficará, favorecido pelos italianos. Pedimos a V. Revma. de querer fixar esta grande obra da Igreja (In: RIGHI, BISOGNIN e TORRI, 2001, p. 392-393).

Conforme Bonfada (1991, p. 27-28), com a chegada dos sacerdotes, longas discussões se deram diante do Bispo do RS Dom Sebastião Laranjeira e fora por ele decidido que um padre permaneceria na sede e o outro iria para Vale Vêneto. Esse episódio exacerbou a rivalidade entre os habitantes das duas localidades, reforçando no contexto da Colônia a difícil hipótese de sua unidade.

Rubert (203, p. 44) destaca que não era o fervor religioso que movia as lideranças de Próspero Pippi e Paulo Bortoluzzi, mas o lucro. Essa ideia é partilhada por Véscio (2001, p. 61), Biasoli (2005, p. 90) e Vendrame (2007, p. 95). Todos ratificam que as disputas pelos padres mostram a proximidade que havia entre interesses materiais e a religião.

Este êxito material de Bortoluzzi, tão próximo à Igreja Católica, é denunciado pelo padre Sório em Carta enviada ao bispo de Porto Alegre. Afirma Sório:

Esse negociante, naquele lugar, estando a sua casa perto da capela, tem todo o interesse que haja missa, não todas as semanas, como tenho celebrado, mas todos os dias, para atrair sempre fregueses para o seu negócio (Texto da Carta de Sório ao Bispo de PA, 15 de setembro de 1884)¹⁶.

¹⁶ Carta do padre Sório remetida ao bispo de POA, 15. set. 1884, in RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia**. Porto Alegre: EST, 2001. p. 332-333.

Já a linha religiosa de Bortoluzzi e o seu envolvimento com as questões da Igreja em Vale Vêneto são demonstradas por ele próprio em correspondência¹⁷ que remete a Antonio Vernier (ainda na Itália) para que recrutasse um novo sacerdote, após a saída de Sório de Vale Vêneto para Silveira Martins (devido à morte do padre Arnoffi – 24/4/1884). Diz ele:

...você tem que saber que esta nossa comitiva deve ter um pensamento santo, pois só com esse objetivo é possível fundar a Igreja Católica nestas regiões. [...] Aqui não há religião, não há!¹⁸ É preciso começar desde os alicerces, e estes devem ser começados desde os sacerdotes (Texto da Carta de Paolo Bortoluzzi a Antonio Vernier, 17. ago. 1884).

Possamai (2005, p. 138-142) informa que o resultado desta solicitação determinou a chegada a Vale Vêneto em 24/7/1886, de 4 (quatro) padres palotinos: Guilherme Whitmee, José Bannin, Jacó Pfändler e Francisco Schuster. Acentua-se, a partir daí, a resistência ao ultramontanismo na região da Quarta Colônia, especialmente articulada a partir da sede onde se concentrava o maior número de anticlericais e maçons.

Mesmo com a divisão da Colônia, estava nascendo a primeira comunidade palotina na América do Sul. Segundo Bonfada (1991, p. 48-49), este fato dá início ao enraizamento de uma nova Igreja no centro do RS.

Segundo Biasoli (2010, p. 93), este projeto vai ser acolhido por grande número de colonos e vai representar a possibilidade de afirmação sociocultural da própria região colonial italiana.

Para Saquet (2003, p. 133), a parceria entre Paulo Bortoluzzi e Luis Rosso, por exemplo, tinha como objetivo fazer de Vale Vêneto um local de referência regional e, para tanto, constituíram-se em importantes lideranças do lugar. Rosso auxiliou Bortoluzzi em suas casas comerciais, espalhadas por vários núcleos coloniais, como Novo Treviso, Ribeirão, São João do Polêsine e Núcleo Norte. Esse conjunto de estabelecimentos garantiu uma verdadeira “rede” de negócios por toda a área da ex-Colônia Silveira Martins.

¹⁷ Carta de Paulo Bortoluzzi a Antonio Wernier, 17. ago. 1884, in RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia**. Porto Alegre: EST, 2001. p. 326-327.

¹⁸ Da análise do documento depreende-se que Paulo Bortoluzzi referia que no confronto da situação religiosa dos imigrantes antes de migrarem e a que se encontravam na Colônia, esta última era de total abandono e, para reorganizar o credo dos colonos remetendo-os novamente para a vida religiosa atuante, era necessário começar com a vinda de sacerdotes.

Para Paulo Possamai (2005, p. 134), Bortoluzzi fora um dos poucos imigrantes que “buscou adquirir influência na sua comunidade através da Igreja, e não na Maçonaria, como fazia a maior parte dos comerciantes”.

Isso contribuiu muito para que Vale Vêneto se consolidasse como foco de oposição à Sede da Colônia.

Ocorre que a fatalidade colocaria mais pressão no conflito da Colônia. A morte por envenenamento do padre Vítor Arnoffi (25/04/1884) de Silveira Martins forçaria o padre Antônio Sório, que estava em Vale Vêneto, a se transferir para Silveira Martins a pedido do bispo. Esta mudança para a sede da ex-Colônia Silveira Martins acirrou as hostilidades entre o povo de Vale Vêneto e as lideranças de Silveira Martins. O temor pairava nas influências que estas lideranças poderiam ter sobre a comunidade de Vale Vêneto. A rivalidade inicial que se manifestou entre os colonos de Vale Vêneto e o padre Sório tomou maiores proporções, tornando-se uma disputa por poder na região colonial (VENDRAME, 2007, p.170). Mesmo assim, Sório foi nomeado vigário em 15/08/1884, lá permanecendo até sua morte em 1900. O fato revoltou a Comunidade de Vale Vêneto, porém, seu líder comunitário Paulo Bortoluzzi, de modo pacífico, providenciou a solução do impasse, ou seja, trazer para Vale Vêneto os padres palotinos, conforme carta antes referida, datada de 17/8/1884. E a chegada de quatro sacerdotes, em 24 de julho de 1886 constituiu-se num marco histórico para a localidade e região, uma vez que se estaria garantindo o tão desejado progresso de maneira definitiva, ao fixar-se no local, a primeira missão palotina no Brasil. Segundo Possamai (2005, p. 138) esta iniciativa parece antecipar a implantação do ultramontanismo¹⁹ na região colonial italiana.

Em termos de rivalidades internas à colônia, o estabelecimento da Ordem de São Vicente Pallotti, em Vale Vêneto, correspondia em importância para a população àquilo que representava politicamente Silveira Martins como sede da colônia. Vendrame (2007, p. 43) afirma que as lideranças de Vale Vêneto se aliaram

¹⁹ Conforme Biasoli (2010, p. 43), o ultramontanismo foi uma resposta da Igreja de Roma ao avanço liberal, sob a liderança do papado. Foi uma reação conservadora da Igreja diante do avanço do mundo moderno, disposta a restaurar a ordem sociopolítica tradicional. No entender da Cúria Romana não haveria ordem e autoridade sem o apoio da religião. É oportuna a lição de Souza *apud* Possamai (2005, p. 149-150) que, ao analisar o perfil social e assistencial de D. Giovanni Battista Scalabrini, fundador da Congregação dos Missionários de São Carlos (a partir de 1896) e que atuou na assistência dos imigrantes no RS, o definiu como romanizador, mas não ultramontano. Na prática, configura-se objetivamente a ideia que romanizar era participar do esforço da hierarquia católica em promover a centralização do poder em torno do Papa e em substituir o catolicismo popular pelo padrão emanado de Roma, mas não era contra as transformações sociais (modernidade) que ocorriam naquela época.

aos padres palotinos para possibilitar que o lugar se desenvolvesse economicamente e esse desenvolvimento, na concepção dos imigrantes, só ocorreria se houvesse uma estruturação do espaço religioso.

Mesmo que o sonho de tornar-se importante centro religioso fora adiado, pois a Ordem Palotina foi transferida para Porto Alegre, o retorno definitivo dos palotinos contou outra vez com a atuação decisiva da liderança de Paulo Bortoluzzi que ainda doa o terreno para a construção da Ordem Palotina em Vale Vêneto. Assim, em 2 de fevereiro de 1922, lançou-se a pedra fundamental do Seminário Palotino. Segundo Biasoli (2005, p. 92-4), a Ordem Palotina, estava sintonizada com o projeto reformador²⁰ da Igreja Católica e sua fixação em Vale Vêneto significou um passo inicial para transformar o catolicismo no centro do estado do RS. Era necessário buscar uma afirmação sociocultural com bases sólidas entre os imigrantes na ex-Colônia Silveira Martins, de modo a aproveitar que, nesse lugar, a Igreja era compreendida como força legitimadora e propulsora no processo de crescimento econômico e populacional.

Este grande projeto contava também com a primeira casa no interior do RS das Irmãs do Imaculado Coração de Maria – fundadoras do Colégio N. Sra. de Lourdes de Vale Vêneto (MARCUIZZO, 1992, p. 31-32).

Conforme o autor, as três irmãs pioneiras²¹ (Maria Batista das Cinco Chagas, Maria Crisanta do Sagrado Coração de Jesus e Irmã Maria Catarina de Sena) desembarcaram em Vale Vêneto em 26/7 de 1892.

Para Vendrame (2007, p. 65), os sacerdotes palotinos representam um modelo de religião que a Igreja Católica estava empenhada em consolidar na Europa e também expandir para fora dela e nas regiões de colonização italiana do

²⁰ Câmara Neto *apud* Biasoli (2010, p. 41) indica as linhas básicas desse projeto reformador. São quatro os pilares que sustentam essa reforma. O primeiro é o seu caráter tridentino (divulgação e fortalecimento da doutrina estabelecida pelo Concílio de Trento – retomado no século XIX). O segundo é o seu caráter romanista / romanizador (ênfase do poder espiritual e político do Papa e reforço do caráter internacional do catolicismo). Há um esforço do episcopado em tornar o catolicismo mais romano e menos nacional. O terceiro é o seu caráter episcopal (peso da hierarquia eclesiástica no comando dos fiéis e a ideia de que os bispos e sacerdotes não são funcionários do Estado). Há assim um reforço na estrutura vertical do poder eclesiástico, colocando os bispos como representantes do Papa no espaço nacional. Conforme Biasoli (2010, p. 42), a religião e a Igreja ocupam um lugar proeminente na organização social e na autoridade do Estado. O quarto é o caráter clerical (fortalecimento do poder do padre no âmbito da paróquia). Isto, conforme Biasoli (2010, p. 42) afastaria os leigos do processo decisório quanto às coisas da Igreja. As questões administrativas das igrejas, capelas e santuários, aspectos do culto e da espiritualidade foi passando para o controle dos vigários. Propõe-se formar um clero mais vinculado ao episcopado e menos a vida popular.

²¹ A história dos cem anos das irmãs em Vale Vêneto é contada no livro do padre Marcuzzo. MARCUZZO, Clementino. **Centenário da chegada das irmãs e fundação do Colégio: Vale Vêneto (1892-1992)**. Santa Maria: Gráfica Pallotti, 1992.

sul do país e, com isso, abria-se um novo campo de trabalho para estas ordens religiosas.

“Com isso Vale Vêneto torna-se o centro religioso da Colônia e, também, o centro cultural e educativo da região até a metade do século XX” (SANTIN, 1986, p. 40). Segundo Iop (1936, p. 109), para a região colonial, o programa educacional empreendido pelos palotinos estava expresso no lema beneditino: *ora et labora*. Por isso, já na década de 1960,

Vale Vêneto era considerada a capital estudantil no interior do estado, com aproximadamente mil estudantes nos três maiores estabelecimentos de ensino: Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Pensionato N. Sra. Conquistadora e Seminário Rainha dos Apóstolos (MARCUIZZO, 1992, p. 46-47).

Os seminários e os conventos garantiam uma boa educação aos filhos, além de representarem a única possibilidade de acesso à cultura. A vocação religiosa, além de ser um motivo de prestígio e status para a família, representava uma forma de preservação da pequena propriedade. O ingresso de um dos filhos no baixo clero havia sido uma estratégia usada já na Itália para evitar o fracionamento das propriedades (SILVA, 2001, p. 103 e 138).

O estímulo à vocação religiosa acabou tendo também repercussões aqui. A oferta de formação religiosa e educacional tornaram-se fatores atrativos para a população da região²².

A atuação efetiva dos Palotinos em Vale Vêneto reascendeu a prática de valores religiosos. Houve um zelo enorme na confecção do calendário religioso e litúrgico, além do estímulo à construção de capelas, igrejas e santuários. A participação da população era muito intensa, através dos corais, bandinhas, clubes de oração e liturgia.

Na verdade, a sintonia da Comunidade de Vale Vêneto com os padres Palotinos mostrava sinais de muita prosperidade. Ficava, com isso, para trás a ideia e as imagens de uma Itália saudosa com fome e falta de trabalho. O momento presente era celebrado com muitas igrejas, sinos, campanários e atuação dos padres.

²² As intensas práticas religiosas nas zonas de colonização italiana conferiram ao Rio Grande do Sul a fama de ser o celeiro de vocações no Brasil, especialmente provenientes da zona da Colônia (DE BONI, Luis Alberto. O catolicismo da imigração. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS**: imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 234-235.

A iniciativa oriunda de Vale Vêneto, de trazer padres da Itália e organizando-se para tal, despertou em Silveira Martins o espírito de rivalidade, fazendo-a interferir na conquista do lugar vizinho.

É provável, também, que esta divergência não seja exclusiva da Colônia Silveira Martins e represente em nível local a já conhecida no Brasil como “questão religiosa”²³. Retrocedendo ao cenário italiano, esse conflito é representado pelo confronto entre o clero, de um lado, e, de outro lado, os anticlericais, representados pelos partidários da unificação italiana. Esse confronto extrapolou as manifestações de simpatia ou antipatia de colonos e de imigrantes e se mostrou com pesada carga de violência.

Referindo-se especificamente aos acontecimentos ocorridos na ex-Colônia Silveira Martins, a história registra a morte de dois sacerdotes que, vindos da Itália, estavam dispostos a atuar junto aos imigrantes. A primeira vítima foi o padre Vítor Arnoffi, que, conforme Santin (1986) morreu envenenado em 1884 e a segunda vítima feita dezesseis anos (1900) foi o padre Antonio Sório, que substituiu o padre Arnoffi em Silveira Martins, vindo transferido de Vale Vêneto, conforme referido anteriormente (VÉSCIO, 2001, p. 246).

O episódio da morte do padre Sório expõe ainda mais a animosidade entre as duas localidades e escancara as sutilezas do convívio social que camuflava enormes adversidades do jogo pelo poder local. O trabalho do professor Luiz Eugênio Vécio (2001) é exemplar na elucidação do episódio e serve de guia para aqueles que desejam ter clareza e opinião do que aconteceu.

Vécio examina a questão sobre o ponto de vista da Maçonaria, da Igreja Católica e da própria comunidade. É importante notar que os depoimentos que colheu da comunidade tendem a posicionar-se entre as versões da Maçonaria e da própria Igreja Católica. Por isso, optou-se aqui pela exposição dessas duas versões adversárias a respeito do episódio. No decorrer da exposição, fica claro também que a morte do padre Antônio Sório possibilita que no interior da Quarta Colônia de imigração italiana venham à tona duelos de idéias expressas de diferentes formas,

²³ A questão religiosa no Brasil decorre do fato dos Bispos de Olinda e Salvador resolverem adotar as determinações papais oriundas da bula *Syllabus* (1864) emitida por Pio IX, que proibia os católicos de participarem da Maçonaria. Através da decisão dos Bispos, as irmandades religiosas deveriam expulsar os maçons de suas dioceses. A repercussão da decisão atingiu rapidamente toda a Maçonaria brasileira, que se levantou contra esta decisão, pois considerava que seus membros não professavam uma crença anticatólica e estavam distantes e até isolados da Maçonaria revolucionária e internacional, denunciada e atacada pela bula papal (VÉSCIO, 2001, P. 100).

tais como a adversidade entre Maçonaria e Igreja Católica, retrospectiva da luta entre maçons e católicos desde a Itália; maçons e católicos na disputa pelo poder; um lugar de confronto entre liberais e conservadores; a ação do ultra-montanismo e a reação da Maçonaria, etc

Sem a pretensão de elucidar individualmente cada um dos termos que compõem a adversidade do conjunto destes binômios que encerram sentidos diferentes de compreensão da realidade e da busca pelo poder na região da Quarta Colônia, expor-se-á, a partir de agora, uma síntese do pensamento manifesto em cada um desses blocos de ideias, traduzidos na opinião de representantes de cada segmento do conflito.

Iniciando a exposição a respeito do episódio²⁴ do padre Sório, há que se dizer que esta morte foge da rotina dos fatos comuns que ocorrem no interior de um pequeno lugar e que, mesmo que tenha transcorrido mais de um século do seu acontecimento, continua a gerar enormes polêmicas. Essas polêmicas, antes evidenciadas na forma de duelos, são marcadas a partir da manifestação de seus representantes pelas posições de acusações mútuas. O confronto e o radicalismo de ambas constroem o cenário deste fato centenário.

No dizer de Véscio (2001, p. 245-248), de parte da Igreja Católica são fortes instrumentos de acusação à Maçonaria o pensamento dos padres Pedro Luiz, Genésio Bonfada, Arlindo Rubert, Luiz Sponchiado e Frederico Schwinn, além do Monsenhor Pio Busanello. De parte da Maçonaria, faz coro à oposição à Igreja Católica as decisões tomadas e manifestações da rede de lojas maçônicas capitaneada pelo GORGS (Grande Oriente do Rio Grande do Sul).

Com referência à postura da Igreja Católica, manifestada pelos padres enumerados (VÉSCIO, 2001), é unânime a defesa do pensamento ultramontano em parceria com a comunidade. Exceto o padre Frederico Schwinn, que é mais cauteloso, todos os demais defendem a integridade do padre Sório na sua relação com a comunidade.

Segundo descrição do padre Pedro Luiz *apud* Véscio (2001, p. 240), a Maçonaria havia planejado e executado o padre Sório porque este lhe fez severo enfrentamento, desaconselhando seu sobrinho Alexandre Sório e desviando outras

²⁴ A data da agressão ao Padre Sório não é unanimidade. Padre Pedro Luiz informa que foi no dia 29 de dezembro de 1899. Padre Schwinn afirma ser dia 31 de dezembro de 1899. A 2 de janeiro de 1900 houve a morte.

peessoas de destaque na Colônia, de ingressarem na recém-fundada loja maçônica. Isso exacerbou os ânimos da Maçonaria local, já afetada pelas acusações públicas ofensivas do padre Sório. No mesmo texto, padre Pedro Luiz denuncia os autores do crime: Celeste Soriani, Felipe Durganti e Rodolfo Faccin, todos maçons.

Para Genésio Bonfada (1991, p. 127-128), também padre palotino, a morte do padre Sório é interpretada como a luta insana entre o bem e o mal.

Diz que

Sório dedicou-se com afinco à organização da paróquia, fundou associações religiosas, animou a formação de comunidades no interior, pregando com desassombro a palavra de Deus. Justamente por isso sofreu a oposição da Maçonaria. A morte do padre Sório acabou acontecendo precisamente como desfecho de uma campanha insana contra um homem de bem.

O padre Bonfada buscava valorizar o trabalho catequizador e institucional do Padre Sório, colocado acima de qualquer questionamento, no entanto, a Maçonaria lhe causava grandes transtornos, pois dificultava todos os esforços da Igreja que tinham por escopo o progresso da Colônia (VÉSCIO, 2001, p. 255).

Sobre a facilidade com que os colonos aderiam e se moldavam a doutrina ensinada pelos padres e também sobre a consciência dos padres a respeito do que representava a religião para esses colonos Marin (1993) acrescenta

Essa religiosidade desempenhou um papel importante na organização e na reconstrução grupal da nova Pátria. O reforço das convicções religiosas era visto com simpatia pela hierarquia eclesiástica, pois tornava possível o projeto de cristianização da sociedade (p. 95).

É fácil observar a atuação cotidiana dos palotinos sobre a base da população do quarto núcleo colonial do RS. Em sua obra buscavam formar o novo homem cristão cuja ocupação exclusiva deveria dar-se com oração e o trabalho²⁵.

Segundo Biasoli (2010, p. 93), a inserção dos palotinos em Vale Vêneto foi o primeiro passo de um projeto transformador do catolicismo rio-grandense que iniciou por conquistar a maioria dos habitantes da ex-Colônia Silveira Martins e também, conforme Borin (2010), posteriormente esta conquista contempla Santa Maria.

²⁵ Nisso consiste a essência do trabalho realizado pelos Palotinos na Quarta Colônia. Este projeto consta do trabalho de Mestrado de Jerri Marin, realizado na UFRGS, no ano de 1993.

É evidente que estas conquistas ocorreram sob intensas lutas. Inicialmente houve difícil relação com a população de Silveira Martins (devido à atuação conturbada do padre Sório), mas a entrega da Paróquia de Santo Antônio aos Palotinos (1900) promoveu significativos progressos/avanços sociais e espirituais na comunidade (BONFADA, 1991, p. 129).

A consolidação dos palotinos em Silveira Martins e região, a partir de Vale Vêneto, garante o êxito dos ultramontanos. Mesmo sem ser unanimidade, a proposta contemplava o desejo de construção de núcleos sociais com suas dinâmicas econômicas, sociais e culturais e, portanto, indo além da resolução dos dramas espirituais, superando, assim, os sentimentos de abandono, muitas vezes manifestado em documentos enviados às autoridades relatando as dificuldades cotidianas e apelando por soluções (BIASOLI, 2010, p.114).

Mesmo com toda a dinâmica imposta pela ação dos palotinos na região, existe sempre a possibilidade de comprometimento dos interesses da Igreja. E as circunstâncias de perigos, são atribuídas, sobretudo, à Maçonaria.

Segundo Vécio (2001, p. 249-250), os escritos do padre Arlindo Rubert deixam claro que na ex-colônia Silveira Martins está concretizada uma luta entre os valores sólidos da Igreja contra os elementos hostis, provenientes dos subterrâneos da humanidade, representados pela Maçonaria.

Sobre o episódio da morte dos padres Arnoffi e Sório, Rubert (1977, p. 63-64) não leva em consideração o drama moral dos mesmos, acusados que eram por envolvimento amoroso com mulheres da região. Ao contrário, ratifica a idéia de que ambos os padres tinham um caráter íntegro, vinculados aos valores da Igreja Católica.

As considerações do padre Luiz Sponchiado a respeito do episódio da morte do padre Sório e da conflituosa relação entre Igreja Católica e Maçonaria na Quarta Colônia de Imigração Italiana são singulares. Além de conviver intensamente numa das comunidades da região - Nova Palma - relacionar-se com muitos envolvidos considerados protagonistas dos fatos, é historiador e pesquisador que dedicou muito de sua vida aos estudos dos conflitos da região e, por isso, se habilita de modo diferenciado à análise desses problemas.

Embora evidenciando a complexidade das questões locais que envolvem no contexto mais amplo, as relações entre Igreja Católica e Maçonaria, o padre

Sponchiado apresenta de modo claro e convicto as intrigas que se desenvolvem na região.

Ainda que imprescindíveis ao estudo da História, as tantas certezas apontadas pelo padre Sponchiado nos seus escritos e falas, o professor Luiz Eugênio Vêscio (2001, p. 46) o contesta, quando afirma ser unanimidade na Quarta Colônia o devotamento ao Catolicismo. Vêscio concorda com a ideia, quando o lugar referido é Vale Vêneto, já que lá foi opção da comunidade investir na vinda de padres com um modelo ultramontano de religião. Em Silveira Martins, revela Vêscio, há muitos anticlericais, conforme explicitado pelo padre Schwinn, em seu diário.

Em entrevista ao professor Luiz Eugênio Vêscio, em 17 de julho de 1998, o padre Sponchiado aborda aspectos comuns aos demais sacerdotes a respeito da estada do padre Sório na Colônia Silveira Martins, bem como outros temas não comuns entre eles.

Dentre as ratificações que faz, fala da Maçonaria e sua relação com o crime, além de largos elogios à Sório, pela sua conduta moral e social diante da comunidade. Conduta essa bem compreendida e assimilada pela maioria dos imigrantes italianos, cujo padre é o seu maior líder e a religião é a força capaz de aglutinar fora da Europa italianos que jamais estiveram unidos pela noção de nacionalidade.

Ainda, há que se considerar a salvaguarda moral do padre Sório, enfatizada por Sponchiado. Ao dizer que Sório não foi castrado, mas ferido com sacos de areia, para evitar lesões visíveis, evita a sua exposição diante dos comentários de seu envolvimento sexual com mulheres da região.

Por óbvia que possa parecer, a afirmação apresentada pelo padre Sponchiado, acusando o apoio da Maçonaria para desestabilizar o Império²⁶ e instalar a República, constitui-se em novidade e merecerá logo adiante, pertinentes considerações, já que a escolha do nome da Colônia está ligada ao Senador do Império Gaspar Silveira Martins, além de que os italianos (especialmente os mais idosos) tinham muito apreço por D. Pedro II, sentindo-se íntimos do imperador pelo

²⁶ O próprio Vêscio (2001, p. 112 e 113) reconhece que a luta aberta e declarada entre a Igreja brasileira e a Maçonaria acontecida por todo o Império acabou por fortalecer as ideias de implantação da República. As discussões se concentravam em temas como a liberdade de culto religioso, na separação entre Igreja e Estado, o ensino público separado da religião, a secularização dos cemitérios, o registro civil de nascimentos e óbitos, etc.

fato de tê-los visitado no porto, por ocasião da chegada, ser casado com uma italiana e ter vivido longo período na Itália.

O padre Frederico Schwinn²⁷ também partilha com o pensamento dos padres aqui elencados em relação a presença do ultramontanismo da Igreja Católica no seio da comunidade em oposição à Maçonaria. No entanto, diferentemente dos demais, Schwinn não aborda o comportamento de Sório com a mesma ênfase: “os religiosos procuraram isentar o padre de possíveis deslizes, tentando ver principalmente suas qualidades, com exceção do padre Schwinn, que relata os fatos sem esta preocupação (VÉSCIO, 2001, p. 44).

Segundo Véscio (2001), mesmo que tenha iniciado seu trabalho como pároco de Silveira Martins, em 1906, portanto seis anos após a morte de Sório, o padre Schwinn começa seus registros no ano de 1909 e a temática da administração do padre Sório na paróquia de Santo Antônio é o seu tema preferido. Sua lucidez garante um relato desapassionado, permitindo-se escrever sobre a grande obra de Sório, empenhado na construção da Matriz e do próprio cemitério, as debilidades de Sório contra a decadência da religiosidade da Colônia e os problemas administrativos do mesmo. Não omitiu em seus relatos a carência de sacerdotes para a Colônia, os relacionamentos de Sório com seus parentes e amigos, os vícios da bebida e do jogo e das diversões excessivas. Estes últimos prejudicaram a sua imagem na sociedade e, da sua morte, faz poucos comentários, restringindo-se a informar que fora pisado no baixo ventre.

Esses argumentos, elaborados pelo sacerdote sobre o episódio do padre Sório, atribuem ainda maior complexidade ao pensamento da Igreja Católica sobre a Maçonaria em nível local. Partindo de um fato trágico situado num contexto histórico contraditório, a Igreja visa afirmar o seu modelo religioso.

De parte contrária à Igreja Católica e, portanto, atribuindo-se à Maçonaria os argumentos da explicação e/ou justificativas desta conflituosa relação, há que se dizer que existem pelo menos duas formas de manifestações presentes nos anticlericais da região de abrangência da colônia Silveira Martins.

Uma, chegou à localidade, justamente com os imigrantes que trouxeram da Itália os conhecimentos adversos à Maçonaria provenientes de posições ideológicas divergentes inspiradas no debate entre católicos e liberais, nas questões da

²⁷ Arquivo Palotino. Anotações do Padre Frederico Schwin sobre Silveira Martins, 1909.

unificação do país de origem. A outra forma de manifestação anticlerical nasce de posicionamentos das lideranças políticas da Província e do Império brasileiro.

Véscio (2001) apresenta vários enfrentamentos na região, que deixam muito clara a oposição entre os dois grupos e, dentre eles, destaca-se inicialmente a inauguração do Monumento a Garibaldi (20/09/1910) por ocasião das comemorações dos 40 anos da unificação italiana, na Praça, em frente à Igreja Matriz de Silveira Martins. Para os anticlericais “garibaldinos”, nada de anormal a saudação do monumento e a comemoração vitoriosa dos italianos pela unificação da República italiana, pela via liberal. Para os colonos católicos e o padre Schwinn, o monumento erguido em meio à praça, incomodava muito. “Garibaldi era uma figura combatida pela Igreja – ele simbolizava a anexação dos territórios papais ao Estado italiano, consumada em 20 de setembro de 1870, com a tomada de Roma” (BIASOLI, 2010, p. 108-109).



Figura 3 – Igreja de Santo Antônio – Silveira Martins – RS
Fonte: Autor



Figura 4 – Monumento à Garibaldi – Praça Giuseppe Garibaldi – Silveira Martins – RS
Fonte: Autor

“Algumas vezes o busto sofreu ataques que, segundo os “garibaldinos” e maçons sempre foram influenciados pelos padres” (VÉSCIO, 2001, p. 66-67).

Para Vendrame (2007, p. 187), era comum aos imigrantes italianos de qualquer lugar do mundo festejarem as datas que lembrassem sua ligação com a

Pátria de origem e, para tal, passaram a cultuar símbolos e a defender posições políticas que os mantivessem identificados com a Itália; porém, na Colônia Silveira Martins, os ultramontanos sentiam-se afrontados com as homenagens a esse herói da unificação.

Segundo Biasoli (2010, p. 109), as festas em homenagem ao Estado Nacional italiano causavam controvérsias na Colônia e a situação dos católicos nacionalistas se tornava complicada, já que os ultramontanos eram fieis à política da Cúria Romana e por isso contrária ao Estado Nacional italiano. Devido a isso, os padres palotinos não concordavam com a participação dos católicos nas comemorações cívicas do Estado italiano realizadas em solo brasileiro.

Outro enfrentamento sobre a questão do Monumento a Garibaldi ocorreu no ano de 1924. A reclamante agora é a Loja Maçônica Luz e Trabalho de Santa Maria. Os Maçons se ofenderam por que foram retirados do monumento os símbolos maçônicos. A acusação de incitar o acontecido recaiu sobre o padre Bombassaro, sucessor de Schwinn e vigário de Silveira Martins. A exigência maçônica é pela reposição dos símbolos e que os culpados fossem punidos, uma vez que o padre havia solicitado ao intendente a retirada dos emblemáticos símbolos, pois, na sua opinião, ofendiam as crenças dos católicos (VÉSCIO, 2001, p. 68-69).

Esses enfrentamentos, de modo geral, podem ser analisados dentro dos núcleos coloniais italianos como manifestações a favor ou contra a religiosidade dos colonos.

Segundo Vendrame (2007, p. 131)

Essas atividades eram encaradas pela maior parte das congregações religiosas que atuavam entre os imigrantes italianos como uma provocação à Igreja Católica, pois homenageavam a Unificação Italiana, aquela que tinha tomado os territórios papais.

Assim, pelos relatos dos enfrentamentos descritos na ex-Colônia Silveira Martins, os padres palotinos também fizeram oposição às comemorações que se efetivaram nesse sentido.

Também, segundo Vêscio (2001), no conjunto das Colônias italianas, outras congregações religiosas também manifestaram suas posições sobre os festejos e homenagens à causa da unificação do país de origem. Os escalabrianos (carlistas), estabelecidos na Serra Gaúcha são defensores dessas homenagens, enquanto os

ultramontanos (padres seculares trentinos, padres regulares capuchinos e palotinos), são contrários. Existiam ainda os representantes do clero secular, cuja posição dependia de cada um. Esta situação, quanto à defesa da italianidade ou da catolicidade, no dizer de Possamai (2005, p. 251), produzia conflitos entre as ordens religiosas, evidenciando que mesmo dentro da Igreja romanizada ocorriam divisões e estas disputas efetivadas em nível local (colonial) acabavam envolvendo os colonos, que tinham enorme sensibilidade a estas questões.

Como se vê, a dualidade estabelecida entre católicos e maçons na Colônia Silveira Martins é constituída de um conjunto de circunstâncias que vêm de longe adicionadas a outro conjunto que se constitui proximamente. Ambas, isoladamente ou somadas colaboram para ilustrar o complexo de disputas que afetou os rumos da ex-Colônia Silveira Martins.

Muito além dos dramas, dúvidas e polêmicas que decorrem da morte do padre Sório, é necessário reconhecer que há também uma trajetória de vida profundamente controversa com condições de render embates e discussões com aspectos já perfeitamente identificados e outros ainda nem tão claros nos limites da Colônia e que assinalam divergências no interior da própria Igreja Católica.

Dentre as evidências desta trajetória do padre, sem dúvida a que mais se acentuou foi a rivalidade entre as localidades de Silveira Martins e Vale Vêneto. Esse confronto iniciou quando ambas as localidades despertaram para buscar sacerdotes na Itália, posteriormente disputaram a acomodação dos primeiros padres da região (Sório e Arnoffi) e, ainda depois, com a morte do segundo se dá a transferência do primeiro, de Vale Vêneto e se estendeu aos modos de comportar-se de Sório diante dos paroquianos de Santo Antônio em Silveira Martins.

As questões não tão claras da trajetória de Sório diante dos católicos da Colônia que, muitas vezes, tornou incompreensível o comportamento do sacerdote, eram no fundo a disputa entre o segmento liberal da Igreja (do qual Sório era representante - como padre secular) e o projeto ultramontano defendido pelos padres palotinos e que estava se instalando na Colônia, a partir de Vale Vêneto.

Na verdade, gerou-se uma oposição ao trabalho dos palotinos na ex-Colônia Silveira Martins, porque os anseios da população não eram atendidos, especialmente como não ter um sacerdote próprio (fixo), fato que configurava uma situação de desvantagem para a localidade com essa condição (VENDRAME, 2007, p. 109).

O fato também dos palotinos, que vinham trabalhando para expandir o seu modelo de religião entre os núcleos coloniais, optarem por se estabelecerem numa comunidade – Vale Vêneto, gerou muitos questionamentos de parte dos imigrantes de outras localidades, pois se sentiram desfavorecidos e desprestigiados com a escolha. Esse descontentamento, muitas vezes, levou os colonos a hostilizar o trabalho da Missão palotina, prejudicando o relacionamento dos padres com a comunidade, fazendo com que muitos se identificassem mais com o modelo de Igreja de Antônio Sório.

Ainda há que se considerar a forma como os padres palotinos interpretavam as demonstrações e manifestações de italianidade pelos imigrantes no intuito de evidenciar a sua ligação com a antiga pátria. Segundo eles, tudo isso era uma afronta dos colonos ao catolicismo, no entanto, para muitos colonos, não passava de um ritual cívico e de referência nostálgica à terra de origem.

A falta de sensibilidade, tanto dos integrantes da igreja Católica (palotinos, padre Sório e Bispos) que interagiam na região, como das principais lideranças comunitárias, bem como de diversas comunidades, gerou vários episódios que só serviram para desgastar as relações entre dois importantes núcleos da ex-Colônia Silveira Martins, com repercussões divisionistas por todo o seu território e que impediram tanto a sua unidade, bem como a prevalência de iniciativas de desenvolvimento de quaisquer delas.

O fato de se priorizar a descrição do episódio fatal envolvendo o padre Sório e a imputabilidade do crime a uma fatalidade nem sempre visível entre Católicos e Maçons não se constitui na única trama da vida cotidiana do núcleo colonial Silveira Martins no período que transita entre o final do século XIX e início do século XX.

Outro episódio que mostra os conflitos religiosos na ex-Colônia se dá no núcleo de Arroio Grande. Conforme Possamai (205, p. 141), lá havia uma divisão²⁸ em duas jurisdições eclesíásticas: uma pertencia a Santa Maria (margem esquerda), e a outra, à ex-Colônia Silveira Martins (margem direita). Na área pertencente a Santa Maria estava a Igreja de São Pedro, atendida pelos sacerdotes palotinos, e na área pertencente a Silveira Martins estava a Igreja de São Marcos que era administrada por Antônio Sório. Na verdade, as discussões haviam iniciado quando

²⁸ Nos aspectos históricos do Processo nº 1517 de 20/5/1987 da ALRS, p. 4 e 5 enviado pela Comissão Pró-Emancipação de Silveira Martins consta que a divisão entre os dois núcleos ocorreu a partir do Decreto do Bispo D. Sebastião de Porto Alegre (29/6/1884), que criou a Paróquia de Santo Antônio (de Silveira Martins).

os moradores de Arroio Grande resolveram construir uma igreja e o pároco da época da Sede da Colônia (Sório) ofereceu uma área na margem direita do Arroio para construí-la. A comunidade de Arroio Grande, sob a liderança de Andrea Pozzobon, se envolveu muito na construção e, em 1894, a igreja foi inaugurada na localidade de São Marcos (Processo nº 2517 de 20/5/1987 da ALRS, p. 4).



Figura 5 – Igreja de São Pedro – Arroio Grande – Santa Maria – RS
Fonte: Autor



Figura 6 – Igreja de São Marcos – São Marcos – Silveira Martins
Fonte: Autor

Conforme descrição, no ano de 1920, em seus “cadernos de memórias”, o padre Frederico Schwinn (vigário de Silveira Martins de 1906 a 1921), registrou que a capela de São Marcos foi construída – fora do lugar -, causando fortes disputas e lutas entre as comunidades de São Marcos e a de São Pedro de Arroio Grande.

Na verdade, a luta da comunidade de Arroio Grande se transferiu também contra Silveira Martins, uma vez que a capela de São Marcos ficou localizada no território da Paróquia de Santo Antônio.

Para Vendrame (2007, p. 127), a resistência que o povoado de São Marcos fez aos padres palotinos não deve ser entendida como anticlericalismo ou mesmo como oposição à religião católica. Mas se trata de compreender que cada núcleo colonial, que tinha o seu próprio interesse de autonomia e liberdade frustrados, passava a conflitar um com o outro.

A tensão entre essas duas comunidades (Arroio Grande e Silveira Martins) se agravou em maio de 1898, quando o Bispo Dom Claudio Ponce de Leão, em demonstração de favorecimento aos palotinos, elevou à categoria de curato a localidade de São Pedro de Arroio Grande. Embora tenha se mobilizado para obter a transferência do sacerdote de São Pedro para a sua comunidade e nada

conseguindo, a comissão de fabriqueiros da Igreja de São Marcos recorreu às autoridades eclesiásticas da Santa Sé, do Brasil e até do governo italiano (VENDRAME, 2007, p. 120).

Na verdade, o que incomodava a população de São Marcos era o fato de ficar sob a administração da Igreja escolhida como principal na região de Arroio Grande, impedindo a tão desejada autonomia, em que, cada lugar devia ter seu próprio sacerdote e, desta forma, impor a sua supremacia frente às outras capelas. Tornar-se curato (como no caso de São Pedro) era a meta de todos os núcleos coloniais, uma vez que isso representava prestígio e status diante das demais localidades bem como garantia de trânsito das pessoas para aumentar os negócios, e também uma forma de não sofrer um controle externo.

Sob esta ótica, a morte do padre Sório, em 1900, abalou duplamente as pretensões da comunidade de São Marcos. Além de ficar desprotegida de assistência religiosa de modo permanente, fato indesejado pelos católicos do núcleo, ainda precisaram ceder às orientações do Bispo Dom Claudio Ponce Leão, submetendo-se à administração palotina da paróquia de São Pedro de Arroio Grande.

Vendrame (2007, p. 125), que examinou abundante documentação sobre o ocorrido, destaca que Andrea Pozzobon (liderança com pensamento liberal em Arroio Grande) era importante parceiro do padre Sório, opondo-se às atividades e à política exercida pelos padres palotinos, condenando a participação deles na região.

Segundo a autora, Andrea Pozzobon tinha no padre Sório o “símbolo da resistência que impedia a expansão dos sacerdotes palotinos por toda a ex-Colônia Silveira Martins” (p. 125). Sobre isso, Possamai (2005, p. 143-45), também afirma que os padres “palotinos dedicaram-se, então, a vencer a resistência dos imigrantes de tendência liberal, como Andrea Pozzobon”.

Biasoli (2005, p. 96) e Marin (1993, p. 133-34) também concordam que os representantes palotinos no esforço para implantar o seu projeto ultramontano na ex-Colônia Silveira Martins procuraram enfrentar o legado liberal dos padres Vitor Arnoffi e Antônio Sório.

Para Vendrame (2007, p. 125), com a morte do Padre Sório os palotinos

visualizaram a possibilidade de ampliar o seu campo de trabalho, consolidando sua hegemonia na região colonial. Ao vencerem essa oposição, mesmo que de forma inusitada e inesperada, os padres da Pia

Sociedade das Missões encontrariam um campo aberto para trabalharem no sentido de enquadrar os imigrantes rebeldes à sua administração.

Esse conflito entre Arroio Grande (católicos da paróquia de São Pedro) e São Marcos (católicos da Capela de São Marcos) pode ser entendido como uma demonstração de rebeldia de um grupo de colonos (no caso específico, vinculados à Capela de São Marcos) por verem frustrados os seus ideais de autonomia e liberdade, tão almejados desde a partida da Itália.

As rivalidades aqui descritas foram duradouras e, mesmo que São Marcos tenha se submetido à administração de São Pedro, reconhecendo a primazia da Paróquia de Arroio Grande, ficou evidenciado que no âmago de um conjunto de imigrantes católicos, a política de privilegiar algumas localidades e excluir outras, da convivência permanente com os sacerdotes, aplicada pelos palotinos com a concordância do Bispo, na ex-Colônia Silveira Martins, trouxe grandes avanços para os que dela se beneficiaram e sentimentos de inferioridade, resistência e rebeldia para os demais.

Mesmo com a existência desses conflitos o avanço dos palotinos foi ocorrendo na ex-Colônia Silveira Martins.

Na análise que daí se depreende é relevante destacar duas evidências que decorrem das relações entre Vale Vêneto e Silveira Martins no que se refere aos vínculos entre sacerdotes e comunidades que nas entrelinhas dos escritos acabam repercutindo e influenciando no modo de construção e de ver os cenários diferenciados e contraditórios no interior dos núcleos coloniais.

A primeira dessas evidências é a visão decadente de religiosidade praticada pela população de Silveira Martins e a prática ideal de vivência religiosa da população de Vale Vêneto. Segundo Biasoli (2005, p. 115-117), esse cenário paradoxal é fruto de uma interpretação do padre Frederico Schwinn (palotino) que dirigiu a paróquia de Silveira Martins de 1906 até 1918. De acordo com Biasoli, o padre Schwinn traçou um plano que lhe permitiu impulsionar e dinamizar o núcleo colonial, renovando a vida religiosa de Silveira Martins e reduzindo a distância que havia em relação à fé dos imigrantes de Vale Vêneto.

Paralelamente a isso, o padre Schwinn apresentava o período de Sório frente a Paróquia de Silveira Martins como uma época de decadência e desprestígio da

religião, de modo que, no embate entre a atuação de Sório, comparada com o trabalho dos palotinos, a sede da Colônia ficava em desvantagem.

Vendrame (2007, p. 153) reforça a ideia ao afirmar que todos os que representavam ameaça à hegemonia da Igreja Católica, na região Colonial foram condenados pelo padre Schwinn. Assim “a religião praticada na sede foi desprezada em oposição à vivida em Vale Vêneto ou em outros locais administrados pelos missionários palotinos”.

Essa tensão se deu porque os palotinos condenavam a maneira como Sório se comportava na condução dos trabalhos nas comunidades coloniais.

A segunda evidência ultrapassa o sentido de religiosidade mais favorável a Vale Vêneto em detrimento de Silveira Martins. Vai além desta comparação interna e confronta-se com outros locais, após a instalação dos palotinos em Silveira Martins. A partir de então, a Sede da Colônia passa a ser apresentada e descrita como profundamente religiosa e o conflito com Vale Vêneto sai de cena. Nesta circunstância, a Sede da Colônia com seus imigrantes italianos fervorosos cumpridores dos sacramentos, comparados com os luso-brasileiros, passaram a ser descritos como os mais religiosos, uma vez que estavam próximos do ideal de colono almejado pela Pia Sociedade das Missões (VENDRAME, 2007, p. 162).

Na esteira dessa segunda evidência, Azzi (1993, p. 70) identifica a ideia de superioridade racial europeia arraigada nos colonos. Através dela os imigrantes se consideravam trabalhadores mais laboriosos e, ainda, julgavam sua prática de fé católica mais autêntica do que a dos nativos.

Foi com essa ideia de superioridade que os sacerdotes ultramontanos entenderam que os imigrantes italianos deviam seguir a “verdadeira” maneira de ser católico e tinham a pretensão de organizar a vivência religiosa dos imigrantes conforme os ditames da Igreja Conservadora.

Segundo Possamai (2005, p. 15) foi essa construção histórica que consolidou a imagem do imigrante como profundamente católico. Trata-se da moldagem de uma identidade coletiva forjada por uma intelectualidade que buscava enquadrar os colonos dentro de um ideal a ser atingido.

Outro episódio que abalou internamente as relações entre os católicos, agora entre os palotinos no interior da ex-Colônia Silveira Martins, ocorreu em Novo Treviso em 1893.

Ao assumir como pároco da localidade, o padre Cornélio O'Connor liderou o início da construção da nova capela de alvenaria, a fim de substituir a anterior de madeira. No entanto, carregava a fama de fazer confusões por onde passava.

Em novembro de 1894, o padre Schwinn enviou uma carta ao Superior geral da Pio Sociedade das Missões (Roma) solicitando a expulsão do referido Sacerdote da Congregação (VENDRAME, 2007, p. 77).

Na carta há um relato de Schwinn queixando-se de Cornélio por ocasião de sua visita a Novo Treviso. Alega o padre Schwinn que nem sequer foi recebido pelo colega na Paróquia e, por ser tão maltratado, precisou pernoitar na casa do fabricante Luis Rosso.

Schwinn relata também que durante a noite foi surpreendido com as visitas do sacristão de Cornélio e do imigrante Santo Piccinin que mobilizaram em torno de 200 homens a cavalo em frente à residência de Rosso.

Contraditoriamente, dizendo-se coagido, o padre Cornélio chamou pessoas de Dona Francisca para socorrê-lo, pois sentia-se ameaçado de morte. Diante disso, compareceram a Novo Treviso aproximadamente 90 cavaleiros e o levaram para Dona Francisca.

Excluindo-se o espírito belicoso do padre Cornélio O'Connor, é provável que o conflito esteja vinculado a questões referentes à construção da igreja de alvenaria que o pároco coordenava, além de interpretar a visita de Schwinn como intromissão nas decisões de sua paróquia.

Esse episódio dividiu a população de Novo Treviso e os padres de Vale Vêneto continuaram se revezando no atendimento espiritual dos fiéis e a comunidade se reorganizou para retomar as obras da nova Igreja iniciada (VENDRAME, 2007, p. 81).

A presença do padre Cornélio como refugiado de Novo Treviso em Dona Francisca garantiu que o núcleo, sem sacerdote fixo, tivesse alguém para ministrar sacramentos, embora sem autorização do Bispo da época, D. Claudio Ponce de Leão. Diante disso, em novembro de 1894 o Bispo o suspendeu e o ameaçou de excomunhão. Sentindo-se pressionado, em 1896 o padre O'Connor retornou para a Europa, sem antes colocar toda a população do núcleo Dona Francisca contra os sacerdotes palotinos (VENDRAME, 2007, p. 84).

A autora salienta ainda que o apoio da população ao padre se deu devido à ausência de sacerdote residente e, para a comunidade, não importava se ele estava

sofrendo represálias da Pia Sociedade da Missões e o fato de sair deixou o núcleo desassistido espiritualmente, fato que levou os moradores a denunciarem os palotinos à Santa Sé, pelo descaso a seus pedidos. Em represália, o Bispo D. Claudio interditou a capela em 1909.

Conforme a autora, o conflito foi resolvido em 1912 quando a comunidade enviou um pedido de desculpas pelas agressões aos padres da Pia Sociedade das Missões e o bispo concedeu a partir daí um sacerdote (Francisco Burmann) para atender a comunidade.

Como se vê, através dos conflitos entre católicos (questão entre Arroio Grande e São Marcos e o episódio de Novo Treviso e Dona Francisca) e entre católicos e maçons (disputas pelos dois primeiros sacerdotes, rivalidades entre lideranças de Vale Vêneto e a Sede – Silveira Martins e o episódio da morte do padre Sório) é possível compreender a complexidade das relações que se estabeleceram nos limites do quarto núcleo colonial italiano do RS.

Para não cair no erro de afirmar que houve a homogeneização do credo católico dentre os imigrantes italianos do RS e sem negar que o catolicismo é um dos principais valores dos imigrantes, é preciso ratificar que o monopólio ultramontano só se efetivou na região colonial do centro do RS. A Pia Sociedade das Missões lutou para estabelecer a sua hegemonia sufocando as minorias com a força do lema “ora et labora”.

Isso fez com que os imigrantes do núcleo Silveira Martins tomassem um rumo diferente do contexto geral da imigração levado adiante, especialmente, nas outras colônias italianas do RS.

Com esse complexo embate, restou fortalecido o projeto católico dos palotinos, porém não o suficiente para evitar que a ex-Colônia Silveira Martins perdesse prestígio na esfera das relações que transitaram na política entre a Província e o Império e, depois, na República, de modo a deixar esclarecidas as questões que envolviam a participação do ilustre Gaspar Silveira Martins.

1.3 A QUESTÃO DO NOME SILVEIRA MARTINS PARA A COLÔNIA E A PERDA DO SEU PRESTÍGIO POLÍTICO

O Governo Imperial havia projetado a criação de uma colônia de europeus nas terras devolutas do centro da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, cuja denominação seria Colônia Imperial de Santa Maria da Boca do Monte²⁹.

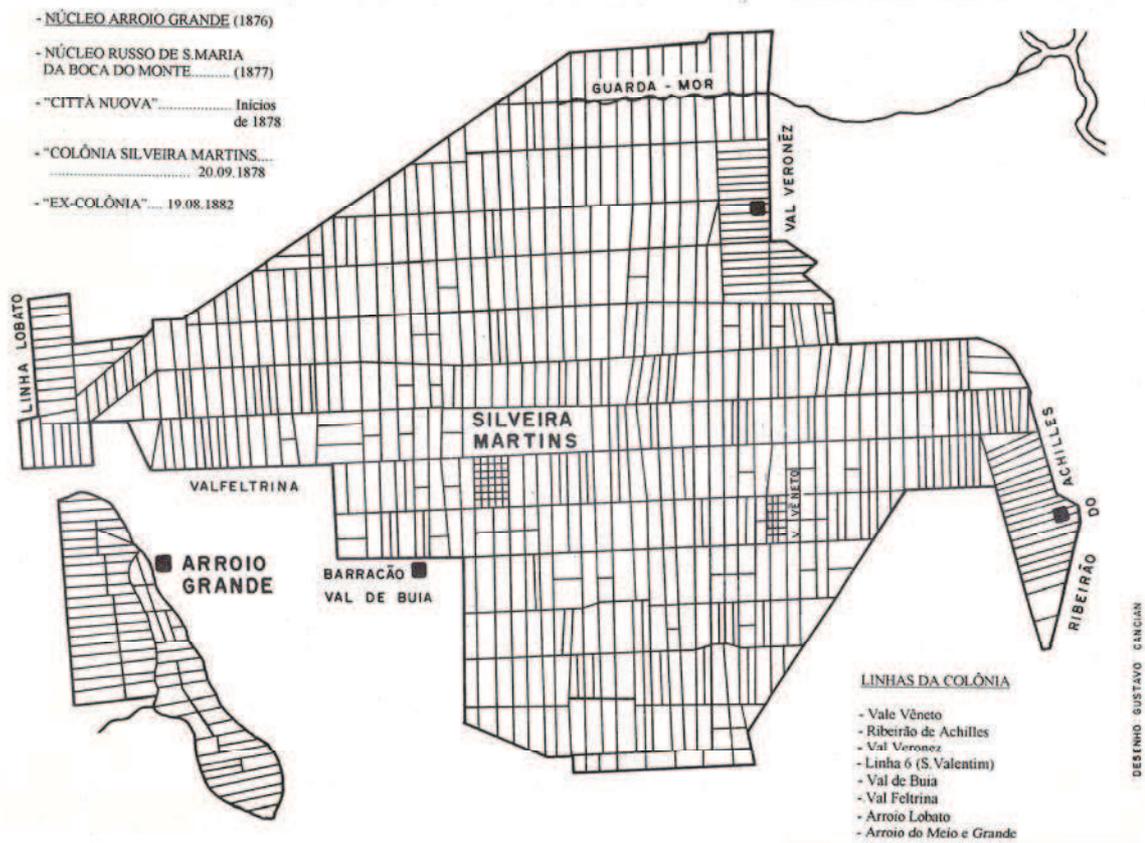


Figura 7 - Nome do Quarto Núcleo Imperial de Colonização Italiana no RS
Fonte: Sponchiado (1996, p. 51)

Conforme Sponchiado (1996, p. 54-8), este núcleo colonial foi criado em 1876. Em maio de 1877, chegaram os russo-alemães (poloneses). Foram os primeiros imigrantes a chegar na região. Eram aproximadamente 400 pessoas e o local passou a denominar-se Núcleo Colonial dos Russos Alemães. Diante das dificuldades trazidas pelo clima (frio e chuvas), escassez de alimentos, abusos da bebida e doenças, em escassos seis meses abandonaram o Barracão. Em dezembro de 1877, chegam os italianos e o lugar passou a se chamar Quarto

²⁹ CARLESSO, Oscar José. **A sonhada América: os Carlesso em Santa Maria – 1878-1988**. Porto Alegre: Editora Posenato Arte & Cultura, 1989.

Núcleo Imperial de Colonização Italiana no RS. Como esses imigrantes anteviam que o novo lugar poderia estabelecer uma competição com Santa Maria da Boca do Monte o denominaram “Cittá Nuova” (CARLESSO, 1989).

Conforme Carlesso (1989, p. 67-69), a escolha do nome do Senador do Império (eleito em 1880) se deve a um conjunto de fatores ligados à esfera da política e às emoções e encantamentos que ele produzia em suas manifestações.

O primeiro destes fatores é o fato do Partido Liberal se constituir na época na maior expressão política de Santa Maria e Gaspar Silveira Martins o seu baluarte.

O segundo fator que pesou nesta escolha foi o fato do padre Marcelino Bittencourt de Santa Maria aderir ao Partido Liberal e ser admirador do político. Como o padre prestava assistência religiosa aos colonos, divulgava entre eles as ideias do Senador, que eram favoráveis a vinda dos europeus para colonizar o Brasil.

Destaca-se ainda o fato dele possuir o título de Grão-Mestre da Maçonaria brasileira e dentre os Vênetos da nova Colônia o número de carbonários (adeptos de Garibaldi) era muito grande.

Outro aspecto relevante desta escolha foi a presença de uma caravana de colonos liderada por Próspero Pippi na visita que Gaspar Silveira Martins fez a Santa Maria em setembro de 1879. Neste encontro, os italianos ficaram impressionados com a capacidade de comunicação verbal e inteligência do tribuno.

Poucos dias após, Próspero Pippi convocou os moradores da Colônia e em frente ao seu armazém entre vivas e aclamações foi acertado publicamente o nome de Silveira Martins como patrono da Colônia³⁰.

Já em 1882, deixou de ser colônia imperial e passou a ser administrada pela Província. Novamente teve a sua nomenclatura alterada, agora para ex-Colônia Silveira Martins. Esse ato representou a emancipação do regime colonial do Império.

Constata-se que na virada do século XIX para o XX, na ex-Colônia Silveira Martins, havia ainda dentre os imigrantes, em relação à política, a manutenção das

³⁰ Esse fato é sustentado por Tondolo (1996, p. 14). Já para Sponchiado (1996, p. 58) a Colônia passa a se chamar Silveira Martins em 20 de setembro de 1878 conforme determinação da Inspeção Especial de Terras e Colonização. Conforme Isaia (1990, p. 26) os italianos que fundaram a Sede da Colônia em 1877 a denominaram Cittá Nuova, no entanto, o ano de 1879 como data da troca de nome de Quarta Colônia Imperial para Silveira Martins não é certa. Trata-se apenas de data provável e mesmo que o Senador Silveira Martins nunca tenha visitado a Colônia, a ideia dos colonos atribuindo-lhe o nome foi de agradá-lo, por ser ele defensor da política de colonização.

convicções, senão vividas, pelo menos conhecidas, oriundas da Itália. Essas ideias se relacionavam, ainda, à unificação italiana.

Mesmo que Giron (1989, p. 75) identifique na região colonial gaúcha a presença dos católicos, dos maçons e dos austríacos, e Possamai (2005, p. 15) localize no contexto colonial católicos e anticlericais (e dentre estes se incluem maçons, liberais, positivistas, nacionalistas, socialistas e anarquistas), de fato, se estabeleceria um duelo entre católicos e maçons. Às vezes, de forma direta, outras de modo implícito, esses grupos frequentemente expunham-se publicamente no universo das ideias, a respeito do que seria sua vida no contexto político gaúcho e local.

O grupo mais numeroso era o de católicos e ao se manifestarem contrários à unificação italiana, por ser anticatólica, pregavam a devolução dos territórios pontifícios ao Papa. Por isso, em nível da política local, estabeleciam relações adversas ao anticlericalismo do Positivismo - que sustentava a política de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul. Para esse grupo, a Igreja Católica era a instituição que garantia os ensinamentos do cotidiano e, por isso, fundamental para a própria vida.

Os maçons, embora em pequeno número, eram muito ativos politicamente, desde a Itália. Lá apoiavam a unificação italiana. Eram contrários à Igreja Católica e ao Papa. Aqui, se reagruparam nas lojas maçônicas (Giron, 1989, p. 75) e tinham em José Garibaldi, um grande ídolo.

Conforme Félix (1992, p. 56)³¹, foi a partir da relação entre a cultura política trazida da Itália e a situação política encontrada aqui, que foi se definindo a integração dos colonos à política regional. Os maçons eram mais efetivos politicamente, enquanto os católicos se retraem do poder político, seja ele local ou não. Os primeiros, com tendência de liderança econômica no comércio, tinham maior acesso às autoridades políticas, enquanto os segundos, mais direcionados à ocupação agrícola. Os autênticos líderes dos colonos são os padres que, por deterem grande prestígio dentre eles, frequentemente se atritavam com os maçons,

³¹ Segundo Giron in **Imigração italiana: estudos** (1979, p. 243-244) os imigrantes não formavam um grupo unido. Havia três grupos antagonicamente: os "austríacos", defendiam o domínio da Áustria sobre a península; os "carbonários", defendiam a unificação do país; e os "católicos" que desejavam a manutenção do domínio papal sobre os Estados Romanos. Essa origem política dos grupos de imigrantes torna compreensível o conjunto de desavenças que sustentaram os confrontos italianos do Estado, especialmente o núcleo Silveira Martins.

mas segundo Vendrame (2007) não raras vezes, as desavenças surgiam entre colonos e sacerdotes.

Para a autora, a retração dos colonos na vida política da Colônia pode ser notada, já, desde a constituição das Colônias, divididas em linhas e travessões, cabendo aos colonos ocuparem-se de atividades agrícolas no interior, enquanto nos núcleos urbanos havia profissionais liberais e comerciantes (maçons). A preocupação da maioria dos colonos era reconstruir a vida seguindo as orientações da Igreja Católica.

A prova mais evidente disso é um documento³² enviado em 1884 pelos habitantes de Vale Vêneto ao Presidente da Província, afirmando que eram provenientes de um país católico e que esperavam, no Brasil, professar a fé católica, obedecer às autoridades civis e religiosas e reconstituir suas vidas sobre os princípios e normas católicas.

A chegada da República e, por consequência, a separação do Estado da Igreja, permitindo a liberdade de culto, gerou nos imigrantes católicos uma profunda desconfiança que o regime republicano era apoiado pela maçonaria, ao contrário do regime imperial. A República arruinaria o Brasil, pois os governantes e o povo brasileiro, em geral, seriam acometidos de grande crise moral que instalaria o caos no país e o encaminharia para a degeneração social.

Essa forma de pensamento, transportado para a instância estadual, expõe o local à situação política de oposição entre Júlio de Castilhos (Republicano e Presidencialista) e Gaspar Silveira Martins (liberal, ex-integrante da Monarquia e Parlamentarista). Nesse contexto, apresentam-se diversos desdobramentos em ambas as esferas do Poder: local e regional.

No âmbito do poder regional, vários autores se manifestaram a respeito da situação.

Inicialmente, há que se evidenciar o que diz Tupinambá Miguel Castro do Nascimento (2006) a respeito da relação política de Gaspar Silveira Martins no contexto da Proclamação da República e, posteriormente, na Revolução Federalista. Esses dois episódios ilustram as dimensões do duelo estabelecido entre Silveira Martins e Júlio de Castilhos na vida política do país, com repercussões regionais e locais.

³² Documento de 2/12/1884. CPG – Nova Palma.

Gaspar Martins, durante o Império, quando exerceu intensa atividade política, sempre foi um vencedor, tendo forte apoio do povo. A proclamação da República é que lhe veio causar derrotas, oportunizando que os derrotados no passado assumissem o poder no presente (p. 49).

Segundo o autor, essa derrota levou Gaspar Silveira Martins ao exílio (Dec. 78 de 21/12/1889). O objetivo era afastá-lo do cenário sul-Americano, distante da política brasileira, por um período não previsível. Acabou na Europa, onde teve oportunidade de conhecer inúmeros intelectuais, já que circulou por capitais como Paris, Londres, Roma, Lisboa, Bruxelas, Madri e Berlim. Em 19/11/1890, através do Decreto nº 1037 o exílio terminou e seu retorno ao Brasil ocorreu no dia 5/1/1892.

Ao chegar no Brasil, já estava se formando o mapa político-revolucionário para irromper logo a seguir. De um lado, apoiando o governo de Castilhos e recebendo apoio do exército nacional, os republicanos ou pica-paus que usavam um lenço branco como distintivo. Do outro lado, os federalistas com apoio da marinha nacional, e que os republicanos denominavam de maragatos e que usavam um lenço vermelho no pescoço e tinham Gaspar Silveira Martins como referência política.

Os republicanos sustentavam o pacto federativo, a federação, detendo os Estados forte autonomia frente à soberania nacional. Os federalistas defendiam o predomínio do poder federal sobre o estadual. Essa dualidade forma um conflito entre forças antagônicas abrindo espaço para a Revolução de 1893, entre pica-paus e maragatos. Assim

o Rio Grande do Sul conheceu, durante algum tempo, o confronto de idéias entre castilhismo e gasparismo. No período anterior à República, preponderava o gasparismo de forma natural e respeitosa. Com a proclamação da República, inverteram-se as posições, exteriorizando-se um dado então desconhecido. O gasparismo não era visto com bons olhos pelo governo estadual, sendo perseguidos seus adeptos a partir de então (NASCIMENTO, 2006, p. 97).

Saquet (2003, p. 122) sustenta que no Rio Grande do Sul, com a proclamação da República, foi concretizada a substituição da Aliança Gasparista pela Aliança Castilhista. Com Julio de Castilhos no poder, se dá a implementação de um plano que fortaleceu as comunicações e o escoamento da produção para as Colônias de Caxias, Conde D'Eu e Dona Isabel. Fazia parte deste projeto a construção da estrada de ferro unindo Porto Alegre a Caxias do Sul e a melhoria da

navegação do rio Caí. Simultaneamente a esse planejamento favorável às Colônias da Serra nenhuma perspectiva de melhorias envolveu os espaços da Colônia Silveira Martins, nos planos estaduais.

Isso evidencia de forma sutil o ônus que precisa suportar a Quarta Colônia Imperial por ter o nome do principal opositor do então Presidente do Estado. Segundo Possamai (2006, p. 209), “a ex-Colônia Silveira Martins pagou pelo fato de seu nome homenagear o político derrotado [...]”. Conforme Marin (2007, p. 174):

O topônimo Silveira Martins também contribuiu negativamente. A homenagem ao tribuno do Império e ao líder da oposição, Gaspar Silveira Martins, não só inviabilizou a emancipação como também o não atendimento das demandas locais pelo governo estadual. Como decorrência, tanto Julio de Castilhos como Borges de Medeiros eram vistos, pelos comerciantes, como perseguidores.

Referindo-se à questão do nome do quarto núcleo colonial de imigrantes italianos no RS, a historiadora Sandra Pesavento (1980)³³ também se manifesta e argumenta sobre a formação das Alianças Gasparista e Castilhista no contexto da política do RS e suas implicações com a política do governo central.

O texto é rigorosamente adequado à compreensão dos detalhes que acabam contribuindo negativamente e de forma sutil para o gradativo esquecimento da Colônia Silveira Martins, na parte que toca as boas/más memórias do seu nome.

Segundo Pesavento (1980, p. 157), a inserção dos imigrantes na política riograndense somente se efetiva a partir do final do Império e início da República, mais precisamente na composição das Alianças Gasparista e Castilhista.

Durante o Império, o RS teve na pecuária (charque) a sua atividade econômica fundamental e esta produção se destinava ao abastecimento do mercado interno brasileiro, como setor subsidiário aos produtos de café que dominavam o Império a nível nacional. O interesse dos produtores de café era centralizar e canalizar recursos da periferia para o centro.

Ratifica-se, também que na esfera da política o Partido Conservador (com sede no RJ) lutava pela permanente centralização, enquanto o Partido Liberal (com amplas bases no RS) defendia a descentralização e o federalismo. Além disso, os pecuaristas do Sul do Estado dominavam a economia e faziam prevalecer os seus

³³ PESAVENTO, Sandra. O imigrante na política riograndense, In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 156.194.

interesses sobre a sociedade rio-grandense, no entanto, esses interesses estavam vinculados à economia central e de exportação do país. Portanto, dominavam a estrutura do poder regional mas se sujeitavam aos ditames do Império.

Mesmo que D. Pedro I, no início do Império, estivesse preocupado em instalar núcleos de pequenos proprietários para fazer frente ao latifúndio e ao poder político que este representa e, posteriormente, as ideias sobre imigração continuaram vinculando o imigrante ao trabalho em terras próprias, a partir da década de 1870 há o problema da substituição da mão-de-obra nas lavouras de café (em SP).

Nesse momento, os imigrantes alemães já haviam superado a fase de subsistência e produziam grandes excedentes para incrementar o comércio³⁴ em diversas cidades do RS: Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, enquanto os italianos começaram a chegar a partir de 1875 e enfrentavam, ainda, um período de adaptações, tanto para se ajustarem aos padrões de sobrevivência como para transitar de uma política do recém-unificado Estado Italiano para outra de efervescência que discutia o fim da escravidão e problemas da já agonizante monarquia brasileira.

É nesse contexto que Pesavento (1980, p. 163) apresenta a ascensão política do Partido Liberal no Estado. Há uma concomitante ascensão da economia, através da produção de excedentes pelos imigrantes alemães e a afirmação política do Partido Liberal. Na verdade, os dirigentes políticos da província se voltaram para a sociedade colonial na busca de eleitores e base de apoio, enquanto os representantes das colônias perceberam, no apoio ao poder constituído e monopolizado pelos pecuaristas, uma forma de terem as suas reivindicações atendidas.

Esta é a “Aliança Gasparista”, sustentáculo do Partido Liberal no RS, liderada por Gaspar de Silveira Martins.

Ainda segundo Pesavento (1980, p. 164), o Partido Liberal defendia, no plano central, os interesses do RS, prioritariamente àqueles ligados à pecuária (criação e charqueada) e posteriormente os do centro do RS, dando aí prioridade para a construção de estradas de ferro que atingissem a campanha e com juros pagos pelo

³⁴ Conforme Pesavento (1980, p. 163), o comércio alemão contribuiu para a fundação da Praça do Comércio de Porto Alegre (1853). Em 1878, dos seus 146 membros, 37 eram de origem alemã. Aparecem famílias conhecidas no ramo de negócios, como Becker, Sperb, Dreher, Mentz, Ebert, Dexheimer, Wallau, Wolkmann, Schilling, Haensel, Pettersen, etc.

governo central, além de obter tarifa especial para a província nos negócios com charque e couro.

Esta aliança atenuou a dominação dos pecuaristas sobre os demais setores da economia pela introdução no processo político dos setores comerciais das cidades litorâneas onde se achavam ligados os imigrantes alemães, reforçando a ideia da presença dos alemães na composição da aliança gasparista.

A Proclamação da República (1889) e a conseqüente mudança do regime político no Estado implicou na substituição da “Aliança Gasparista” por um novo arranjo político: a “Aliança Castilhistas”.

Para Vêscio (2001, p. 127), o “novo pacto” é feito a partir da aliança do PRR com o Grande Oriente do RS (GORGS)³⁵.

Segundo Pesavento (1980, p. 169-171), o PRR, sob a liderança de Julio de Castilhos tinha como metas resolver problemas cruciais, mediante um programa econômico progressista e atrair para os seus quadros novos setores produtivos (grupos secundários de maior expressão são os imigrantes italianos e descendentes além de funcionários públicos, bancários e pequenos comerciantes).

Como os italianos estavam em recente processo de adaptação e integração ao Rio Grande do Sul, tendiam a compor grupos de apoio aos republicanos.

Esta aliança do PRR com outros setores sociais pode ser entendida como uma forma dos pecuaristas que se mantinham no poder afastar do processo político a classe dominante que ocupava o controle político na Província com o Partido Liberal.

Em nível nacional, na República Velha, consolidou-se na economia do país a burguesia cafeeira que identificou os seus próprios interesses com os “interesses brasileiros como um todo” e a partir disso as oligarquias periféricas tiveram que

³⁵ Em 1893 foi fundado o Grande Oriente do RS (GORGS) por um conjunto de lojas sul-rio-grandenses, uma potência autônoma independente do Grande Oriente do Brasil (GOB) (FLORES in FLORES, 1993, p. 17). Já Vêscio (2001, p. 123) diz que a criação de uma potência maçônica autônoma no RS pode também ser explicada pela hábil manobra de Júlio de Castilhos, para prevenir-se contra uma articulação de Silveira Martins e dos liberais, através do Grande Oriente do Brasil, já que Silveira Martins tinha fortes laços na Maçonaria do Rio de Janeiro. Afirma, ainda, Vêscio (2001, p. 125-127) que há uma articulação no plano das ideias entre os maçons que estavam interessados em discutir a temática Liberal e positivista e o PRR. Este “novo pacto” entre PRR e GORGS beneficiaria os Maçons via Lojas em serviços prestados pelo Estado em órgãos do Poder Executivo e Judiciário, especialmente. Para o autor, as lojas maçônicas cumprem o papel de substituir os antigos coronéis do Império, fornecendo durante 35 anos (1893-1928) sustentação para os sucessivos governos do PRR na política local.

consentir com essa prática recebendo em troca atendimento a seus interesses regionais.

Em nível regional, a prática hegemônica implicava uma negociação entre interesses de pecuaristas (prioritárias) e interesses de grupos secundários. O grupo no poder defendia interesses “universais”, que ideologicamente se apresentavam como de toda a sociedade, mas que na prática se revelavam numa escala de prioridade: primeiro os interesses do setor dominante, depois os demais grupos secundários.

Há que se destacar ainda o fato de que nesta Aliança, denominada Castilhistas, não há tanta preocupação com os interesses dos pequenos proprietários agrícolas (colonos/camponeses). Há sim uma defesa maior da posição de imigrante comerciante ou industrial, situação adequada às Colônias italianas do nordeste do Estado.

Segundo Possamai (2005, p. 208):

Os republicanos prontamente atenderam a alguns dos principais anseios da população da região de colonização italiana da Serra. Em 1890, Caxias do Sul conseguiu a sua emancipação [...], enquanto a ex-Colônia Dona Isabel conseguiu a sua emancipação [...]. Por sua vez, a antiga colônia Conde D'Eu [...] conseguiu a sua autonomia em 1900 [...]. Contudo, enquanto a Região Colonial italiana do nordeste do RS era favorecida pelo novo governo, a ex-Colônia Silveira Martins não teve a mesma sorte [...].

A derrota dos federalistas, liderados por Gaspar Silveira Martins, a desunião das lideranças da Colônia e a vizinhança de municípios antigos e influentes são para Possamai (2005, p. 208) as verdadeiras causas da fragmentação da Colônia Silveira Martins.

Por esta ótica, a Colônia Silveira Martins estaria excluída da “Aliança Castilhistas”. Primeiro, pelo fato de ser composta basicamente de agricultores-camponeses fortemente influenciados pelos ideais católicos do ultramontanismo e, depois, pelo fato de dela não constituir um núcleo urbano de modo que pudesse caracterizar um predomínio ocupacional em atividades comerciais e industriais.

No entanto, há que se entender a especificidade deste núcleo colonial que teve na pregação da Igreja Católica via sacerdotes ultramontanos a orientação política da maioria dos integrantes das suas comunidades. Estes viam com desconfiança a causa Republicana e, por consequência, o Positivismo. Por isso, a

maioria assumiu publicamente que eram admiradores de Gaspar Silveira Martins e lhe deram apoio. Enquanto isso, os colonos da Serra se aliaram às ideias republicanas, compondo a sua base social de apoio (PESAVENTO, 1980, p. 171).

Sobre isso, Azevedo (1975, p. 250-251) destaca que, mesmo havendo maior inclinação entre os colonos italianos pelos castilhistas, não há unanimidade. Há também no conjunto imigratório episódios que permitem perceber a importância da religião e da ação do clero.

O cenário de mudanças com a implantação da República autoriza Flores (1993) a afirmar que na política rio-grandense se configurou uma dicotomia composta por republicanos que defendiam o autoritarismo expresso pela ditadura do chefe carismático e por liberais que pregavam a liberdade e o respeito à propriedade.

Silveira Martins queria uma república parlamentarista com poder federal forte; Castilhos desejava uma república presidencialista e federativa, com autonomia dos estados. Um lutava pela democracia, outro pela ditadura. Nenhum abriu mão de suas ideias querendo sempre convencer o antagonista. Por causa da intolerância dos líderes políticos, só restava à oposição a luta contra irmãos. O Rio Grande do Sul mergulhou numa Revolução sangrenta onde morreram mais de 10% da população (FLORES, 1993, p. 17).

Sem dúvida, há no Rio Grande do Sul, na década 1890-1900, uma nova composição de forças políticas. Com a ascensão ao poder dos republicanos de orientação positivista e sua consolidação à frente do governo rio-grandense após a Revolução Federalista³⁶, foi necessário um novo arranjo entre o poder central, o nível estadual, e o poder local. Em nível estadual, embora permanecesse no poder, a oligarquia ligada às atividades da pecuária, foi outro grupo que assumiu o controle do Executivo gaúcho. Isso mostra que a Revolução de 1893 foi uma convulsão das elites, dualizada por um mecanismo de disputas entre dois grupos políticos de matriz conservadora (FÉLIX, 1984, p. 49). O resultado disso afeta diretamente as zonas coloniais de imigração, especialmente a Quarta Colônia, uma vez que, como produto dos vínculos do grupo vitorioso, por sua procedência classista (oligarquia rural, elite estancieira) e geográfica (região serrana) se dá o atendimento das demandas específicas desta região (em detrimento das demais, do centro e fronteira, onde se

³⁶ Segundo Possamai (2005, p. 208), esta guerra apresentou como resultado a vitória da aliança entre Litoral e Serra, sobre a aliança entre Litoral-Campanha.

situa a Quarta Colônia), que se tornou sustentáculo do poder de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, substituindo o que ocorria no Império, com os coronéis da região da Campanha.

Prova destes estreitos vínculos da região da Serra com o novo governo do Estado é manifestada por Love (1975, p. 80-83) quando afirma que a oposição ao PRR era intensa na fronteira e débil na zona colonial (italiana). Segundo o autor, em Caxias, a proporção de republicanos para federalistas era de quase dez para um e as razões do êxito republicano dentre os colonos italianos são: a falta, ainda do domínio da língua, a falta de integração com a cultura brasileira e a violência do coronelismo (LOVE, 1975, p.142-143).

Estas questões eram motivo de preocupação ao governo central.

Em nível de poder central, as áreas coloniais se constituíam permanentemente numa ameaça política e econômica. No sentido da ameaça política, há que se destacar a liderança, principalmente, dos padres que tinham grande capacidade de comporem ideias próprias onde as autoridades constituídas se mostravam incompetentes ou autoritárias e repressivas demais. Em decorrência disso, os colonos passaram a desacreditar nas autoridades brasileiras e na política do Brasil. A dificuldade de reconhecimento de autoridades brasileiras como lideranças pelos colonos provinha da proximidade que ostentavam com o Positivismo. Havia também o problema da comunicação entre imigrantes e brasileiros. Os imigrantes não compreendiam a língua portuguesa e os brasileiros não compreendiam os dialetos italianos. Isso tudo fazia com que nas zonas coloniais a atuação política se tornasse pouco efetiva.

No sentido da ameaça econômica, destaca-se o confronto feito, na forma de trabalhar e gerir a propriedade. A introdução de uma matriz de pequenas propriedades se constitui num novo desafio administrativo num Estado cujo poder hegemônico é disputado por elites oligárquicas.

Essa situação no contexto nacional teria levado, mais tarde, Borges de Medeiros em nível regional/local a se posicionar sempre contrário às ambições emancipacionista das áreas coloniais.

Ainda, após a proclamação da República, o PRR opôs-se sistematicamente à continuidade da imigração induzida, aceitando tão somente um modelo de imigração espontânea.

Isso faz com que ingressemos na esfera dos acontecimentos do poder regional/local e suas repercussões em nível de Quarta Colônia de Imigração Italiana.

De imediato e diante de uma análise geral dos governos Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, relacionados à Colônia Silveira Martins, resta esclarecido, pelos escritos já feitos anteriormente, que há uma severa oposição entre Gaspar Silveira Martins e Júlio de Castilhos, ficando prejudicada a relação topônima com a ex-Colônia Silveira Martins (SAQUET, 1999).

Refere Marin (1999, p. 63) que a ferrovia ligando Porto Alegre a Uruguaiana atingiu a Estação Colônia, hoje Camobi, nas proximidades de Santa Maria, já em 1885 e a construção do entroncamento ferroviário efetivou-se até o final do século, porém, direcionou a linha férrea para a cidade de Júlio de Castilhos, não passando pela sede da ex-Colônia Silveira Martins, como havia sido proposto pela Lei nº 1.832 de 28/6/1889. É necessário destacar que, neste período, o presidente da Província do RS era Gaspar da Silveira Martins, exilado no Uruguai após a Proclamação da República. Segundo o autor, este pode ter sido um forte motivo para a não realização da ferrovia passando pela sede da ex-Colônia Silveira Martins, pois com a República, quem assume a Presidência da Província do Rio Grande do Sul é Júlio de Castilhos, adversário declarado de Gaspar da Silveira Martins.

No dizer de Félix (1992, p. 47) nas regiões coloniais italianas de modo geral a estrutura política estatal demorou para se adaptar. Nelas, havia uma pulverização de poderes entre indivíduos e instituições. As relações de poder não se desenvolveram predominantemente através de canais político-institucionais formais, como conselhos municipais, partidos locais, intendências, etc., mas por outras instituições, como a Igreja Católica, Maçonaria, sociedades recreativas, cooperativas e pessoas com liderança.

Outro fato, agora específico, que registra o descaso do governo da Província, Júlio de Castilhos, em relação à ex-Colônia Silveira Martins, reside na solicitação feita por seus moradores em 1895³⁷, mediante abaixo-assinado e comissão constituída, requerendo a emancipação político-administrativa. As autoridades municipais de Cachoeira do Sul, Santa Maria e Júlio de Castilhos pressionaram o presidente do Estado para que não atendesse o pedido, alegando que a maioria da população era estrangeira e não tinha convicções republicanas, por isso deveriam

³⁷ ABM/IHGRS, doc. 635, de 7 de novembro de 1895.

continuar tutelados pelo poder estatal. Prontamente, o governo do Estado atendeu demandas locais com melhorias nas estradas, construção de pontes e desvirtuou a demanda política encaminhada pelos comerciantes da região.

Em 1899³⁸, novo pedido foi encaminhado a Borges de Medeiros, via Comissão que organizou outro abaixo-assinado e dirigiu-se ao governo do Estado. Os argumentos apresentados pelos emancipacionistas residiam no fato dos três municípios (Cachoeira do Sul, Santa Maria e Júlio de Castilhos) não atenderem as reivindicações locais e procuravam aniquilar a região, devido ao seu isolacionismo pelas péssimas condições das estradas. Houve unanimidade dos três municípios em protestar contra o pedido da comissão de emancipação e o governo Borges de Medeiros cede a essas pressões.

Outro documento contundente foi enviado a Borges de Medeiros em 1926³⁹, pela Intendência de Santa Maria. Nela se ratificavam as dúvidas permanentes a respeito dos habitantes da Colônia. Por serem estrangeiros, não falarem o português e serem facilmente influenciáveis por elementos clericais, não teriam condições mínimas de entendimento e independência para exercer o direito de voto. Dizia no documento:

Colônia Silveira Martins: zona de colonização italiana. Eleitorado numeroso e compacto, mas sem ardor e nem convicção republicana. Ahi tudo depende do subintendentes e subdelegado. Os maiores prestígios são sempre do padre catholico, a quem os colonos ouvem cegamente e as autoridades locaes, a quem obedecem humildemente.

Na região, eram frequentes os conflitos entre religiosos e representantes do executivo municipal, pelo fato dos primeiros se envolverem em assuntos que demandavam por necessidades das comunidades. Em 1921⁴⁰, o padre Antonio Bombassaro foi ameaçado de prisão pelo subintendente, que acumulava a função de subdelegado, por fazer propaganda política e por recusar-se a realizar uma missa campal, seguida de baile para comemorar o aniversário do falecimento de José Garibaldi. Esse fato foi marcado pela destituição do subintendente do cargo de subdelegado.

Também, devido à forte influência da Igreja Católica, fazia-se coincidir o calendário religioso com as principais datas nacionais. Permanentemente, no altar

³⁸ CPG – Nova Palma. doc. de 16 de outubro de 1899.

³⁹ ABM/IHGRS, doc. 8136 de 9 de março de 1926.

⁴⁰ CPG – Nova Palma. doc. de 9 de janeiro de 1921.

das Igrejas, eram mantidas as bandeiras nacional e pontifícia no intuito de passar aos fiéis dois nobres sentimentos: o amor a Deus e à Pátria.

O centenário da independência do Brasil, por exemplo, foi solenemente festejado em toda a ex-Colônia Silveira Martins. Em Vale Vêneto, a data foi festejada com a inauguração da torre da Igreja Matriz. Conforme documento⁴¹ que consta no Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, seria um

(...) monumento de fé e de patriotismo e nessa torre e nessa lápide argamassadas com a terra do solo deste vale e o suor de vossas fronteiras, os prósperos encontrarão o testamento de nossa fé e do nosso patriotismo: Deus e Pátria.

Como se pode observar nas abordagens tanto do poder regional como do local que envolveram a ex-Colônia Silveira Martins, há um discurso de articulação por parte dos governantes, durante a República Velha e final do Império, no intuito de integrar os imigrantes e descendentes à estrutura oligárquica de mando, vigentes no Rio Grande do Sul, à vida política nacional e difundir sentimentos de pertencimento à nação.

No entanto, a inserção política como região é severamente prejudicada especialmente, pelas observações aqui colocadas na esfera do poder local, principalmente no que diz respeito ao não atendimento das suas demandas, por parte do próprio governo estadual, devido às querelas políticas que envolveram, na esfera do poder regional, o confronto entre Gaspar Silveira Martins e Júlio de Castilhos e, posteriormente, Borges de Medeiros.

É possível que esse duelo carregue, nas suas sutilezas intrínsecas, boa parte do pesado amálgama justificador da retração do diferenciado desenvolvimento geral da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul.

1.4 A PROXIMIDADE GEOGRÁFICA E AS INFLUÊNCIAS DE SANTA MARIA

As emancipações dos municípios da Quarta Colônia somente começam a ocorrer a partir do final da década de 1950 e se iniciam por Faxinal do Soturno (1959) e Nova Palma (1960), distritos de Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos, respectivamente. Fato que não ocorre com parte da Colônia que estava com Santa

⁴¹ CPG – Nova Palma. doc. 7 de setembro de 1922.

Maria. Silveira Martins só atingirá a sua emancipação política no final da década de 1980.

Desde os primórdios da tripartição da ex-Colônia Silveira Martins (21/4/1886), as relações de Santa Maria com a parte da ex-Colônia que lhe coube (incluída a Sede) não foram satisfatórias para a Colônia. Aliás, Maestri (2000, p. 57) afirma que na região, a hegemonia política foi sempre mantida pelo latifúndio: quando ocorreu a emancipação (1882) da Colônia Silveira Martins, os municípios vizinhos – Santa Maria, Cachoeira do Sul e Julio de Castilhos – fizeram prevalecer esta força, repartindo simplesmente o seu território e colocando um ponto final na unidade territorial e administrativa da colônia.

Com viés político, Vendrame (2007) relata os sucessivos fracassos das solicitações da comunidade do núcleo colonial feitas às autoridades de Santa Maria. A autora destaca que o comportamento rebelde dos imigrantes fez com que os vereadores de Santa Maria (última década do séc. XIX) vissem a população colonial de forma negativa, e não contribuíssem para que a ex-Colônia obtivesse vantagens em seus pleitos (p. 216). Essa situação peculiar destoava do discurso das elites, em nível nacional e provincial, que exaltavam as características (laboriosos, ordeiros, empreendedores) dos imigrantes italianos.

O retardamento no processo emancipacionista de parte da Quarta Colônia, ligada geográfica, política e administrativamente a Santa Maria, conforme Santin (1999), pode estar vinculado ao processo de indefinição da vocação econômica de Santa Maria. Não sabendo que destino econômico a cidade tem como vocação, a área em questão desempenhava prioritariamente um papel relevante na produção primária. Segundo o autor, os moradores da Quarta Colônia viam que Santa Maria não atendia as demandas da localidade, no entanto, sentiam-se prejudicados em produzir para servi-la, já que a cidade (Santa Maria) tinha tendências a se especializar em setores de ocupação diferentes da ex-Colônia.

Santin (1999, p.18) afirma que

Não se pode esquecer que Santa Maria nasceu como acampamento, cresceu como centro ferroviário e vive seu presente sob a sombra da Universidade, das diversas corporações militares e de órgãos regionais das administrações governamentais.

Mesmo assim, é oportuno registrar também o que diz Osvaldo Dal Lago e Romi Dal Lago (1993) a respeito do estabelecimento da colonização italiana na região de Santa Maria.

A mudança do itinerário da estrada de ferro que ligaria Porto Alegre a Uruguaiana (anteriormente traçada por Caçapava), fazendo-a passar por Santa Maria, qualificou-a para receber uma corrente de imigrantes. Foi assim que Santa Maria tornou-se a sede da 4ª Colônia de Imigração Italiana no Estado (p. 12).

Observa-se nessa descrição que há uma conexão entre Santa Maria e os primórdios da Quarta Colônia de Imigração italiana do RS. Sem ter a intenção de justificar todos os pretensos infortúnios que a cidade causou à evolução da Colônia Silveira Martins, sem dúvida, são os atrativos apresentados por Santa Maria, a razão mais contundente para atrair ao centro da Província “uma dessas colméias de imigrantes” (DAL LAGO; DAL LAGO, 1993, p. 12).

A importância da ferrovia para Santa Maria e região em momento posterior ao destacado, anteriormente, por Dal Lago, também é referida por Biasoli (2010, p. 138).

O autor ratifica a importância da ferrovia para o desenvolvimento, tanto de Santa Maria como para a região (compreende-se aí o espaço geográfico da ex-Colônia Silveira Martins). Salienta que após a sua inauguração, a cidade de Santa Maria recebeu escritórios da empresa que a construiu e fez neste local a sua administração – a Compagnie Auxiliare des Chemins du Fer Au Brésil.

A partir de 1905, esta companhia teve em seu domínio a concessão estadual para administrar todas as ferrovias do RS e terá a sua sede em Santa Maria.

As informações de Dal Lago (1993) e de Biasoli (2010) permitem elucidar três questões sobre a ferrovia e a sua vinculação nas relações de Santa Maria com a ex-Colônia Silveira Martins.

A primeira permite afirmar que o Império brasileiro, ao fazer passar o trajeto da ferrovia em Santa Maria, já projetava facilitar o acesso à região central da Província a fim de futuramente ocupá-la. O Império inclui o centro da Província no foco das preocupações do poder central.

A ideia de Santa Maria ser contemplada com a linha férrea que partia de Porto Alegre com destino a Uruguaiana, ainda como projeto, já funcionou como diferencial para atrair os imigrantes italianos para o centro da Província e continuou

fazendo a diferença, sob a ótica econômica, após sua chegada em 1885, tanto para intermediar o ingresso e a saída de produtos da região italiana, bem como para dar conta de despertar a sua população para o nascente e diversificado mundo do trabalho em diferentes e sucessivos momentos da sua história.

A segunda questão diz respeito à construção propriamente dita. Ela envolveu um grande número de imigrantes recém-chegados do além-mar. Foi a alternativa de trabalho para muitos colonos que não se prenderam às atividades de plantação e criação nos primórdios de sua fundação.

A terceira questão se refere ao período pós-construção. Além de servir como fluxo para a chegada e saída de produtos da Colônia, próximo a ela (na Estação Colônia, hoje Camobi), serviu de atração para uma segunda leva de seus moradores irem abrir seus negócios em Santa Maria. O crescimento econômico via aumento do comércio e indústria, ao mesmo tempo que favoreceu Santa Maria, prejudicou Silveira Martins⁴².

Sobre isso afirma Biasoli (2010, p. 178):

Tendo em vista os limites do mercado colonial e a proximidade de Santa Maria, foi para esta última cidade que se deslocou o excedente da produção e muitas das rendas acumuladas na economia colonial. Nesse processo, deu-se o estabelecimento de italianos em Santa Maria, um bom número envolvido nas atividades comercial, manufatureira, de construção, de hotéis e restaurantes, outros tantos como assalariados, em especial na viação férrea.

Sobre a vocação econômica de Santa Maria, Santin diz que “até pouco tempo um tema que mobilizava as lideranças locais era definir qual seria a vocação de Santa Maria para seu desenvolvimento. Na prática, nada de concreto foi apresentado” (1999, p. 18).

Diante de tal indefinição da forma preferencial como a sociedade se ocupa, torna-se difícil instaurar iniciativas e projetos que orientem o desenvolvimento interno e externo da cidade.

Esses aspectos, sem dúvida se relacionam à inviabilização do processo de consolidação do desenvolvimento da ex-Colônia Silveira Martins, uma vez que Santa Maria é o município que mais diretamente apresenta vínculos com a ex-Colônia - inclusos aí também os que se referem à posição geográfica.

⁴² A monografia de Umberto Ancarani (1914) reproduz a relação de negócios existente na época em Silveira Martins.

Sobre as dificuldades de desenvolvimento da região da ex-Colônia Silveira Martins e convicto da situação diferente caso não houvesse ocorrido a divisão de seu território, escreve João Belém (2000)

O quarto distrito de Santa Maria é apenas uma parte diminuta do que foi a Colônia Silveira Martins. Poderia, hoje, aquele território ser riquíssimo município, como Caxias e Ijuí, se o Governo Provincial não tivesse, como teve, em 1886, a triste idéia de triparti-lo, dando uma parte a Cachoeira, outra a Vila Rica (Júlio de Castilhos) e a terceira a Santa Maria [...]. Sob uma única administração desenvolver-se-ia uniformemente, ao passo que assim, não passará nunca de distritos dos municípios aos quais foi dado de presente (p. 192).

Outro aspecto relevante que nos permite relacionar a ex-Colônia Silveira Martins com Santa Maria e também com as três Colônias de imigração italiana, anteriores, refere-se às efusivas comemorações do Centenário da Imigração Italiana no RS. Apesar de viver-se na década de 1970 do século XX, as repercussões dessas comemorações, tanto em Santa Maria como na ex-Colônia Silveira Martins são absolutamente inexpressivas, se comparadas com as três primeiras. Em Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi, se dá um aprofundamento nas pesquisas e estudos para definir com maior cientificidade histórica a presença e a participação do imigrante italiano na formação e desenvolvimento do RS. Além do mais, as três colônias continuam sendo tratadas de maneira unitária, seja pela proximidade geográfica seja pela origem cronológica (SANTIN, 1999, p. 22).

Já no que se refere à repercussão dos festejos do Centenário da imigração italiana no RS, na ex-Colônia e em Santa Maria a empolgação fora mínima. No entanto, houve repercussão, mas não atingiu o sucesso das outras regiões de imigração, o que de certa forma se confirma um descompasso no processo de desenvolvimento da Ex-Colônia, tanto na sua relação com as demais, como na sua relação com Santa Maria.

Essas constatações demonstram que nem a proximidade geográfica e nem o vínculo administrativo centenário da sede da ex-Colônia com Santa Maria se constituíram em motivo de comemorações da data tão significativa para o núcleo colonial.

Na citação de Santin, podem estar boas razões da ocorrência desta situação.

Silveira Martins é a única entre as quatro colônias oficiais italianas que não tem como ponto de referência Porto Alegre, mas sim Santa Maria. Tal fato

deve ser significativamente diferenciante. Santa Maria não era grande centro urbano, era uma pequena cidade, que não oferecia grandes recursos nem mesmo se constituía numa grande praça de consumo (1986, p. 68).

Essa influência política e econômica negativa no desenvolvimento da Colônia Silveira Martins é referida também por Antonio Isaia, na obra de Santin. Afirma o autor:

Santa Maria teria proporcionado oportunidade para preguiça e acomodação [...]. Caxias e as outras Colônias vizinhas se desenvolveram por que foram obrigadas por um princípio de sobrevivência. Longe do seu centro de atração, Porto Alegre, não tinham a quem recorrer. Só podiam contar consigo mesmas, ou seja, com sua capacidade inventiva. A Colônia Silveira Martins, mais próxima ao centro de atração, na hora do aperto, buscava em Santa Maria os recursos de primeira necessidade, desobrigando-se de inventar e fabricar (1986, p. 68).

A tudo isso, deve-se acrescentar que a chegada da ferrovia em Santa Maria (1885), mais especificamente na estação Colônia (hoje Camobi), distante 18 km de Silveira Martins e 8 km de Arroio Grande, tornou viável aportar a Santa Maria as carências que apresentava, via Porto Alegre e, isso indiretamente acomodava o espírito inventivo da Colônia Silveira Martins que se servia dos produtos desse comércio marginal à Colônia. Já na Colônia Caxias, a ferrovia chegou somente em 1910, portanto, um quarto de século mais tarde, fato que ao mesmo tempo a deixou à margem de uma maior integração regional, forçando-a a buscar alternativas próprias e locais para se desenvolver.

Embora ligado à ferrovia e, portanto à explicação anterior, Santin (1986, p. 68) destaca que, ao tornar-se o maior Centro ferroviário do Estado, Santa Maria passou a exercer outro tipo de atrativo sobre os imigrantes e descendência. Além de já ter atraído muita mão-de-obra, por ocasião da construção da ferrovia, exatamente no momento da chegada dos primeiros imigrantes, representando para eles uma alternativa financeira em relação à demora da venda de seus produtos oriundos da lavoura, agora são os comerciantes dos núcleos coloniais que abandonam a colônia.

O autor também alerta para as diferenças existentes entre as duas migrações internas. Elas se dão tanto em nível de quem parte da ex-colônia Silveira Martins, especificamente do que faz, bem como, para onde vai – o destino. Na primeira leva, saem somente colonos com destinos diferentes. Uns saem para trabalhar na construção da ferrovia que liga Santa Maria a Porto Alegre e, outros, procuram diferentes lugares rurais para se estabelecerem. Do que se pode concluir que, nessa

primeira leva de retirantes, há migrações tanto urbanas quanto rurais, embora prevaleçam colonos.

Na segunda leva de retirantes da Quarta Colônia, não são os agricultores que deixaram a terra, mas os comerciantes dos núcleos coloniais que partem para a conquista de novos lugares. Esta segunda saída de contingentes de colonos torna-se ainda mais intensa, na medida em que Santa Maria se consolida, não apenas como centro ferroviário, mas passa a ser, também um ponto estratégico de militares.

O crescimento dessas atividades em Santa Maria são um incremento para a sua economia e a consolidação de atividades comerciais funcionam como atrativo de populações que circulam nas imediações da cidade. São acumuladas importâncias que Santa Maria passa a ter no cenário regional (centro ferroviário e militar), exercendo expressivo desempenho como centro consumidor. Ao mesmo tempo, ocorre na ex-Colônia Silveira Martins, de modo geral e, nos seus pequenos núcleos imigratórios, de modo especial, uma brutal redução⁴³ das casas comerciais tradicionais, fato este que permite afirmar-se que na verdade boa parte das raízes comerciais de Santa Maria encontram respaldo nesse fenômeno.

Ainda, para Santin (1986, p. 69), a atração que Santa Maria exerceu sobre Silveira Martins no setor da pequena indústria, por mais contraditório que possa parecer, representa muito pouco na economia urbana de Santa Maria. A pouca diversidade de pequenas indústrias e a necessidade quase total de matérias-primas do setor primário ou indisponível a nível local não combinaram com os interesses de uma cidade que ascendia na sua dimensão urbana. Segundo o historiador, da metalurgia, dos moinhos, das serrarias, dos alambiques, dos engenhos de arroz e das marcenarias, apenas os engenhos de arroz tiveram pujança e se mantiveram como alavanca para a economia da Colônia; da metalurgia, pouco restou e pequena parte da indústria moveleira sobreviveu em Santa Maria. As demais atividades, exceto, raros casos, ainda ocupam pessoas nas gerações dos descendentes de imigrantes.

A esses aspectos de ordem econômica e política é fundamental juntar-se os vínculos religiosos que se estabeleceram entre Santa Maria e a Colônia Silveira Martins e, posteriormente, ao seu distrito de Silveira Martins.

⁴³ A monografia do agente consular italiano Umberto Ancarati (1914) registra o número de casas comerciais que funcionam naquele momento em Silveira Martins.

A conquista de Santa Maria⁴⁴ por parte da Pia Sociedade das Missões⁴⁵ se torna um fato absolutamente compreensível se na análise da história da Igreja de Santa Maria for dedicada atenção aos detalhes dos escritos de Biasoli (2010) a respeito da trajetória dos sacerdotes Marcelino Bittencourt (1866-1887), Aquiles Catalano (1887 – 1895 e Carlos Becker (08/1895-11/1895).

O contexto sociopolítico das últimas décadas do sec. XIX, aliado ao comportamento liberal desses sacerdotes e aos acontecimentos envolvendo a Igreja local, compõem um quadro perfeito para que a sociedade de Santa Maria recebesse um rumo da organização e disciplina dos quadros ultramontanos defendidos pela Pia Sociedade das Missões.

Conforme Biasoli (2010, p. 128 e 129), as adversidades da Igreja Católica em Santa Maria no final do séc. XIX eram imensas: havia a maçonaria organizada, a Igreja Luterana atuante e forte presença do partido liberal.

Liberais e católicos se combatiam ferrenhamente e a cidade parecia ser formada por inimigos da Igreja Católica.

Na esfera dos episódios e conflitos, a destruição do prédio da Igreja matriz⁴⁶ (1888) e a utilização de seus materiais na construção do primeiro teatro da cidade (futuramente denominado Treze de Maio) são muito significativos.

Segundo Biasoli (2010, p. 129) esta demolição representou para a Igreja a perda da sua “casa”, do seu local de referência e afirmação na vida sociocultural da cidade, do seu elemento central como força constitutiva do sagrado no espaço santa-mariense.

Foi assim, numa conjuntura desfavorável à Igreja de Santa Maria e num contexto de crise do catolicismo local que os Palotinos receberam do Bispo D. Claudio a tarefa de governar⁴⁷ a Paróquia de Santa Maria, cujo propósito era reverter um quadro negativo para a Igreja Católica, uma vez que liberais e maçons,

⁴⁴ expressão usada por Vitor Biasoli na segunda parte do título do seu livro que resultou de sua Tese de Doutorado realizado na USP.

⁴⁵ Conforme Iopi *apud* Biasoli (2010, p. 57), o propósito da Pia Sociedade das Missões era “avivar a fé entre o povo cristão e propagá-la entre os hereges e infieis, dilatando o reino de Jesus Cristo na Terra. O sofrimento era parte integrante e até algo desejável, na concretização desse projeto.

⁴⁶ O tema da destruição da Igreja matriz que estava em ruínas foi abordado por KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **Sobre as ruínas da velha matriz: religião e política em tempos de ferrovia.** Santa Maria – RS – 1880-1900. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007. A obra revela a situação religiosa precária encontrada pelos padres da Pia Sociedade das Missões, e um dos sintomas da desmontagem da vida paroquial era o estado da Igreja matriz.

⁴⁷ O primeiro padre palotino designado pelo Conselho da Missão Palotina para dirigir a Paróquia de Santa Maria (em 1896) foi Pedro Winnee que vai permanecer até 1900. A partir daí é substituído por Caetano Pagliuca (25/12/1900) (BIASOLI, 2010, p. 135-139).

com apoio dos luteranos disseminaram muita indiferença em relação aos católicos (BIASOLI, 2010, p. 137).

Em Silveira Martins, a Paróquia de Santo Antônio foi entregue aos Palotinos (Padre Matias Schoenauer) em 1900 e, em Santa Maria a década 1910/1920 é marcada pela consolidação da Pia Sociedade das Missões como um dos pilares mais sólidos do desenvolvimento da cidade.

Segundo Biasoli (2010, p. 177), na primeiras décadas do século XX nada mais foi articulado entre Santa Maria e Silveira Martins do que os apelos da fé dos Palotinos e uma “falange” de imigrantes italianos desceram a Serra para implementar seus negócios no crescente centro católico.

Junto com eles, desceram a Serra toda a base da organização socioeconômica que vai ajudar a constituir a identidade social da cidade Santa Maria.

Os interesses econômicos e o catolicismo foram os dois estímulos presentes nos italianos e descendentes que foram de Silveira Martins à Santa Maria, ocupando, especialmente o atual Bairro Dores. Nesse migrar, carregaram os mesmos sentimentos religiosos convividos na Colônia, tal qual Paulo Bortoluzzi havia vislumbrado em Vale Vêneto quando decidiu buscar os primeiros sacerdotes para a Colônia (misturando questões materiais e espirituais).

O *ora et labora*⁴⁸ de Vicente Pallotti que havia conquistado a ex-Colônia Silveira Martins, agora faz ascender social e economicamente também a Igreja de Santa Maria.

Esse aspecto (no campo religioso) vai tornar mais próximas a cidade de Santa Maria e o núcleo de italianos Silveira Martins, indo além do aspecto puramente geográfico e atingindo o histórico. Segundo Possamai (2005, p. .144), o Bispo D. Claudio Ponce de Leão vai concentrar a missão dos religiosos palotinos em

⁴⁸ Conforme Possamai (2005, p. 146-147), os Palotinos tentaram se instalar em Caxias, a fim de substituir o clero secular. Os primeiros padres chegaram em 1888 com o propósito de moldar a população do núcleo dentro dos preceitos da romanização e do ultramontanismo. Em ordem cronológica estiveram em Caxias os padres palotinos José Faá di Bruno (1888); Henrique Vieter (1889) e João Vogel (1889), tendo como coadjutor o padre Carmine Fasulo. Com a saída de Vogel, o seu substituto foi Francisco Schuster que se desentendeu com o coadjutor Fasulo. O padre Schuster era extremamente autoritário e Fasulo ameaçou abandonar a Paróquia. Em 28/01/1893, um grupo de Senhoras entregou ao padre Schuster um abaixo-assinado solicitando a permanência de Fasulo. Essa atitude foi repudiada por Schuster que como seguidor da lógica ultramontana, era contrário a qualquer contestação por parte dos fieis, encarando-a como afronta à sua autoridade. Diante disso, os intransigentes se aliaram ao padre Schuster, ao passo que os transigentes (liberais) se aliaram ao padre Fasulo.

Santa Maria, a fim de garantir o sucesso de implantação do ultramontanismo por toda a região. Esse reforço Palotino protagonizado por Santa Maria, de certa forma, fortalece o ultramontanismo em curso no núcleo colonial de Silveira Martins.

Na discussão das relações de Santa Maria, inicialmente, com a Colônia Silveira Martins e, posteriormente, com o distrito, sem dúvidas, a questão das influências e da proximidade de uma sobre a outra são evidentes.

Especialmente na questão das influências, as de ordem político-econômicas logo se tornam visíveis. Prova disso são os desdobramentos que ocorrem desde a origem do processo colonizador por meio dos italianos (assistência religiosa, reivindicações de melhorias, migração, negócios, instalação da ferrovia, etc).

Esse complexo emaranhado de razões do retardamento do processo desenvolvimentista deixava transparecer que haveria poucas perspectivas que possibilitariam à ex-Colônia Silveira Martins acompanhar as novas exigências do mundo que se industrializava já em quase meados do século XX.

No entanto, esse contexto desarticulado se sustenta e permanece até que começam a circular as ideias de autonomia político-administrativa e se inicia a concretização das emancipações políticas dos ex-núcleos que constituíam a ex-Colônia Silveira Martins

2 A IDEIA EMANCIPACIONISTA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA EX-COLÔNIA SILVEIRA MARTINS

A ideia que norteia este capítulo é a exposição de um conjunto de forças que foi possível agregar para compor o quadro das emancipações político-administrativas na ex-Colônia Silveira Martins a partir de meados do século XX, embora estivessem presentes no contexto imigratório desde o início.

Num período aproximado de três décadas (1959-1992), de uma forma pouco dinâmica, os diversos núcleos coloniais conheceram a ideia da autonomia política e cada um a seu modo viveu a própria experiência, embora a motivação para tal se constituiu em causa comum para todos eles.

Mostrar-se-á que, a partir da visão e liderança do padre Luiz Sponchiado, foi possível agrupar elementos que compuseram o amálgama necessário para superar a estagnação e a fragmentação instaladas no fragilizado percurso da ex-Colônia.

Sendo assim, tornou-se viável afirmar a identidade italiana como elemento aglutinador de nível local, com todos os legados que a própria origem imigratória pode proporcionar, uma vez que para os moradores a imigração é o principal argumento de união entre as pessoas.

Conforme Constantino (1991, p. 158-160), dois elementos foram decisivos na construção dessa identidade ítalo-riograndense: o nacionalismo italiano e a colaboração prestada pelos imigrantes à segunda pátria. O primeiro elemento só se manifestou quando os imigrantes se confrontavam com outras etnias provenientes das adjacências dos núcleos coloniais, no entanto, enfrentou a oposição da Igreja Católica pelo legado de confronto nas lutas pela unificação da Itália e se constituiu no grande foco de litígios na ex-Colônia Silveira Martins, revelados nos diversos enfrentamentos entre liberais e católicos, no episódio fatal do padre Sório, nas disputas entre Vale Vêneto e Silveira Martins, no confronto entre Arroio Grande e São Marcos... Já o segundo elemento tem o apoio da Igreja Católica e com a sua influência foi se construindo.

Os imigrantes italianos viveram um grande paradoxo na questão da italianidade. Segundo Possamai (2005, p. 212), a grande contradição vivida por eles é o fato de se encontrarem divididos entre a pressão das autoridades italianas no intuito de adotarem a política da italianidade oficial (situação que os deixava em embarços, pois, na prática, não haviam convivido com o Estado italiano unificado);

a pressão das autoridades brasileiras (para que seguissem o caminho da assimilação dos costumes da segunda pátria, além do temor representado pela implantação da República que trazia incertezas em relação ao futuro); a pressão da Igreja que lutava para preservar elementos culturais que asseguravam a fidelidade dos imigrantes ao catolicismo; além do desejo dos próprios colonos que tinham os seus interesses e dentre os quais, o de se inserirem na sociedade regional, preservando uma identidade coletiva específica que lhes poderia ser útil em determinadas circunstâncias da vida.

A opção pela defesa do local de procedência foi a circunstância que deu mais segurança aos imigrantes. Essa opção, além de contemplar uma situação vivida, era a que carregava de maneira sólida elementos positivos do conjunto das pressões que disputavam as preferências na construção da identidade desses imigrantes na segunda pátria.

Como as autoridades italianas e brasileiras não acompanhavam de perto a vida diária desses imigrantes, logo as pressões que delas decorriam foram relegadas a uma posição secundária nessa questão. Restam privilegiados na composição desta identidade os elementos culturais do local de origem dos colonos, acrescidos de todas as influências que a Igreja disponibilizou para o enfrentamento dos dramas da vida cotidiana. Conforme Trento (1988, p. 161-162), a consciência de pertencimento ao mesmo país surge somente a partir do séc. XX. Até então, se consideravam vênnetos, trentinos, friulanos, etc.

Ao escrever sobre a construção da identidade étnica dos italianos na região de Santa Maria, a professora Maria Catarina Chitolina Zanini (2006, p. 43)⁴⁹ afirma que a grande maioria dos escritos sobre imigração se reporta à vivência das origens pela via sentimental, ressaltando o respeito e apego aos antepassados e pouco destacam o encontro consigo mesmos e a vivência dos hábitos culturais, linguísticos e religiosos e que o sentimento de pertencimento passou por diferentes formas de elaboração e expressão, conforme os diferentes momentos históricos nos quais os emigrantes italianos e, posteriormente, os descendentes interagiram com o Estado e a sociedade nacionais.

⁴⁹ Maria Catarina Chitolina Zanini é professora do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria. Concluiu o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, no ano de 2002. Como resultado de sua tese publicou em 2006 a obra **“Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS**, pela Editora da UFSM.

Na conexão dessas ideias, estão os fundamentos que permitem compreender o que se deseja aqui mostrar: mesmo com muitos conflitos na ex-Colônia Silveira Martins, a afirmação da identidade dos imigrantes exigiu primeiro a consolidação dos valores do catolicismo e, depois, da italianidade.

2.1 ELEMENTOS DA IDENTIDADE CONSTRUÍDA PELOS ITALIANOS E DESCENDENTES NA COLÔNIA SILVEIRA MARTINS

Os encontros e desencontros salientados no primeiro capítulo trazem à tona apenas parte da complexidade que envolve os estudos sobre imigração italiana. Frequentemente tem-se apresentado o tema como sendo uma concepção de absoluta necessidade do Estado brasileiro, que parte para a busca da satisfação de interesses, seja para marcar presença em lugares onde ainda não havia planejado a sua ocupação estratégica ou simplesmente física, ou apresentar uma alternativa de substituição da força de trabalho ao modelo escravagista, por estar interessado em acompanhar os avanços capitalistas na base do setor produtivo. Também é conveniente a lembrança da manifesta vontade imperial expressa com seus primeiros atos de “branquear a gente do Brasil”.

Sendo assim, o rumo mais frequente desses estudos tendem a aprofundar e destacar o sentido da atração exercida sobre os movimentos migratórios pelos países de destino, impondo-se que a imigração será causada mais pela situação global do continente de chegada, do que pelas condições internas do continente de partida, relegando-se outros motivos ao esquecimento ou a um plano secundário.

Esses motivos se referem ao exame das causas geradoras do fenômeno, na sua origem, portanto é preciso atentar para um exame acurado da situação do lugar que estava a expulsar grande parte de seus contingentes humanos, além da suspeita de que o mundo, a partir da metade do século XIX vivia grandes mudanças e transformações causadas pelos avanços do sistema capitalista.

Portanto, privilegiar e/ou dar ênfase apenas aos motivos de atração e/ou expulsão significa empobrecer a complexidade do tema, tirando-lhes o brilho das grandes motivações sociais que sustentam os efeitos do fenômeno da imigração nos diferentes locais de ocorrência.

Desprovido da pretensão de privilegiar esta ou aquela causa, mas atribuindo importância a cada componente no seu devido tempo, é impossível desconsiderar a

força dos elementos que compõem o quadro imigratório, considerando-se o país de origem. Dar menor significado à situação da Itália no decurso do processo migratório aponta para uma compreensão não muito adequada dos desdobramentos que interessam a essa pesquisa.

São extremamente fortes na vida cotidiana dos italianos no Brasil os elementos culturais da terra de origem (Itália), tanto no início como durante e após o processo de emigração. Transferindo estas questões à realidade da ex-Colônia Silveira Martins é possível afirmar que esses são elementos de presença fundamental nos momentos de traçar o destino tanto dos núcleos individualmente, como da Colônia na sua totalidade.

No dizer de Franzina (2006), as maiores marcas se revelaram nos aspectos:

1 – da maioria ter procedência da região Vêneta – afirma a ideia do vínculo a um solo.

2 – da força da Igreja Católica, especialmente dos padres na vida dos colonos – instituição e autoridade discutindo a vida dos imigrantes e os valores dos colonos. Vincula a italianidade ao lugar de origem.

3 – da construção da italianidade (com ênfase no papel do Estado) – em solo gaúcho e o rompimento com a Itália política, mas preservando os vínculos de sangue.

Sob a ótica de que a imigração compõe mais uma história e menos uma saga, tanto americana quanto italiana, devido à reconstrução de modo amplo e complexo da relação em grande escala, com a economia e a política da época emigratória, é viável a compreensão mais nítida da história dos italianos que vieram para o Brasil e de modo especial a dramaticidade que caracterizou a vida deles na construção, inicialmente, das colônias e, posteriormente, de muitos municípios que vão compor a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana no RS. Há com isso razões suficientes para que se possa usar o processo histórico como fonte inspiradora, tanto nas emancipações como na valorização da autonomia dos municípios.

É nessa direção que se procederá a apresentação desses elementos doravante, iniciando a exposição das questões antes propostas.

2.1.1 Da maioria ter procedência da região vêneta

As repetidas e insistentes afirmações do predomínio dos Vênets no conjunto de imigrantes peninsulares para o RS e com ainda maior ênfase para o quarto núcleo colonial decorrem de três aspectos que devem ser considerados: 1º) na opção dos colonos/imigrantes pela italianidade não-oficial; 2º) a preferência do Império brasileiro por imigrantes do norte da Europa e; 3º) a confiança na autoridade do padre, não somente como sacerdote mas como líder intelectual e social.

No que se refere ao primeiro aspecto – a “opção” dos colonos/imigrantes pela italianidade não oficial, Azevedo (1979, p. 65) faz a distinção entre a política de italianidade oficial, defendida pelo Estado italiano da denominada italianidade, representada pela manutenção das tradições trazidas pelos imigrantes e da sua defesa no cotidiano pela preservação dos costumes, uso da língua e práticas religiosas.

O sentimento e a difusão dessa concepção de italianidade (não oficial) precede a divulgação da política de italianidade patrocinada pelo Estado italiano. Ela nasce como forma de autodefesa nos momentos do contato com os outros grupos étnicos presentes no território gaúcho quando da chegada do fluxo migratório proveniente da Itália (POSSAMAI, 2005).

Preservar estes aspectos culturais implicavam numa escolha por ser Vêneto antes de ser italiano.

Embora Possamai (2005, p. 250) não concorde com a ideia de que os descendentes dos imigrantes optaram por uma identidade regional (do tipo vêneta), afirma que eles só se sentiam italianos na medida que entravam em contato com pessoas de outras etnias (brasileiros, alemães, etc.). Esse comportamento revela, de fato, a produção de dois sentidos de pertencimento. O primeiro, interno, ainda preservando o vínculo com o lugar da partida e que acompanhou a travessia do oceano, e outro, externo, ainda a ser gerado para acompanhar demandas e confrontos com outras etnias, já no espaço geográfico da segunda pátria.

O segundo aspecto vem da preferência do Império brasileiro por emigrantes do norte da Europa.

Conforme Possamai (2005, p.51) esta preferência foi sendo construída a partir da primeira metade do século XIX, quando o governo brasileiro optou pela vinda de colonos alemães.

No entanto, concomitantemente a esta opção governamental, havia duas restrições em relação a eles: a primeira exigia que os imigrantes tivessem uma prática religiosa do Catolicismo Romano, já que como Instituição a Igreja Católica se via como fonte promotora da unidade nacional e, por isso, os colonos teriam maior facilidade de serem assimilados pela população local (LAZZARI, 1980, p. 98).

A segunda restrição fora alegada pelos fazendeiros do café que tinham na imigração a substituição do escravo, além de perceberem nos já instalados alemães uma certa rebeldia no que pretendiam (SOUZA, 2000, p. 31-41).

Conforme Possamai (2005, p. 51) o Império brasileiro procurou conciliar estes interesses. Volta-se para a Europa do Norte no intuito de atender as pressões, tanto dos fazendeiros como da Igreja Católica, e identifica nas condições de vida da Itália do Norte o novo tipo ideal de imigrante: dócil, ordeiro, trabalhador católico e necessariamente agricultor.

No dizer de Souza (2000, p. 120), só pelo fato de serem agricultores, estavam satisfeitas as exigências tanto dos cafeicultores (interessados no aumento de mão-de-obra na agricultura), como da Igreja (que tinha uma imagem que o imigrante italiano era afinado com o catolicismo), embora os que estavam no meio urbano fossem menos católicos.

Ao referir-se a um forte preconceito em relação aos italianos meridionais, dentre os fazendeiros e a Igreja Católica, ratifica-se que os primeiros viam estes imigrantes como rebeldes ao trabalho e, portanto, indesejáveis nas lavouras (TRENTO, 1988, p. 41) e, a segunda (a Igreja) identificava no clero meridional italiano uma semelhança com o tipo de sacerdote luso-brasileiro, o qual estava empenhada em eliminar do Brasil (ALTOÉ, 1996, p.436).

O terceiro aspecto da preferência Vêneta no conjunto imigratório diz respeito exatamente à existência de uma confiança na autoridade do padre, como sacerdote e como líder intelectual.

São atribuições que o padre passou a ter por relacionar-se bem com o mundo camponês do norte da Itália.

Conforme Possamai (2005, p. 41): “A Igreja Católica, foi para o camponês italiano e trentino, o que o Estado Nacional foi para a burguesia emergente e o que foram os sindicatos e os partidos políticos para o proletariado urbano”.

Esse duplo atributo do padre na vida do italiano do norte é também destacado pelo autor (p. 41) quando ratifica que “na Igreja se formavam os quadros dirigentes

do campesinato, para o qual o padre não era somente um sacerdote, mas também um líder espiritual”.

Com isso, a população demonstrava o reconhecimento que de fato, no clero, concentravam-se os valores de uma verdadeira autoridade.

Essa autoridade gozava de forte prestígio social, pois, ao extrapolar a ordem divina, carregava junto consigo um conjunto de valores externos à sua própria pessoa (MERLOTTI, 1979, p. 92).

Para Franzina (2006, p. 335), as relações entre o campesinato e o baixo clero no norte da Itália era de confiança e estima, já no sul, este prestígio e crédito não eram iguais devido aos costumes dos sacerdotes do sul.

Na obra “O Italiano da Esquina” (1991, p. 62), Nuncia de Constantino diz que há notícias de padres do Sul da Itália que migraram através da Argentina e Uruguai para a Quarta Colônia, no período de 1877 a 1880. Marin (1999, p. 123-24) confirma que em 06/02/1880 o padre Carlos Alberto de Sanctis chegou à Silveira Martins, proveniente do sul da Itália, não tendo por lá permanecido por mais de um mês. Isso consolida a ideia da escassa influência dos sacerdotes sulistas no meio colonial.

No contexto geral, os emigrantes vênéticos estabilizam no final do século XIX a sua saída em direção ao exterior, já que desde o século XVIII se haviam habituado às migrações temporárias e sazonais e estas representam um fenômeno de notável dimensão, a ponto de se constituírem na mais antiga “vocalção” emigratória dos “alpinos”. É redundante dizer, então, que todo o fluxo partia de lugares eminentemente montanhosos, de onde era absolutamente inútil a colheita para a sobrevivência da população (FRANZINA, 2006, p.214).

Essas circunstâncias muito contribuíram para fazer com que o camponês vênético, anteriormente tão resistente, a romper os laços que o ligavam às origens, resolvesse fazê-lo. Trata-se de uma ruptura comprometida com o futuro.

Desse modo, começa a ocorrer uma regularidade no êxodo, exatamente na transição do século XIX para o XX, constituindo-se na grande novidade da emigração naquele momento, embora a simples ideia de melhorar as próprias condições de vida mediante a expatriação permanente logo começou a se configurar como um crime, sob os olhos dos proprietários, devido a perda de força de trabalho.

Segundo Rubert (2003), as províncias de Pádua, Belluno, Verona, Treviso, Udine e Vicenza são as que ofereceram o maior número de emigrantes para o êxodo da região, tanto permanente como temporário, durante as duas primeiras

décadas posteriores à unificação italiana. Nem mesmo a fase posterior da emigração de massa colocaria em dúvida a supremacia numérica da região. Sobre esse predomínio vêneta no contexto migratório, assim se manifesta Cavallin (2001). A primeira manifestação é em relação aos italianos das demais regiões: “No período entre 1882-1897 foram colonizar o Brasil 541.000 italianos e destes 95% eram vênets”⁵⁰ (tradução do autor).

A segunda, embora desconhecida, Cavallin (2001, p. 55) faz uma relação da grande emigração Vêneta, com a diáspora dos hebreus.

A História desta colonização é uma História pouco conhecida porque somos habituados a ouvir falar do “êxodo ou diáspora dos Hebreus” e de “Emigração Meridional”, mas poucos sabem por que não se fala ou não se quer falar da diáspora dos vênets que só sobreveio logo após a união da Itália (1860)⁵¹ (tradução do autor).

Segundo Rubert (2003, p. 9), muitos lugares dentro da Quarta Colônia assumiram a denominação de lugares italianos, dentre os quais Vale Vêneta, Novo Treviso, Val Verones, Val Feltrina e Val de Buia.

Essa supremacia vêneta é confirmada pelo número de imigrantes chegados a regiões históricas da colonização italiana do RS, resultando na seguinte distribuição dos descendentes por grupos regionais: vênets – 54%; trentinos – 7%; friulanos – 4,5% (trivênets – 65,5%); lombardos – 33% e demais regiões – 1,5% (DE BONI; COSTA, 1979, p. 92). Conforme Saquet (2003, p. 74-76), especificamente à Colônia Silveira Martins, das famílias que se tornaram proprietárias de lotes de terras, 70% era do Vêneta, 14,4% do Friuli, 6,5% do Trento, 5% da Lombardia. Observa-se a supremacia de proveniência da região norte da Itália.

Outro relevante aspecto que deixa a marca do Vêneta no evento migratório é a “difusão capilar da pequena propriedade” (FRANZINA, 2006, p. 217), fato que explica um intenso fluxo migratório na área, reforçado pelas dificuldades e a pobreza, não só dos pequenos proprietários mas também dos colonos braçais, assalariados e meeiros, caracterizando-se uma ampla miséria que estava a afligir as classes agrícolas inferiores da região do Vêneta.

⁵⁰ Nel periodo 1882-1897 andarono a colonizzare il Brasile 541.000 italiani, di questi il 95% era di Veneti

⁵¹ La Storia di questa colonizzazione é una Storia poco conosciuta perché siamo abituati a sentir parlare di “esodo o diaspora degli Ebrei” e di “Emigrazione meridionale” ma pochi sanno, perché non se ne parla o non se ne vuole parlare, della diaspora dei Veneti avvenuta subito dopo l’Unione dell’Italia (1860)

Ainda segundo Franzina (2006), as terras no Vêneto eram exacerbadamente divididas e com índices de um proprietário para cada dois habitantes em Udine, um cada três em Belluno e um em cada quatro em Vicenza.

Esta estrutura fundiária vinculada à emigração Vêneto-Brasil originou

um excesso demográfico camponês como consequência da divisão da pequena empresa agrícola [...]. A depressão geral nas décadas de 1870 ainda que a ela se juntasse a grande crise agrícola [...] agravava as consequências da marginalidade econômica e do excesso demográfico camponês, que não podia encontrar saída na própria pátria [...] A primeira emigração transoceânica agrícola italiana que começava assumir dimensões relativamente de massa, na segunda metade da década de 1870, partindo das áreas piemontesas para a Argentina e das áreas vênetas para o Rio Grande do Sul, com alguns grupos menores que se dirigiam a Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo, representavam a solução do excesso demográfico camponês proveniente de áreas marginais da pequena produção agrícola independente da Itália do Norte (FRANZINA, 2006, p. 220).

No livro *Gli ultimi Veneti*, Gianfrancesco Cavallin (2001, p. 53) fornece estatísticas excepcionais, comprovando a supremacia Vêneta no quadro imigrantista para o Brasil e para o RS. Escreve o autor:

No Brasil, a língua vêneta é falada num Estado inteiro, o Rio Grande do Sul, onde o vêneta é uma língua de comunicação e onde em muitíssimas cidades os vênets são 95% e onde até os outros europeus e os brasileiros devem aprender o vêneta. No período de 1892-1897 foram colonizar o Brasil 541.000 italianos, destes 95% eram vênets⁵² (tradução do autor).

Os relatos de Ancarani⁵³ (1914) também confirmam que a Quarta Colônia se inclui nesta vantagem vêneta e ratifica que a Colônia Silveira Martins foi povoada de colonos vênets, os seus verdadeiros fundadores.

As áreas da nova colonização atraíam os imigrantes pois nelas se encontravam lotes - a tão desejada oportunidade de serem proprietários. Certamente, esse fato se constituiu na principal motivação para tanto assédio às terras no sul do Brasil.

⁵² In Brasile la Lingua veneta é parlata in un intero Stato: il Rio Grande do Sul dove il veneto é una Lingua di comunicazione e dove in moltissime città i Veneti sono il 95% e dove persino gli altri Europei i Brasiliani dovettero impararsi il Veneto. Nel periodo 1882-1897 andarono a colonizzare il Brasile 541.000 Italiani, di questi il 95% era di Veneti.

⁵³ Esses relatos compõe a "Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins – 1877-1914", p. 5-6. O Sr. Umberto Ancarani foi nomeado inspetor agente para o município de Santa Maria e ex-Colônia Silveira Martins em 1907. Em 1912, o Cônsul C. B. Beverini criou a Agência Consular, nomeando Ancarani como Agente Consular.

A saída dos Vênetos para a América, acompanhada geralmente da venda em geral dos seus pertences: animais, móveis e frequentemente se possuíam terra, vendiam-na também, faz muita diferença na relação com os italianos do sul, já que os vênnetos levavam consigo valores em dinheiro e possibilitava para muitos o início de alguma espécie de negócio.

A docilidade já referida anteriormente era motivo de interesse das oligarquias dirigentes sul-americanas pelos vênnetos, que os utilizavam como mão-de-obra, já que na última década do século XIX havia ocorrido muita influência dos sacerdotes na disciplina dos colonos.

Macola (1894, *apud* FRANZINA) afirma que

os vênnetos eram conhecidos como os mais dóceis. Vários entre os imigrantes tinham provado durante a travessia algumas horas de prisão por infrações disciplinares ou por excessivo espírito belicoso; mas nenhum vênneto experimentou isso. Quase todos camponeses, eles traziam também aqui, a mansidão do boi; tirados dos seus hábitos e lançados em um ambiente estonteante, sentiam-se mais dispostos a resignação. Os oficiais de bordo e os proprietários de terra brasileiros preferem-nos (2006, p. 264-265).

Em toda a parte, não só na América, os operários-camponeses do Vênneto eram incorporados ao trabalho por serem incansáveis, pouco exigentes e respeitosos (FRANZINA, 2006, p. 266).

A respeito de outras características dos vênnetos, Lorenzatto (1999, p. 15-16) elenca diversas. Dentre as quais prioriza o espírito empreendedor, a coragem, a perseverança, a iniciativa de trabalho, a busca da liberdade, o amor pela paz, a amizade pelos animais, especialmente o cavalo, e a paixão pela água, etc.

Ainda, segundo o autor, para justificar a avalanche emigratória dos vênnetos, há que se resgatar a forte permanência de resquícios feudais nos campos e também pelo desaparecimento da propriedade coletiva, remanescente e em grande escala, no momento da unificação.

O padre Arlindo Rubert (2003, p. 13-14) acrescenta de forma sucinta as grandes motivações para a tão intensa emigração vênneto. Expõe ele:

A emigração de centenas de milhares de italianos vênnetos se explica por diversas causas. As guerras napoleônicas e os movimentos políticos para a Unificação da Itália empobreceram o povo. Aliás, o Vênneto sempre foi castigado pelas guerras. Ademais, as terras cultiváveis estavam nas mãos de poucos latifundiários [...]. Para muitos, a vida já era insuportável. Aumentava a miséria. Não esperando melhores condições na pátria,

numerosas famílias resolveram emigrar. A densidade demográfica do Vêneto já não suportava, nas condições de então, a angustiante situação dos agricultores. O remédio era emigrar.

Assim, para o conjunto colonizador do Estado do RS, de modo geral e de maneira bem específica, na Colônia Silveira Martins, as estatísticas confirmam o predomínio vênето. Isso, de uma ou de outra forma afeta não só o modo diferenciado de constituição da italianidade no Sul do Brasil, mas coloca a própria região em condições de preservar a cultura do local de procedência do conjunto dos seus imigrantes sem comprometer as relações oficiais com o Estado italiano. Como o Estado italiano exportou grandes levas de homens, mas não se destacou no cenário político internacional nas conquistas coloniais, tornou-se mais viável projetar os movimentos migratórios a partir das forças que melhor articularam o fenômeno em nível regional (no caso da Itália, foi a região do Vêneto). Diante disso, o quarto núcleo colonial protagoniza no cenário imigratório a consolidação tanto da Igreja Católica – Instituição, como a figura do padre-autoridade como atores fundamentais na construção tanto da italianidade como da religiosidade no seu diferenciado processo de desenvolvimento.

2.1.2 A força da Igreja Católica e o papel dos sacerdotes na vida dos colonos

Pode-se afirmar que no período precedente à década de 1890, na Itália, prevaleceram as idéias antiemigrantistas dentre os católicos e a Igreja. A partir daí, começam a se manifestar as posições subalternas no mundo católico a respeito da emigração.

Alerta Franzina (2006, p. 270), que especificamente sobre a questão emigratória, houve uma falta de posicionamento claro da Igreja Católica no plano nacional.

Para o autor, essa falta de indicação peculiar do Vaticano, em relação ao problema, deixou o caminho aberto a todas as possibilidades. Em toda a parte, a intervenção ou não dos padres no processo de saída dos trabalhadores dos campos foi decisiva. Em muitos lugares, orientavam para a partida, noutros, além de fazê-lo, seguiam pessoalmente os seus paroquianos em direção da América e nas suas respectivas colônias e, ainda, noutros lugares desaconselhavam a emigração.

A posição do governo italiano com relação à política emigratória (emigração em massa) foi objeto de estudo de Iotti (2010, p. 21)⁵⁴. Nesta obra, a autora apresenta a análise das principais transformações ocorridas na política emigratória entre 1870-1914. Segundo ela, durante este intervalo de quase meio século, as mudanças que ocorreram precisaram se adequar aos diferentes interesses do Estado Italiano, em três períodos de sua história.

O primeiro período, iniciado após a unificação até 1876, com a chegada da esquerda ao poder, foi marcado por uma grande oscilação em relação à emigração em massa, inicialmente sendo contra (pois faltaria mão-de-obra nas lavouras) e, após, incondicionalmente a favor (pois seria a solução para satisfazer as necessidades econômicas e sociais dos imigrantes).

O segundo período (1887-1896) foi marcado pelo governo Francesco Crispi, que se dedicou à política exterior, através de uma política colonial autônoma semelhante às demais potências europeias, permitindo a liberdade para emigrar. O Estado italiano vê a emigração como parte do mercado internacional. Em 1888, foi aprovada a primeira lei sobre emigração no Estado italiano com o intuito de acompanhá-los antes da partida e durante a viagem.

No terceiro período (1896-1914), a economia italiana se transforma de essencialmente agrícola a predominantemente industrial. Uma nova lei emancipatória é aprovada (em 1901), e a emigração sob a tutela do Estado italiano se transforma, agora, num negócio rentável para a Itália (Iotti, 2001, p. 44).

Os dados a seguir comprovam o aumento no fluxo migratório a partir da promulgação da lei que concedeu liberdade para emigrar (1888).

1888 – 1890 = 242.130	1900 – 1902 = 472.512
1891 – 1893 = 254.683	1903 – 1905 = 568.499
1894 – 1896 = 275.328	1906 – 1908 = 659.775
1897 – 1899 = 297.303	1909-1911 = 603.652
	1912 – 1914 = 687.695

Quadro 1 – Emigração média anual (1888 – 1914)

Fonte: Boletim do Ministério dos Negócios Exteriores da Itália in IOTTI (2001, p. 57)

⁵⁴ A autora usou como base de sua periodização a divisão da história da Itália, de 1860 a 1914, em três períodos, utilizada por Giorgio Candeloro na obra "Storia dell'Italia moderna: la costruzione dello Stato unitario (1860-1871)", publicada em 1989. Nela o autor assim divide a história italiana: a construção do Estado unitário (1860-1871); o desenvolvimento do capitalismo e do movimento operário (1871-1896) e a crise do fim do século (1896-1914).

Conforme Iotti (2010, p. 59), esta periodização da política emigratória, bem como os resultados por ela produzidos, ilustram o êxito do conjunto de interesses que sustentam o viés econômico desse empreendimento, ou, no dizer de Giron (1996, p. 68), “os governos vinculavam a emigração à expansão italiana no mundo”.

Com um Estado recém-formado e a Igreja, ainda, sem definição em nível nacional sobre a temática emigratória, no padre recaíram os créditos da melhor decisão.

A ele coube em última instância, em nível pessoal, a tarefa de dar a última palavra sobre a decisão a ser tomada. Esse apoio que se refletiu numa decisão sobre o futuro de milhares de emigrantes se constituiu numa força capaz de estar presente e com diálogo oferecer aos colonos/emigrantes a coragem e a persistência para que superassem a forte onda de dificuldades que enfrentariam na nova pátria.

Isso também ocorreu no curso da primeira década, após a fundação tanto do núcleo colonial Silveira Martins (1877), como das demais colônias italianas do RS (1875). Gerou-se, além de um vácuo institucional nos rumos do processo emigratório como um todo, um descaso coletivo e individual no sentido humanitário.

Manfrói (2001, p. 95-97) destaca a ausência de ajuda aos imigrantes italianos nos primeiros anos da colonização. A situação foi de abandono e isolamento, imprimindo-se a ela um caráter de absoluto heroísmo. Conforme De Boni (1996, p. 235), esse abandono do poder público e isolamento da sociedade gaúcha, aliados à impossibilidade de retornarem às origens, da maioria dos imigrantes, restou-lhes como única opção uma intensa dedicação ao trabalho para garantir a sobrevivência.

Esse mesmo contexto é confirmado por Santin (1999, p. 14-15) no que se refere à ex-Colônia Silveira Martins.

A situação de miséria dos colonos e a precariedade da assistência que lhes foi prestada na forma de serviços disponibilizados se constitui num motivo especial para supervalorização do papel da religião e da fé, via atuação dos sacerdotes, na organização da vida da Colônia.

Ao referir-se especificamente aos imigrantes italianos que vieram ao Brasil, Souza (2002, p. 287) destaca que o padre chegou em muitos lugares onde o Estado não havia chegado, garantindo naquele espaço as suas influências.

Mesmo que a supervalorização do que foi por eles construído tenha a força de uma crítica, é necessário ratificar e pôr em evidência o trabalho por eles desenvolvido.

A confiança dos colonos na orientação dos padres provinha, além da omissão inicial do Estado sobre as migrações, também de uma crise de credibilidade disseminada na sociedade por aqueles que compunham um verdadeiro exército de intermediários e de empreiteiros no negócio da emigração. Sobre isso, diz Franzina (2006):

Ainda que pressionados pelo espectro da fome e atraídos pela miragem de uma vida melhor, a desconfiança congênita e a suspeita legítima dos camponeses exigiam que a perspectiva concreta da emigração fosse apresentada por alguém capaz de oferecer o mínimo de garantias, pelo seu papel e pela sua posição na sociedade (p. 271).

Ainda, lembra o autor que, embora a religião dos camponeses permanecesse resumida a algumas práticas: missas, pregações, bênçãos, rosários públicos nas igrejas, devoção a Nossa Senhora etc., sem muita penetração nos mistérios religiosos celebrados ou recordados, o pároco rural tinha destaque na hierarquia social e a Igreja sinônimo de lugar físico dedicado a celebração de cultos.

Cabia aos padres das paróquias fazerem também a intermediação e a harmonização entre diversos fenômenos naturais e suas causas como, por exemplo, curar doenças com bênçãos, afastar intempéries e impedir a ação destruidora de pragas, precipitando o bom tempo, etc.

Por isso, ratifica Franzina (2006, p. 334): “A pessoa mais importante nos campos é o pároco, porque ele é o chefe da paróquia [...], é o pastor espiritual, o confidente, o conselheiro dos camponeses e, às vezes, também o seu advogado e seu defensor”.

Essa situação faz perceber, no século XIX, uma suposta vocação “social” da Igreja e dos párocos vênnetos, além de uma função tutelar do padre em relação aos camponeses.

A função tutelar decorre da influência do padre nos campos que está subordinada à estima dos paroquianos (a vida moral íntegra). Cabia-lhe o dever de servir de modelo às pessoas. Além disso, deveria o padre necessariamente conquistar na vida cotidiana a confiança de uma classe explorada, considerando as práticas de vida dos colonos. Segundo Lorenzatto (1999, p. 105): “Os representantes da Igreja, os bispos e os sacerdotes, os verdadeiros amigos do povo, recomendavam calma, moderação e, principalmente, prudência”, na tomada de decisões.

Na prática, segundo o autor, a função tutelar dos padres era também exercida pela vigilância à repressão do Estado, que aplicava castigos exemplares aos camponeses infratores, geralmente por pequenos furtos. A posição dos párocos era ouvir as justificativas dos camponeses e forçar uma interpretação doutrinal com a previsão indistinta do direito de obter os meios para a própria subsistência, ou seja, diante de um quadro de enormes dificuldades sociais àquilo que o Estado entendia e enquadrava como débito, sob a perspectiva econômico-jurídica, o padre procurava entender e transformar numa ótica de profunda situação de necessidade.

A difusão dessas rotinas oferece, segundo Franzina (2006, p. 337), a garantia que “o padre ideal” é o que “se ocupa inteiramente do bem dos seus paroquianos”; por sua vez, a “cidade ideal” é aquela “na qual todos se ajustam às indicações da Igreja difundidas pelo pároco”.

Com relação às influências dessas práticas no além-mar, é necessário destacar o esforço realizado pelos padres e missionários católicos no zelo pelos imigrantes⁵⁵, a ponto de substituir as funções frequentemente incertas, carentes ou omissas da fraca rede diplomática italiana. De modo que o ocorrido

em várias áreas brasileiras foi a “reprodução orgânica de um tipo de sociedade camponesa vêneta do fim do século XIX, tradicionalista e católica, cujas formas culturais acabaram por cristalizar-se no tempo e por condicionar os futuros modos de vida nas regiões de colonização vêneta (SABBATINI, 1975 apud FRANZINA, 2006, p. 412).

A repercussão do fervor das pregações tornava sensíveis homens e mulheres para os chamados vocacionais. Quando a propriedade ficava insuficiente para o trabalho familiar, os seminários e os conventos eram os lugares seguros para os filhos dos colonos (FAÉ, 1985).

Em relação a isso, Possamai (2005, p. 198) diz que o ingresso de um filho de colono no sacerdócio não representava apenas o domínio de poderes sobrenaturais, mas significava ascender socialmente, visto que era a única forma de ingresso na vida intelectual.

⁵⁵ LORENZATO, Antonio Domingos. **Os vênets e nossos antepassados**. Porto Alegre: EST, 1999. Nesta obra o autor trata dos principais sofrimentos dos imigrantes/colonos na nova Pátria. Classifica-os como carências e diante de tantas e a impossibilidade de superá-las pela compensação material, os padres se empenhavam em garantir através da religião e dos costumes morais uma forma de amenizar os problemas. Difundiam ideias de cooperação de mão-de-obra no plantio e colheitas, de fidelidade nas relações familiares e sociais, de rigidez moral no sexo, namoro e casamento, de aprender os deveres para com a Igreja e paroquianos, do trabalho coletivo para a construção de Igrejas, capelas e obras comuns, etc.

A conjunção destes aspectos levaram as zonas agrícolas das colônias a despertar a vocação de grande quantidade de padres e religiosos. Isso garantiu ao RS a fama de ser celeiro das vocações no Brasil (DE BONI, 1980, p. 243).

No dizer de Merlotti (1979), o papel do padre nessas comunidades não é novo. Novo é o enfoque, porque o lugar não é mais o Vêneto, mas o Brasil, onde tanto a prática religiosa como a forma de usar e trabalhar a terra estão passando por uma transformação.

Para a pesquisadora, o prestígio do padre não decorre somente das atribuições religiosas e evidentemente que não nasceu no Brasil. Também acrescenta-se que no curso do fenômeno migratório o panorama da área colonial é muito diversificado e está em permanente mudança.

A autora, no decorrer da obra, procura mostrar que o padre católico trouxe seu prestígio do Vêneto. A ação do clero nos momentos difíceis da história da região preencheu um grande vácuo político e a população sentiu nele o defensor de seus interesses, tanto antes como depois da unificação italiana. E, ao migrar, era praticamente evidente que a imagem do padre acompanharia a viagem.

Diante da possibilidade de rumar para uma vida melhor, a ideia de sair deveria ser apresentada por alguém de crédito para garantir minimamente a saída. Nesse momento de crise de credibilidade nas autoridades e envolvidos nos negócios (intermediários e empreiteiros) da emigração, os sacerdotes representavam a última reserva de créditos com as comunidades, devido à posição que ostentavam na comunidade.

O imigrante buscava no padre “a proteção, a coragem e uma certa dosagem de otimismo [...]. Procuravam o padre para ouvir a palavra da salvação e receber conselhos do bom amigo e culto representante de Deus” (MERLOTTI, 1979, p. 58).

Ele era compreendido como um elo de união entre Deus e a comunidade. Através da sua presença, mantinha acesa a fé cristã na busca do bem-estar que se dava pelo desenvolvimento da terra por meio do trabalho. Reconhecia-se nele os poderes sagrados de perdoar, abençoar, encomendar almas, ligando o homem a Deus e, ao mesmo tempo, unindo este homem com a cultura valorizando especialmente analfabetos, pobres e explorados.

De modo geral, os padres transformavam o ambiente da Igreja num espaço social muito significativo. Nele, o padre informava sobre os dramas da humanidade,

anunciava as melhorias implementadas pelo poder público, lia os benfeitores das obras da Igreja, etc. (BOLZAN, 1997).

Combinando elementos materiais, espirituais e sociais da vida dos imigrantes, Deliso Villa (1993, p. 119) assim se pronuncia:

Quando pensa nos imigrantes, pensa nas antigas raízes civis e religiosas deles. Se constroem para eles umas igrejas, é porque a fé deles, mesmo que primitiva, é antiga e profunda. Sabe que a fé – e somente a fé – os pode salvar. Sabe que a capela será para eles o lugar da oração e do perdão, mas também do encontro, da amizade e da solidariedade. As novas comunidades italianas se edificaram em torno do altar. Somente ali os italianos teriam abandonado diferenças e contrastes⁵⁶ (tradução do autor).

Felix (1992, p. 56) refere que os autênticos líderes dos colonos são os padres que, por deterem grande prestígio dentre eles, frequentemente se atritavam com os maçons. A maior preocupação dos colonos era reconstruir a vida segundo as orientações da Igreja Católica.

E diz ainda que na região colonial italiana havia uma pulverização de poderes entre indivíduos e instituições. As relações de poder não se desenvolveram predominantemente através de canais político-institucionais formais de poder (partidos, intendências), mas por instituições como a Igreja Católica, a Maçonaria e pessoas com liderança (FELIX, 1992, p. 47).

Para Manfroi (2001, p. 139), o sacerdote foi a personalidade mais desejada e mais procurada pelos primeiros imigrantes italianos. Ele representava a imagem de Deus, o símbolo do progresso e o elemento simbólico essencial de uma Itália idealizada.

Dentre tantos problemas e sofrimentos que os imigrantes carregaram na viagem para o Brasil, como a falta de dinheiro, falta de paz, falta de atendimento sanitário, falta de escolas, flagelos, cheias ou secas, para eles nenhum se comparava à falta de atendimento religioso. Lorenzatto (1999) descreve assim esta situação:

⁵⁶ Quando pensa agli emigrati, pensa alle loro antiche radici, civili e religiose. Se fa costruire per loro delle chiese è perché la loro fede, per quanto primitiva è antica e profonda. Sa che la fede – e solo la fede – li può salvare. Sa che la cappella sarà per loro il luogo della preghiera e del perdono, ma anche dell'incontro, dell'amicizia e della solidarietà. Le nuove comunità italiane si sarebbero costruite intorno all'altare. Solo li gli italiani avrebbero abbandonato differenze e contrasti.

Os Vênets sempre foram um povo profundamente religioso. Na Itália, tudo era diferente: quase todos moravam à sombra do “campanário”. [...] o padre convivia com eles; participava dos momentos alegres e tristes ocorridos nas famílias [...]. Quando, após a longa e terrível viagem, atingiram o destino, sentiram profunda nostalgia, pela falta de templos, missas, bênçãos e a presença confortadora dos sacerdotes, seus verdadeiros amigos, que os advertiram das ingentes dificuldades que haveriam de encontrar (p. 140).

Estão aí colocadas as razões que fizeram a Comunidade de Vale Vêneto - núcleo colonial Silveira Martins, a se unir em mutirão para financiar a viagem à Itália do Senhor Antonio Vernier para conseguir padres para atendê-los. Fato que culminará com a vinda dos padres Vitor Arnoffi para Silveira Martins e Antônio Sório para Vale Vêneto e, posteriormente, causará uma profunda rivalidade entre ambas as localidades.

Ainda sobre a função do padre, Merlotti (1979, p. 59) destaca que a sua essencialidade ultrapassa os limites da Igreja, mas se distingue como peça fundamental da sociedade porque compartilha com ela as suas experiências existenciais.

D. José Barea (1995), referindo-se ao prestígio do clero católico nos municípios povoados por italianos, o qualifica de “impressionante”. Diz que o capelão, o vigário e o bispo são figuras de grande peso na vida nas comunidades. Ao referir-se aos sacerdotes, afirma que quase sempre

estão nas comissões que advogam melhoramentos. Orientam e estimulam, servindo ainda de moderadores [...]. A benemerência do clero católico é excepcional e à altura do momento. Os vigários fizeram tudo quanto puderam, da melhor forma e, muitas vezes, com o sacrifício continuado de sua saúde (p. 10).

Sobre a procedência desse prestígio do clero católico, afirma que tem a sua origem na

Itália, evidentemente. E de modo especial do Vêneto. Lá, as paróquias eram pequenas. O pároco, acessível, jamais deixava de assumir os dramas decorrentes da política, da ocupação estrangeira e das convulsões causadas pelas guerras. Não havia porta a que ele não batesse, intrepidamente advogando os interesses de seus paroquianos. Era o irmão maior, sábio, audaz e prudente. Este conceito veio ao Rio Grande do Sul e foi mantido ao longo dos anos (p. 11).

Há, como se pode observar uma profunda admiração pela base do trabalho do clero na região do Vêneto que serve de alicerce à direção espiritual ao nosso

Estado. À pastoral desses sacerdotes se deve muito da preservação das tradições que vieram da península para o RS.

Sobre esse vínculo religioso Vêneto/gaúcho, Manfroi (2001) destaca:

elemento importante para a compreensão do fator religioso na vida dos imigrantes italianos é a referência fundamental, em todos os seus atos e empreendimento ao modelo italiano [...]. A religião que eles praticaram e como puderam era uma imitação daquilo que haviam conhecido em suas aldeias italianas (p. 144).

Referindo-se especificamente à religiosidade e a sua prática no interior da ex-Colônia Silveira Martins, Manfroi (2001, p. 28) manifesta o lugar que ela ocupa na vida dos colonos.

Eles eram católicos antes de serem italianos - dado que a Itália era um Estado-Nação recém-criado e identifica-se com o liberalismo e o anticlericalismo. Para esses camponeses, a Igreja era a instituição normatizadora de suas vidas, tanto no plano social quanto individual.

E Marin ratifica:

Os colonos eram católicos antes de qualquer coisa e, desta maneira, eram permeáveis a toda a doutrina ensinada pelos padres e felizes por serem alvo de uma ação missionária. Os padres palotinos, por sua vez, tinham consciência do que a religião representava para esses colonos e, não por acaso, escolheram a 4ª Colônia como base para solidificarem-se e depois ganhar terreno pelo Brasil (1993, p. 95).

Esse fervor religioso foi decisivo para a organização e reconstrução do grupo na nova Pátria, além de ter tornado possível o projeto para cristianizar a sociedade.

A respeito da fé católica e a religião como fatores imprescindíveis de aglutinação social dos imigrantes italianos do Rio Grande do Sul, na criação de sua identidade no Estado, afirma De Boni (1980):

Unia-os, não o sentimento da pátria, pois não eram nem brasileiros nem italianos. [...] Mas também não eram italianos emocionalmente: o país de origem recém-unificado, de forma anticatólica, atingirá as convicções religiosas dos camponeses do norte italiano. Também não se agrupavam ao redor da língua, pois cada grupo falava seu dialeto, ignorando a língua oficial da pátria que acabara de surgir. A religião atuou como elo de união entre eles: a quase totalidade confessava-se católica e a fé católica forneceu-lhes os subsídios indispensáveis para reiniciar, individual e coletivamente, a existência (p. 235).

Essa relação significativa entre imigração italiana e religiosidade se consolidou no Estado. Esse fervor religioso foi fundamental para a fixação na nova terra, constituindo-se num dos componentes da identidade cultural que foi sendo transmitida às gerações que se sucederam (BEZZI, PICCIN, 2009, p. 371).

A abrangência e a permanência dessa devoção na descendência pode ser observada nos elevados percentuais de católicos exposta no quadro a seguir nas cidades que se originaram dos núcleos coloniais da ex-Colônia Silveira Martins na virada do século XX para o XXI.

Município \ Religião	Faxinal do Soturno	Nova Palma	Dona Francisca	Silveira Martins	Pinhal Grande	São João do Polêsine	Ivorá
Religião Católica Apostólica Romana (%)	92,24	93,68	87,48	92,48	96,32	98,22	98,05
Outras Religiões (%)	6,54	5,88	11,54	3,22	3,68	0,53	1,8
Sem religião (%)	0,41	0,31	0,98	4,30	-	0,25	0,15
Sem declaração (%)	0,81	0,13	-	-	-	-	-

Quadro 2 – Porcentagem de Católicos Apostólicos Romanos na Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS.

Fonte: IBGE (2000) in PICCIN (2009)

A materialização da religião católica pode ser considerada como uma das formas mais significativas para se compreender a Quarta Colônia de Imigração Italiana por meio de sua identidade cultural.

As transformações sociopolíticas que afetaram o Brasil no final do século XIX e início do século XX atingiram também a Igreja brasileira e a gaúcha.

No RS, a imigração italiana fortaleceu a Igreja Católica e contribuiu para implementar as transformações advindas do Concílio Vaticano⁵⁷ (1869-1870).

⁵⁷ O Concílio Vaticano I se realizou de 1869 a 1870. Conforme Souza in Dreher (2002, p. 287), o Concílio traçou as premissas para uma reforma da Igreja que deveria atingir o mundo inteiro e se daria com base em três vértices: o ultramontanismo, a romanização e a infalibilidade do papa. Para Souza In Dreher (2002, p. 289), a romanização se caracteriza pela adesão aos princípios doutrinários que conduziam a uma verticalização cada vez maior da Igreja, onde o papa é o chefe supremo. Para Biasoli (2010, p. 41), a romanização consiste no esforço do episcopado em tornar o catolicismo mais romano e menos nacional. Biasoli (2010, p. 43) sustenta que o ultramontanismo foi uma resposta da Igreja romana ao avanço liberal e ao mundo moderno. É o jogo da Igreja no campo conservador, disposta a restaurar a ordem sociopolítica tradicional a partir de uma defesa intransigente das verdades reveladas, de uma visão teocrática centrada na figura do papa infalível.

Mudanças essas que fazem referência à busca de um maior atrelamento à Roma e a prática das determinações do Concílio de Trento.

Dentro dessa temática dois aspectos se destacam, conforme Beneduzi (2008, p. 18). Um, de observação próxima e, o outro, de observação mais distante. O primeiro é a diversidade étnica, que promove uma religiosidade particular e diferente no RS. Nela, ressalta-se a contribuição que a imigração trouxe enquanto diferenciadora cultural entre a região Sul do Brasil e os demais estados brasileiros. No sul, encontra-se uma Igreja voltada para Roma e com grande valorização da hierarquia; diferente do restante do país, onde se percebe uma religiosidade sincrética, que mistura o catolicismo Romano com os cultos africanos. O segundo, faz pensar que o projeto de Restauração Católica⁵⁸ pode ser oportuno tanto sob o ponto de vista da reorganização do Estado-nação quanto para uma busca pela retomada do poder por parte da própria Igreja.

Convém reforçar aqui a lembrança de que na Igreja do RS e do Brasil, as determinações do Concílio de Trento⁵⁹ (1563) ainda não haviam sido adotadas e, portanto, as orientações do Concílio Vaticano I se configuram numa tentativa de reorganizar a Igreja sob o ponto de vista da espiritualidade e da hierarquia (BENEDUZI, 2008, p. 20).

Nesse sentido, o RS, na transição do século XIX para o XX, é marcado por essas grandes transformações no âmbito da Igreja, reforçadas pela intensa chegada de fluxos imigratórios italianos.

Na base dessa transformação estavam as ideias de renovar a Igreja e implantar no Brasil as normas tridentinas de fins do século XVI, substituindo as diversas manifestações de religiosidade popular por um catolicismo oficial e hierarquizado.

⁵⁸ O Projeto de Restauração Católica ocorre segundo Rambo in Dreher (2002, p. 61) como forma de reação ao desgaste imposto pela oposição ao catolicismo. Os pontos centrais desse projeto são a retomada da doutrina formulada pelo Concílio de Trento; a obediência à autoridade do papa e dos bispos; a distância e à ingerência do Estado e das autoridades leigas na vida e nos assuntos da Igreja.

⁵⁹ O Concílio de Trento se realizou no período de 1545 a 1563. Segundo Souza in Dreher (2002, p. 278), o Concílio foi convocado para dar uma resposta ao Protestantismo. Tratou exclusivamente dos aspectos que eram contestados ou atacados e com isso o que não foi questionado pela oposição protestante não foi incluído na revisão teológica. O Concílio produziu um vigoroso impulso à vida religiosa da Igreja, especialmente na questão disciplinar. Passou a ser exigido um seminário por diocese, mais rigor na escolha dos candidatos. Os bispos passaram a ser obrigados a residir em suas dioceses e, a cada cinco anos, prestar contas ao papa de seu trabalho (*Visita ad Limina*) e para a formação teológica foi criada a Universidade Gregoriana – em Roma. O Concílio ratificou também a supremacia do Papa na hierarquia da Igreja, em detrimento dos monarcas.

Os principais aspectos dessas reformas, segundo Beneduzi (2008) referem-se à reforma das ordens religiosas tradicionais; ao aperfeiçoamento da formação sacerdotal; à reforma do clero e a dinamização da pastoral.

No seu conjunto e bem próximas da realidade da imigração para o RS, as medidas mais práticas dizem respeito à substituição das ordens religiosas ou de suas funções, dedicadas a clausura, por ordens ou funções que tivessem mais atividades apostólicas ou atividades como educação, assistência social, atendimento hospitalar, missões pastorais, etc; preparo de um ambiente em condições de dar formação espiritual aos candidatos ao sacerdócio. O processo de formação passou a exigir uma etapa inicial em Roma e outra nos Seminários que precisaram ser construídos e reformados. No Seminário, havia correções de ordem moral com duras medidas disciplinares que funcionavam como critério mais qualitativo do que quantitativo.

Esse conjunto de medidas, mesmo que de ordem geral, produzem muito significado no contexto temporal, tanto no Brasil como na Itália, no sentido de harmonizar as relações da Igreja Católica com o processo migratório. Se no início as migrações se resumiam em simples manifestações contrárias ou favoráveis, os seus desdobramentos passam a requerer maior compreensão do fenômeno.

Destaca-se, ainda, que no Brasil, mesmo diante da oficialidade católica, quem primeiro prestou socorro espiritual aos imigrantes oriundos da Itália foram os padres seculares italianos (RUBERT, 1977, p.4).

Durante muito tempo, coube a eles não somente o pioneirismo espiritual, mas também as iniciativas na vida social e do progresso econômico em diversos núcleos coloniais, onde posteriormente floresceram vilas e cidades do nosso Estado.

Após a sua chegada, mas a pedido deles, segundo Rubert (1977, p. 04), vieram para o RS os Palotinos (1886), os Carlistas e os Capuchinhos (1896) e os Jesuítas.

Considerando-se o conjunto desses sacerdotes, os padres procedentes do norte da Itália se identificaram mais com os propósitos das zonas coloniais em estruturação no RS.

São mais de duas centenas de sacerdotes a serviço dos imigrantes cujo trabalho os constitui nos primeiros apóstolos dos imigrantes e nos tempos mais difíceis, os únicos (RUBERT, 1977, p. 4).

A partir desta base, é que serão assentadas as iniciativas posteriores envolvendo os colonos de todas as Colônias italianas, cuja primazia era a assistência religiosa.

No conjunto, a obra deixada tanto pelos padres Seculares (especialmente em Bento Gonçalves, Caxias e Garibaldi) como pelos Palotinos (em Silveira Martins), Carlistas (Encantado, Nova Bassano e Guaporé) e/ou Capuchinhos (Garibaldi, Nova Trento e Veranópolis) se perpetuou com muitos méritos a ponto de transformar-se no mais importante e seguro referencial para a grande maioria dos colonos e das Colônias italianas do RS (RUBERT, 1977, p. 136).

Diante dessas constatações, é possível dizer que o papel de liderança dos sacerdotes no processo emigratório desde a Itália é de grande prestígio, justificando-se plenamente àquele desempenhado por eles nas Colônias do RS. O auxílio do padre (sacerdote) se constituiu numa grande aspiração para o progresso das localidades. Ele era um elemento indispensável ao mundo social e cultural dos italianos na Colônia.

“As manifestações de alegria que marcavam sua passagem ou chegada, a autoridade que ele gozava entre os colonos revelam o significado religioso e cultural de sua presença” (MANFRÓI, 2001, p. 133).

Como se vê, são ricos os argumentos a respeito do papel do sacerdote diante dos emigrantes/imigrantes/colonos. Trata-se de uma trajetória de parceria que inicia na Itália, transpõe os mares e se instala no Brasil, sob as mais diversas circunstâncias⁶⁰.

⁶⁰ Utilizando como referência a obra de Maria Catarina Chitolina Zanini, intitulada “Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS (2006) para identificar em seus marcos rituais a construção da italianidade grupal dos descendentes de imigrantes, percebe-se o quanto foi próxima a eles a presença dos sacerdotes. Para a autora, a Travessia é o momento da transformação de emigrado em imigrante e no Processo Colonizador se dá a mudança de imigrante para colono. Dessas definições, é possível compreender que a travessia pressupõe uma origem comum em terras italianas, local da tomada de decisão de partir, fazer a travessia marítima e estabelecer-se na nova pátria. Já o Processo Colonizador pressupõe a superação das dificuldades (pobreza, doenças, abandono, adaptações...) encontradas no novo universo social, político e geográfico. Tanto na Travessia como no Processo Colonizador, a presença do padre foi fundamental na vida dos imigrantes. Por isso, ao tratar desta questão, a grande maioria dos autores constrói paralelamente as trajetórias dos colonos e dos sacerdotes, de modo ser possível identificar as especificidades na forma de atuação de sacerdotes italianos nos locais de origem da emigração; de sacerdotes italianos atuando nas Colônias e de sacerdotes descendentes de imigrantes e/ou brasileiros e/ou de outras nacionalidades, atuando nas Colônias. Exceto Rubert (1977) cuja obra é específica a respeito dos sacerdotes italianos que atuaram nas Colônias do RS, os demais autores, como por exemplo Franzina (2006), Possamai (2005), Zanini (2006), Beneduzi (2008), Biasoli (2010) e Vendrame (2007), dentre outros analisam o fenômeno migratório vinculado ao sacerdotes seja na Itália ou no Brasil.

O vínculo do padre como liderança em meio aos colonos é permanentemente refletida e analisada no contexto da imigração/colonização. É possível, nessas análises, identificar momentos diferenciados nessa parceria. As tendências sugerem uma proximidade de relações, inicialmente, na Itália e a posteriori no Brasil.

No que diz respeito a ex-Colônia Silveira Martins, as relações dos sacerdotes com a comunidade também são muito próximas e deve-se distinguir as interferências nessa convivência, entre o processo inicial de colonização/imigração e a fase das emancipações.

Na fase inicial da colonização, há muito a lamentar pelas dificuldades encontradas na Colônia, porém, a privação da convivência com sacerdotes (infalíveis conselheiros) agravaram os seus problemas (LORENZONI, 1975, p. 77).

O sentimento de desamparo dos imigrantes na recém chegada Colônia decorre do fato de terem perdido o vínculo com aqueles que tinham empenhado a última palavra antes de emigrar e, portanto, imaginavam poder tê-los bem próximos no difícil processo de adaptação na nova realidade do mundo dos estrangeiros.

A gradativa chegada dos sacerdotes, mesmo com as dificuldades e conflitos que aconteceram, restabeleceu a convivência religiosa que permitiu a preservação da cultura dos italianos, e produziu a sensação de que, entre os colonos e as terras de origem, havia ainda muitos vínculos, uma vez que italianidade e catolicismo andaram juntos por muito tempo. O fato de serem católicos os tornava iguais e conferia ao conjunto de imigrantes a percepção de terem se tornado sujeitos que haviam partilhado a mesma experiência social de ruptura na sua história recente (ZANINI, 2006, p. 157).

Esses argumentos consolidam dentre as comunidades italianas do RS e na ex-Colônia Silveira Martins a ideia de que a religião possibilitou uma identificação étnica dos imigrantes e, devido a isso, nos locais por eles ocupados necessitavam conviver com os valores sacros ostentados na Itália. Isso os remete a uma permanente luta na busca por sacerdotes e pela construção de um ambiente que favorecia uma relação de dependência da Igreja Católica.

Conforme esse pensamento, toda a construção colonial dos imigrantes se alicerçou predominantemente sobre a sua fé, que inicialmente buscava satisfazer as necessidades materiais e sociais da vida.

Há, como se vê, uma complementaridade entre a presença da Igreja e a atuação do sacerdote. Essa unidade foi indispensável para garantir o sucesso

econômico e político das comunidades. Inicialmente, a capela e a venda eram os pontos de referência de um cenário socioreligioso para o qual os imigrantes convergiam. Posteriormente, esse espaço passou a figurar como um cenário socioreligioso e político.

2.1.2.1 A mobilização pela autonomia e as propostas de emancipação do padre Luiz Sponchiado

Os argumentos de ordem geral, e também específicos à ex-Colônia Silveira Martins, antes colocados, serviram para mostrar o vínculo dos colonos italianos com o sacerdote católico e o elevado grau de influência que este exerce desde as origens em solo italiano e a dependência revelada nos primórdios do processo imigratório pelas comunidades coloniais, no início da sua organização social e econômica.

Sem dúvida, esta retrospectiva realçou as justificativas desta liderança no processo imigratório colonizador como um contexto generalizado. Resta óbvia, então, a compreensão que, partindo dessa realidade, mesmo existindo uma política (e) imigratória entre Estados – na prática ela pouco fez para resolver o problema individual de cada (e) imigrante ou até mesmo do conjunto deles.

Essa sensação de desamparo, aliada a uma cultura de forte religiosidade, compõem um cenário fértil para tornar sólida e duradoura essa relação de dependência dos colonos em relação ao padre e a sua liderança.

Ratifica-se também que, no início da imigração o ingrediente que movia a relação era a necessidade de superar um quadro de miséria, onde a sobrevivência era a meta imediata a ser perseguida. Os vínculos estreitos com a fé mantiveram acesa a esperança de produzir melhores dias sob a ótica de melhorar a perspectiva econômica.

Quando pareciam estar minimamente vencidas as questões da sobrevivência e da adaptação à nova terra, sobrevém a dura repressão do Estado Novo que impõe aos imigrantes uma nova ruptura. Maria Catarina (2006) a define como a quebra do sentimento de pertencimento “as causas da Itália”. O abalo que decorre disso afeta uma conquista social fundamental dos imigrantes: a liberdade.

A italianidade, a partir disso, tem a sua provaçãõ avaliada pela resistência, tanto por italianos como pela sua descendência. Há, a partir disso, a imposição aos

colonos de uma reflexão a respeito de sua identidade de brasileiro. Ela precisou ser trabalhada positivamente para que assim se sentissem, em detrimento do sentimento de italianidade que passou a ser reprimido (ZANINI, 2006, p. 153).

A obediência e o silêncio forçados pelas autoridades brasileiras faz nascer novos ideais por liberdade, fortalecendo seus vínculos com a ideia de pertencimento ao político, ao urbano, ao social e ao Estado (ZANINI, 2006).

Essa situação é sentida e constatada com mais ênfase nos locais de maior fragilidade econômica e social.

O contínuo esforço para a superação desse conjunto de dificuldades, primeiro econômicas e depois sociais, remetem o imigrante da ex-Colônia Silveira Martins a um processo político que resulta num longo período de emancipações de seus núcleos.

É oportuno lembrar que a sucessiva superação das dificuldades econômicas representa a garantia da sobrevivência dos imigrantes e seus descendentes e que, no confronto com as demais Colônias de imigração italiana do Estado do RS (Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi), a ex-Colônia Silveira Martins, a partir da virada do século XIX para o XX, apresenta sinais de perda de prestígio político⁶¹.

Essa comparação desvantajosa da ex-colônia Silveira Martins em relação às demais, tem perspectivas de alteração e superação, a partir da década de 1960, quando se iniciam efetivamente as emancipações de seus núcleos. Neste contexto, procurar-se-á mostrar o importante papel do sacerdote Luiz Sponchiado na vida dos colonos italianos, já que a Colônia estava iniciando uma nova fase na sua existência política.

Ratificando esta percepção, há agora uma ideia de pertencimento político que requer uma inserção do imigrante/descendente no mundo da cidadania e da modernidade. Nesse sentido é que se deve evidenciar que o Estado Novo executou, através de decretos, a institucionalização de inclusão e exclusão sociais pela construção imaginária do tipo ideal de brasileiro. Aqueles considerados estrangeiros estavam fora desse imaginário nacional, uma vez que não compartilhavam da brasilidade pretendida. Nesse aspecto é que se deu a separação entre cidadania e

⁶¹ A perda de prestígio político referida aqui diz respeito aos episódios que envolveram o ilustre Gaspar Silveira Martins nos seus embates com a República, o PRR e as relações com Julio de Castilhos e Borges de Medeiros, abordados no primeiro capítulo deste trabalho.

nacionalidade. A cidadania vinculava o indivíduo ao Estado, enquanto a nacionalidade o vinculava a um povo (ZANINI, 2006, p. 168).

A partir disso, é fundamental compreender-se que os imigrantes e descendentes tinham fortes sentimentos de italianidade (não oficial) gerada pela preservação da cultura do local de origem (de maior vínculo com o Vêneto) ligada solidamente à sua religiosidade e responsável pela construção positiva da imagem (corajoso, empreendedor, forte, etc.) frente ao difícil processo colonizador.

Isso garante que a italianidade preservada pelo colono não era necessariamente aquela fascista (oficial, proveniente do Estado italiano).

A sutileza deste aspecto não foi compreendida pelo Estado Novo e as injustiças cometidas produziram efeitos maléficos numa geração de pessoas que teve dificuldades para compreender o abalo na própria identidade.

É inegável que esta transição e também o despertar dos colonos ao mundo político na ex-Colônia Silveira Martins tem a marca forte e brava do padre Luiz Sponchiado⁶².

Esta liderança combinou elementos locais e externos na sua técnica de trabalhar, primeiro, num esforço para unir a Colônia como um todo e, depois, diante da impossibilidade disso se materializar, vê-la, aos poucos, gerar novos municípios, donos de seus destinos e que num espaço de três décadas (1960/90) mergulharam num processo de querer emancipar-se, acompanhado de uma gradativa tomada de consciência das comunidades que compunham cada núcleo colonial.

Como elementos locais, colocam-se as circunstâncias estudadas e compreendidas na complexidade da realidade histórica da ex-Colônia Silveira Martins, da sua origem até meados do século XX. Abrange toda a sua problemática divisão entre os municípios vizinhos (Júlio de Castilhos, Santa Maria e Cachoeira do Sul), os dilemas das rivalidades entre Católicos e Maçons e disputas entre católicos,

⁶² Mesmo que o padre Luiz Sponchiado tenha se constituído num ferrenho defensor do padre Sório, no episódio que envolveu a sua morte, confrontando-se seriamente com o pensamento maçônico, conforme apresentado na primeira parte deste trabalho, no que se refere à temática política que envolve as propostas de emancipação administrativa dos núcleos da ex-Colônia Silveira Martins, o sacerdote adota uma postura liberal, clamando pela participação e envolvimento de todos os segmentos sociais na discussão do tema. Este episódio aglutinador não significa que tenha dispensado uma grande articulação com os sacerdotes que atuavam em cada núcleo da Colônia, como líderes comunitários. Isso não o eximiu de alguns conflitos, mas em todas as Comissões emancipacionistas que se formaram em cada núcleo que logrou emancipar-se, a figura do padre local esteve presente.

a questão política do nome e as relações com Santa Maria, todos componentes que determinaram um retardamento no progresso e desenvolvimento da Colônia.

Como elementos externos, colocam-se as circunstâncias do contexto da administração federal do Estado brasileiro que pelo vigor da política modernizadora (de cunho populista)⁶³, produziu facilidades e oportunizou uma atuação favorável às emancipações municipais. Há, a partir da Constituição Federal de 1946, uma intencionalidade político-administrativa no surgimento de governos locais (TOMIO, 2005, p. 3). A força do contexto institucional moldou a decisão política de criar novos municípios.

A Constituição Federal de 1946 consolidou também a descentralização da regulamentação em favor dos Estados. Os poderes legislativos estaduais passam a ter autonomia no processo decisório de criação de municípios bem como os limites ou exigências às localidades que desejavam a sua emancipação. Além disso, ficou consolidada também a descentralização fiscal.

A combinação desses elementos associados à experiência adquirida pelo padre Sponchiado⁶⁴ como auxiliar do Monsenhor Vitor Batistella na Paróquia de

⁶³ O viés da política populista vigente em meados do séc. XX no Brasil procura dar respostas a um dos déficits da modernidade capitalista defendida por Boaventura Santos (1999) – expandir o urbano (déficit da modernidade). Por conta dessa preocupação, o Estado brasileiro, ao mesmo tempo que se orienta politicamente para atender as demandas sociais que decorrem das periferias urbanas das cidades já instaladas (o outro déficit detectado por Boaventura Santos) e um crescimento populacional desordenado – criando uma abundante legislação trabalhista para atender as exigências dos novos *locus* da produção, também oportuniza, produzindo uma legislação emancipatória, que novos centros urbanos sejam criados, inclusive em áreas absolutamente rurais (coloniais) como é o caso da ex-Colônia Silveira Martins. A Lei 2 116 de 24/9/1953 é a resposta a este déficit da modernidade apontado por Boaventura Santos (1999) em nível de Estado do RS. É uma ótica da urbanização menos conhecida e estudada em nível nacional; no entanto, conforme Veiga (2003), no período da sua vigência foram criados milhares de municípios.

⁶⁴ Sponchiado (1996, p. 159-170) dá detalhes da intensa participação do padre Luiz Sponchiado como auxiliar (coadjutor) do padre Vitor Batistella, na Paróquia de Barril, no período de 1951-1956. Lá teve uma participação destacada na promoção social dos paroquianos: incentivou vocações, organizou associações (JAC – Juventude Agrária Católica; CDC – Congregação da Doutrina Cristã), organizou Congressos Diocesanos, promoveu Festas em Igrejas, incentivou Campanhas (contra a legalização do divórcio, moralização dos costumes – blasfêmias, vestuário, festas, pela eletrificação). Foi inspetor do ensino municipal, formou Comunidades Eclesiais de Base e iniciou suas pesquisas sobre a Imigração Italiana (1954). Na política, a participação do padre Luizinho inicia, como membro (Presidente) da mesa Eleitoral nas localidades de São José e Castelinho a partir de 1950. No entanto, a partir de agosto de 1953, com o início da agitação pela emancipação política de Barril, foi-lhe solicitado pelo padre Vitor Battistella que levasse esclarecimentos do tema a todo o povo, inclusive o mais longínquo. O padre Luizinho organizou de modo pedagógico o seu trabalho. Primeiro estudou a Lei 2 1116 de 24/9/1953 em detalhes e a seguir preparou a estratégia de sua “aula comunitária” em 4 alertas (momentos) esclarecedores: 1 – Emancipação: - o que é? É tornar-se independente, como um filho adulto sai da casa dos pais. É um processo doloroso, mas necessário tanto para a vida como para o progresso. – A lei permite tais modificações nos anos que terminam em “3” e “6”. – É uma lei nova que vem favorecer esta partilha e outros estados brasileiros já vem fazendo “à pamparra”. Esta partilha dá um retorno sempre igual para cada município do país, não importando a extensão e a

Barril (atual Frederico Westphalen), na qual obteve um grande aprendizado, tanto nas questões que envolviam a paróquia como no processo de emancipação política daquele município, o habilitaram a ser a grande liderança nesta nova fase que estava se iniciando na ex-Colônia Silveira Martins.

O padre Luiz Sponchiado nasceu⁶⁵ no dia 22 de fevereiro de 1922 na linha 6, do núcleo Soturno da ex-Colônia Silveira Martins, distrito de Dona Francisca - município de Cachoeira do Sul, atual município de Faxinal do Soturno.

Conforme descrições de Rossato (1996, p. 14-27) a família do sacerdote padeceu também das mesmas dificuldades da grande maioria dos colonos do lugar: pouca terra e de difícil acesso e, por isso, teve que migrar ainda jovem (apenas três anos) juntamente com a família para a localidade de Taquaruçu, distrito de Barril, no município de Palmeira das Missões.

Nessa região, Sponchiado iniciou a sua formação escolar e optou pela vocação sacerdotal, muito influenciado pelo Monsenhor Vitor Battistella que por três décadas foi pároco de Barril, atual Frederico Westphalen. Aliás, a emancipação política desta cidade, ocorrida em 1954, teve uma grande participação do Monsenhor Battistella e vai influenciar sobremaneira a atuação de Sponchiado como pároco em Nova Palma e liderança atuante no propósito de emancipar os núcleos coloniais da região da ex-Colônia Silveira Martins (ROSSATO, 1996, p. 36).

Ao chegar na paróquia de Nova Palma, em 11/03/1956⁶⁶, além de zelar pelas atividades ligadas ao sacerdócio⁶⁷, padre Luiz Sponchiado abraçou a causa do

população; 2 – Exigências da Lei – formar uma Comissão Emancipacionista; reunir assinaturas de um quinto do eleitorado; organizar um processo com provas do progresso e realizar o plebiscito; 3 – analisar a situação específica do lugar a se emancipar (neste caso Barril) – ver as vantagens (ter escolas, correios, serviço militar, estradas, agricultura), além da nova situação da paróquia e dos distritos; 4 – não é campanha partidária – dar a devida atenção na assinatura de listas, ficar atentos à boataria, não entregar o título eleitoral a ninguém... “A idéia emancipacionista é que nem inço: depois que pega, se propaga imediatamente” – conforme diário de Sponchiado in Sponchiado (1996, p. 165).

⁶⁵ Registro de nascimento do Cartório de Dona Francisca, Livro 13 A, p. 157v, n. 30.

⁶⁶ A chegada do padre Sponchiado à Nova Palma representou uma nova fase, não só para o desenvolvimento do núcleo colonial, mas para toda a região. O sacerdote envolveu-se em grandes conquistas locais e regionais: - fundou a 31 de maio de 1962 a CAMNPAL (Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma). No preparo dos agricultores para aderirem ao cooperativismo usou diversos argumentos (SPONCHIADO, 1996, p. 213-214): 1 – a necessidade do cooperativismo se justifica para fazer frente aos monopólios e trustes que crescem; 2 – o cooperativismo combate o individualismo destrutivo e implanta o coletivismo que constrói; 3 – o cooperativismo é exigido pela “Mater et Magistra”; 4 – o cooperativismo poderia resolver o problema local da produção de trigo, que precisava ser transportado para Julio de Castilhos. – Foi o principal diretor da Escola Particular – Escola Comercial Novapalmense, fundada em 31/março de 1960. Nela funcionaram os cursos de Auxiliar de Escritório e Técnico de Comércio (SPONCHIADO, 1996, p. 222). – Instalação do Ginásio Estadual em 21/4/71 – público (SPONCHIADO, 1996, p. 224). – Construção do Hospital (durou de 1966 – 1977) – inaugurado em 5/11/1977 sob o comando das Irmãs do Apostolado Católico

movimento emancipacionista propondo por duas vezes unir toda a ex-Colônia em torno de um só município.

O padre líder torna conhecida a sua proposta emancipacionista, em reunião realizada em 31/07/1957⁶⁸, na Casa Paroquial de Nova Palma. Nesta reunião, o sacerdote manifestou várias iniciativas:

1) expôs a proposta da área emancipanda cujo território contemplava os distritos de Nova Palma (3º distrito de Júlio de Castilhos), Dona Francisca (5º distrito de Cachoeira do Sul), parte de Ivorá (2º distrito de Júlio de Castilhos) e Silveira Martins (5º distrito de Santa Maria);

2) explicou detalhadamente o teor da Lei 2116 de 24/9/1953, diploma legal que norteava as emancipações municipais no Estado;

3) assumiu o compromisso de mobilizar os vigários dos outros núcleos que compõem a área emancipanda no intuito de organizar Comissões Emancipacionistas;

4) elaborou um cronograma de reuniões no sentido de ouvir o pensamento das comunidades interessadas e envolvidas através de suas representações. Nesse cronograma, ficaram agendadas as seguintes datas nas diferentes localidades (SPONCHIADO, 1996, p. 177-178):

- 4/8/1957 – São João do Polêsine;
- 25/2/1958 – Faxinal do Soturno;
- 26/2/1959 - Dona Francisca.

É evidente que os debates sobre a ideia de emancipação extrapolaram o ambiente das reuniões com a presença da liderança emancipacionista e chegaram em todos os ambientes da sociedade colonial: encontros de família, jantares, festas etc.

(SPONCHIADO, 1996, p. 233). – Fundação do Centro de Pesquisas Genealógicas, em 1975 (ano do centenário da chegada dos imigrantes italianos no RS). Conforme Sponchiado (1996, p. 238-239), a denominação CPG foi sugerida pelo padre Erno Luft, coadjutor de Sponchiado. No acervo do CPG constam, além da genealogia, cronologias ou diários de colonizadores, documentários, biblioteca, além de um ambiente com escritório para pesquisadores.

⁶⁷ Até então a Paróquia de Nova Palma era assistida pelos padres palotinos. A morte do padre João Zanella em 19/11/1955 (após permanecer 34 anos na Paróquia) e a permanência breve do também palotino Vitélio Trevisan (18/12/1955 a 11/03/58) não deixaram um vazio na comunidade, mas uma grande obra (SPONCHIADO, 1996, p. 98-105). Tem razão Biasoli (2010, p. 57) quando afirma que os palotinos construíram um forte núcleo religioso e fixaram símbolos e valores do catolicismo romanizador nos corações, nas mentes e nas estruturas de poder da região. É sobre esta base que o padre Luiz Sponchiado vai articular uma grande mobilização para propor a unidade político-administrativa da região como um todo.

⁶⁸ Livro de Atas nº 1, 1957, p 1 e v. CPG – Nova Palma.

A dissidência de um grupo de Faxinal de Soturno em meados de março de 1958 que resultou na emancipação daquele núcleo no ano seguinte, não colocou um ponto final no propósito do padre Sponchiado em emancipar num único bloco toda a região colonial (SPONCHIADO, 1996, p. 177).

Rearticulam-se as forças emancipacionistas em torno do núcleo de Nova Palma (3º distrito de Júlio de Castilhos); Ivorá (2º Distrito de Júlio de Castilhos) e parte de Pinhal Grande (distrito de Júlio de Castilhos) que também fracassa porque seu líder, padre Sponchiado teve contestados os dados que constavam do processo emancipacionista, pelo núcleo de Ivorá, tanto pelo seu líder espiritual, Monsenhor Busato como pelo prefeito de Júlio de Castilhos, Sr. Victor Weirich. Diante disso, a Assembleia Legislativa do Estado do RS arquiva definitivamente o processo emancipacionista (em 6/11/1958) e com ele a ideia da unidade político-administrativa dentre os núcleo da ex-Colônia Silveira Martins (SPONCHIADO, 1996, p. 180).

Essa visão de autonomia, no dizer de Sponchiado (1996, p. 174), apressaria o desenvolvimento de vários núcleos que até então compunham a área da ex-Colônia, como um todo.

Ambas as propostas do padre Sponchiado não lograram êxito, e somente algumas décadas mais tarde o conjunto desses mesmos núcleos atingiriam a sua autonomia administrativa. O desacerto e desconfianças que levaram ao fracasso as propostas de Sponchiado são a seguir detalhadas

A primeira proposta, descrita no Livro de Atas nº 1⁶⁹, de 1957, da Paróquia de Nova Palma, previa a emancipação dos distritos de Nova Palma (3º distrito de Júlio de Castilhos), Dona Francisca (5º distrito de Cachoeira do Sul), parte de Ivorá (2º distrito de Júlio Castilhos) e Silveira Martins (5º distrito de Santa Maria).

Fica claro na Ata da reunião de 31/7/1957 o espírito de iniciativa e empreendedorismo do padre Luiz Sponchiado em assuntos de interesse da comunidade. O padre, além de disponibilizar a Casa Paroquial para reunir os interessados, torna-se a maior liderança da causa emancipacionista da região, por conhecer profundamente a Lei 2.116, de 24/9/1953 que regula as emancipações. Diante dos presentes, o padre Luiz se comprometeu a mobilizar os colegas vigários doutras paróquias do território emancipando para pedir que apoiem a formação

⁶⁹ Livro de Atas nº 1, 1957, p. 1 e v. CPG Nova Palma.

apolítica e segura da Comissão Emancipadora e do seu propósito. Resta aqui confirmada a intensa fidelidade e crédito dos descendentes de italianos à pessoa do padre, na tomada de decisões que envolvem questões, tanto de ordem particular como nas de interesse comum. Há um esforço prático em separar as coisas do mundo espiritual e do mundo material.

No intuito de expor as ideias que tinha para tornar autônoma a ex-Colônia e ouvir o pensamento das comunidades envolvidas, por meio de suas representações, o Padre Sponchiado organizou um cronograma de reuniões *in loco* para cuidar da questão⁷⁰.

No entanto, as dificuldades da ideia emancipacionista prosperar logo apareceram.

Conforme o registro do livro de Atas de 1957 (p. 2 e seguintes)⁷¹, na reunião realizada em Dona Francisca, em 26 de fevereiro de 1958, na residência do Senhor Antônio Soccal, após ouvirem as explicações do padre Sponchiado sobre a emancipação, os participantes alegaram impossibilidade de definirem-se sobre o tema, uma vez que não estavam presentes todos os representantes das localidades interessadas e até mesmo alguns ignoravam a existência da ideia.

Segundo Breno Sponchiado (1996, p. 177), no dia 10 de março de 1958 um grupo de Faxinal do Soturno comparece a Nova Palma para informar o padre Luiz que decidiram criar uma Comissão Emancipacionista, juntamente com Dona Francisca.

Embora surpreso, o padre orientou-os para que reconhecessem as Atas da Reunião e a firma dos membros da Comissão em Cartório e as levassem ao governador, Sr. Ildo Meneghetti (PSD), a fim de que as remetesse à Assembleia Legislativa, para que fossem credenciados para instruir o procedimento legal.

E assim ocorreu. Feitos os registros no Cartório de Nova Palma, deu-se o credenciamento da Comissão Dissidente pela Assembleia Legislativa do Estado.

Diante disso e segundo Rossato (1996, p. 42-43), o padre Luiz Sponchiado determinou uma nova reunião para o dia 13 de março de 1958, em Dona Francisca, com a presença de representantes de todos os núcleos de povoamento interessados na emancipação.

⁷⁰ Este cronograma já foi exposto anteriormente.

⁷¹ Livro de Atas nº 1, 1957, p. 2. CPG Nova Palma.

Conforme Breno Sponchiado (1996, p. 178), ao dirigir-se aos presentes, o padre Luiz Sponchiado considerou antidemocrático o comportamento dos faxinalenses e seus aliados ao comporem uma comissão emancipacionista dissidente e a assembleia deliberou por constituir um grupo que tivesse representantes de todas as localidades interessadas para contatarem a Comissão dissidente e tentar um consenso. O plenário também deliberou por conceder amplos poderes a esse grupo para fazer o acordo que fosse possível com a Comissão de Faxinal do Soturno e, em última instância, desistir da forma de conduzir este movimento e propor abrir outro mais democrático.

Transcorridos alguns dias, nada foi possível concretizar. Percebia-se, na prática, que Dona Francisca insistia em ser a sede do município a ser criado e Faxinal do Soturno pretendia a adesão de Nova Palma ao seu plano. Caso contrário, a excluiriam da sua iniciativa. Nota-se aqui que a Comissão emancipacionista de Faxinal do Soturno ignora a iniciativa pioneira do padre Luiz na empreitada da autonomia da ex-Colônia como um bloco único.

Sobre este episódio, assim se manifesta Rossato (1996, p. 43): “um grupo de Faxinal retirou as ideias do padre Luiz e deixaram-no de lado.”

A sentença derradeira para o Projeto de emancipação da ex-Colônia Silveira Martins a partir de Nova Palma foi dada na reunião de 22 de março de 1958, em São João do Polêsine, quando reunidos os representantes de todas as localidades, votaram pela exclusão de Nova Palma da região abrangida pelo futuro possível município (SPONCHIADO, 1996, p. 178).

A expressão de lamento do padre Luiz Sponchiado foi “melancolicamente - ainda que democraticamente - foi excluído o território onde nascera a ideia” (SPONCHIADO, 1996, p. 178).

Este revés no sonho de unir a ex-colônia sob um único município a partir de Nova Palma, não ofuscou definitivamente a busca por este ideal. Nasce daí a segunda proposta do padre Luiz Sponchiado.

Nesta nova proposta, os aliados de Nova Palma seriam Ivorá (2º distrito de Júlio de Castilhos) e parte de Pinhal Grande (3º distrito de Júlio de Castilhos).

Segundo Sponchiado (1996, p. 178), no dia 26 de março de 1958, o padre Luiz, juntamente com três membros da Comissão emancipacionista da primeira proposta se reuniu com o Monsenhor Humberto Busato, pároco há mais de três décadas na localidade de Ivorá, para pedir a sua colaboração neste processo.

Obteve como resposta o conselho de consultar o povo em reuniões que seriam previamente agendadas e que, por estar velho e cansado não faria grandes envolvimento pela causa.

Rossato (1996, p. 43) relata que no dia 30 de março de 1958, o padre Luiz realizou uma reunião com o comunidade de Ivorá, na casa onde nascera o senador Alberto Pasqualini. Nesta ocasião, foram expostos os requisitos para a emancipação e as vantagens que ela traria para a região. Foi constituída uma comissão com o propósito de consultar o máximo possível de moradores, além de motivá-los a participar das próximas reuniões. Os presentes no encontro julgaram viável a proposta emancipacionista. No dia seguinte (31/3/1958), inicia-se a coleta de assinaturas a favor da emancipação, com pelo menos um terço do eleitorado. No dia 1º/4/1958, o padre Sponchiado se dirige pessoalmente ao pároco de Ivorá, Monsenhor Humberto Busato para desfazer dúvidas sobre a emancipação. Após apresentar dados sobre a população e a renda, o Monsenhor de Ivorá se comprometeu de colher assinaturas a favor do movimento e, para isso, iria pessoalmente a todas as capelas fazer o anúncio de tal pretensão. Dispôs-se também a consultar o vigário de Pinhal Grande, padre Leo Trevisan. De modo geral, o padre Luiz percebia as dificuldades de outra vez executar a sua proposta. Sobre isto, revela Rossato (1996, p. 43):

Estava ficando muito difícil conseguir a concretização do objetivo. Pe. Luiz tinha dificuldades em articular e conseqüentemente as coisas não andavam, existiam problemas internos na Colônia, disputa entre os núcleos e isso dificultava a união.

A pressão antiemancipacionista se configura diante dos acontecimentos que seguem:

1º) no dia 7 de abril de 1958, o monsenhor Humberto Busato, em reunião com o prefeito de Júlio de Castilhos, Victor Weirich, tem contestadas as informações sobre a população e economia do Município e passa a se opor a campanha pela autonomia administrativa. Considera-se também a divergência político-partidária de ambos: o prefeito era do PSD e o religioso simpático ao PTB (SPONCHIADO, 1996, p. 178);

2º) no dia 12 de abril de 1958, o vereador Mário V. de Vargas escreve no jornal “O Planalto”, de Júlio de Castilhos, forte pronunciamento contra a emancipação (Processo 534, 1960, f. 88). Escreve ele:

Eis porque aquele povo de Nova Palma, embalado pelo progresso que os rodeia, quer ser independente jurídica, econômica e politicamente. Estão traçando seus planos dentro de um direito que os assiste [...] O meu ponto de vista é muito longe do de emancipação. Creio mesmo estar incluído no rol daqueles que não admitem em princípio suas reivindicações⁷².

Nesta data, também foi entregue na Assembléia Legislativa do Estado do RS uma declaração com dezenas de assinaturas de membros da Comunidade, dizendo-se contrários à emancipação de Ivorá, juntamente com Nova Palma, afirmando que a comissão pró-emancipação ludibriou a população e, mesmo tendo, assinado uma lista a favor da emancipação, desejavam agora continuar sendo fiéis a Júlio de Castilhos (Processo nº 534, de 21/6/60, folhas 118, 119, 120);

3º) no dia 13 de abril de 1958, diante das delegações de Ivorá, Nova Palma e Pinhal Grande, no Salão Paroquial de Nova Palma, formou-se oficialmente a Comissão de Emancipação, a fim de tratar com as autoridades competentes a questão da autonomia administrativa do município emancipando. Coube a presidência, outra vez, ao líder padre Sponchiado (SPONCHIADO, 1996, p. 179). Esta comissão trabalhou rapidamente na coleta de assinaturas dos eleitores favoráveis à emancipação e, no dia 26 de abril de 1958, remeteu ao Juiz Eleitoral as listas de assinaturas de um terço dos eleitores: Nova Palma, 500; Ivorá, 359; e Pinhal Grande, 132 (SPONCHIADO, 1996, p. 180);

4º) no dia 30 de abril de 1958, mediante assembleia geral, é eleita a Comissão de Protesto contra a emancipação do distrito de Ivorá. Foi eleito como presidente efetivo o Sr. Euclides Londero e, presidente honorário, o monsenhor Humberto Busato. Nesta assembleia foram apresentados documentos, fornecidos pela Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos, contestando aqueles apresentados pela Comissão de Emancipação liderada pelo padre Luiz Sponchiado. Dentre os documentos, estão certidões da Prefeitura e declarações de firmas comerciais de Ivorá (Processo 534 de 21/6/60 – páginas 133-138). Nesta data, também foi entregue pelo padre Luiz Sponchiado, presidente da Comissão emancipacionista,

⁷² Jornal “O Planalto” de Júlio de Castilhos – nº 155 – que consta do Processo nº 534, de 21/6/60 – f. 88 – APRS (Arquivo Público do Rio Grande do Sul).

juntamente com o seu secretário Maury Langone, a documentação exigida para a emancipação. O processo foi protocolado sob o nº 299/58 (SPONCHIADO, 1996, p 180). Nas palavras do padre Luiz, a expressão do sentimento da oposição que sofrera:

Alguém de Ivorá, como uma sombra, nos acompanhava, porquanto queriam certificar-se se entregávamos o processo. Mas, na verdade, o “espião” já tinha em mãos a ata da impugnação da Comissão anti-emancipacionista (SPONCHIADO, 1996. p. 180).

5º) a partir disso, o Monsenhor Humberto Busato emite uma declaração contrária à emancipação do distrito, afirmando que Nova Palma pretendia, anteriormente, emancipar-se com Faxinal do Soturno e os demais núcleos do 5º distrito de Cachoeira do Sul, cuja sede seria D. Francisca, mas devido às descabidas pretensões de querer ser sede do Município, Nova Palma foi excluída do movimento. Desesperadas, as lideranças lançaram-se de surpresa sobre o 2º distrito de Júlio de Castilhos (Ivorá) que nunca havia sonhado em emancipar-se, e ainda, com métodos extremamente desleais – procuravam conquistar o terço necessário de apoiadores, e que só conseguiram porque, sorratamente, o padre Luiz, de Nova Palma, percorreu sem a sua licença, e sem o seu consentimento, as capelas e famílias de sua Paróquia, usando e abusando do Seu nome, para enganar o eleitorado (Processo 534 de 21/6/1960 –fls. 128-131);

6º) em 2 de maio de 1958, sob a liderança do Monsenhor Humberto Busato (mas também participaram o padre Armando Ferrarri, Atílio Rosa – escrivão, comerciantes, industrialistas, juiz de paz, dono do hotel, médico, etc...) foi remetido ao Presidente da Assembleia Legislativa um documento (abaixo-assinado), contestando o processo de emancipação de Nova Palma de Júlio de Castilhos, liderado pelo padre Luiz Sponchiado, devido a anexação à sua área do distrito de Ivorá e parte de Pinhal Grande. O protesto se vincula a duas questões fundamentais. A primeira, pelo fato das duas localidades estarem física e geograficamente separadas por íngremes montanhas e vales de dois rios que muito frequentemente paralisam o já precário tráfego entre os dois lugares. A segunda, expõe a impossibilidade do desenvolvimento econômico e cultural do lugar, já que os dados apresentados pela Prefeitura de Júlio de Castilhos ao próprio Monsenhor Busato são absolutamente insuficientes e deficitários, conforme este último,

especialmente no que se refere à área física, população e arrecadação (Processo 534 de 21/6/60 – folhas 110-117).

Em 27 de maio de 1958, o Presidente da Comissão Representativa de Protesto do distrito de Ivorá, Senhor Euclides Londero encaminha ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do RS, documento (abaixo-assinado) expondo as dificuldades que seriam geradas para a localidade, caso ocorresse a emancipação naquelas circunstâncias e ocasião (Processo 534 de 21/6/60 – folhas 124 – 125 – 126).

Diante destas questões, em 22/8/1958, na Assembleia Legislativa, em sessão da Comissão de Constituição e Justiça, O deputado Lamaison Pôrto – do PSP⁷³, relator do processo da emancipação, finaliza o seu parecer com os seguintes termos:

Concluindo, repisamos aqui, mais uma vez, todos os fatores contrários ao pedido de emancipação, tais como os itens relativos à renda, à falta do terço, à retirada de assinaturas, aos inúmeros casos ambíguos existentes, e ainda, o existir no processo farta documentação da Comissão anti-emancipacionista, impugnando a medida pleiteada e concluindo pela rejeição do pedido. É o nosso parecer (SPONCHIADO, 1996, p. 180).

Em ato subsequente ao arquivamento do segundo processo de emancipação pretendido pelo padre Luiz Sponchiado para a ex-Colônia, surge a possibilidade de sua revisão, uma vez que este havia sido protocolado dentro do prazo hábil (30/4/1958) e, por isso, sujeito a tal procedimento.

Por isso, em 26 de agosto⁷⁴ (quatro dias após o arquivamento) o Deputado Gustavo Langsch – do PSD – revisa o parecer oficiando:

Não me conformando com as conclusões, solicitei vistas do processo para um exame mais demorado como faculta o regimento. Desse exame minucioso, convenci-me de que não seria justo se negasse a oportunidade da realização do plebiscito, pois que, a meu ver, o processo reúne todas condições exigidas (SPONCHIADO, 1996, p. 180).

Este parecer do deputado Gustavo Langsch possibilita que a Comissão emancipacionista acrescente novos documentos ao processo (em 24/10/1958) esclarecendo os aspectos contestados pelos anti-emancipacionistas (Requerimento

⁷³ PSP – Partido Social Progressista.

⁷⁴ Parecer consta da p. 275 do Processo nº 534, de 21/6/60.

da p. 279 do Processo 534 de 21/6/60). Neste requerimento, o padre Luiz Sponchiado pede que a Assembleia Legislativa verifique a capacidade emancipacionista da área em discussão.

O deputado Arlindo Kunzler, na data de 31/10/1958 requer que o plenário da Assembleia Legislativa reexamine o Processo. Fato que não ocorreu (Requerimento da p. 290 do Processo 534 de 21/6/60), sendo incluído na ordem do dia 4/11/1958, data do seu arquivamento.

O ato de arquivamento do processo sepulta pela segunda vez e de modo definitivo a ideia da unidade político-administrativa dentre os núcleos da ex-Quarta Colônia de imigração italiana do RS, pretensão árdua e insistentemente buscada pelo seu idealizador, padre Luiz Sponchiado, abrindo-se, a partir daí, uma nova fase na história política da ex-Colônia Silveira Martins, ou seja, inicia-se um conjunto de emancipações de vários núcleos da ex-Colônia. Começa a história dos municípios da região. Valoriza-se com isso as peculiaridades históricas de cada localidade.

Este revés produziu também o início de uma outra jornada, agora altamente vitoriosa para os anseios do padre Luiz Sponchiado.

Reabriu-se a caminhada emancipacionista de Nova Palma, que se constitui município em meados de 1960 e, a partir disso, por mais três décadas foram se articulando sucessivamente novos processos emancipacionistas.

Nesse período, a liderança do padre Luiz Sponchiado foi produzindo muitos ecos. Mesmo que sua participação direta pelas emancipações tenha se exaurido com a autonomia política-administrativa de Nova Palma, sob a ótica weberiana⁷⁵ de análise é possível dizer que o padre exerceu para o conjunto de relações sociais da ex-Colônia Silveira Martins todas as tipologias de ações sociais admitidas em seus estudos: afetiva, tradicional e racional.

⁷⁵ Weber concebe a criação de tipos ideais de ação social. É uma tipologia de dominação legítima a partir de discussões sobre política e Estado. É um recurso que adota para abordar a realidade social. Recurso este que lhe possibilita uma melhor compreensão do motivo da ação social. Os três tipos básicos de dominação legítima defendidos por ele são: tradicional, afetiva (carismática) e a racional-legal. A dominação tradicional decorre da crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais de há muito existentes. O tipo daquele que é o "Senhor" e os que obedecem são "súditos". Obedece-se à pessoa em virtude de sua dignidade própria, confirmada pela tradição da Comunidade. Há uma crença generalizada no poder enraizado do dominante. A dominação carismática se baseia na crença "cega" a um líder, que se acredita possuir poderes "sobrenaturais". A sua base está no fato deste líder acreditar estar a serviço de uma nova missão. Para concretizá-la, o líder precisa da confiança, da fé cega de seus seguidores. Há um fundamento emocional. Suas formas na política podem ser do demagogo, do ditador, do herói ou do revolucionário. A da autoridade carismática está na crença e no reconhecimento das qualidades do dominante e enquanto estas corresponderem aos anseios dos dominados. A dominação racional-legal tem como tipo mais puro, a burocracia. Seu fundamento é o cumprimento da lei, prescrita por regras estatuídas.

O próprio Weber (1991) categoriza suas tipologias de ações sociais como pré-capitalistas (ação afetiva e tradicional) e capitalista (racional). Esta última atinge a esfera da política.

É certo que as ações afetiva e tradicional se constituíram no ponto forte das relações dos colonos com os padres desde a implantação das colônias e, em período, anterior ao processo emancipacionista, conforme descrito antes. Agora, nas práticas de Sponchiado, além destas, vai se consolidando a ação racional que inicia com uma intensa mobilização em torno do conhecimento da legislação emancipacionista e se consagra na composição de lideranças que levarão em frente os ideais das emancipações municipais.

As práticas de Sponchiado na sua trajetória de propagação do ideal emancipacionista na região da ex-Colônia Silveira Martins o colocam na situação de grande líder regional do século XX.

O legado da liderança de Sponchiado, além de produzir como resultado um conjunto de cidades novas, capazes de refundar a ex-Colônia Silveira Martins, também trouxe na sua trajetória a formação de uma nova consciência política para a região. Ocorreu, além de uma intensa mobilização/participação da comunidade, a composição de um elenco de novos líderes que conduziram os rumos dos futuros municípios, sem com isso desprezar a influência de outros sacerdotes no conjunto das emancipações locais. O insucesso da causa emancipacionista na forma proposta por Sponchiado foi um duro golpe para as pretensões de progresso da ex-Colônia, no entanto a italianidade continuou sendo um critério de muito prestígio para as emancipações que ocorreram logo depois.

2.1.3 A construção da italianidade na ex-Colônia Silveira Martins

Nos primórdios do processo migratório, as Instituições (Igreja e Estado italiano) não se manifestaram claramente sobre tão grandioso fenômeno.

Foi a orientação dada pelos sacerdotes que prevaleceu, tanto na decisão de migrar quanto no rumo a ser seguido no sentido de assistir e organizar as expectativas e os interesses individuais e coletivos desse grande fluxo de migrantes.

Vê-se então que essa inércia institucional possibilitou a atuação dos sacerdotes no conjunto das ações que envolveram a complexidade migratória.

Isso afetou sobremaneira a composição da identidade dos (i)migrantes/colonos nos elementos que lhes são fundamentais: a catolicidade e a italianidade.

Nessa perspectiva, os sacerdotes atuaram e prestaram assistência espiritual e material, utilizando-se dos ditames provenientes da Igreja de Roma, mesmo que isso tenha reproduzido nos colonos e nas colônias, as rivalidades já conhecidas do local de origem e desencadeado no seu interior muitos conflitos. Isso não impediu que já nas primeiras décadas do século XX tivesse a Igreja afirmado a sua primazia.

Resguardadas as especificidades, essa situação ocorreu em todas as colônias italianas do RS, a ponto de Possamai (2005, p. 75) afirmar que “elas foram o mais extraordinário e original palco de explosão da catolicidade”.

Se os Estados (brasileiro e italiano) não assumiram de início uma política oficial intensa sobre a migração, coube aos migrantes e descendência assumirem a italianidade que os fez chegar até a Colônia, ou seja, coube-lhes defender o legado cultural que os acompanhou na trajetória: costumes, língua, religião.

Possamai (2005, p. 75) denomina essa italianidade de não oficial e diz tratar-se de um sentimento que surgiu antes da divulgação da política de italianidade patrocinada pelo governo da Itália.

Segundo o autor (2005, p. 250), mesmo que a maioria dos imigrantes não se identificasse com o Estado italiano, no período inicial das migrações (por defenderem o clero), quando estavam no exterior eles se viam e se sentiam como italianos, uma vez que a Itália era sentida como uma nação muitos séculos antes da unificação política.

O autor não concorda que esses imigrantes tivessem adotado uma identidade regional (como Vênetos, por exemplo) e preferiram serem chamados “taliani”.

Parece que isso é admissível em locais onde circunstancialmente a pulverização de imigrantes não compõe uma maioria, no entanto, em locais (como na ex-Colônia Silveira Martins (em que se registram mais de 70% de procedência da região do Vêneto), julga-se óbvia a tendência de valorizar uma italianidade com a marca da respectiva região, precedentemente a uma italianidade com a marca oficial do Estado italiano.

Importante estudo sobre a italianidade na região central do RS foi feito pela Professora Maria Catarina Chitolina Zanini⁷⁶ (2006). Nele, a autora analisa o modo como se processa a construção de italianidade entre os descendentes de imigrantes italianos nas cidades de Santa Maria e Silveira Martins⁷⁷.

A autora, de forma muito concisa destaca que, na medida em que os descendentes compreendem a si mesmos afirmando a italianidade, pela constante atualização do mito de origem, também consolidam uma identidade que circula pelos universos simbólicos italiano e brasileiro.

A pesquisadora percebeu no andamento do trabalho que alguns momentos históricos foram muito significativos para a vida dos imigrantes e por isso se transformaram em marcos rituais na construção grupal da identidade como descendentes de imigrantes.

Esses momentos (marcos) são a Travessia, o Processo Colonizador, a Repressão do Estado e o Momento atual.

O primeiro momento da construção da italianidade é a Travessia. Para Zanini (2006),

é um processo, um elo, um vínculo por meio do qual os indivíduos descendentes de italianos, hoje, conseguem estabelecer uma trajetória pessoal, familiar e grupal. Trata-o como um mito de passagem e de origem grupal, pelo qual o ítalo-brasileiro esboça o seu itinerário, encontra sentidos e vivências comuns e procura, na busca de suas raízes, compreender a si mesmo, a sua família e ao universo simbólico no qual foi criado (p. 37).

Como se vê, a Travessia é um conceito amplo e complexo e circula no tempo. Para o migrante, é a trajetória por ele realizada num momento específico e preciso. Para o descendente, consiste na narrativa da trajetória realizada pelo ascendente, com todas as dificuldades e desafios do ato de decidir-se a migrar. É a transformação do emigrado em imigrante no momento preciso em que a migração se dá. É um processo de ruptura e mudança que envolve indivíduos, famílias, grupos, por longo período do final do século XIX e início do século XX. Envolve desde as condições sociais dos emigrados, desdobra-se na passagem oceânica e

⁷⁶ O trabalho da professora Maria Catarina Zanini intitulado "Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade na região de Santa Maria – RS, analisa a construção da italianidade entre descendentes da região central do Estado. Ele é resultado da Tese de Doutorado da Professora, concluído em 2002.

⁷⁷ Mesmo que a pesquisa da Professora tenha ocorrido em Santa Maria e Silveira Martins, muitos entrevistados eram oriundos de outros locais da Quarta Colônia: Vale Vêneto, Faxinal do Soturno, Arroio Grande, São João do Polêsine, Restinga Seca e Nova Palma (ZANINI, 2006, p.13).

se desenvolve no trajeto que os indivíduos vão trilhar no solo brasileiro. Catarina também identifica e registra momentos nessa memória. É recorrente as expressões e preocupações como vapore, cuidado com as videiras, plantações de batata, derrubada da mata, picada, etc.

Segundo Zanini (2006, p. 37), a Travessia é o ponto de partida do mito de origem e ela se refaz permanentemente na memória dos descendentes, por isso é passada às gerações seguintes (p. 25).

Portanto, fica clara a idéia de origem comum, de passagem mitológica na construção do grupo enquanto coletividade possuidora de uma história comum e compartilhada. É o momento de elaboração do herói pela coragem.

O segundo momento elaborado por Catarina na construção desta identidade é denominado Processo Colonizador. Nele dá-se a passagem de imigrante para colono. É o que se considera

o marco inicial do processo colonizador, ou seja, quando o estrangeiro se familiariza e transforma a geografia nativa em habitat e cenário da vida, conseguindo no novo espaço expressar uma determinada ordem de mundo. Ordem na qual a estética desempenha um papel fundamental, observável na disposição de objetos, pessoas e lugares. A paisagem nativa adquire, então, significado (p. 116).

É o momento do contato dos colonos com a realidade brasileira e seu emaranhado de problemas e dificuldades iniciais: miséria, doenças, falta de assistência. Constrói-se o herói pela persistência. É o herói civilizador que permite o encontro entre dois mundos (ZANINI, 2006, p. 25).

Lorenzatto (1999) põe alguns momentos do impacto da chegada à nova terra.

A grande maioria dos italianos, ao chegar à América, não viu o fim, mas o aumento das privações. Em qualquer país que desembarcassem e se apresentassem como trabalhadores, eram tratados pelos interesses de quem procurava apenas braços para o trabalho; se vinham como colonos esperavam-nos as matas, onde o desamparo era uma constante (p.121).

Julio Lorenzoni, em suas *Memórias de um imigrante italiano* (1975, p. 53), também descreve a situação problemática dos colonos nos primeiros tempos em Silveira Martins: “Diante de tanta miséria, tanto sofrimento, tantas dores, assim mesmo o colono italiano não desanimava impávido, superava todos os obstáculos e todas as desgraças que ameaçavam até sua própria existência”.

Há aqui, no dizer de Zanini (2006), a incorporação de múltiplos elementos na cultura do colono/imigrante que permanentemente se refazem e se atualizam, tais como a idéia de trabalho, o enraizamento pela comida, o propósito da conquista de bens, a concepção de cooperação via igrejas, capelas e sociedades de ajuda mútua, a ambição como índole, a virtude dos vínculos familiares e a segurança da religiosidade, enfim, todas as representações desejadas pelos descendentes a respeito do processo colonizador vivenciado pelos ancestrais na passagem do século XIX para o XX, além dos próprios projetos e experiências.

Estes dois momentos – Travessia e Processo Colonizador – da construção da italianidade na ex-Colônia Silveira Martins, identificados por Maria Catarina, concentram a grande maioria dos estudiosos e escritos sobre os núcleos coloniais.

Dentre os que escreveram sobre a ex-Colônia Silveira Martins deste período é importante destacar: Julio Lorenzoni (1975), Silvino Santin (1986), Luiz Eugênio Vécio (2001), Maíra Inês Vendrame (2007), Breno Antônio Sponchiado (1996), Marcos Aurélio Saquet (2003), Arlindo Rubert (1977), Jérri Roberto Marin (1993), Clementino Marcuzzo (1992), Vitor Biasoli (2010), José Vicente Righi, Valmor Torri, Edir Lucia Bisognin (2004), dentre outros.

O terceiro momento da construção identitária do italiano da região é marcado pela Repressão do Estado. Nele, vai se construindo a idéia do herói da resistência. É o momento de uma importante ruptura: a do sentimento de pertencimento “às causas da Itália”. Há um esforço para esquecer-se o passado. Há muita destruição de documentos e objetos ligados à imigração. Este período é cronologicamente curto – 1937-1945 - o Estado Novo, no entanto, para muitos somente a morte apagaria tão grandes angústias, sofrimentos e ressentimentos, vividos na época.

Conforme Zanini (2006, p. 153), este breve período produziu profundos ressentimentos, uma vez que simultaneamente à repressão do sentimento de italianidade vai se constituindo a identidade do brasileiro como algo positivo.

Embora o Estado Novo tivesse diretrizes muito definidas em relação aos colonos, a maioria deles não conseguia compreender o que lhes era desejado enquanto cidadãos. Afinal de contas, haviam se passado aproximadamente seis décadas da chegada dos primeiros imigrantes e, até então, eram vistos como a grande esperança e novidade positiva no setor produtivo como no trato do setor social e, de repente, passam a ser vistos e tratados com muita desconfiança, pelo próprio Estado que lhes havia depositado tanta credibilidade.

No dizer de Zanini (2006, p. 154), “a assimilação da identidade de brasileiro, em detrimento da identidade de italiano, seria, ainda, um processo longo e complexo”.

Nesse período, são editados diversos decretos⁷⁸ com a preocupação de reprimir e vigiar a vida dos descendentes de italianos e criar de forma imaginária o tipo ideal de brasileiro.

No dizer de Cancelli (1994, p. 20-21), o Estado Novo apresenta uma ideologia que tinha a pretensão de ser exclusiva na mobilização da população, integrando indivíduos e classes na construção de um Estado Novo, de um Homem novo e de novos rumos para a humanidade, na qual a glorificação do trabalho desempenharia um papel fundamental. Além do mais, o vir a ser nacional seria uma construção messiânica de um líder ditatorial, no qual o valor maior da sociedade não estaria constituído no homem, mas na nação e no Estado, aos quais os homens deveriam sacrifícios de corpo e alma.

Para Zanini (2006), no pensamento de Getúlio Vargas

somente os povos nacionalistas e vigilantes sobreviveriam, por isso a necessidade de desenvolver a brasilidade. Essa foi criada, nas colônias italianas, por meio do terror e da vigilância sobre os corpos, mentes e sentimentos. O mito da nação brasileira fez com que as diferenças fossem encapsuladas pela violência, fosse física ou simbólica e não da negociação (p. 158).

Todo esse elenco de repressão fez com que os espaços da sociabilidade dos italianos fossem se tornando cada vez mais restritos, já que o temor à represálias e agressões era muito grande, mas o período repressivo serviu para que os descendentes de italianos tomassem consciência que a italianidade que possuíam, era apenas algo tido como um fato dado, e precisava ser ratificada mediante a sua própria construção e, portanto, poderiam se adaptar às novas exigências, como haviam feito seus antecessores quando chegaram ao Brasil.

Afinal num contexto crítico e de crise

⁷⁸ Catarina (2006, p. 158) sustenta que por meio de várias leis os colonos italianos, no Brasil, tornaram-se brasileiros no que puderam e à força. A política de nacionalização do Estado Novo se efetiva através de farta legislação que afeta tanto o processo educativo como o aparato repressivo. Cancelli (1994) analisa a abundante legislação produzida neste período e os efeitos sobre os imigrantes. São exemplos disso: - Decreto-lei 3010/1938: cria o Conselho de Imigração e Colonização e a exigência de um tipo ideal de imigrante; - Decreto-lei 383/1938: proíbe os imigrantes do exercício de atividades políticas; Decreto-lei 1545/1939: tratava da adaptação dos colonos ao meio social e controlava sobretudo o ensino. A educação para o Estado Novo passou a ser considerada e executada como uma questão de segurança nacional.

tomaram consciência de si mesmos como seres sociais e não simplesmente da natureza que lhes ascendia pelo sangue italiano que corria em suas veias. Perceberam que havia distinção entre os domínios da natureza (do sangue) e da cultura. A cultura poderia ser transformada, mesclada e misturada. O sangue, contudo, permaneceria ali a ser categorizado entre os domínios naturais e culturais. Ao longo dos anos de convívio com a sociedade nacional e regional passou também a se misturar assim como a cultura (ZANINI, 2006, p. 189).

A autora diz que esse momento reflete a construção da ítalo-brasilianidade, ou seja, é o momento em que se dá a elaboração de uma referência à brasilidade, não só como algo positivo mas também necessário.

Esse choque de despertar, mesmo com sabor amargo, mas que permite a construção da ítalo-brasilidade começa a fortalecer as ideias e as práticas que os tempos modernos exigem. Mesmo que o medo tenha gerado a ideia de obediência às autoridades do país e ruptura do sentimento de pertencimento à Itália (ZANINI, 2006, p. 25-26), também é verdadeiro que ele faz nascer os ideais de liberdade, fortalecendo seus vínculos com a ideia de pertencimento ao político, e ao urbano, do Estado brasileiro. Todos elementos que passaram a integrar as relações de poder que se desenvolvem nos processos emancipacionistas da Quarta Colônia, que se vislumbram a partir da década subsequente à queda do Estado Novo e que se constitui em tema de discussão a seguir.

Ainda há que se considerar que o Estado Novo (visto e sentido como repressor) pouco afetou a catolicidade manifestada fortemente nos momentos definidos por Zanini (2006) como Travessia e Processo Colonizador. Esta, por sua vez, foi fundamental para preservar, tanto a italianidade anterior, como a que nasce com ele.

Assim, é necessário afirmar que o Estado Novo altera o sentido da italianidade. Abalou aquela que se fundou nos costumes, na língua e na religião de procedência dos imigrantes (de sentido cultural) e deu vigor a uma italianidade noutros moldes (de procedência do Estado, via vínculos de sangue), aliada também aos vínculos especificados pelo Estado brasileiro.

Conforme Hutter (2008, p. 280), com a repressão do Estado Novo

os italianos e descendentes foram se adaptando mais aos costumes considerados nacionais. Só voltaram a valorizar a sua origem italiana, e o que herdaram dos hábitos dos antepassados, com a comemoração dos cem anos do início da colonização italiana no Rio Grande do Sul, em 1975.

Na ex-Colônia Silveira Martins, isso foi comprovado com as inexpressivas comemorações à data⁷⁹.



Figura 8 – Monumento ao Imigrante Italiano – Val de Buia. A cruz de cimento, de quinze metros de altura, simboliza a fé cristã do imigrante e todos os que morreram na epidemia em 1878.
Fonte: Autor.



Figura 9 – Placa alusiva ao centenário da imigração italiana da Quarta Colônia. A figura do ancião sentado segurando uma enxada, com um menino de pé com um livro na mão, lembram o trabalho árduo dos pioneiros e o estudo dos jovens das novas gerações.
Fonte: Autor.

De modo que o Estado Novo substituiu a italianidade regional/local pela estatal (nacional) e acrescentou a brasilidade.

Diante disso, catolicidade e italianidade revigoradas serão componentes agregadores na composição identitária dos descendentes de italianos na busca pela emancipação político-administrativa do conjunto de municípios que vão refundar a Quarta Colônia de imigrantes italianos do RS.

Como quarto momento dessa construção identitária italiana da região da 4ª Colônia, Zanini (2006) aborda o Momento Atual.

⁷⁹ No entanto, conforme Carlesso (1989, p. 57), a data foi lembrada com o lançamento da pedra fundamental do Monumento ao Imigrante Italiano em Val de Buia. Este ato foi presidido pelo Cardeal Patriarca de Veneza, Dom Albino Luciani (11/11/1975), que mais tarde (1978) foi eleito Papa com o nome de João Paulo I. A inauguração deste monumento ocorreu em 29 de outubro de 1977, ano do Centenário da Imigração Italiana em Silveira Martins.

Pode-se afirmar que situando no tempo, a atualidade a que se refere Maria Catarina, como referencial data dos cem anos do início da imigração italiana no Estado, ou seja, 1975. Acrescentaria, como importante tempo cronológico para bem representar este “momento atual” o período que se dá as emancipações, isto é, da década de 60 em diante, devido ao significado que elas representam para cada município no aspecto desenvolvimentista e para o conjunto deles, a proposta de integração que se desencadeia logo a seguir,

Para a pesquisadora, esse período é marcado pela revivificação da identidade étnica como algo positivo. Afirma que não é da Itália real que a italianidade retira sua força. Mas, ela advém, especialmente, da atualização do mito de origem e da partilha deste, nos domínios da família, nas entidades associativas e nos Estados nacionais, nos quais os italianos estão enraizados. A Itália é um fio condutor numa rede simbólica maior do que ela própria (ZANINI, 2006, p. 203).

Considerando a análise de Zanini (2006) sobre os marcos que sustentam a trajetória constitutiva da italianidade em nível local, o momento atual (não importando se o considerado neste contexto é o tempo cronológico indicado pela pesquisadora – 1975 – ano do centenário da imigração italiana no Estado ou o ano de 1960 que indicamos, como a referência desencadeadora das emancipações político-administrativas), apresenta como certeza uma vivência muito marcante, ou seja, o encontro com o mundo da cidade, em contraposição ao mundo da Colônia.

Nesse novo mundo há um universo mutante. Há uma percepção de que o meio urbano criado é o lugar do camponês na cidade. O meio urbano miniaturiza a colônia (Michel Certeau, 1994) onde se transpõe o máximo possível para a cidade dos meios à disposição na colônia (horta, criação, hábitos, etc.). Isso faz com que se vislumbre criar na região da ex-Colônia Silveira Martins, um elenco de cidades num ambiente geográfico e cultural absolutamente rural, colonial. De modo que é absolutamente usual, dentre os moradores das cidades próximas referirem-se a estas cidades como simplesmente “Colônia”.

Pelo exposto e aproveitando as idéias muito atuais de Maria Catarina Zanini, é possível mostrar-se que o imigrante/descendente é o grande protagonista dessa história. Procurou-se situá-lo no lugar que ocupa nesse contexto histórico e geográfico, bem como, apresentar o cenário que lhe deu visibilidade.

É certo que os diferentes momentos históricos produziram uma italianidade diferenciada. Nestas, diferentes formas de elaboração e expressão, tanto imigrantes

quanto descendentes interagiram com o Estado e a sociedade nacionais gerando formas distintas de expressar o sentimento de pertencimento.

Assim, o protagonista assumido desse contexto, para chegar à atualidade migra constantemente de circunstâncias envoltas em passagens de muito heroísmo, às vezes, adjetivado de corajoso, persistente e resistente.

Possivelmente, inclusa na trajetória traçada por Zanini (2006) para construir a jornada deste emigrante que se transforma em imigrante e, depois, acaba como colono, encontre-se, não só as razões para torná-lo um homem mais conhecido e com identidade, como também estejam junto ou próximo a ele, o sentido que permite o avanço desta pesquisa.

3 AS EMANCIPAÇÕES NA EX-COLÔNIA SILVEIRA MARTINS: O DESENVOLVIMENTO E A MODERNIDADE

Precedentemente foi possível perceber o quanto foi fundamental para a ex-Colônia Silveira Martins a religião católica e, particularmente, a figura do padre, mesmo que isso tenha sido também um fator de atrito e desagregação da região devido às desavenças entre os católicos e entre católicos e maçons.

Essa marca identitária, de fato, constitui-se num dos grandes diferenciais que os moradores da região naturalmente assumiram. Não importa se a italianidade foi composta inicialmente pelos valores do local de origem dos imigrantes (italianidade não oficial), depois assimilou feições ditadas pelo Estado italiano (italianidade oficial) e, ainda, acrescentou a brasilidade. Ser italiano e católico é evidenciar o principal argumento de união entre os habitantes do lugar.

Assim sendo, pode-se afirmar que a caracterização dos aspectos identitários como a italianidade e o fervor religioso são argumentos preciosos para tentar unir os núcleos da ex-Colônia Silveira Martins e conferem ao padre Sponchiado o pioneirismo da ideia emancipacionista.

A Igreja Católica, na região colonial, funcionou como um sustentáculo da organização socioeconômica (BIASOLI, 2010, p. 177). Agora, o padre Sponchiado consolida também esse apoio na esfera da política. Esclareça-se que o poder de Sponchiado decorre do seu pertencimento a uma Instituição – a Igreja Católica e, por ocupar a posição de sacerdote, tem “poderes” espirituais aceitos pela comunidade regional. Por ser sacerdote, tem automaticamente uma inquestionável ascendência sobre os que partilham do mesmo credo.

Sem dúvidas que para o contexto histórico de meados do século XX, são argumentos extremamente válidos, oportunos e aceitos, considerando-se também as especificidades locais, não só para incorporar a região dentro de uma visão política, como também, para propor a sua unidade administrativa. No entanto, para a realidade pretendida e exigida no início do século XXI, há que se fortalecer mais os municípios que compõem a região, não só com uma visão argumentativa, mas no plano prático, especialmente reconhecendo o local como a principal fonte geradora de uma nova visão de desenvolvimento.

A construção dessa identidade social que possa apontar a importância de cada município e, de todos ao mesmo tempo, requer que cada morador perceba a si

próprio de forma diferenciada dentro deste debate. É necessário projetar a região sob uma compreensão mais ampla, de modo que a italianidade e a religiosidade, sejam sim, fatores de união, mas não os únicos a determiná-la e caracterizá-la como tal. Não se pretende e não se quer também substituir estes elementos, sob pena de fragilizar a idéia de unidade regional.

Há aqui o reconhecimento de que estes valores distinguidos sobremaneira pelo padre Sponchiado pontuam fortemente para sinalizar as características e os modos de vida social e cultural da ex-Colônia como região e acenam-lhe com a possibilidade de sua unidade administrativo-política, no entanto, é carente de elementos para a pretensão de gerar-se uma autêntica identidade local, com propósitos integracionistas requeridos pelo mundo atual.

Municípios como Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Dona Francisca e Nova Palma, estão próximos geograficamente e têm na colonização italiana um forte elemento aglutinador.

Agudo (com grande presença de imigrantes alemães), Restinga Seca (com a importante marca da cultura negra) e Pinhal Grande (com a cultura portuguesa e indígena), apresentam um grande recorte étnico e uma integração menos evidente, seja do ponto de vista local, como também pela origem histórica mais difusa, ou seja, apresenta uma composição histórico-social diferenciada.

Essa complexidade cultural não impediu que em meados do século XX o padre Sponchiado tivesse, como ideal, a ideia de propor a emancipação da ex-Colônia, sob a forma de um único município abrangendo toda a ex-Colônia Silveira Martins.

Prenuncia-se uma era de desenvolvimento – ideia de progresso e modernidade que circulava como expressão da cultura ocidental que espreitava por oportunidades que ao próprio capitalismo caberia oferecer.

Para sustentar essa grande transformação, Boaventura Santos (1999) afirma que, no projeto de modernidade do capitalismo, há a permanente busca de equilíbrio dos seus dois pilares de sustentação: o da emancipação e o da regulação. O pilar da regulação é constituído pelos princípios do Estado, do Mercado e da Comunidade e, no pilar da emancipação, está o cidadão, para o qual atuariam os princípios do pilar da regulação.

No caso das emancipações político-administrativas dos municípios, o que se percebe é a sobreposição da atuação do Estado, aliando-se na medida do possível ao princípio da Comunidade e em detrimento do Mercado.

Já na visão de Siqueira (2003), o que se deve considerar é a tridimensionalidade do fenômeno emancipatório. Ou seja, nos estudos sobre a criação de municípios, precisa-se considerar a atuação de três dimensões: a demográfica, a econômica e a político-institucional.

Diante da análise da trajetória histórica da ex-Colônia Silveira Martins, apresentada no capítulo 1, ficam severamente comprometidas na ótica de Boaventura Santos, no pilar da regulação, o Mercado e a Comunidade e na visão de Siqueira, as dimensões econômica e demográfica. Fica fortalecido o papel do Estado (conforme Boaventura Santos) e a dimensão político-institucional (conforme Siqueira) para dar conta dos fundamentos teóricos que justificam tão abundante legislação, de cunho emancipacionista, bem como as articulações da mobilização em nível local que vão garantir tão expressivo conjunto de emancipações na região objeto desse estudo. Essa discussão seguirá neste capítulo.

3.1 A MOBILIZAÇÃO PELAS EMANCIPAÇÕES

No que diz respeito à participação da sociedade no processo político, sem dúvida, é o urbano o lugar privilegiado para a mobilização. Na ex-Colônia Silveira Martins, a expectativa da mudança de núcleos coloniais para cidades emancipadas e, por consequência, do ingresso das comunidades no processo de participação política na escolha de Prefeitos e Vereadores gera uma prévia e intensa mobilização em torno da causa emancipacionista, inspirada no ideal do padre Luiz Sponchiado.

Assim, antes de eleger titulares para o Executivo e Legislativo, os moradores dos núcleos da ex-Colônia vivenciaram uma trajetória de mobilização definida como um movimento de enriquecimento e amadurecimento político, útil para destacar importantes dimensões do processo de mudança social e suas relações com o desenvolvimento econômico.

Constata Weffort (1980) que há uma deterioração seguida de quebra dos padrões de socialização e comportamento antigos e uma maior disponibilização para adquirir novos comportamentos.

Para Germani (1974, p. 77), essa situação pode dar origem ao aparecimento de uma propensão para novas formas de participação do tipo moderno. Dentre elas, Tomio (2005) destaca o papel desempenhado pelos mecanismos de democracia direta que o processo de criação de municípios apresenta. A manifestação popular via consulta plebiscitária e a prerrogativa exclusiva dos eleitores iniciarem a tramitação do processo de emancipação são exemplos práticos que estão se consolidando nesse contexto de participação.

Segundo Weffort (1980), a relação do processo de mobilização social com a política se estabelece sob a ótica da modernização. Nesse sentido

as velhas elites de chefes tradicionais, patriarcas e notáveis locais se revelam cada vez mais inadequadas e a liderança política tende a transferir-se para as novas elites políticas de organizações partidárias ou quase partidárias, formais ou informais (WEFFORT, 1980, p. 129).

Em se tratando da forma como essa mobilização se produz, é preciso considerar que ocorrem dois processos simultâneos: um através do deslocamento físico (grandes migrações urbano-industriais) e outro sem deslocamento físico (nas zonas rurais) (GERMANI, 1973, p. 173).

Gino Germani, ao tratar do fenômeno da mobilização⁸⁰ social no contexto amplo da América Latina, diz que se trata de um

processo psicossociológico através do qual grupos submersos na “passividade” correspondente ao padrão normativo tradicional (predomínio da ação prescritiva através do cumprimento de normas internalizadas), adquirem certa capacidade de comportamento deliberativo, alcançam níveis de aspiração distintos dos estabelecidos pelo padrão preexistente, e, conseqüentemente, no campo político, chegam a exercer atividade (1973, p. 165).

A partir destas considerações de Weffort e Germani (1980), é possível apresentar os principais indicadores da mobilização social na ex-Colônia Silveira Martins no contexto que diz respeito às emancipações político-administrativas das

⁸⁰ O processo de mobilização é um componente da modernidade social e trata das mudanças na natureza e extensão da participação. Na obra *Sociologia da Modernização* (1974, p. 77), o autor distingue a mobilização primária da secundária. A primeira ocorre dentro de uma estrutura tradicional (numa região ou em um grupo social tradicional ou de uma sociedade totalmente tradicional). Nesta mobilização, o grupo é, por definição, não participante, marginal em relação à sociedade moderna. A segunda ocorre a partir de uma desintegração de uma estrutura moderna. Nesta mobilização, um grupo que já participava na estrutura moderna é deslocado devido a algum tipo de desintegração e, por causa disso, não pode participar no mesmo nível, ou na mesma forma que antes.

idades que lá se formaram no século passado no correr de três décadas (1960/1990).

É imperioso reconhecer também que, associada à liderança do padre Luiz Sponchiado em nível local/regional, há um contexto geral de grandes transformações do Estado capitalista, correspondendo a uma fase particular de mudanças no controle do poder político típico do Estado Populista vigente no Brasil, neste período.

Assim, em nível de ex-Colônia Silveira Martins, uma intensa mobilização social em torno dos processos de emancipação político-administrativa precedeu a participação efetiva da população através de processos eleitorais.

Há, diante disso, uma gradativa expansão na mobilização das comunidades coloniais em torno das estratégias proporcionadas pela lei emancipacionista tornada conhecida pelo padre Luiz Sponchiado. Num ritmo de crescente inclusão, vai se constituindo um contexto social de maioria favorável às emancipações.

De forma minoritária, há os que consideram temerosa e arriscada a defesa da emancipação dos núcleos coloniais, no entanto, os questionamentos que impõem servem tanto para gerarem maiores convicções do acerto em persistir na busca de autonomia político-administrativa, como para produzir novas e inusitadas formas de mobilização das comunidades em torno desse desejo.

Fica evidente também que o processo de mobilização se restringe às decisões dentro do que o Estado proporciona via legislação emancipacionista. Nesse caso, a Lei nº 2116 de 24/9/1953 exige o cumprimento de um conjunto de passos que devem ser seguidos para a composição do respectivo processo legal. Dentre estas etapas, há a necessidade da formação de Comissões pró-emancipações (art. 14, §§ 1º e 2º) e a efetivação de consultas plebiscitárias (art. 3º, IV e Capítulo V, artigos 18 a 29) da respectiva lei). Além dos requisitos legais, compõem intensa mobilização nos núcleos interessados em emancipar-se, todos os desdobramentos que decorrem dessas iniciativas, tais como a confecção de abaixo-assinados, a formação de Comissões anti-emancipacionistas e/ou anexação /incorporação de territórios. Isso, segundo Weffort (1980, p. 125) cria uma nova estrutura de poder.

A primeira estratégia de mobilização das comunidades dos núcleos coloniais planejada pelo padre Sponchiado foi exposta em 31 de julho de 1957 em reunião na

Casa Paroquial de Nova Palma⁸¹. Nesta ocasião, o sacerdote expõe um cronograma de reuniões nos núcleos coloniais com o intuito de divulgar o conteúdo da Lei 2116/1953, bem como dar os encaminhamentos específicos conforme interesse de cada comunidade⁸².

Mesmo assim, o número de reuniões previsto neste encontro fora absolutamente insuficiente para atender a quantidade de questionamentos que foram surgindo, bem como o compromisso crescente dos moradores de outros núcleos com a causa da autonomia político-administrativa e outras precisaram ser agendadas.

Efetivamente, na medida que essas reuniões iam se realizando em cada núcleo colonial, a ideia de emancipação também ia tomando a forma de uma ampla consciência coletiva, desejada pelo conjunto de moradores da ex-Colônia. A partir daí, a própria legislação previa o cumprimento de uma série de exigências que passam a se constituir em mecanismos e estratégias de mobilização.

A segunda estratégia de mobilização das comunidades coloniais no intuito de buscar a emancipação de seus núcleos é a formação de Comissões Pró-Emancipacionistas. Trata-se de uma exigência legal cujo objetivo de sua criação é a representação da comunidade local junto aos Poderes estaduais e autoridades judiciais, administrativas e policiais.

A partir desse momento, cada núcleo colonial gera um grupo de pessoas com capacidade de liderança e com crédito capaz de pensar e planejar o “local” como um espaço além do seu próprio negócio. O carisma e a liderança da figura do padre Sponchiado continuam importantes, mas as exigências que provém da legislação emancipacionista estabelecem um vínculo mais direto dessas comunidades com o Estado.

De certa forma, é perceptível que a cada Comissão emancipacionista credenciada pelo poder constituído correspondia ao mesmo tempo, em nível local, a um sentimento de fracasso pelo tempo perdido com intrigas e tramas que haviam trazido prejuízos à ex-Colônia Silveira Martins como um todo. A expectativa positiva gerada nos encontros onde era discutida a Lei 2116/1953, ao mesmo tempo que trazia de volta à memória dos moradores de cada núcleo os problemas causados

⁸¹ Livro de Atas nº 1, 1957. p. 1 e v. CPG – Nova Palma.

⁸² O cronograma com as datas e localidades das reuniões bem como os demais propósitos dos encontros já foram anteriormente detalhados.

pelos conflitos sociais que retardaram o desenvolvimento da ex-Colônia a partir dos confrontos de sua sede com Vale Vêneto, fazia ressurgir a esperança da retomada deste desenvolvimento nos moldes das Colônias do nordeste do Estado. Ideias e comportamentos locais parecem derrotados por ideais que a modernidade respaldava pela dimensão político-institucional.

Revela-se o sentimento de que o ponto forte das emancipações dos municípios da ex-Colônia Silveira Martins procede de uma dimensão político-institucional⁸³, e não da pujança econômica e organização da sociedade como se deu nas três primeiras colônias italianas do RS.

Impregnadas desta visão, as Comissões pró-emancipação começam a se formar e ao receber as credenciais, empreendem suas ações no sentido de satisfazerem as exigências⁸⁴ contidas na legislação que dispõe sobre Divisão Territorial do Estado.

Nas localidades emancipandas da ex-Colônia Silveira Martins, esta estratégia de mobilização foi ocorrendo da seguinte maneira:

- em Faxinal do Soturno: a Comissão Pró-emancipação foi constituída em 28 de fevereiro de 1958 em reunião realizada no Cine Vera Cruz (conforme Ata das páginas 7 e 8 do Processo nº 298 de 30/4/1958 da Assembleia Legislativa do Estado do RS). Já o credenciamento da Comissão se deu pela Portaria 186 de 18/3/1958 (conforme consta na página 10 do referido Processo);

- em Nova Palma: a Comissão Pró-Emancipação foi constituída em 14 de abril de 1958 em reunião efetivada no Salão Paroquial (conforme Ata da reunião que consta do Processo nº 299 de 30/4/1958 da Assembleia Legislativa do RS). O credenciamento da Comissão ocorreu no dia seguinte e foi emitida pelo Diretor

⁸³ Os estudos de Siqueira (2003) referem uma tridimensionalidade explicativa para a criação de municípios: a econômica, a populacional e a político-institucional. No caso específico da ex-Colônia Silveira Martins, os dilemas da economia essencialmente dependente do setor primário gerou uma incapacidade de evolução dos setores secundário e terciário. Importantes dados sobre isso são apresentados no Álbum Comemorativo dos 75 anos da Imigração Italiana para o RS. Eles comprovam a absoluta decadência dos núcleos da ex-Colônia, ainda mais comprovam a baixa produção, se comparados à produção nas outras três Colônias. No aspecto populacional, desde o enxameamento, problema de saída e não permanência de pessoas na área física no território colonial, até meados do século XX as evasões são constantes e significativas. O aspecto político-institucional se refere à forma como o Estado brasileiro vem gerenciando a produção legislativa sobre emancipações, atribuindo aos estados-membros a competência de elaborar esses critérios.

⁸⁴ O artigo 3º da Lei 2116/1953 dá condições para a criação de novos municípios: I – população mínima de doze mil habitantes; II – receita tributária suficiente à manutenção dos serviços, na forma desta lei; III – possibilidade de desenvolvimento; IV – prévia anuência da maioria da população da área a ser emancipada, manifestada em plebiscito.

Geral da Assembleia Legislativa do RS (segundo consta na página 188 do Processo nº 299, antes referido);

- em Dona Francisca: a Comissão de Incorporação de D. Francisca a Agudo foi composta no dia 22/5/1962, em reunião realizada na sede provisória do Sport Club Franciscano e no dia 29/5/1962 a Assembleia Legislativa do RS expediu as credenciais de funcionamento da referida Comissão (conforme o Processo nº 0617 de 29/5/1962, em sua folha nº 18);

- em Silveira Martins, no Processo nº 1814/87-7 de 25 de março de 1987 da Assembleia Legislativa do RS, folhas nº 2, 3 e 4 constam a Ata de constituição da Comissão emancipacionista bem como documento datado de 17/3/1987 solicitando credenciamento da referida Comissão;

- em Ivorá, no Processo nº 3157/85-7, de 23/4/1985 da Assembleia Legislativa consta (folha nº 3) a Ata da Assembleia que elegeu a Comissão emancipacionista na data de 14/8/1981, bem como (na folha nº 12) a Minuta da Credencial da referida Comissão, expedida pela Assembleia Legislativa do RS;

- em São João do Polêsine, através do Processo nº 5740/81-9 de 19 de novembro de 1981 da ALRS⁸⁵, a Comissão de emancipação do município solicita o seu credenciamento (folha nº 02) com data de 13/11/1981. A Assembleia Legislativa do RS atende o pedido, expedindo as credenciais em 16/12/1981.

Através do Processo 4732/85-0 de 12/6/1985 da ALRS, novos nomes são encaminhados para integrar a Comissão Pró-emancipacionista do Município.

Diante do Mandado de Segurança nº 587009853, impetrado pelo município de Restinga Seca e Câmara de Vereadores de Faxinal do Soturno (conforme Processo nº 1559/87-7 da ALRS de 18/3/1987), no intuito de excluir áreas reclamantes de estarem inclusas ao novo município de São João do Polêsine, o Supremo Tribunal Federal suspendeu a consulta plebiscitária na área emancipanda (conforme folhas 2 e seguintes do Processo nº 6477/87-9 da ALRS de 25 de setembro de 1987).

Somente em 1990 o movimento emancipacionista é retomado com a escolha da nova Comissão de emancipação (Ata da Reunião realizada em 16/6/1990 – folha nº 03 do Processo 4765 de 6/7/1990 da ALRS).

⁸⁵ Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

O novo pedido de credenciamento da Comissão foi encaminhado no dia 5/7/90 (conforme folha 2 do Processo nº 4765/90) e a Minuta da Credencial fora expedida pela ALRS em 16/8/1990, conforme consta no Processo;

- em Pinhal Grande, a eleição da Comissão emancipacionista se deu em 23/6/1990, no Salão Paroquial (conforme Ata da folha nº 13 do Processo nº 6388 da ALRS de 7/8/1991). A solicitação do credenciamento ocorreu em 25/6/1990 (folha 12) e a emissão das credenciais ocorreu em 03 de outubro de 1990, conforme consta na folha 37 do supracitado processo.

É importante ratificar que o pedido de credenciais das Comissões emancipacionistas é sempre acompanhado por um abaixo-assinado com firmas reconhecidas e número do título de eleitor, como prova de que os signatários da relação de folhas, da referida localidade, estão em dia com as obrigações eleitorais e são moradores da área que pretende se emancipar.

É necessário evidenciar também que, ao mesmo tempo em que surgiram as Comissões pró-emancipação dos núcleos coloniais portadoras de sentimentos de progresso e bem-estar, surgiram aquelas cuja articulação era sentida como protagonista da discórdia e desavenças intranúcleos e internúcleos.

Essa dualidade de sensibilidades dentro dos núcleos ou entre eles, embora muitas vezes tenha sido apontado como fator de retardamento das emancipações municipais em geral, colaborou sobremaneira para mobilizar mais fortemente as localidades no sentido de assumirem com maior vigor a sua autonomia político-administrativa ou lutarem para se manterem vinculados ao município e/ou distrito de origem.

Nessas circunstâncias, cabe destacar a formação das seguintes Comissões:

- Comissão de anexação/incorporação do distrito de Dona Francisca (pertencente a Faxinal de Soturno e anteriormente sede do 5º Distrito de Cachoeira do Sul). A criação desta Comissão em 22 de maio de 1962 (conforme Processo 0617 de 29/5/1962), decorre da inconformidade dos moradores de Dona Francisca em perderem a Sede do 5º distrito, antes pertencente a Cachoeira do Sul, para Faxinal do Soturno, por ocasião da emancipação deste núcleo em 1959.

Diante dos sucessivos litígios entre as duas localidades, os representantes da Sede do município de Faxinal do Soturno propõem uma reunião para discutir a viabilidade da criação do município de Dona Francisca.

Realizada a reunião no dia 25/03/1963 em Faxinal do Soturno, todos os presentes concluem que as rivalidades manifestadas até então são altamente prejudiciais a ambas as localidades (Ata da folha 23 do Processo 0617, de 29/5/1962 da ALRS).

Essa reflexão fez com que o Presidente da Comissão pró-anexação do distrito de D. Francisca ao município de Agudo, Sr. Luiz Pachaly solicitasse em 20/12/1963 à ALRS a conversão do pedido de anexação a Agudo em processo de emancipação (Processo 2069 de 27/12/1963 da ALRS) e, com isso, a comissão também se transformaria em emancipacionista.

- Comissão anti-emancipacionista em Ivorá, liderada pelo Monsenhor Humberto Busato que entendia ser equivocada a pretensão do padre Luiz Sponchiado em desejar unir a ex-Colônia Silveira Martins como um todo. Propunha o padre Sponchiado, na sua segunda tentativa unificadora, aliar Nova Palma, Ivorá e parte de Pinhal Grande (Ata com assinaturas das folhas 110 até 114 do Processo nº 534 de 21/6/1960 da ALRS).

Na argumentação contrária à proposta de Sponchiado, Monsenhor Busato alega que há as dificuldades impostas pelo relevo (rios e montanhas) e aquelas apresentadas pela Prefeitura de Júlio de Castilhos, no que se refere à arrecadação e população (Processo nº 534 de 21/06/1960 da ALRS).

- Comissões pró-permanência das localidades de Barreiro e Linha Cinco, ao município de Júlio de Castilhos. Estas comissões se formaram diante da inconformidade dos moradores das duas localidades terem sido incluídas na área emancipacionista do núcleo de Ivorá (Processo nº 161/88-8 de 11/1/1988, p. 13 e 14).

A tarefa mais significativa destas Comissões foi a de ingressar judicialmente com um Mandado de Segurança contra a Assembleia Legislativa e Governo do Estado no intuito de suspender a consulta plebiscitária por eles autorizada no núcleo de Ivorá.

O Tribunal do Justiça do Estado do RS indeferiu o pedido das Comissões (Processo nº 161 de 11/01/1988 da ALRS).

- Comissão de Emancipação de Vale Vêneto, presidida pela Sr. Alberi Jovino Foletto –, esta Comissão se insurge por ocasião da emancipação de São João do Polêsine, uma vez que a localidade de Vale Vêneto compunha a área emancipanda daquela localidade.

Os integrantes desta Comissão celebraram um Termo de Acordo (fevereiro de 1991) com a Comissão pró-emancipação de São João do Polêsine, visando garantir a liberação da área de Vale Vêneto para fins de emancipação, após confirmar-se os trâmites legais que emancipam São João do Polêsine (Processo nº 5070 de 13/06/1991 da ALRS).

Como se vê, tanto as Comissões pró como as contra as emancipações serviram para melhorar a composição dos embates das ideias sobre a autonomia político-administrativa das áreas postulantes e tornar mais claras as posições dos partícipes nos plebiscitos.

A terceira estratégia de mobilização das comunidades coloniais na luta pela emancipação político-administrativa de seus núcleos é a realização de consultas plebiscitárias. Segundo Weffort (1980, p. 124), o plebiscito é uma forma de incorporar pessoas na participação.

Desta forma, as comunidades envolvidas na autonomia político-administrativa dos seus distritos deveriam manifestar-se favoravelmente, através do “SIM” ou contrariamente através do “NÃO”.

Na ex-Colônia Silveira Martins, essas manifestações se deram como o descrito a seguir.

Em Faxinal do Soturno, o Projeto de Lei nº 153 de 26/8/1958 autorizou a realização da Consulta plebiscitária para o dia 30/11/1958 (conforme página 266 do Processo 943 de 03/08/1958, da ALRS). O mapa totalizador da apuração da consulta plebiscitária de 1º de dezembro de 1958 (conforme p. 273 do Processo 298/1958) apresentou o seguinte resultado: - para constituir o município: 3012 votos – sim; 22 votos – brancos; 02 votos – nulos; 3036 votos – total. Para a escolha da sede: - 1073 votos para Dona Francisca; - 1202 votos para Faxinal do Soturno; - 744 votos para São João do Polêsine; - 011 votos brancos; - 03 votos nulos; - 3036 votos – total.

É preciso destacar que a dupla escolha da comunidade na consulta plebiscitária se deve ao fato de que, ao pleitear a autonomia político-administrativa, o 5º distrito de Cachoeira do Sul, através dos seus três núcleos, Faxinal do Soturno, Dona Francisca – sede do distrito e São João do Polêsine reivindicavam a sede do novo município⁸⁶. Há, assim, ao mesmo tempo, conforme mostra o resultado da

⁸⁶ O artigo 26 §3º da Lei 2116/53 é resolutivo quando a Sede do município é disputada por duas ou mais localidades: “No caso de criação de um novo município, a votação far-se-á em duas cédulas,

consulta plebiscitária, um único desejo – emancipar o distrito, no entanto cada um deseja estabelecer em seu núcleo a sede do novo município.

Além dos três núcleos que disputam a sede, há, ainda, compondo a área física do novo município, as localidades de Vale Vêneto, Ribeirão e Novo Treviso.

Em Nova Palma, a determinação para realizar a consulta plebiscitária se deu em 23/12/1959, através do Projeto de Lei nº 31/1959 da ALRS (p. 384 do Processo nº 534 de 21/6/1960).

A Ata de apuração dos resultados da referida consulta realizada em 06/03/1960, apresenta como resultados: - 1003 votos pelo sim (mais de 80% dos votos); - 234 votos pelo não; - 18 votos nulos; - 05 votos em branco; - 1260 votos – total.

No núcleo colonial de Dona Francisca, a participação da comunidade na mobilização pela emancipação através de plebiscitos foi muito intensa e ocorreu em dois momentos. O primeiro se deu por ocasião da emancipação de Faxinal do Soturno. Ao autorizar a consulta plebiscitária no processo de emancipação de Faxinal do Soturno (para o dia 30/11/1958, conforme Processo nº 298 de 30/4/1958, p. 209), simultaneamente, dentre as comunidades envolvidas (Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine) ocorreria a decisão para estabelecer a Sede do novo município. As três localidades pleiteavam a sede, no entanto, a legislação emancipacionista previa que a Sede caberia ao núcleo com o maior número de votos válidos para a emancipação (Art. 26, § 3º da Lei 2116/53).

Os resultados da consulta plebiscitária, no entanto, foram desfavoráveis às pretensões de Dona Francisca. Mesmo que a população tenha se manifestado favorável à emancipação de Faxinal do Soturno (da qual D. Francisca era parte geográfica) o menor número de votos (1073)⁸⁷ contra 1202 de Faxinal do Soturno) impediu que a localidade se tornasse a Sede do novo município.

Esse revés da comunidade de Dona Francisca exigiu uma rearticulação de estratégias da representação emancipacionista, a ponto de pretender anexar-se ou incorporar-se ao município de Agudo (conforme Ata de 22/5/1962, que consta do Processo 0617 de 29/5/1962).

uma das quais conterà apenas uma das palavras “sim” ou “não”, para indicar se o votante deseja ou não a constituição da nova unidade administrativa; na outra cédula, o votante indicará o nome da localidade que prefere para sede da nova comuna”.

⁸⁷ Processo nº 2998 de 30/4/1958 da ALRS, p. 273.

Porém, com o passar do tempo, a incorporação a Agudo torna-se um desejo ultrapassado e retoma-se a ideia de construir a autonomia político-administrativa de D. Francisca.

O marco decisivo dessa retomada ocorre com o parecer favorável da ALRS à consulta plebiscitária na área do distrito (Projeto de Lei nº 258/64). Nasce, assim, a segunda grande mobilização da comunidade de Dona Francisca em torno do plebiscito para a emancipação, marcado para ocorrer no dia 25/4/1965 (Processo 0617 de 29/5/1962, folha 63).

Efetivada a consulta plebiscitária, os resultados foram de: - 701 votos pelo sim; - 44 votos pelo não; - 05 votos em branco; - 05 votos nulos; - 755 votos no total (folhas 72 e 77 do Processo 0617 de 29/05/1962).

Após a vitória do “sim” na consulta plebiscitária realizada em 25/4/1965, um grupo de sete eleitores impetrou “mandado de segurança” para impedir a criação do município, o qual foi recusado pelo Tribunal de Justiça do Estado. Desse modo, somente em 19/02/1967 é que foi instalado o município de Dona Francisca, sendo nomeado pelo Presidente da República (Mal. Castelo Branco) como interventor o Sr. Obaldino Tessele⁸⁸, que integrou a primeira Comissão de emancipação do ex-núcleo colonial, juntamente com o Sr. Luis Pachaly que se tornou Secretário de Administração do primeiro governo municipal e posteriormente, primeiro prefeito eleito do novo município (VIZZOTTO, 1997, pp. 47-18).

Em Silveira Martins, a mobilização da população do núcleo colonial em torno da emancipação ocorreu através de duas consultas plebiscitárias. Embora ambas apresentassem a vitória do “sim”, somente na segunda a comunidade foi exitosa no seu propósito.

A primeira consulta plebiscitária favorável à emancipação do núcleo ocorreu em 1965, com a vitória do “sim” por 734 votos contra 248 do “não”, correspondendo a 75% dos votos dos eleitores.

Entretanto a Prefeitura de Santa Maria, através de um Mandado de Segurança, colocou novamente a localidade sob a condição de distrito, conforme consta das folhas nº 3, do Processo nº 2517/87 de 20/5/1987 da ALRS, em documento intitulado Introdução Histórica e Ilustrativa de Silveira Martins.

⁸⁸ O Sr. Obaldino Tessele governou de 19 de fevereiro de 1967 a 31 de janeiro de 1969.

A segunda consulta plebiscitária foi autorizada pelo Projeto de Lei nº 054/87 de 03/06/1987 da ALRS e marcada para o dia 20 de setembro de 1987 (consta do Processo 5125/87-1 de 24/8/1987 da ALRS).

A Ata de proclamação do resultado (conforme folha 09 do Processo nº 8186/87-1 de 24/11/1987), indicou: - 1213 votos pelo sim; - 115 votos pelo não; - 06 votos brancos; - 09 votos nulos; - 1343 votos no total; - 1643 eleitores inscritos.

Em Ivorá, também ocorreram duas mobilizações em torno de consultas plebiscitárias para emancipar o núcleo colonial.

A primeira consulta plebiscitária foi autorizada pela ALRS (pelo Projeto de Lei nº 217/86 de 03/12/1986 (Processo nº 8881/86-3 de 3/12/1986) no entanto, um Mandado de Segurança (nº 5870668838) impetrado pelas Comissões pró-permanência das localidades de Barreiros e Linha Cinco ao município de Júlio de Castilhos impediu a sua realização.

A segunda consulta plebiscitária foi autorizada pela ALRS pelo Projeto de Lei nº 238 de 8/10/1987) e marcada para o dia 10/4/1988 (conforme Processo nº 6887 de 8/10/1987).

A Ata de proclamação dos resultados da consulta plebiscitária indicou: - 1042 votos pelo “sim”; - 136 votos pelo “não”; - 07 votos em branco; - 10 votos nulos; - 1195 o total de votantes; - 1429 eleitores inscritos (conforme Processo nº 2362/88-0 da ALRS, folha 03).

Em São João do Polêsine, a primeira experiência vivenciada pela comunidade em participar de uma consulta plebiscitária ocorreu por ocasião da emancipação de Faxinal do Soturno, momento este partilhado também com o núcleo colonial Dona Francisca, conforme detalhado anteriormente.

Nesta ocasião, os eleitores dos três núcleos (Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine), além das localidades de Vale Vêneto, Ribeirão e Novo Treviso, decidiram favoravelmente à emancipação do 5º Distrito de Cachoeira do Sul, no entanto, como previa a legislação da divisão territorial vigente, a sede do novo município cabia ao núcleo com maioria de votos pelo sim à emancipação. Nesse caso a consulta plebiscitária não favoreceu São João do Polêsine, pois teve a seu favor apenas 747 votos, enquanto Dona Francisca obteve 1073 votos e Faxinal do Soturno obteve 1202 votos (conforme Mapa de apuração que consta do Processo nº 298 de 30/05/1958 da ALRS).

Essa pretensão frustrada aguçou as consciências da comunidade polesinense na busca pela autonomia político-administrativa.

A segunda experiência do núcleo colonial de São João do Polêsine para a consulta plebiscitária foi exitosa às pretensões da localidade, mesmo que para isso tenha ocorrido anteriormente uma solicitação por parte do município de Restinga Seca para a retirada das áreas pertencentes àquele município, cuja comunidade desejava permanecer no município de origem, ou seja, Restinga Seca. As comunidades referidas são Várzea do Meio, Três Vendas, São Rafael, São José e Santa Lúcia. Os moradores dessas comunidades manifestaram o desejo de manter-se vinculadas a Restinga Seca (conforme Processo nº 6345/85-9, volume II).

A autorização para a consulta plebiscitária na área emancipanda do distrito de São João do Polêsine e Vale Vêneto (pertencentes a Faxinal do Soturno) e nas localidades de São José, São Rafael e parte de Três Vendas e Várzea do Meio (pertencentes à Restinga Seca) se deu pelo Projeto de Lei nº 204/91 (constante do Processo nº 5070, de 13/6/1991 da ALRS).

Conforme dados da Justiça Eleitoral de Faxinal do Soturno, dos 2325 eleitores aptos a votar na área emancipanda, 1625 votaram, sendo que destes houve: - 1377 votos pelo “sim”; - 207 votos pelo “não”; - 20 votos em branco; - 21 votos nulos.

Em Pinhal Grande, as ideias emancipacionistas também circularam intensamente com base nos estudos e discussões da legislação pertinente por parte dos membros da Comissão emancipacionista.

Devido à solicitação da Comissão emancipacionista, a ALRS autorizou a realização da consulta plebiscitária no núcleo colonial, através do Parecer nº 231/91 de 17/9/91 para o dia 10/11/1991 e o resultado apurado foi: - 1721 votos pelo “sim”

- 129 votos pelo “não”; - 6 votos em branco; - 15 votos nulos; - 1871 votantes, de um total de 2478 eleitores (conforme consta na Ata de apuração e proclamação do resultado final da contagem de votos relativos à consulta plebiscitária realizada em Pinhal Grande – Processo nº 9495 de 25/11/1991 da ALRS).

A previsão legal (Art. 3º, IV da Lei 2116/53) da realização de consultas plebiscitárias nas comunidades coloniais se constitui num importante recurso de mobilização que atribui aos participantes a possibilidade de exercer o direito de escolha. Mesmo que optando individualmente por ser a favor ou contra a

emancipação, há um significativo avanço na construção da consciência coletiva nas áreas que pleiteavam a sua emancipação.

A quarta estratégia de mobilização das comunidades coloniais da ex-Colônia Silveira Martins, na busca da emancipação político-administrativa de seus núcleos é a organização de abaixo-assinados pelos moradores/eleitores, manifestando os seus interesses, expectativas e/ou necessidades. Trata-se de manifestações fora do contexto legal específico exigido para acompanhamento do pedido de credenciais pelas comissões emancipacionistas.

As manifestações tanto podem revelar desejos iminentes de autonomia político-administrativa, como também projetar desejos e insinuações favoráveis à situação de permanecerem às localidades vinculadas a terra-mãe. Esta estratégia foi utilizada pelo núcleo colonial de Ivorá e posteriormente nas emancipações de localidades pertencentes ao 5º distrito de Cachoeira do Sul, especificamente Dona Francisca, São João do Polêsine e Novo Treviso.

A primeira coleta de assinaturas na região ocorre por ocasião da apresentação da segunda proposta de emancipação da ex-Colônia Silveira Martins como um todo, defendida por Luiz Sponchiado. Após reunião realizada em Ivorá, no dia 30/3/1958, a comunidade se mobiliza na coleta de assinaturas a favor da emancipação, com o apoio do Monsenhor Humberto Busato (ROSSATO, 1996, p. 43). No entanto, após se reunir com o Prefeito de Júlio de Castilhos (7/4/1958), o Sr. Victor Weirich, o Monsenhor Humberto Busato muda de ideia e passa a se opor ao movimento emancipacionista (SPONCHIADO, 196, p. 178).

É relevante esclarecer que nesta proposta de unidade político-administrativa da ex-Colônia Silveira Martins apresentada pelo padre Sponchiado, os parceiros de Nova Palma seriam Ivorá (2º distrito de Júlio de Castilhos) e parte de Pinhal Grande (3º distrito de Júlio de Castilhos).

Diante disso, a comunidade de Ivorá organizou um abaixo-assinado manifestando-se contrária à emancipação do núcleo sob o argumento que a Comissão Pró-Emancipação persuadiu a população a respeito do tema e que de fato, os signatários deste segundo documento desejavam manter-se fiéis a Júlio de Castilhos (Processo nº 534 de 21/06/60, folhas 118, 119 e 120 da ALRS). Este documento foi enviado à ALRS em 12 de abril de 1958 (conforme Processo nº 534 de 21/06/60, f. 88).

No dia 02 de maio de 1958, o Monsenhor Humberto Busato, juntamente com as principais lideranças da localidade, também remetem ao presidente da ALRS um abaixo-assinado contestando a emancipação de Nova Palma de Júlio de Castilhos, devido à inclusão de Ivorá e parte de Pinhal Grande para compor a proposta (Processo nº 534 de 21/6/60 – folhas 110-117).

Sobre o mesmo argumento (contra a anexação de Ivorá a Nova Palma), em 27/5/1958, o Presidente da Comissão de Representantes contrários à emancipação, Sr. Euclides Londero, encaminha à ALRS abaixo-assinado com relato das dificuldades a serem geradas caso ocorresse a emancipação.

Por ocasião do encaminhamento da emancipação do 5º Distrito de Cachoeira do Sul (Dona Francisca, Faxinal do Soturno e São João do Polêsine, além das localidades de Vale Vêneto, Ribeirão e Novo Treviso), Faxinal do Soturno compôs primeiro a Comissão emancipacionista e, com isso, reivindicou para si a sede do município (Processo nº 298 de 30/04/1958 da ALRS).

As localidades de Dona Francisca (sede do 5º Distrito de Cachoeira do Sul) e São João do Polêsine também pleiteiam a sede do novo município a ser criado e remetem dois abaixo-assinados à ALRS, manifestando a pretensão, respectivamente em 16 de maio de 1958 e 22 de abril de 1958 (Processo nº 298 de 30/04/1958 da ALRS, pp. 163 e seguintes e pp. 150 e seguintes, respectivamente).

O núcleo de Novo Treviso, também integrante do 5º Distrito de Cachoeira do Sul se mobilizou no contexto emancipacionista que movimentava as comunidades dos núcleos coloniais, enviando um abaixo-assinado à ALRS manifestando a unânime decisão dos moradores em apoiar o movimento emancipacionista pró Faxinal do Soturno (Processo nº 298, de 30/4/1958 da ALRS, p. 179).

Esse conjunto de ações mobilizadoras empreendidas, inicialmente, pelo padre Luiz Sponchiado no interior da ex-colônia Silveira Martins e que tiveram como ponto de partida um conjunto de reuniões “pedagógicas” nos mais diversos núcleos coloniais, com o intuito de tornar conhecida a Lei 2116/1953 da Divisão de Território e oportunizar as comunidades de tomarem ciência dos requisitos exigidos para a autonomia político-administrativa, bem como despertar para um efetivo conhecimento de suas potencialidades, vai se consolidando e construindo uma nova cultura política na região e, com isso, as comunidades se articulam para a escolha das lideranças que melhor as representam na defesa dos interesses comuns.

Embora surjam interesses contrários ao movimento emancipacionista e algumas comissões se constituíram para advogar esta causa, elas acabam fortalecendo ainda mais a tomada de decisão para as comunidades desejarem a realização de consultas plebiscitárias, a fim de que pudessem demonstrar, através do “sim”, a construção de uma crescente busca de autonomia.

A participação intensa da população nas consultas plebiscitárias revelam, muito além do avanço dessa participação, mas a formação de uma consciência coletiva intra-comunitária que remete também alguns núcleos coloniais, a se organizarem com listas de assinaturas (abaixo-assinados), posicionando-se com convicção nas questões que envolvem interesses intercomunitários.

Era chegado o momento da maturidade da mobilização/participação. Os núcleos coloniais haviam se tornado protagonistas das suas próprias escolhas. Estas, ao serem feitas a partir de agora, recairiam sobre aqueles que teriam a responsabilidade de conduzir politicamente os rumos dos municípios recém fundados. Era o momento de escolher e ter bem próximo um conjunto de centros de poder com capacidade de administrar os anseios das comunidades locais.

Pelas circunstâncias históricas, tanto pela tradição migratória de convivência com a autoridade do padre, bem como pela trajetória de construção do cenário da política local se colocaria em maior evidência em cada novo município a escolha dos prefeitos em detrimento das Câmaras de Vereadores.

Essas escolhas, prioritariamente, do titular do poder Executivo, revelam a excelência de dois fenômenos a serem destacados em nível de liderança para a região.

O primeiro, assinala uma progressiva substituição da liderança do padre pela liderança do prefeito.

O segundo revela que, na sua totalidade, as lideranças políticas que vão surgindo no território da ex-Colônia Silveira Martins são provenientes das Comissões pró ou contra as emancipações que se formaram nos mais diversos núcleos.

No que diz respeito ao primeiro fenômeno, é imperioso destacar o quanto foi decisivo, para o conjunto das emancipações da ex-Colônia Silveira Martins, a metodologia utilizada pelo padre Luiz Sponchiado para mobilizar os núcleos coloniais, fazendo-os conhecer a legislação da divisão territorial, procurando apoio dos sacerdotes de cada núcleo, bem como disponibilizando os salões paroquiais como os locais de maior acessibilidade para reunir as comunidades.

A liderança do padre Luiz Sponchiado é singular para toda a ex-Colônia Silveira Martins. É o articulador de duas propostas para emancipar a ex-Colônia como um todo. Mesmo derrotado em sua ideia original, é o grande gestor do movimento emancipacionista que perdura por três décadas na região e que faz renascer a ex-Colônia Silveira Martins na forma de um conjunto de municípios autônomos administrativamente. É imperioso reconhecer que a ação pessoal que empreendeu carrega consigo a força creditada ao papel do padre dentre os colonos.

O nome do Monsenhor Vitor Batistella⁸⁹ é frequentemente lembrado no contexto da grande obra político-administrativa dos ex-núcleos coloniais, por ter sido o grande mestre espiritual e comunitário de Luiz Sponchiado na década de 1950.

O padre Valentim Zamberlan também se empenhou na defesa da emancipação da ex-sede do 5º Distrito de Cachoeira do Sul (Processo nº 2069 de 27/12/1963 da ALRS).

O padre Zamberlan fez parte da primeira Comissão Emancipacionista de Dona Francisca, num momento imediatamente posterior a dois episódios políticos que abalaram as relações entre Faxinal do Soturno (sede) e Dona Francisca (distrito): o primeiro representado pela transferência da Sede do Município de Faxinal do Soturno para Dona Francisca por determinação da Câmara de Vereadores do município sede – Faxinal do Soturno e posterior retorno da Sede à Faxinal do Soturno por determinação do Tribunal de Justiça do Estado. O segundo episódio é representado pela tentativa frustrada de “impeachment” do Prefeito de Faxinal do Soturno (Antônio Socal) que era morador de Dona Francisca (VIZZOTTO, 1997, p 47) .

A presença do padre Zamberlan tinha como principal objetivo harmonizar as relações entre as partes envolvidas de modo que as tratativas pudessem ser conduzidas com muita calma e diálogo, pedidos constantes do padre Sponchiado em suas reuniões e encontros que envolviam a questão da autonomia político-administrativa dos núcleos da ex-Colônia Silveira Martins.

No núcleo de Ivorá, o Monsenhor Humberto Busato faz severas exigências a Luiz Sponchiado e compôs uma Comissão antiemancipacionista, sendo seu

⁸⁹ Nasceu em Tapera (RS) em 1905. Foi ordenado sacerdote em 1930 e em 1932 estabeleceu-se como Pároco no distrito de Frederico Westphalen. Em 1933 elevou a Paróquia à Diocese e lá permaneceu por 30 anos. Teve grande destaque na Campanha pela emancipação político-administrativa de Barril que passou a se denominar Frederico Westphalen a partir da emancipação. A vida e a obra deste sacerdote foi objeto de Tese de Doutorado na PUCRS (2003) de Breno Antonio Sponchiado. O trabalho intitulou-se Monsenhor Vitor Batistella: Padre e Caudilho.

presidente honorário – eleito em 30/04/1958. Contestou os dados sobre o núcleo colonial apresentados por Sponchiado (Processo nº 534 de 21/6/60 – pp. 133-138 da ALRS). Apesar das contradições que o episódio produziu no contexto emancipacionista local, foi muito rico no sentido de promover maior maturidade nos posicionamentos que passaram a exigir decisões políticas das comunidades envolvidas.

Em Pinhal Grande, o padre Erno Emilio Luft se tornou presidente da Comissão Emancipacionista, eleita em 23 de julho de 1990 e teve destacada participação nas negociações da Comissão.

No que diz respeito ao segundo fenômeno (todas as lideranças políticas que surgem provêm das comissões pró ou contra as emancipações), à medida que se instalavam as Comissões Emancipacionistas e nelas se revelavam lideranças com capacidade de assumir os destinos políticos das comunidades locais, as consultas plebiscitárias se realizavam e se vislumbrava para cada vez mais próxima a participação das populações locais em processos eleitorais.

Essa intensa participação dos membros das Comissões Emancipacionistas como candidatos às prefeituras, principalmente, e às Câmaras de Vereadores, constitui-se numa autêntica prova do crescimento do ideal por autonomia político-administrativa, capaz de gerar uma cultura política fundada na efetiva presença do Estado na vida de cada cidadão em particular e, também de modo coletivo, através do exercício do voto.

Dessa forma, os processos emancipacionistas dos núcleos da ex-Colônia Silveira Martins revelam, de modo unânime, que das Comissões emancipacionistas saíram os candidatos e posteriormente os eleitos para os primeiros mandatos à Prefeito.

As sucessivas legislações estaduais e seus respectivos regulamentos que nortearam as emancipações no curso de três décadas asseguraram na composição das Comissões emancipacionistas um maior ou menor número de componentes. No entanto, por mínimo que fosse o conjunto de integrantes sempre foram assegurados os cargos: Presidente; Primeiro Vice-Presidente; Secretário e um Conselho Consultivo ou Fiscal composto também por um maior ou menor número de integrantes. Essa dinâmica foi exitosa na construção das primeiras lideranças para os mandatos políticos que estavam por acontecer.

Das comissões emancipacionistas que se formaram em cada núcleo saíram os primeiros prefeitos eleitos em cada novo município:

- Faxinal do Soturno⁹⁰: Anselmo Cassol (Primeiro Secretário).
- Nova Palma⁹¹: Maury Langone (Primeiro Secretário).
- Dona Francisca⁹²: Luiz Pachaly (Presidente).
- Silveira Martins⁹³: Cleomar Balen (Presidente).
- Ivorá⁹⁴: Onildo Sarzi Sartori (Presidente).
- São João do Polêsine⁹⁵: Valserina Bulegon Gassen (Presidente).
- Pinhal Grande⁹⁶: Saulo Garlet (Primeiro Secretário).

⁹⁰ Em Faxinal do Soturno, a Comissão Emancipacionista credenciada era composta por: Presidente: Vitélio Bozzeto; Primeiro Vice-Presidente: Dr. Erich Bruchhorst; Segundo Vice-Presidente: Augusto Pradela; Primeiro Secretário: Anselmo Cassol; Segundo Secretário: Elio Luiz Pigatto; Terceiro Secretário: Benjamin Vendrúsculo; Conselho: Euzébio Buzanello, Moacir José Soccal, José Camilo Montagner, Egidio Bertagnoli, Carlos De David, Vitório Cervo, Santo Ceolin, Júlio Cervo e Izidoro Cervo (Processo nº 298 de 30/04/1958, p. 147 da ALRS).

⁹¹ Em Nova Palma, a Comissão emancipacionista credenciada era composta por: Presidente: padre Luiz Sponchiado; Primeiro Vice-Presidente: Frederico Dalla Favera; Segundo Vice-Presidente: Angelo Rossato; Primeiro Secretário: Maury Langone; Segundo Secretário: Gentil José Grandene; Terceiro Secretário: Pedro Rossato; Quarto Secretário: Angelo Pigatto; Primeiro Tesoureiro: padre Breno Simonetti; Segundo Tesoureiro: Primo Vestena; Terceiro Tesoureiro: Alcides Dalla Nora; Quarto Tesoureiro: Bruno Pippi (SPONCHIADO, 1996, p. 187).

⁹² Em Dona Francisca, a Comissão emancipacionista credenciada era composta por: Presidente: Luiz Pachaly; Vice-Presidente: Benevenuto Ziani; Primeiro Secretário: Osmar Engel; Segundo Secretário: Darcy Tessele Primeiro Tesoureiro: Leony Martini; Segundo Tesoureiro: Lugerio Peserico; Conselho Consultivo: Fioqui Pedro Martini, Avelino José Cassol, Germano Ernesto Sinnemann, Albino Marzari, Victorino Francisco Cassol, Ataliba João Segabinazzi, Antonio Bortolotto, Folicardo Benedito Argenta, Armando Baptista Pozzer, Vitélio Lenardi, Silvestre Cassol, Américo Rampelotto, Ricardo Cassol, Rui Antonio Zasso, Ivo Emilio Ehle e Gerhard Sibald Begrone (Processo nº 2069, de 27 de 12/1963 da ALRS).

⁹³ Em Silveira Martins, a Comissão pró-emancipacionista foi composta por: Presidente: Cleomar Agostinho Balen; Primeiro Vice-Presidente: Ivo Cattani; Segundo Vice-Presidente: Newton Cecil Guerino; Terceiro Vice-Presidente: Antonio Dal Forno; Quarto Vice-Presidente: Alcides Polidoro Persigo; Primeiro Secretário: Onice Bianchi; Segundo Secretário: Mario Antonio Bianchi; Terceiro Secretário: Claudio Fioreze; Primeiro Tesoureiro: Carlos Alberto Varini; Segundo Tesoureiro: Eduardo Rizzatti; Terceiro Tesoureiro: Jairo Dalla Corte; Conselho Fiscal: Otacílio Foletto, Claudiomir Cattani, Wilson Anversa, Ruy Pedro Bianchi, Silvio Fioreze, Aldoino Bortolo Cielo e Leston Dal Forno (Processo nº 1814/87-7 de 25 de março de 1987, pp. 3 e 4).

⁹⁴ Em Ivorá, conforme consta no Processo nº 3157/85-7 de 23/4/1985, folha 03, a Comissão pró-emancipação foi composta por: Presidente: Onildo Sarzi Sartori; Secretário: Eno Luiz Frizzo; Tesoureiro: José Arseo Cargnelutti; Suplentes: Irineu Mariotto, Leonidas Bellinaso e Aldo Alaor Cargnelutti; O primeiro prefeito eleito foi o Sr. Onildo Sarzi Sartori (Presidente da Comissão emancipacionista).

⁹⁵ Em São João do Polêsine, conforme consta no Processo nº 4765 de 06/7/1990, folhas 7, 8 e 9 da ALRS, a Comissão emancipacionista foi composta por: Presidente: Valserina Maria Bulegon Gassen; Vice-Presidente: Dirceu José Guarienti; Primeiro Secretário: Vilso Arnutti; Segundo Secretário: Luiz Roberto Callegari; Primeiro Tesoureiro: Eder José Vizzotto; Segundo Tesoureiro: Marinês Dias Missio; Conselho Fiscal: Vilmar Agostinho Vizzotto, Sidinei Luiz Rosso, Paulo Cezar Dalmolin, Lino Dalmolin, Claudio Luiz Crolini, Carlos Miguel Felice, Olinto Guarienti e Assis Cadore.

⁹⁶ Em Pinhal Grande, segundo consta no Processo nº 4870 de 10/07/1990 da ALRS a Comissão pró-emancipação foi composta por: Presidente: padre Erno Emílio Luft; Vice-Presidente: Elso Baptistela; Primeiro Secretário: Saulo João Garlet; Segundo Secretário: Ruy Rubin; Primeiro Tesoureiro: Aldo Michelon; Segundo Tesoureiro: Darcy Roque Montagner; Conselho Fiscal: Iracilda Soares Zini,

Com a “escolha” dos integrantes de cada Comissão emancipacionista, bem como das lideranças que compuseram o primeiro pleito eleitoral em cada município da ex-Colônia Silveira Martins, percebe-se a afirmação do contexto político vigente, conforme ocorriam as grandes transformações do Estado Capitalista, identificadas com a sua ótica populista. Vê-se que a difusão massiva de núcleos urbanos garante as condições materiais para reproduzir o próprio capitalismo e a atuação do Estado na promoção do planejamento urbano passa pela necessidade de provê-los de infraestrutura mínima para que o sistema funcione (MORO JÚNIOR, 2008, p. 33).

Desse modo, vê-se que os movimentos de mobilização emancipacionista da região da ex-Colônia Silveira Martins estão muito focados no Estado como centro irradiador de poder. De certa forma, é uma mobilização crescente que serve de fio condutor a frações sociais dominantes desejosas de se tornarem segmentos governantes locais, com a pretensão de ampliar o seu patrimônio de poder. Trata-se de um investimento político que se articula entre os segmentos sociais, por uma rede de relações até alcançar práticas hegemônicas, especialmente através dos processos eleitorais que se aproximam.

Os antagonismos à ideia da autonomia político-administrativa são muito reduzidos (basta verificar os resultados favoráveis dos plebiscitos) e as divergências que surgiram se referem à possibilidade de escolha das comunidades locais pertencerem a esta ou aquela área emancipanda, segundo conveniências da própria localidade.

No entanto, há um cenário capaz de fazer refletir sobre questões fundamentais desse processo. Sobre isso examinar-se-á as próximas argumentações.

A primeira dá sinais da presença de um indicador de práticas hegemônicas de cooptação a partir das estratégias de mobilização. Ou seja, os aspirantes a cargos eletivos nos pleitos que se avizinham passam a ser indicados pelos próprios membros já integrantes das Comissões emancipacionistas. Estes se autoatribuem a condição de previamente eleitos por terem integrado uma comissão em que nem sequer eleições ocorreram.

A segunda evidencia a expansão de um modo de pensar que consiste em difundir a ideia de que um território “explora” o outro e não frações sociais ou

sujeitos individuais – num fenômeno que Lacoste (1998, p. 65) denomina geografismo. No caso específico, as emancipações são interessantes, porque há um contexto exploratório de um lugar sobre o outro. Essa visão considera mais importante o lugar. A pessoa (e suas ações) é secundária.

A terceira é que se acena com a presença do Estado onde este fora omissivo até então para as frações sociais dominadas. Refere-se a questões de carência em áreas como educação, saúde, transporte, estradas, infra-estrutura em geral.

A quarta questão remete à existência de um imaginário político e social impregnado de interesses muito imediatistas, porém reais, mas delegáveis a “pessoas de notório saber e preparo” do próprio local.

Essas questões levaram, de modo geral, os segmentos sociais dominantes a constituir e a integrar as comissões emancipacionistas. A elas, as populações dominadas delegam sua representação por opção ou apatia, ou, talvez, ainda porque, em sua lógica de pensar mesmo não sendo o desejável, pode ser o realizável.

A respeito das transformações econômicas e políticas que compõem os cenários internacional e nacional e que repercutiu sobre os grupos locais, há que se salientar a mundialização da economia, com a sua mais nítida influência no território que é a modernização das estruturas econômicas, ou simplesmente modernização, geralmente mediada pelo Estado Nacional, com implicações sociais, políticas e econômicas em nível local. Conforme Saquet (1999, p. 68-71), na primeira metade do século, XX os efeitos da modernização não colaboraram para estabilizar a economia dos núcleos da ex-Colônia Silveira Martins e nem serviram para evitar a evasão de pessoas que buscavam nas cidades vizinhas as vantagens que ela trazia como benefícios.

Paralelamente a essas transformações norteadas pela modernização, ocorre também uma grande mudança cultural que afeta sobremaneira o estilo de vida nas cidades, mas também no meio rural. Gera-se, assim, um efeito propício à criação de novas cidades pela expectativa da oferta real ou simbólica das facilidades da vida urbana.

Vinculado à modernização, é preciso enfatizar e associar aos movimentos emancipacionistas o envolvimento dos segmentos locais dominantes, que se salientam na trajetória das emancipações e que estão interessados na instalação e organização do “Estado” em nível local, para se transformarem em frações

governantes nessa esfera administrativa, com vistas ao poder no município e também para facilitar a aplicação a esse nível dos excedentes gerados pela modernização.

Há agora um vínculo entre os segmentos da sociedade local que participam das Comissões emancipacionistas e o discurso da mobilização. Isso faz com que não se considere os movimentos pró-emancipações como sendo de iniciativa popular.

Observa-se que tanto os municípios Sede de Cachoeira do Sul, Júlio de Castilhos e Santa Maria, que receberam áreas da Colônia Silveira Martins em 1886, por ocasião de sua retaliação, e que mais tarde veem a reconstrução da Quarta Colônia com a emancipação de Faxinal do Soturno – 1959 (incluindo territórios de Dona Francisca – Sede do Município e São João do Polêsine, pertencentes a Cachoeira do Sul); Nova Palma – 1960; Ivorá – 1988 e Pinhal Grande – 1992 (pertencentes a Júlio de Castilhos) e Silveira Martins – 1988 (pertencente a Santa Maria), como Faxinal do Soturno (oriunda de Cachoeira do Sul e que tem seu território desmembrado em 1964 pela emancipação de Dona Francisca e em 1992 na emancipação de São João do Polêsine) não conseguem planejar as demandas distritais de modo satisfatório, facilitando sobremaneira a campanha das Comissões emancipacionistas para a adesão ao “sim” nas consultas plebiscitárias, contribuindo para fortalecer a necessidade de institucionalizar um cada vez maior número de poderes executivos na região.

Conforme Mesquita (1984) e em forma de crítica, a novidade no Brasil se daria se esses movimentos reivindicatórios oportunizassem a produção de sujeitos sociais, oriundos da base popular e com um imaginário social e político comprometido com um processo de elaboração de seus próprios projetos.

Esse dado, segundo a autora, poderia talvez, a médio e a longo prazo, construir no cotidiano esse novo imaginário sociopolítico e saciar a sede de uma autonomia mais efetiva.

Como a prática das emancipações na ex-Colônia Silveira Martins acena para outra realidade, àquela que provém de uma ordem estatal (legal) e dela surgiram fragmentações e integrações assimiladas pelas comunidades locais, dando-lhes a oportunidade de progresso e de modernidade, é conveniente e oportuno detalhar a seguir como isso ocorreu.

3.2 AS EMANCIPAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DA EX-COLÔNIA SILVEIRA MARTINS

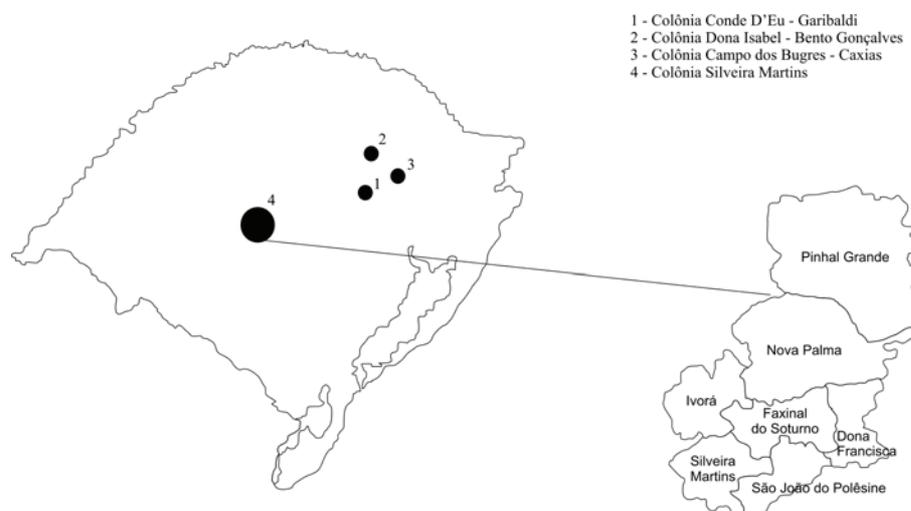


Figura 10 – Mapa de localização ex-Colônia Silveira Martins

Fonte: Jornal Zero Hora, 23/4/2010. Encarte: Municípios, Fotos e Perspectivas – Região Centro.

Adaptação: O Ponto Gráfico – Santa Maria - RS

Sem dúvida, o insucesso do sonho do padre Luiz Sponchiado ver a ex-Colônia Silveira Martins unida sob um único bloco político-administrativo, serviu de estímulo a todos os processos emancipacionistas que se desencadearam, posteriormente, nos limites geográficos da região.

Pode-se, então, dizer que os reveses finais dos dois planos de Sponchiado produziram acertos e aprendizagens suficientes para construírem nas décadas subsequentes os fundamentos necessários para a ex-Colônia Silveira Martins gestar vários municípios novos.

Esses planos de emancipação individual, de localidades interiores geograficamente à ex-Colônia, eram portadores dos desejos da modernidade que o Sistema Capitalista trazia sob os argumentos da chegada da urbanização e do desenvolvimento.

Os argumentos do “desenvolvimento e do progresso” para as localidades se emanciparem serão utilizados tanto pelos defensores das áreas emancipandas como pelos que se posicionam contra as emancipações. Estes, tanto alegam prejuízos no desenvolvimento/progresso para as áreas-mãe que cedem as suas áreas de novos municípios como afirmam a inviabilidade de progredirem e se desenvolverem os núcleos que pretendem se emancipar.

Mesmo que se concorde com Faé (1975) que afirma que, desde os primórdios da colonização, o progresso e o desenvolvimento era buscado pelos colonos e o

faziam considerando o trabalho a alavanca capaz de impulsionar cada lugar para o futuro, de fato, o trabalho e a visão do padre Sponchiado preencheram um espaço semelhante ao que os sacerdotes tiveram no início da colonização na questão da assistência aos imigrantes. No entanto, ao ser inviabilizada a ideia de unidade da ex-Colônia Silveira Martins após duas tentativas frustradas, há uma ruptura da influência direta do Sacerdote Sponchiado neste contexto propositivo de autonomia administrativa, mas prossegue o mesmo desejo, de modo fracionado, com as Comissões emancipacionistas de cada núcleo.

As circunstâncias dessa passagem se constituiu num acontecimento relevante na análise tanto do que ocorreu, como do que ainda estaria por acontecer nos rumos das emancipações dos núcleos coloniais. Esta situação de transição caracteriza o deslocamento de padrões típicos de uma sociedade tradicional para padrões próprios de uma sociedade moderna (GERMANI, 1973). Trata-se da ocupação de um vácuo político que pretendia encaminhar a busca de soluções para os problemas materiais de origem coletiva e que deveriam passar pela escolha/discussão da própria comunidade. A partir da formação das Comissões emancipacionistas, os encaminhamentos não têm mais na Igreja e no padre o foro competente para o prosseguimento das demandas. Este papel, a partir de agora, passa a ser desempenhado pelo Estado. Conforme Schmidt e Farret (1986, p. 15), o Estado desempenhou importante papel na formação da urbanização brasileira e sua presença na estruturação do território brasileiro se confunde com a própria história do país. Essas ideias são também partilhadas por Ianni (1996, 2004) e Weffort (1980).

Disso se depreende que o desenvolvimento das cidades na ex-Colônia Silveira Martins está diretamente associado ao crescimento do Estado e das atividades inerentes a ele, bem como a tendência à generalização das relações capitalistas numa zona de atividades majoritariamente rurais.

Sob esta perspectiva, os planos/projetos emancipacionistas começam a se concretizar e ocorrem em dois momentos distintos, num intervalo de três décadas, sendo que no primeiro momento o país vivia o período do auge da modernização e as emancipações do segundo momento seguem a mesma lógica⁹⁷.

⁹⁷ A mesma lógica aqui referida deve ser entendida que tanto a motivação como a mobilização empreendidas nas emancipações do primeiro grupo de municípios da ex-Colônia Silveira Martins, permaneceram e se repetiram no segundo grupo. Muitos núcleos, que haviam reunido a Comunidade

- primeiro momento: final da década de 50 e início da década de 60. Neste período se emanciparam Faxinal do Soturno (1959), Nova Palma (1960) e Dona Francisca (1964);

- segundo momento: final da década de 80 e início da década de 90. Neste período se emanciparam: Silveira Martins e Ivorá (1988) e São João do Polêsine e Pinhal Grande (1992).

Tomio (2005, p. 06) ao fazer uma análise década por década das emancipações municipais gaúchas também identifica dois períodos históricos de intensa criação de municípios: entre as décadas de 50/60 e 80/90. Períodos que registraram a criação de mais de 80% dos municípios no RS.

No intuito de bem entender e explicar o processo emancipacionista na ex-Colônia Silveira Martins, ocorrido nestes dois momentos no curso da segunda metade do século XX, pretende-se lançar mão de um conjunto de elementos que acenam para o preparo de um cenário ampliado de discussão a respeito da temática da formação dos municípios e, por consequência, da criação do urbano, concebida sob o olhar da modernidade. Conforme Ianni (2004), esta é uma preocupação permanente desde a Proclamação da República.

A análise que se propõe busca escapar dos riscos de incorporar estudos exclusivamente centrados na lógica interna de pensar a questão. É recorrente o propósito da importação de modelos formulados nos países centrais, especialmente os Estados Unidos e a Europa. Brüseke (2002) afirma que na modernidade, apesar de identificar-se e confundir-se frequentemente a história da Europa e da América do Norte com a história universal não se inviabiliza vieses interpretativos que apontem para as especificidades da cultura política e social de outros lugares. Nesse aspecto é que se torna conveniente inserir o cenário descrito anteriormente, que apresentou

e constituído lideranças para discutir e encaminhar as emancipações retomaram as iniciativas. Silveira Martins, por ser a sede da Colônia e o núcleo de São João do Polêsine por ter vivido intensamente as emancipações de Faxinal de Soturno (1959) e Dona Francisca (1964), foram os locais de maior efervescência dessa retomada. No que se refere à legislação, mesmo que ela tenha sido atualizada e aperfeiçoada no curso das três décadas em que ocorreram as emancipações na ex-Colônia Silveira Martins, foi mantido o núcleo que lhe deu sustentação, ou seja o Decreto-Lei 311/1938. Com relação à permanência da lógica modernizadora a partir de 1964, é preciso considerar o que ensina Ianni (1989) e Ramos (1961). O primeiro afirma que no contexto histórico da formação do Estado Moderno brasileiro, o Estado Populista surge como transição entre o Estado Oligárquico e o Estado Militar (Autoritário). O segundo desenvolve cinco formas (fases) de políticas no intuito de analisar a evolução da política brasileira. A primeira seria de clã; a segunda seria a política de oligarquia; a terceira, a política populista; a quarta, a política de grupos de pressão; e a quinta a política ideológica. É preciso considerar que os autores, ao anunciarem as suas evoluções de Estado e de política, ressaltam a tendência das etapas/fases ocorrerem sucessivamente, no entanto, podem vários aspectos apresentarem-se simultaneamente.

o conjunto de elementos que compõem a identidade dos moradores da região objeto deste estudo.

De fato, a partir de agora, a discussão precisará mostrar que a modernidade cria o urbano em toda a parte, no entanto, na periferia do sistema capitalista, a modernização da infraestrutura material da vida social e econômica não se completou, uma vez que a industrialização não chegou em toda parte (CARDOSO, RIBEIRO, 1996).

Aplicando-se esta ideia ao contexto da ex-Colônia Silveira Martins de meados do século XX, tem-se que há uma proliferação de centros urbanos que se constroem tanto pelo esforço dos moradores do local em afirmar a sua identidade italiana (antes vista), bem como pela compreensão e adoção do projeto emancipacionista da Quarta Colônia Unida, proposto pela padre Sponchiado, que apresentava, via análise da legislação da divisão de terras as novas ideias produzidas pelo discurso capitalista em todo lugar onde se instalava. Essas ideias, portanto, eram externas ao local e se referiam aos propósitos de modernidade e do desenvolvimento.

Sobre isso, Ianni (1996) pondera que, no Brasil, a modernidade sempre foi vista e percebida como algo externo, um padrão a ser seguido e almejado. Segundo o autor, a modernidade se revela como um fascínio, uma forma ou ilusão, sem questionar de onde vem e para onde vai.

As últimas modas provenientes dos centros culturais dominantes da Europa e Estados Unidos podem ressoar em alguns centros culturais brasileiros, como novas verdades que substituem outras. Há alguns para os quais a última novidade europeia ou norte-americana pode representar o novo paradigma para pensar, filosofar, explicar, criar (IANNI, 1996, p. 45).

Já para Karsburg (2007, p. 29), a modernidade se define como um conjunto de ideias de origem no Iluminismo (séc. XVIII), no momento em que a sociedade ingressa num período de secularização, isto é, a religião passa a ser questionada como único referencial para compreender o mundo e a humanidade. Segundo o autor, para os Iluministas, a sociedade estava “fadada” ao progresso, que seria atingido por meio da razão.

A força e a universalidade do pensamento iluminista respaldam a importação constante de ideias, conceitos, padrões e concepções de mundo. O resultado disso se reflete na avaliação da nossa própria cultura que não raras vezes é

demasiadamente desvalorizada em detrimento da (s) cultura (s) externa entendida (s) como a verdadeiramente portadora da civilização.

Especificamente no que se refere ao século XX, Ianni (1996, p. 47) destaca que a história do pensamento brasileiro pode ser vista como um esforço persistente e reiterado de compreender e impulsionar as condições da modernização⁹⁸ da sociedade nacional, em dois sentidos. Primeiro, no sentido de fazer com que a sociedade e o Estado, compreendendo as instituições sociais, econômicas, políticas e culturais, aproximem-se dos padrões estabelecidos pelos países capitalistas desenvolvidos. Nesse sentido, Ianni (1989, p. 63) ratifica a ideia da necessidade de um programa de desenvolvimento econômico nacional que leve em conta os sistemas políticos e econômicos mundiais. E insiste na afirmação que o êxito ou o fracasso de qualquer política está vinculada diretamente às tendências e correlações regionais e mundiais. Segundo, no sentido de conhecer e valorizar as peculiaridades da formação social brasileira, tais como os séculos do escravismo, a diversidade racial, a mestiçagem, o europeísmo, etc.

Conforme Ricardo Luiz Souza (2007, p. 19), então, o que define a modernidade é o seu caráter aberto e vinculado a uma permanente transformação.

Essa combinação de fatores locais (construção da identidade) e de fatores vindos de fora (modernização) presentes no momento imediatamente anterior à ocorrência das emancipações municipais na ex-Colônia Silveira Martins são também evidenciados por Larrain (2009) no contexto da América Latina, quando afirma que no continente a construção da modernidade ao mesmo tempo que se vincula ao desenvolvimento capitalista, tem a interferência do processo de desenvolvimento interno de cada país. O autor afirma ser

verdade que a modernidade nasce na Europa, mas a Europa não monopoliza toda sua trajetória. Precisamente por ser um fenômeno globalizante, é ativa e não passivamente incorporada, adaptada e recontextualizada na América Latina na totalidade de suas dimensões institucionais. Que nesses mesmos processos e instituições haja diferenças importantes com Europa, disso não há dúvidas. A América Latina tem uma maneira específica de estar na modernidade (LARRAIN, 2009, p. 2).

⁹⁸ Também para Schmidt e Farret (1986) a modernização pressupõe um ajustamento ao sistema capitalista internacional dos processos tecnológicos, econômicos e políticos que estão associados à Revolução Industrial e seus efeitos.

Assim, a modernidade latino-americana difere da europeia, há uma simbiose, fruto de um processo de mediação que tem a sua própria trajetória, não há uma pureza interior e nem é totalmente imposta e por isso justificadamente periférica, subordinada (BRUNNER, 1994).

Diante disso, é preciso reconhecer que, sob o ponto de vista histórico, a modernidade é um fenômeno complexo que segue caminhos diversos. Embora se afirme ser um fenômeno inicialmente europeu, frequentemente fica esquecida sua tendência globalizante e que se expande por todas as direções, conectando-se com realidades diversas e adquirindo múltiplas configurações. O seu berço na Europa lhe garante ser ponto de referência obrigatória em todo e qualquer processo de modernização que venha a ocorrer no mundo. Isso se dá porque o projeto de modernidade está assentado no sistema capitalista central e passou a ser concebido para todas as sociedades, dos diferentes países, a partir do séc. XVI, até o final do séc. XVIII, quando ele se constitui e, no curso dos séculos XIX e XX, se cumpre historicamente em toda a sua periferia (SANTOS, 1999).

Para Santos (1999), a trajetória histórica da modernidade está intimamente ligada ao desenvolvimento do Capitalismo nos países centrais. Há certa dificuldade em periodizar o processo histórico deste desenvolvimento, inicialmente porque os diferentes países não iniciaram o processo de industrialização ao mesmo tempo e, depois, porque as condições nacionais interferiram decisivamente no processo interno de desenvolvimento de cada país.

Neste contexto, então, a modernidade passa a exprimir o avanço nos últimos séculos das sociedades ocidentais do hemisfério norte, que, aos poucos envolve o mundo inteiro. A mudança no perfil social assinala a passagem do tradicional ao moderno. Disso resulta que a ideia da modernidade aparece muito associada ao urbano e, o atraso, ao mundo rural.

Na ex-Colônia Silveira Martins, por razões históricas, antes apresentadas, as atividades econômicas e o aumento populacional comprometeram as possibilidades de progresso e desenvolvimento até meados do século XX.

Essa situação conferiu à Colônia o estigma do atraso, na relação que se faz com as demais Colônias italianas do RS. No entanto, a ideia de modernidade, desenvolvimento e progresso também ali se instalou, mesmo que tenha levado mais de meio século para começar a sua afirmação.

Com a derrota das propostas de Sponchiado em emancipar a ex-Colônia Silveira Martins unida sob os critérios da religiosidade e da italianidade, dá-se a ruptura com os valores da tradição e a modernidade funda o urbano.

A presença do Estado na estruturação do território vem sendo decisiva desde o final do século XIX e perpassou o século XX. Diversas estratégias ocuparam a agenda governamental desde então: redimensionamento de fluxos migratórios, colonização dirigida ou subsidiada, implantação de novos eixos de comunicação, construção de novos núcleos urbanos (SCHMIDT; FARRET, 1986, p. 15).

É para atender este último aspecto que a legislação emancipacionista foi produzida e, com isso, criou-se no Brasil milhares de cidades, a partir da segunda metade do século XX, incluídos aí os núcleos coloniais mobilizados da ex-Colônia Silveira Martins.

Embora o estudo do urbano só tenha iniciado na Europa, no século XVIII e tinha como temas preferenciais a estatística sanitária, a medicina epidemiológica, os crimes ambientais e a observação de habitantes dos cortiços (representações fragmentadas), foi, na verdade, da metade do século XIX que apareceu um olhar mais social para o urbano. Mas foi nas primeiras décadas do século XX que o urbanismo, como planejamento da cidade ou ciência da cidade se instalou. A partir daí, apesar de se postularem como portadores da racionalidade científica, descobridora de uma ordem inscrita nas coisas, neutra e objetiva, os urbanistas se preocuparam com a problemática do homem e manifestaram com clareza o compromisso com a reforma social (RIBEIRO, 1994, p. 106-107).

Para Alfred Agache, um dos fundadores do urbanismo francês, o urbanismo é uma ciência, pois enquanto procede ao estudo metodológico dos fatos, a imaginação e a composição têm um papel importante. Porém, isso tudo será irrelevante se o sentido do social estiver ausente (RIBEIRO, 1994, p. 107-108).

É da imbricação desse conjunto de elementos que o urbanismo tem por compromisso instaurar uma nova ordem espacial que desembocará numa nova ordem produtiva, garantidora de um pretenso progresso social, e numa nova ordem política, garantidora do progresso e do desenvolvimento.

Mendonça (1997) observa também que nascem aí as noções de campo e cidade e estas deram origem a variados sistemas de representações e valores. Ao campo, costumam ser associadas as formas de vida social consideradas naturais, plenas de paz, simplicidade ou inocência, mas também de atraso e ignorância. Por

outro lado, à cidade (mundo urbano), é vinculada a idéia de centros de empreendimento, progresso e saber.

Essa dualidade de ideias (urbano x rural) tornou-se presente no cotidiano do universo do urbanismo brasileiro e, embora a modernidade as tenha gestado nos países centrais, no Brasil seguem o caminho das adaptações.

Socorrendo-se da história social para encontrar as ideias do urbanismo nos países desenvolvidos, constata-se que lá a “questão urbana” emerge como uma transformação da “questão social”, ou seja, o pensamento urbanístico aparece, no século XX, claramente associado às idéias de reforma social (RIBEIRO; CARDOSO, 1996).

Transferindo-se o caráter reformador para a realidade brasileira, a questão social se adapta às reais necessidades do país e às idéias de modernização, desenvolvimento e construção da nacionalidade se constituem nos principais temas que sustentavam o discurso sobre o urbanismo no Brasil.

Ainda é oportuno ressaltar que, sob a influência da modernidade, as ideias produzidas no mundo acadêmico externo norteiam os rumos das discussões internas. Encontra-se em Choay (2007) a discussão das diversas correntes do urbanismo que se formaram ao longo do século XIX e se fortaleceram no século XX. Destaca o autor as concepções (denominadas modelos) progressista, culturalista e naturalista. Essas concepções não tiveram na prática as mesmas repercussões, nem mesmo nos locais onde se originaram. Sobre isso afirma o autor:

O estudo das realizações concretas do urbanismo traz à luz, como se pode adivinhar, à grande superioridade numérica das aglomerações progressistas. O modelo naturalista só pôde exprimir-se muito parcialmente, sobretudo nos Estados Unidos, em formas suburbanas. O modelo culturalista continua a inspirar a construção de cidades novas na Inglaterra; fora dali, só deu lugar a experiências limitadas (certas reconstruções e algumas estações turísticas) (CHOAY, 2007, p. 33).

Para Choay (2007), isso garante a imposição do modelo progressista sob os mais diferentes regimes econômicos e políticos, embora aceitasse as influências dos particularismos culturais, mantidos vivos pela diferença de capitalismo de cada lugar, bem como das forças de oposição que se apresentavam.

Segundo o autor, no modelo progressista, a Revolução Industrial é o acontecimento histórico chave que acarretará o devir humano e promoverá o bem-estar. A idéia chave do modelo é a da modernidade vinculada à estrutura técnica e

estética. Indústria e arte se juntam na busca do universal e o seu duplo desdobramento na escala mundial confirma a sua concepção do homem-tipo: idêntico em todas as latitudes e no seio de todas as culturas.

Em linhas gerais, o plano da cidade progressista está colocado a serviço da eficácia - referente à questão da saúde e higiene - e da estética, preconiza o futuro e o rompimento com o passado é assumido de modo agressivo e provocante. Os novos valores (mecanização, padronização, rigor, geometrismo) são afirmados num estilo de vanguarda (CHOAY, 2007).

No Brasil, embora se reconheça os impactos das diversas correntes urbanísticas, não há dúvidas sobre a predominância da vertente progressista. Tanto na arquitetura moderna brasileira, consolidada a partir dos anos 30 com o projeto do Ministério de Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, quanto no urbanismo progressista representado na nova capital federal construída ao final da década de cinquenta, essa corrente consolidou, no bojo de suas várias adaptações e redefinições, o sentido de modernidade que marcou o país no seu processo de urbanização sob o império da industrialização substitutiva das importações (MONTE-MÓR, 1994).

Ribeiro e Cardoso (1996) destacam três momentos importantes na discussão do urbano no Brasil: o primeiro, que inicia no império e se estende para a República Velha (1880-1930), é marcado pelo escravismo, ruralismo e empreendimentos da política migratória. A população das cidades é vista como “classe perigosa” e a cidade como o lugar da desordem social e política e da improdutividade econômica. Não há um plano ou modelo urbano. Ocorrem apenas intervenções localizadas, seguindo os padrões estéticos estrangeiros. A modernização se torna o princípio organizador das intervenções orientadas por projetos calcados em modelos externos. Cronologicamente, esse período é caracterizado pela fragilização da ex-colônia Silveira Martins. Sendo lugar destinado a servir à política imigratória do Estado brasileiro, também se sujeita às suas regras. Isso é sintomático nos atos de sua emancipação como colônia em 1882 e, posteriormente, na desintegração em 1886, pelo qual passou a pertencer aos municípios Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul e Santa Maria. Já as demais Colônias de imigração italiana do RS, passam pelo processo de emancipação e logo a seguir constituem-se nos atuais municípios.

A cidade brasileira continua sendo vista como expressão do atraso nacional frente à modernidade das metrópoles internacionais. Segundo Ianni (1989, p. 59), já

nesse período, a cidade adquire hegemonia sobre o campo, porque novas forças sociais e políticas são geradas com a urbanização e a industrialização embora ainda incipientes.

O segundo momento envolve o período do governo de Vargas (1930 – 1950). Nele dá-se a gênese da questão urbana brasileira (RIBEIRO e CARDOSO, 1996). Observa-se dois aspectos marcantes na concepção da questão social. O primeiro faz um novo diagnóstico da sociedade, ou seja, a pobreza passa a ser vista como obstáculo à modernização e à constituição da nacionalidade. E, o segundo se refere ao enfrentamento da pobreza que deve ser feita pelo Estado, através de uma política de valorização do trabalho como forma de ascensão social e obrigação da cidadania. Disso nasce a idéia de justiça social que emerge não de uma questão operária, mas de uma questão nacional.

Ratifica-se que, no período do Estado Novo, há a formação de uma nova concepção de Estado, na sua relação com o político, o social e o urbano (ZANINI, 2006). A política social desse Estado segue uma orientação de investir na capacidade produtiva dos trabalhadores, especialmente os do meio urbano em dois sentidos. O primeiro, com as suas próprias condições de vida e a segunda, com a assistência e a previdência social voltadas para recuperar e/ou manter a sua capacidade de trabalho.

Esse propósito reformador da questão social se adapta às condições de periferia do país. As idéias de modernização, desenvolvimento e construção da nacionalidade são os principais temas que sustentam o discurso do urbano no Brasil.

Mesmo reconhecendo na questão social o foco gerador do discurso de composição e construção do urbano, na prática, as questões de ordem econômica, inicialmente, e ambientais a *posteriori*, tomam grande relevância para compreender-se o rumo desenvolvimentista e de modernidade que se institucionaliza no Brasil e na América Latina no decorrer do século XX e que produziu, como consequência, uma explosão na criação de novos municípios. “A necessidade de um grande número de agentes para o desenvolvimento da atividade econômica e administrativa é um dado importante quando se trata de interpretar o desenvolvimento do fenômeno urbano” (SANTOS, 1982, p. 13).

Fica nítida a tendência dos investimentos no novo lugar da produção, ou seja, o meio urbano, onde se deveria evitar que ocorressem perdas da capacidade de

trabalho. Dentro dessa concepção de pensar o social e o urbano é que nasce a preocupação de gerar um padrão, nem que seja mínimo de alimentação, educação, habitação e segurança. Para Kowarick (1985, p. 25), essa característica de intervenção do Estado na cidade, implementando políticas que vão ao encontro das necessidades humanas, decorrem do próprio pacto populista e de sua ação modernizadora.

Nesse período, há um conjunto de idéias que começam a moldar a questão urbana brasileira. Essas ideias tendem a articular a nacionalidade com um projeto de modernização pautado na industrialização e na urbanização. O foco deste espaço de discussão são os grandes centros, especialmente as capitais. Nesses locais parece ocorrer uma síntese entre o antiurbanismo e a sua própria consolidação, ou seja, de um lado permanecem as ideias de que o crescimento urbano é sentido como gerador de problemas, porque concentra recursos provenientes do interior, utilizados de forma improdutiva, e de outro lado, como afirmação do urbano. Reconhece-se o dinamismo econômico das metrópoles litorâneas e, ao mesmo tempo, valoriza-se o isolamento do interior e sua maior capacidade de preservação do caráter nacional. Como se vê, acentua-se a dicotomização entre rural e urbano, mas a valorização do urbano nascente é ainda pouco suficiente para ser tratado como questão social.

Essa dicotomização de espaços (rural x urbano) é representada pela complexa relação entre tradição e mudança (SOUZA, 2007, p. 22), no contexto da modernidade brasileira. Ainda, segundo Souza (2007, pp. 21-22) dentro desse processo, é evidentemente insustentável a manutenção radical dessa dicotomia (tradição/modernidade) de modo que coloque a existência de normas e padrões estáveis de convivência em um polo e a reflexão e a mudança em outro. É evidente que ambos os polos da dicotomia interagem de tal forma que as tradições estão em permanente transformação sob o impacto da modernidade e esta atua com base nas normas e tradições que a determinam. Mas tendem a ser classificados dicotomicamente em escalas de valores nas quais dependendo da perspectiva de quem as constrói, modernidade e tradição, assumem a feição do mal a ser combatido e do bem a ser preservado ou da mudança a ser consolidada e do atraso a ser aniquilado.

Esse período, para a ex-colônia Silveira Martins, serve para desnudar a sua fragilidade econômica em relação às demais colônias imigratórias do Estado do RS.

Contrastando com as demais, que assumem economicamente atividades muito diversificadas equilibrando a produção nos setores primário, secundário e terciário, a ex-colônia Silveira Martins permanece no ramo de atividades do setor primário garantindo-lhe características eminentemente rurais, gerando-se um sentimento de atraso na seara social, incompatível com as idéias sobre o pensamento urbano vigente na época e configurando na relação com as três primeiras Colônias de imigração italiana do Estado do RS o sintoma da modernidade abordado antes por Souza (2007), ou seja, o confronto entre o avanço e o atraso.

O terceiro momento da discussão do urbano no Brasil, segundo Ribeiro e Cardoso (1996), é a era da modernidade propriamente dita (a partir de 1950), onde o urbano é visto como questão de desenvolvimento. Na prática, o urbano precisa inicialmente ser identificado sob a égide da industrialização substitutiva das importações e, portanto, o projeto de constituição da nação assume um eixo econômico. Na prática, vai também consolidando uma modernização baseada na internacionalização da economia. Ao lado da discussão dicotômica entre rural x urbano, cresce a oposição entre as idéias de nacional e estrangeiro que logo desencadeia os estudos a respeito das “teorias da dependência” gerando as ideias de lugares da marginalidade e da centralidade, referindo-se ao locais menos e mais aptos a produção e ao próprio consumo.

Conforme Ribeiro e Cardoso (1996, p. 66):

no interior desse pensamento, cristaliza-se uma concepção dualista da sociedade, onde, além da oposição campo-cidade, referida à dualidade tradicional-moderno, verifica-se, ainda, uma oposição no interior das cidades entre os “integrados” e os “marginais”.

Mesmo com esses paradoxos o projeto desenvolvimentista do capitalismo seguiu e sustentou a ideia de geração da modernidade no Brasil.

Referindo-se à análise do urbano vinculando o processo de emancipações dos núcleos da ex-Colônia Silveira Martins, é preciso atentar para o pensamento de Tomio (2005, p. 04). Segundo ele, em nível mundial, a criação de governos locais está diretamente relacionada com o processo de urbanização. No entanto, as emancipações municipais no Brasil são ainda mais numerosas, concentram-se em áreas pouco urbanizadas e não são ordenadamente planejadas pelos níveis de governo mais abrangente.

De qualquer forma, esse período é absolutamente transformador na região da ex-colônia Silveira Martins. As ideias discutidas no contexto geral das mudanças urbanas, em nível de mundo externo e de Brasil, atingiu o âmago da reflexão dos que viam a possibilidade da chegada da modernidade nos locais onde era viável a superação do atraso. Assim, a concepção de nacionalidade deixa de ser perseguida na “essência rural” para ser valorizada numa perspectiva modernizante no meio urbano (RIBEIRO; CARDOSO, 1996, p. 67).

Essas profundas transformações, vindas de longe, agregadas às especificidades de nível local, nortearão uma grande transformação política na ex-colônia Silveira Martins.

Segundo Ribeiro (2003), já no século XIX, a expressão modernidade trouxe consigo inúmeras novidades conceituais, como evolução, democracia, autonomia, liberdade, ciência e técnica, bem como múltiplas ideias com o propósito de se atingir o tão almejado progresso.

No caso específico da ex-Colônia Silveira Martins, o elemento novo que se imaginava articular na Comunidade era a autonomia política, através da qual a sociedade do local assumiria seu futuro.

Mesmo que as duas tentativas do padre Luiz Sponchiado não tenham logrado êxito na forma como foram propostas, as emancipações político-administrativas na ex-Colônia Silveira Martins se consolidarão e a frustração do sacerdote servirá de estímulo para instalar no interior dos núcleos coloniais o espírito emancipacionista.

O resultado disso é o conjunto de emancipações municipais apresentado a seguir.

3.2.1 A emancipação de Faxinal do Soturno



Figura 11 – Mapa de Faxinal do Soturno

Fonte: Jornal Zero Hora, 23/04/2010. Encarte: Municípios, Fatos e Perspectivas – Região Centro.
Adaptação: O Ponto Gráfico – Santa Maria – RS

O processo de emancipação política de Faxinal do Soturno é parte do insucesso do primeiro plano do padre Luiz Sponchiado em unir toda a ex-Colônia Silveira Martins sob um único município.

Ocorre, que após a tentativa de unir a ex-Colônia Silveira Martins em torno dos distritos de Nova Palma, Faxinal do Soturno e Dona Francisca respectivamente, através de reuniões sucessivas com representantes de cada localidade, os representantes de Faxinal do Soturno decidiram criar uma Comissão emancipacionista somente para o 5º distrito de Cachoeira do Sul (Dona Francisca) e pedem em 10/03/1958 ao padre Luiz Sponchiado as orientações para efetivar a Comissão própria (ROSSATO, 1996, p. 42).

Embora desiludido com o acontecido com a comissão emancipacionista de Faxinal do Soturno, o padre Luiz Sponchiado prosseguiu com as reuniões com os representantes das localidades interessadas na emancipação, e, no dia 13 de março de 1958, em Dona Francisca, uma nova reunião ocorreu e o padre Luiz Sponchiado esclareceu a todos os presentes o acontecido em relação à dissidência da Comissão emancipacionista de Faxinal do Soturno. Mesmo tendo a reunião decidido pela busca do consenso para evitar divisões com a Comissão de emancipação

constituída em Faxinal do Soturno, o acordo não se efetivou e, com o passar do tempo, os representantes de Faxinal do Soturno incitam Nova Palma a aderir a eles, ou partiriam sozinhos na busca pela emancipação (ROSSATO, 1996, p. 42-43).

É necessário destacar que com a divisão territorial da Quarta Colônia pelo Decreto Imperial nº 1570, de 1886, sua área foi incorporada aos municípios de Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos, na situação de distritos. Com isso, os núcleos de Faxinal do Soturno, Vale Vêneto, Ribeirão, Novo Treviso e São João do Polêsine, com sede em Dona Francisca, vão constituir o quinto distrito do município de Cachoeira do Sul (VIZZOTO, 1997, p. 19).

Na reunião em São João do Polêsine a 22 de março de 1958, com votação de representantes de todas as localidades da ex-Colônia Silveira Martins, interessadas na emancipação, Nova Palma foi excluída da região abrangida pelo futuro provável município e Faxinal do Soturno segue em frente na luta na busca pela sua emancipação política (SPONCHIADO, 1996, p.178).

A confirmação deste intento se dá em 30 de abril de 1958, quando a Comissão emancipacionista protocola na Assembleia Legislativa do RS o processo nº 298, constando a documentação necessária para avançar na ideia de emancipar Faxinal do Soturno. Fica assim autorizado o subdistrito de Faxinal do Soturno a tratar junto às autoridades estaduais, dos assuntos pertinentes à emancipação da área em questão. Evidente que a Comissão emancipacionista pleiteava a localidade de Faxinal do Soturno como sede do novo município.

Diante da possibilidade de se concretizar a primeira emancipação na área da ex-Colônia Silveira Martins, as localidades de Dona Francisca (sede do distrito) e de São João do Polêsine também reivindicam para si a sede do novo município a ser criado. Através de dois abaixo-assinados datados de 22 de abril de 1958 (São João do Polêsine) e de 16 de maio de 1958 (Dona Francisca), há a exposição de motivos que justificam tais reivindicações (Processo nº 298/30/4/1958 - páginas 150 e 163, respectivamente).

É oportuno e decisivo mencionar no conjunto dessas disputas emancipacionistas locais, o abaixo-assinado de 12/5/1958, encaminhado pela comunidade de Novo Treviso à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul no intuito de ratificar a sua adesão unânime ao movimento emancipacionista pró Faxinal do Soturno (Processo nº 298, de 30/4/1958).

Dentre os motivos alegados pela comunidade de Novo Treviso está o fato dos seus moradores estarem sendo incluídos “pela comissão emancipacionista de Nova Palma na área do município que Nova Palma pretende formar” (p. 178. Processo 298 de 30/4/1958, p. 178-179) e já terem firmado documento a favor de Faxinal do Soturno.

Outros motivos fortes pela decisão de Novo Treviso ser favorável ao intento de Faxinal do Soturno são:

- 1 - proximidade de Faxinal do Soturno (a 9 km);
- 2 - é a sede religiosa do subdistrito;
- 3 - a única rodovia existente é a saída natural de Novo Treviso para Faxinal do Soturno;
- 4 - a área de Novo Treviso já está inclusa nas dimensões a serem emancipadas pleiteadas pela comissão emancipacionista do 5º distrito, conforme mostra o processo em questão (nº 298, de 30/04/1958);
- 5 - a surpresa pela inclusão do subdistrito nas pretensões de Nova Palma, uma vez que da localidade ninguém fora consultado para tal e nem cooperou com assinaturas na lista de eleitores.

O documento (p. 179 do Processo 298 de /30/4/1958) também esclarece que, pelo fato da comunidade de Novo Treviso desejar incluir-se no apoio à emancipação de Faxinal do Soturno, não representa a intencionalidade de dificultar ou opor-se à emancipação de Nova Palma. “Emancipação que vemos com bons olhos e que poderá ser feita perfeitamente deixando nossa área pertencer ao município a se formar com o 5º distrito de Cachoeira do Sul (Faxinal do Soturno)” (p. 179).

Diante do conflito de interesses acima mencionado, no dia 31 de julho de 1958, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do RS, através do seu relator, Deputado Lamaison Porto, autoriza a realização da consulta pebliscitária e “quanto a localização da sede da zona emancipanda, esta será escolhida nos termos da lei que dispõe sobre a matéria, já que há mais de uma vila interessada na disputa (p. 209 do Processo nº 298 de 30/4/1958).

Isso significa que a sede do município será aquela que no plebiscito apresentar o maior número de votos válidos para a emancipação da localidade em questão.

Através do Projeto de Lei 153/1958 de 26/8/1958 da Assembleia Legislativa do Estado do RS, fica determinada a data de 30 de novembro de 1958 para a realização do plebiscito (Processo nº 298 de 30/4/58 – pp. 266-268).

Realizado o Plebiscito e totalizada a apuração, foram registrados 3 012 votos pelo sim, 22 votos pelo não e 2 nulos. Para abrigar a sede do município, a votação apontou 1202 votos para Faxinal do Soturno; 1073 para Dona Francisca e 747 para São João do Polêsine (Mapa totalizador da apuração do Plebiscito. Processo nº 298 de 30/4/1958 – p. 273)

Para Vizzotto (1997, p. 22-23), as três localidades que disputaram a sede do município tinham em comum o fato de serem colonizadas por imigrantes italianos e possuírem extensas várzeas produtoras de arroz e banhadas pelos rios Jacuí e Soturno.

As diferenças entre os pretendentes à Sede eram também sempre muito exaltadas. Faxinal do Soturno com uma diversificada indústria, embora de pequeno porte e uma intensa policultura. Dona Francisca, sede do distrito, apresentava como ponto forte as repartições públicas do distrito e subprefeitura, cartório de registro de imóveis e posto do Correio. São João do Polêsine com a agricultura do arroz e a policultura como fontes econômicas de destaque.

Em 29 de janeiro de 1959, a Assembleia Legislativa do Estado do RS criou o município de Faxinal do Soturno, com sede na localidade do mesmo nome e composto pelos territórios de Faxinal do Soturno e Dona Francisca, pertencentes ao município de Cachoeira do Sul e parte do distrito de Nova Palma (povoado de Novo Treviso) pertencente ao município de Júlio de Castilhos (Processo nº 298 de 30/4/1958, p. 286).

Pela Lei 3711, de 12 de fevereiro de 1959, o governador do Estado do RS, Leonel Brizola, criou o município de Faxinal do Soturno, mas sua instalação realizou-se a 30 de maio de 1959.

Estava aberto o precedente emancipacionista no interior da ex-Colônia Silveira Martins. O espírito empreendedor do padre Sponchiado produziu o primeiro resultado prático. Longe da proposta inicial de unir a região como um todo, inaugura-se a era da formação do urbano na região colonial. Abre-se a perspectiva de surgimento de uma nova cultura política - a proximidade do poder público da comunidade – e uma nova maneira de desenvolvimento.

Nota-se que no Curso do Processo nº 298 de 30/04/1958 são feitas múltiplas referências ao contexto da emancipação do município e o objetivo desenvolvimentista que a sustenta. Exemplos disso pode-se referir:

a) Folha 02 - ...devido ao seu crescente desenvolvimento econômico...”

Ofício encaminhado pelo Presidente da Comissão emancipacionista Vitélio Bozzeto ao Presidente da Assembleia Legislativa do RS solicitando a emancipação do município.

b) Folha 45 – “Com a conclusão da Usina Hidrelétrica de 1.000 HP, terá Faxinal do Soturno uma consolidação potencial para desenvolver sua indústria...”
Ofício encaminhado no dia 22/4/1968 pelo Diretor Técnico da Usina Hidrelétrica Faxinal e Nova Palma ao Presidente da Comissão Emancipacionista Sr. Vitélio Bozzeto.

c) Folha 198 – “o exame dos documentos inclusos convence que a área emancipanda tem possibilidade de desenvolvimento” - Parecer da Comissão Revisora da Divisão Territorial.

d) Folhas 207 e 208 – “As possibilidades de desenvolvimento do futuro município [...] Faxinal do Soturno tem as mais amplas possibilidades de vir a ser no amanhã uma comuna rica e próspera”. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável a emancipação do Município de Faxinal do Soturno.

São todas manifestações de autoridades e/ou representantes da sociedade acolhendo e ratificando pedidos dos representados.

3.2.2 A emancipação de Nova Palma



Figura 12 – Mapa de Nova Palma

Fonte: Jornal Zero Hora, 23/04/2010. Encarte: Municípios, Fatos e Perspectivas – Região Centro.
Adaptação: O Ponto Gráfico – Santa Maria – RS

O arquivamento do processo de emancipação política de Ivorá, Nova Palma e Pinhal Grande, em 4/11/1958 põe um final melancólico na segunda proposta do padre Luiz Sponchiado para concretizar o seu ideal de emancipar em uma só área a ex-colônia Silveira Martins.

Sobre isso, disse o padre Luiz:

Injustiça flagrante - não dos contrários, que na democracia têm o pleno e assegurado direito de pensar como querem - mas dos Senhores Legisladores, que sobre a lei que eles mesmos fizeram, colocam os mesquinhos interesses políticos mais vezes refletindo a situação do Governo, mas nunca a maioria, num caso destes, a vontade popular (Livro Tombo Nova Palma, tomo 2, p. 1 v e 2).

No entanto, sobreviveu o ideal emancipacionista no grupo que lutava ao lado do padre Luiz e, em 9/12/1959, iniciam um plano vitorioso pela autonomia político-administrativa de Nova Palma.

O ponto de partida foi o encaminhamento feito ao Presidente da Assembleia pelo padre Luiz, solicitando o reexame do processo arquivado em 4/11/1958. Nele, também é solicitada a autorização da consulta plebiscitária e disponibilizado à Comissão de Constituição e Justiça, volumoso material a respeito da situação nova

do município: limites, população, rendimentos e fotografias (Processo nº 534 de 21/6/60 – pp. 294-329).

Manifestou-se também o presidente da Comissão Pró-emancipação do acordo realizado com a Comissão antiemancipacionista no intuito de se engajarem na mesma causa. Fica provado, mediante abaixo-assinado, a retratação dos integrantes da Comissão antiemancipacionista, que declaram à Comissão emancipacionista total apoio à emancipação de Nova Palma. O teor do cabeçalho das listas ratifica que ao serem apresentadas ditas listas, não houve nenhuma coação, fraude ou promessas por parte dos emancipacionistas. Foram apenas colocadas as vantagens da emancipação (Processo nº 534 de 21/6/60, p. 321-324).

Em 14/12/1959, após muita pressão sobre a Assembleia Legislativa e governo do Estado (Leonel Brizola), o processo entrou em pauta para votação, no entanto, de forma inesperada, o deputado Arlindo Kunzler faz uma emenda: "Inclua-se onde couber: exclua-se a área da consulta o distrito de Ivorá." (p. 312. Processo nº 534 de 21/6/1960); reservando-se o direito de dar explicações em plenário (SPONCHIADO, 1996, p. 182).

Ao saber do episódio, o padre Luiz Sponchiado assim se manifestou:

Soube posteriormente, que o Dr. Arlindo fizera tal emenda, simplesmente para demorar nosso processo e negociar com o PTB que o patrocinava, a entrada, como ele queria, doutros que foram trancados, de Serafina Corrêa e Três Coroas (SPONCHIADO, 1996, p. 182).

A crítica e o lamento do padre Luiz se refere à política de bastidores e de corredores dos deputados.

Em 21/12/1959, a própria Comissão de Constituição e Justiça desaprovou a Emenda sugerida sob o argumento de que a virtual sede do novo município de Nova Palma sofreria em sua própria zona suburbana os limites do município e isto era inaceitável, pois acarretaria prejuízos ao desenvolvimento da futura sede municipal, contrariando as previsões da lei que regulava a matéria (Processo nº 534 de 21/6/1960 p. 381).

Aos 23 de dezembro de 1959, o presidente da Comissão de Redação, Revisão Legislativa e Leis Complementares, Mário Vieira Marques aprova a Redação Final do Projeto de Lei nº 316, determinando a realização de consulta

plebiscitária no distrito de Nova Palma e, em parte, dos distritos de Pinhal Grande e Ivorá (Processo nº 534 de 21/6/1960 – p. 384).

O artigo 2º do referido Projeto de Lei (316/59) fixa para o dia 6 de março de 1960 a data para realização do plebiscito (Processo nº 534, de 21/6/1960, p. 390 a 392).

Conforme a Ata de Apuração Final do Plebiscito (7/3/1960) realizado no distrito de Nova Palma, parte de Ivorá e parte de Pinhal Grande, todos no município de Júlio de Castilhos (Processo nº 534 de 21/6/1960 – pp. 397 e 398), o resultado apontou para 1003 votos pelo sim e 234 pelo não. Das 8 sessões em que houve votação, em apenas duas (Linha Sete e Gramado) o não à emancipação foi vencedor.

Conforme Sponchiado (1996), no programa radiofônico “Hora do Brasil”, a notícia foi anunciada e o povo de Nova Palma acordou com a realidade tão esperada.

Em ato subsequente ao escrutínio realizado na sala de sessões da Câmara Municipal de Júlio de Castilhos, a população de Nova Palma realizou uma grande festa com um grande desfile da vitória pelas ruas da cidade e com concentração em frente e nas dependências da Igreja matriz e salão paroquial (SPONCHIADO, 1996, p. 184).

Ao dirigir-se ao povo em festa, o Pároco e presidente da Comissão padre Luiz Sponchiado agradeceu à Virgem Maria a vitória e dedicou-lhe o novo município, prometendo, em nome do povo, que há de ser sempre uma cidade cristã, fiel aos princípios dos primeiros colonizadores e à orientação dos atuais líderes emancipacionistas (SPONCHIADO, 1996, p. 183).

“Foi na opinião geral a mais bela festa já havida em Nova Palma” informa o padre Breno Sponchiado. E padre Luiz emenda: “nunca vi este povo tão alegre e com tanta espontaneidade.” (SPONCHIADO, 1996, p. 184).

A 12 de julho de 1960, o Projeto de lei nº 70/60 da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul cria o município de Nova Palma (Processo nº 534, de 21/6/1960, pp. 416-417).

Estava se realizando a tão sonhada emancipação política de Nova Palma, empreendida inicialmente de forma ampliada para toda a ex-Colônia Silveira Martins pelo padre Luiz Sponchiado. Era o início da jornada de seu próprio caminho.

Esta jornada de desenvolvimento é expressa em circunstâncias diversas no conjunto dos documentos que compõem o Processo de emancipação do município:

Processo nº 534, de 21/6/1960.

- Folha 88 - "... aquele povo de Nova Palma, embalado pelo progresso que os rodeia, quer ser independente jurídica, econômica e politicamente [...]. Sou e serei pela emancipação daquele distrito, quando ela se envolve num manto de progresso" – opinião do vereador Mario de Vargas de Júlio de Castilhos publicada no Jornal "O Planalto de Júlio de Castilhos" – Edição 155.

- Folha 111 – Contestação do Monsenhor Busato: "... virá de encontro ao espírito verdadeiramente municipalista que consiste em vedar a proliferação de comunas – sem qualquer possibilidade de desenvolvimento econômico e cultural" – abaixo-assinado enviado ao Presidente da Assembleia Legislativa do RS pelos moradores de Ivorá, contestando os dados do padre Luiz Sponchiado que incluía a área do núcleo de Ivorá ao município de Nova Palma.

- Folha 125 - ... na "possibilidade de desenvolvimento do novo município" [...] demonstrando que são errôneas as informações dos requerentes liderados por Sponchiado – Ofício encaminhado pelo Sr. Euclides Londero em 20/5/1958 – Presidente da Comissão Representativa contra a emancipação de Ivorá junto com Nova Palma.

- Folha 279 – "... a fim de evitar a efetivação de uma decisão injusta, com a negativa de emancipação de uma zona com amplas possibilidades de desenvolvimento." - Encaminhamento do Presidente da Comissão emancipacionista de Nova Palma, padre Sponchiado ao Presidente da Assembleia Legislativa do RS, solicitando reexame do processo de emancipação de Nova Palma, em 24/10/1958.

- Processo nº 299, de 30/04/1958,

- Folha sem nº - "face aos elementos informativos do processo, verificamos que a área emancipanda, uma das mais progressistas daquela região, tem indiscutíveis possibilidades de desenvolvimento" – Parecer do Presidente da Assembleia Legislativa do RS – Deputado Lauro Leitão em 12/12/1959, autorizando a consulta plebiscitária em Nova Palma, por considerar satisfeitas as exigências mínimas para emancipar.

3.2.3 A emancipação de Dona Francisca



Figura 13 – Mapa de Dona Francisca

Fonte: Jornal Zero Hora, 23/04/2010. Encarte: Municípios, Fatos e Perspectivas – Região Centro.
Adaptação: O Ponto Gráfico – Santa Maria – RS

As idéias emancipacionistas no 5º distrito de Cachoeira do Sul - Dona Francisca - são pioneiras no contexto histórico e geográfico da ex-colônia Silveira Martins.

A localidade era parte integrante da área emancipanda da primeira proposta do padre Luiz Sponchiado em unir a ex-Colônia sob uma única área autônoma.

Esta proposta descrita no Livro de Atas nº 1, de 1957 da Paróquia de Nova Palma, previa a emancipação dos distritos de Nova Palma (3º distrito de Júlio de Castilhos), Dona Francisca (5º distrito de Cachoeira do Sul) parte da área de Ivorá (2º distrito de Júlio de Castilhos) e Silveira Martins (5º distrito de Santa Maria).

Dentro do cronograma de mobilização, fazendo reuniões, organizado pelo padre Luiz Sponchiado no intento de aglutinar a ex-Colônia numa única área geográfica, a noite de 26 de fevereiro de 1958 foi destinada a Dona Francisca (Livro de Atas nº 01 de 1957 de Nova Palma, p. 2 e seguintes). A reunião se realizou na residência do Sr. Antônio Soccal e, após a explanação do padre Luiz esclarecendo os presentes a respeito dos dispositivos legais que envolviam as exigências da Lei 2116 de 24 de setembro de 1953 (Lei das emancipações), os presentes não se pronunciaram sobre o tema sob alegação de ausência de representantes de todas

as localidades interessadas na questão e, inclusive, algumas pessoas não sabiam da existência desse movimento.

Essa atitude, aparentemente neutra, dos moradores de Dona Francisca que participaram da reunião, deve ser entendida como decisiva para a adesão deste grupo, aos líderes emancipacionistas de Faxinal do Soturno que optaram por formar uma Comissão emancipacionista, dissidente daquela composta em Nova Palma e liderada pelo padre Luiz Sponchiado para unir a ex-Colônia Silveira Martins num único território.

A decisão de Faxinal do Soturno, apoiada por Dona Francisca e outras localidades é, além do anúncio do fracasso do primeiro plano do padre Luiz Sponchiado em torno da unidade da ex-Colônia Silveira Martins o sinal de que a área da região estaria próxima a iniciar um intenso período de emancipações, porém de modo fragmentado de um grande número de seus núcleos.

Com a ideia fixa no progresso e no desenvolvimento, o grupo dissidente segue o caminho da busca pela autonomia.

Diante de tal proposta, as localidades que compunham o 5º distrito do município de Cachoeira do Sul (Faxinal do Soturno, Dona Francisca – sede, São João do Polêsine, Vale Vêneto, Ribeirão e Novo Treviso) se unem em torno da dissidente comissão. Entretanto, os núcleos mais evoluídos economicamente e com maior concentração populacional (Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine) reivindicam para si a sede do novo município a ser criado. Há como se se pode ver, simultaneamente, unidade e divergências dentre os diversos núcleos. A primeira manifestada no desejo de formar o município; a segunda expressa pelo interesse de cada localidade em estabelecer a sede desse município.

Dentre as motivações que circulavam em cada núcleo para virar sede do município a ser criado, Dona Francisca apostava no fato de ser a sede do 5º distrito do município de Cachoeira do Sul.

Com a realização da consulta plebiscitária em 30 de novembro de 1958, os resultados flagraram, além da vitória do sim (3 012 votos) que representa a opção da sociedade pela emancipação de Faxinal do Soturno; a perda da sede do novo município por parte de Dona Francisca. O mapa totalizador da apuração apontou 1 202 votos favoráveis à Faxinal do Soturno e 1 073 para Dona Francisca.

Estes resultados remetem a representação emancipacionista da ex-sede do 5º distrito de Cachoeira do Sul - Dona Francisca - a repensar as estratégias de

autonomia política para a localidade, agora integrante do município de Faxinal do Soturno como distrito (Lei Municipal nº 43, de 20 de outubro de 1961, assinada pelo Prefeito de Faxinal do Soturno, Antônio Soccal).

Conforme Ata sem número de 22 de maio de 1962 que consta do Processo 0617 de 29/5/1962, reuniram-se na sede provisória do Sport Clube Franciscano as delegações representando a Vila Dona Francisca, sede do distrito, povoações, linhas e demais localidades com o intuito de tratarem da anexação ou incorporação do distrito de Dona Francisca, pertencente a Faxinal do Soturno, ao município de Agudo. O motivo alegado pelos presentes para tal decisão seria a animosidade entre os moradores do atual distrito de Dona Francisca e o da sede do recém-emancipado município de Faxinal do Soturno. A situação, segundo os presentes, acarretava “insegurança e entravamento” do progresso. Todas questões sem possibilidade de solução. Fora escolhida também a Comissão de anexação/incorporação do distrito de Dona Francisca a Agudo, cuja presidência coube ao Senhor Luiz Pachaly. Em ato subsequente, a Assembleia Legislativa (29/5/1962) concedeu as credenciais a esta comissão.

É importante observar aqui a manifestação da Câmara de Vereadores de Nova Palma dirigida à Assembleia Legislativa do Estado do RS, em documento datado de 24 de março de 1963 (Processo 0617 de 29/5/1962 – folha 22), assinada por Luiz Librelotto, presidente do Legislativo.

Diz no referido documento que os problemas de rivalidade existentes entre Faxinal do Soturno (Sede) e o seu distrito de Dona Francisca, representam um grande atraso para essas localidades, além de comprometer seu próprio futuro. Para tanto, este legislativo entendia que a melhor solução para o caso era a emancipação do distrito de Dona Francisca, uma vez que preenchia todas as condições de se tornar um município próspero e produtivo.

Nessa mensagem, o Presidente do Legislativo de Nova Palma é enfático ao Presidente do Legislativo do Estado, na ideia que Dona Francisca com autonomia político-administrativa se tornaria um lugar de muito progresso econômico e bem-estar social.

É necessário recordar que esse documento apresenta componentes revanchistas de Nova Palma em relação à Faxinal do Soturno, uma vez que Faxinal do Soturno, juntamente com Dona Francisca, foram núcleos dissidentes da primeira

proposta de emancipação de todo o território da ex-colônia Silveira Martins, apresentada pelo padre Luiz Sponchiado, sob a liderança do núcleo de Nova Palma.

Em 25/03/1963, reuniram-se em Faxinal do Soturno representantes da Sede do município de Faxinal do Soturno e da Comissão de Anexação/incorporação do distrito de Dona Francisca a Agudo, com o propósito de estudarem a viabilidade de solicitar a criação do município de Dona Francisca às autoridades competentes. Os representantes de ambas as Comissões concluíram que as desavenças entre as duas localidades estavam prejudicando o progresso do município como um todo.

Nessa reunião, ambas as Comissões perceberam que “a criação do Município de Dona Francisca daria um ponto final na série de acontecimentos de resultados negativos para o progresso da Comuna” (Processo nº 0617 da ALRS – Ata da Folha 23).

Em 20 de dezembro de 1963, a Comissão pró-anexação do distrito de D. Francisca (pertencente ao município de Faxinal do Soturno) ao município de Agudo, através do seu presidente Luiz Pachaly, encaminha ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado um requerimento pleiteando a conversão do pedido existente em processo emancipacionista (Processo 2069 de 27 de dezembro de 1963).

Consta na folha 31 do Processo 0617 de 29/05/1962, um requerimento sem data do Senhor Luiz Pachaly (Presidente da Comissão de Emancipação de Dona Francisca) dirigido ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do RS com as informações e documentos necessários para a devida instrução do processo para emancipar Dona Francisca, bem como um elenco de motivos que tornaram insustentável a relação política das duas localidades. Dentre outros, cita-se: 1) a malsucedida transferência da Sede do Município, que ora está em Dona Francisca e ora em Faxinal do Soturno.

Sobre esse episódio, esclarece Vizzotto (1997) que após o plebiscito vitorioso de Faxinal do Soturno para emancipar-se, iniciou-se a campanha para a escolha do primeiro Prefeito e Legislativo do novo município. O clima acirrado da consulta plebiscitária se repete na campanha política.

Faxinal do Soturno (cidade) formaliza apoio a Anselmo Cassol, candidato pela coligação “Progresso do Novo Município” (PSD⁹⁹, PL¹⁰⁰ e o PDC¹⁰¹, além de

⁹⁹ PSD – Partido Social Democrático.

¹⁰⁰ PL – Partido Liberal.

¹⁰¹ PDC – Partido Democrata Cristão.

dissidentes do PTB¹⁰²). Dona Francisca se une em torno de Antônio Soccac (PTB). Por sua vez, São João do Polêsine, que poderia ser o fiel da balança, se divide. Aparentemente, a comunidade polesinense seria do PTB e, portanto, favorável a Dona Francisca.

Entretanto, na localidade de Polêsine, crescia muito o PDC, e o eleitorado polesinense se divide entre os dois candidatos à prefeitura do novo município, pois nas duas chapas, de Faxinal do Soturno e Dona Francisca, ambos os candidatos a Vice pertencem à comunidade de São João do Polêsine.

Realizado o pleito no dia 24 de maio de 1959, vence o candidato Antônio Soccac (PTB) de Dona Francisca com 1 697 votos, contra 1 117 votos da Coligação (PSD, PDC, PL) de Faxinal do Soturno.

Já na eleição para a Câmara de Vereadores, realizada em 8 de novembro de 1959, as comunidades do interior (representadas pelo PTB) fazem quatro das sete cadeiras.

Vê-se, com o resultado do pleito, que a união do interior em torno do PTB fortalece Dona Francisca em detrimento da Sede – Faxinal do Soturno, reduto do PSD (VIZZOTTO, 1997, p. 35).

A situação política configurada autoriza a comunidade franciscana a iniciar forte pressão nos vereadores no sentido de elaborarem um projeto de lei visando a transferência da sede municipal.

Uma vez composta a mesa da Câmara, a Presidência coube aos franciscanos que nomeiam uma comissão para elaborar a Lei Orgânica, a qual ficou composta exclusivamente por Vereadores do PTB (do interior e favoráveis a Dona Francisca). Não trouxe surpresas a ninguém o fato do Projeto de Lei ter apresentado um artigo que permitia à Câmara de Vereadores transferir a Sede do Município. Os vereadores pró-Faxinal do Soturno alegaram a inconstitucionalidade do artigo, mas a Câmara aprovou o Projeto de Lei autorizando a transferência da Sede do Município de Faxinal do Soturno para Dona Francisca.

Para agravar a situação, o Prefeito Antônio Soccac sanciona a Lei em 18 de dezembro de 1959.

¹⁰² PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

A agitação e a revolta tomam conta de Faxinal do Soturno que vai à luta para provar a inconstitucionalidade da Lei Orgânica que facultava a transferência temporária ou definitiva da sede municipal.

Alegando infringir a lei Estadual e excesso de poderes à autonomia municipal, a defesa consegue a declaração de inconstitucionalidade da Lei Orgânica, pois não cabe à Câmara Municipal, e sim à Assembleia Legislativa, determinar a Sede do município.

No dia 07 de junho de 1960, a Primeira Câmara cível do Tribunal de Justiça do Estado decidiu trazer novamente para Faxinal do Soturno a sede do município criado pela Lei da Assembléia Legislativa, confirmando o desejo daquele município, manifestado no plebiscito.

Embora se encerre juridicamente o episódio da transferência da Sede do município, restaram profundas sequelas na rivalidade entre as comunidades de Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine. Ficaram também profundos ressentimentos bairristas entre PTB e PSD.

2) O pedido de impedimento do Prefeito de Faxinal do Soturno, Antônio Soccac, morador em Dona Francisca. E, além disso, o Chefe do Executivo (PTB) era adversário político (PSD) da sede do Município de Faxinal do Soturno.

Essa situação incômoda levou um grupo de cidadãos faxinalenses a entrar com denúncia contra o Prefeito junto à Câmara Municipal, pretendendo o seu “impeachment”.

Vizzotto (1997) expõe com clareza todos os envolvimentos que o caso revela.

De início, relata o acolhimento da denúncia por parte da Câmara de Vereadores por quatro votos contra três. A seguir, Vizzotto (1997) demonstra que após os depoimentos das testemunhas, foram confirmadas as seguintes acusações ao prefeito: troca da bitola do ferro usado na construção da ponte sobre o Rio Soturno; compra e indevida localização da fábrica de tubos; descaso do Sr. Prefeito em relação às divisas do município; uso inadequado das caçambas e máquinas do município no atendimento de interesses particulares (especialmente a moradores de Dona Francisca).

Para Vizzotto (1997, p. 40), em razão do exposto, mais do que consta do processo, a denúncia foi julgada procedente e o prefeito Antônio Soccac foi suspenso do cargo e o vice empossado no cargo de prefeito substituto.

No julgamento proferido em 13/11/1962, a Câmara de Vereadores, por 4 a 3, foi favorável ao “impeachment”. No entanto, ele só seria condenado pelo voto de 2/3 da Câmara, o que não ocorreu. Mesmo que tenham tentado reverter a situação, para condenar o Prefeito, o fato não se consumou, no entanto o episódio trouxe lições na tomada de consciência por parte da população envolvida e contribuiu para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da autonomia política e administrativa das comunidades que se confrontaram.

O conflito permanente que se instalou entre os três núcleos (Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine) revela uma problemática situação a que Hessel (1975) definiu como ausência de identidade entre o Governo Municipal e o Governo local. Isso ocorreria porque o Governo local não abrange apenas um núcleo urbano e a área colonial anexa, mas vários núcleos populacionais, além da sede, com suas respectivas áreas anexas (Hessel, 1978, p. 129-130). Naturalmente, apenas um desses núcleos sedia o governo municipal.

Para o autor

[...] o governo a nível municipal, no Brasil atual, representado pelo prefeito e pela prefeitura, desempenha dois papéis fundamentais em relação às necessidades de suas comunidades. Em primeiro lugar, o papel de prestador de serviços básicos, como ensino, obras urbanas, estradas, etc.; e, em segundo lugar, o papel de agenciador, junto às esferas mais altas de governo, de recursos, obras e agências de prestação de serviços para seu município. Agrupando-se estas duas ideias, conclui-se que os núcleos populacionais que não constituem sedes municipais não conseguem recursos para satisfazer suas necessidades porque não dispõem de nenhum mecanismo social, quer para aglutinar esforços e recursos, quer para reclamar de poderes superiores a transparência de recursos para a comunidade (HESSEL, 1976, p. 130-131).

Buscando retomar a trajetória de construção da autonomia político-administrativa, no dia 7 de dezembro de 1964, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa/RS, através do seu presidente Henrique Henkin, emite parecer favorável à realização da consulta plebiscitária em Dona Francisca fixando a data de 25 de abril de 1965 para sua efetivação (Processo 0617 de 29/5/1962, folha 63).

Através do Projeto de Lei nº 258/64 de 16 de dezembro de 1964, a Assembleia Legislativa consentiu e autorizou a consulta plebiscitária na área emancipanda (parte do distrito de Dona Francisca e parte do distrito Sede de Faxinal

do Soturno, pertencente ao município de Faxinal do Soturno (folha 68 do Processo 617 de 29/5/1962).

Realizada a consulta plebiscitária na data referida pelo Projeto de lei nº 258/64 da Assembleia Legislativa e apurados os votos no dia 26 de abril de 1965, o resultado apontou como vencedor o sim, com 701 votos e 44 votos pelo não, restando ainda 5 votos em branco e 5 votos nulos, conforme mostram os documentos das folhas 72 e 77 do Processo 0617 de 29/05/1962, respectivamente, o ofício nº 121 do juiz de Direito de Júlio de Castilhos, dirigido ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do RS, e o mapa totalizador do resultado do Plebiscito emitido pela Justiça Eleitoral.

A Assembleia Legislativa do Estado do RS, através do Projeto de Lei nº 102 de 30/06/1965, cria o município de Dona Francisca.

Entretanto, um grupo de sete eleitores da área emancipada, orientados por lideranças de Faxinal do Soturno, impetram Mandado de Segurança contra a criação do novo município, o qual foi recusado pelo Tribunal de Justiça do Estado (VIZZOTTO, 1997, p. 47; Ofício nº 81 de 14/10/1965 do Tribunal de Justiça ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do RS e folhas 121 a 133 do Processo 0617 de 29/05/1962).

Através da Lei 4993 de 17/7/1965, o governo do Estado criou o município de Dona Francisca.

3.2.4 A emancipação da Silveira Martins



Figura 14 – Mapa de Silveira Martins

Fonte: Jornal Zero Hora, 23/04/2010. Encarte: Municípios, Fatos e Perspectivas – Região Centro.
Adaptação: O Ponto Gráfico – Santa Maria – RS

Conforme consta nos aspectos históricos do Processo nº 2517 de 20 de maio de 1987 - páginas 4 e 5 -, enviados pela Comissão Pró-Emancipação de Silveira Martins à Assembleia Legislativa, a Quarta Colônia de imigração italiana do RS foi fundada a 19 de maio de 1877 e em 1886 pelo Decreto Imperial 1570, a Colônia foi desmembrada e sua área repartida entre os municípios de Vila Rica (Júlio de Castilhos), Cachoeira do Sul e Santa Maria (que ficou com a sede, figurando como seu 4º distrito).

Consta que nesta data (1886), pela primeira vez na sua história política, a comunidade silveirense solicitou ao governo da Província do RS a criação do município de Silveira Martins. O governo provincial emitiu parecer favorável, porém, quando a petição foi enviada ao Conselho Municipal da Intendência de Santa Maria, recebeu parecer desfavorável, truncando o desenvolvimento do distrito (pp. 4 e 5 do Processo 2517 de 20/5/1987).

Como se vê, a decisão de Santa Maria já é interpretada como bloqueadora do desenvolvimento por parte dos dirigentes do núcleo colonial.

Uma outra tentativa de emancipar-se foi pleiteada em 1964, quando novamente a comunidade silveirense se dirige ao Governo Estadual com tal pretensão. Mesmo com a manifestação contrária do Poder Público Municipal de

Santa Maria, mas tendo preenchido as condições exigidas pela legislação em vigor, a Assembleia Legislativa do Estado do RS concede a emancipação através da Lei nº 5057, de 12 de outubro de 1965. Entretanto, através de um Mandado de Segurança (nº 738), a Prefeitura de Santa Maria impede que o “sim” dos 75% (734 votos contra 248 “não”) dos eleitores do distrito fosse respeitado, colocando novamente Silveira Martins na condição de distrito da grande Santa Maria (Processo nº 2517 de 20/5/87 p. 5).

É oportuno lembrar que a Sede da Colônia Silveira Martins estava inclusa também na primeira proposta apresentada pelo padre Luiz Sponchiado no intuito de compor a autonomia político-administrativa da ex-colônia Silveira Martins como um todo.

Conforme consta no Livro de Atas Nº 01 de 1957 da Paróquia de Nova Palma, a área emancipanda, além da Sede (Silveira Martins) ainda era formada por Nova Palma (3º distrito de Júlio de Castilhos), Dona Francisca (5º distrito de Cachoeira do Sul e parte de Ivorá (2º distrito de Júlio Castilhos).

Convém aqui recordar também o sentimento que certamente passou pelos moradores da sede do distrito no final do século XIX e início do século XX, ao verem as demais áreas imigrantistas elevarem-se à situação de municípios. Todas as razões que se pode pretender oferecer como prováveis motivos de não ter se dado ainda a autonomia política e administrativa, inevitavelmente, encontram eco no vasto e contraditório drama de sua própria história.

Concordando com Isaia (1987), o exame desses motivos no contexto contemporâneo torna a situação ainda mais inaceitável e menos lógica.

Das causas prováveis do atraso da ex-Colônia Silveira Martins abordadas no primeiro capítulo desse trabalho, o autor, sem estabelecer uma hierarquia de importância entre elas, atribui significação especial ao fato dela ter sido extinta e retaliada pelo Império brasileiro em 1886. Esse fato, segundo o pesquisador, foi o golpe mais cruel sofrido pela ex-colônia, no intuito de reconstruir a sua história de autonomia política e administrativa. Para Isaia (1987), na memória dos moradores há situações vividas pelos antepassados que jamais apagarão suas marcas nas gerações futuras, seja para resolver questões de ordem pessoal ou de interesse coletivo e social.

Dentre essas questões, a mais significativa se remete ao sentimento de humilhação que restou da decisão política de dividi-la (março de 1886) entre as cidades vizinhas (Cachoeira do Sul, Júlio de Castilhos e Santa Maria).

As outras razões que, somadas a esta primeira, se configuram como dilemas para a população da ex-colônia Silveira Martins resolver suas dificuldades de ordem pessoal e/ou coletiva são: primeira - a tragédia de 1878 no acampamento de Val de Buia, quando uma terrível epidemia dizimou cerca de 400 imigrantes italianos num curto espaço de tempo. O fato produziu estigmas de insegurança e profundos traumas no espírito dos colonos e sua descendência; segunda - a crise de identidade vivida pelos colonos, uma vez que o país de origem havia recém configurado a sua unidade política e permanecia muito presente os sentimentos localistas e regionalistas. Isso significa dizer que as rivalidades regionais existentes no norte da Itália (de modo especial no Vêneto) se estenderam para cá; terceira – os atritos entre a Sede e Vale Vêneto na questão da assistência religiosa; quarta – os conflitos da Sede com Arroio Grande e São Marcos, devido a problemática construção da igreja. Os efeitos produzidos diante dessa situação foram altamente perversos para compor o espírito de colaboração e autonomia, valores imprescindíveis para evoluir no contexto emancipacionista.

Esse conjunto perverso de sentimentos (inferioridade, atraso, desunião e insegurança) afetou não só o espírito dos colonos pioneiros, mas de toda a sua descendência de modo que, excetuando-se a família, o trabalho e a prática da religião, nada mais os interessava quanto ao futuro.

No entanto, esse quadro de instabilidades internas no seu processo histórico que parecia desenhar um cenário permanentemente imutável na direção da própria autonomia, sofre um revés no dia 22/02/1987, quando é fundada a Comissão Pró-Emancipação de Silveira Martins sob a presidência de Cleomar Balen.

Através do processo 1814 de 25 de março de 1987, a Comissão Pró-Emancipação de Silveira Martins encaminha à Assembléia Legislativa do Estado do RS a documentação para credenciar-se aos trabalhos de emancipação do distrito de Silveira Martins, do município de Santa Maria – RS.

Após algumas reuniões preparatórias e definidoras de estratégias a favor da emancipação, os seus integrantes decidem encaminhar, em 10 de maio de 1987, à Assembléia Legislativa do Estado do RS, a documentação para instalar o processo de emancipação do município (Processo nº 2517/87 de 20 de maio de 1987).

Importante mudança em relação à outra tentativa frustrada de emancipação da ex-colônia, reside no fato das autoridades de Santa Maria expressarem o seu consentimento favorável às pretensões de seu quarto distrito. Tanto o prefeito José Haidar Farret quanto a Câmara de Vereadores de Santa Maria, na pessoa do seu Presidente, hipotecaram solidariedade à Comissão Pró- Emancipação do distrito (Processo nº 2517, de 20 de maio de 1987, folhas 14 e 15).

Pelo Projeto de Lei nº 54/87 de 03 de junho de 1987, a Assembleia Legislativa autoriza a realização de consulta plebiscitária no distrito de Silveira Martins para o dia 20 de setembro de 1987.

O discurso desenvolvimentista tomou conta da campanha que apoiava o “Sim” no plebiscito. Prova disso está no documento enviado pelo Presidente da Comissão emancipacionista ao Presidente da ALRS, em 24/8/1987 (Processo 5125/87-1, p. 213) solicitando retificação das divisas do novo município. No requerimento, constava que a aprovação do novo município pode oferecer “a oportunidade de vir aflorar no cenário municipalista sul-riograndense mais um município que lutará para desenvolver o interior gaúcho, com destaque especial – a zona rural”.

Realizada a consulta plebiscitária, conforme previsto, os resultados obtidos foram de 1 213 votos pelo sim, 115 votos pelo não, 9 votos nulos e 6 votos em branco. Do total de 1 643 eleitores inscritos, 1 343 eleitores votaram (Processo 8186 de 24/11/1987, folha 09).

Através do Projeto de Lei nº 355/87, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do RS é criado o município de Silveira Martins (Processo 8186 de 24/11/1987, folhas 2 e 3).

Em atos subsequentes, através da Lei estadual nº 8481, de 11/12/1987, o governo do Estado cria o município de Silveira Martins.

3.2.5 A emancipação de Ivorá



Figura 15 – Mapa de Ivorá

Fonte: Jornal Zero Hora, 23/04/2010. Encarte: Municípios, Fatos e Perspectivas – Região Centro.
Adaptação: O Ponto Gráfico – Santa Maria – RS

A 10 de maio de 1883, o “Núcleo Norte”, atual Ivorá, distante 35 km ao Norte da Sede da Ex-Colônia Silveira Martins, fora demarcado (SPONCHIADO, 1996, p. 63) e em 25 de setembro do mesmo ano, foram distribuídos lotes coloniais e assentadas as primeiras famílias de imigrantes italianos provenientes de Udine, na Itália, por isso o núcleo passa a se denominar Nova Udine. Com a construção da capela pela Comunidade, surge a vila à qual o Instituto Histórico e Geográfico do Estado denomina de Ivorá, uma denominação indígena que significa “Rio da Praia Formosa” (os novos municípios gaúchos – Ivorá – p. 17).

No contexto da desintegração da ex-Colônia Silveira Martins, determinada pelo Decreto Imperial nº 1570 de 1886, em que o seu território passou a fazer parte da área dos municípios de Cachoeira do Sul, Júlio de Castilhos e Santa Maria, o núcleo Norte-Ivorá passou a integrar o espaço geográfico de Júlio de Castilhos, tornando-se o seu 2º distrito.

As ideias emancipacionistas se fizeram presentes no “núcleo Norte” através de duas propostas do padre Luiz Sponchiado em tornar autônoma a ex-Colônia Silveira Martins, em meados do século XX.

Partindo de Nova Palma, o padre Sponchiado idealizava ver a ex-Colônia Silveira Martins unida sob uma única base geográfica. Este propósito foi testado por

duas vezes e, em ambas, não atingiu seu objetivo prático, embora tenha deixado um legado significativo no despertar das consciências de várias lideranças que rapidamente abraçariam a causa das emancipações.

Em ambas as propostas do padre, Ivorá estava incluída, territorialmente, como polo imigratório que era.

Na primeira proposta emancipacionista da ex-Colônia como cidade única constava, além de Ivorá (2º distrito de Júlio de Castilhos), Nova Palma (3º distrito de Júlio de Castilhos), Dona Francisca (5º distrito de Cachoeira do Sul) e Silveira Martins (5º distrito de Santa Maria), conforme consta no Livro de Atas nº 01, de 1987, da Paróquia de Nova Palma).

Com a intenção de difundir a ideia do desenvolvimento e do progresso nos diversos núcleos que compunham a ex-Colônia, o padre organizou várias reuniões nas mais diferentes localidades para, além de esclarecer os aspectos que envolvia a lei das emancipações, despertar nas comunidades o desejo de autonomia e liderança para o avanço da ideia emancipacionista. Sponchiado não contava com a pronta reação de Faxinal do Soturno que cria a sua Comissão de Emancipação e leva adiante a autonomia do município fora do proposto por ele.

Esta primeira proposta de autonomia do conjunto de núcleos da ex-Colônia Silveira Martins é definitivamente sepultada no dia 22 de março de 1958, numa reunião em São João do Polêsine, quando os representantes de todos os núcleos decidiram em votação, pela exclusão de Nova Palma da região emancipanda (SPONCHIADO, 1996, p. 178). Desaparece junto também a ideia emancipacionista de Ivorá.

Esta derrota do projeto de Luiz Sponchiado para toda a ex-Colônia Silveira Martins não lhe permite desistir da ideia e imediatamente rearticula forças e adesões e propõe, pela segunda vez, a união da ex-Colônia a partir de Nova Palma. Seus aliados agora seriam outra vez Ivorá (2º distrito de Júlio de Castilhos) e parte de Pinhal Grande (3º distrito de Júlio de Castilhos).

O destino reservava ao padre Luiz Sponchiado alguns adversários também neste empreendimento. O mais ferrenho, no entanto, seria o monsenhor Humberto Busato. Os argumentos usados pelo sacerdote de Ivorá para opor-se a emancipação está no fato de existir entre Nova Palma e seu núcleo (Ivorá) os vales de dois rios que frequentemente interrompem a comunicação entre as duas localidades, além das deficitárias informações apresentadas pela Prefeitura de Júlio de Castilhos ao

Monsenhor Busato no que se refere a área física, população e a arrecadação (Processo 534 de 21/6/60).

Esses aspectos somados levaram à formação de uma Comissão anti-emancipacionista que sustenta a idéia do arquivamento da proposta do padre Luiz Sponchiado, fato que vai ocorrer em 4/11/1958.

Por este ato, fica sepultada de maneira definitiva a ideia de unir política e administrativamente a ex-colônia Silveira Martins sob um único município. Estava incluída a área física de Ivorá.

No entanto, por influências vindas da vizinha Silveira Martins, a ideia da emancipação volta a circular e intensificou-se no núcleo colonial de Ivorá (pertencente ao município de Júlio de Castilhos).

Pelo processo nº 3157/85-7 de 23/4/1985, há a solicitação de credenciamento da Comissão Pró-emancipação do distrito de Ivorá. Na Ata da Assembleia que elegeu a Comissão emancipacionista, os presentes manifestaram o ambiente reinante no núcleo, a percepção e as perspectivas que a comunidade tinha do movimento. “Considerável número de pessoas se reuniram com a finalidade de discutir e deliberar sobre a conveniência da proposta para criar o município de Ivorá, haja visto, muitos movimentos existentes no Estado e um certo grau de desenvolvimento verificado na região” (Folhas 3-4). No mês de maio de 1985, a Assembleia Legislativa do Estado do RS concede as credenciais à referida Comissão.

Através do processo nº 6119/86-3 de 8 de setembro de 1986, a Comissão Pró-emancipação do distrito de Ivorá encaminha documentos à Assembleia Legislativa do Estado do RS com o intuito de solicitar autorização da consulta plebiscitária. Nesses documentos, há um ofício do Presidente da Comissão Pró-Emancipação de Ivorá ao Presidente da ALRS, encaminhando o memorial descritivo do futuro município, onde ficam ratificadas as razões que movem a população para pleitear a emancipação. “A par disso tudo, o progresso, a pujança e a prosperidade dos municípios vizinhos, recém-criados, nos enchem de alento na luta em busca da autonomia de Ivorá (Folha 24). A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do RS, através do parecer dos 245/86 se diz favorável a consulta plebiscitária do distrito de Ivorá.

Por meio do Projeto de Lei nº 217/86 de 03 de dezembro de 1986, a Assembleia Legislativa do Estado do RS autoriza a consulta plebiscitária na área emancipanda.

Em 25 de setembro de 1987, através do Processo 6471, o Supremo Tribunal Federal suspende os efeitos da Lei nº 8273/86 que autorizava a consulta plebiscitária em Ivorá, a pedido de moradores das localidades de Barreiros e Linha Cinco. O STF solicita informações quanto ao alegado.

Pelo Processo nº 6620 de 30/09/1987 da Assembleia Legislativa do RS, é revogada a Lei 8273/86 que autorizava o Plebiscito. A decisão decorre de entendimentos havidos entre as parte litigantes de Barreiros e Linha Cinco que haviam ajuizado Mandado de Segurança contra o plebiscito na área emancipanda. O acordo pela revogação da Lei 8273/86 permitiria alterar a confrontações territoriais que se fizessem necessárias, abrindo-se a possibilidade de se viabilizar a emancipação das referidas localidades.

Em 7/10/1987, a Comissão Pró-emancipação de Ivorá requer à Assembleia Legislativa do Estado do RS autorização para realizar consulta plebiscitária mediante as Informações exigidas em lei (Processo nº 6824/87).

Pelo Projeto de Lei nº 238 de 8/10/87, a ALRS autoriza a realização da consulta plebiscitária. Por sua vez, o governo do Estado, pela Lei nº 8393 de 5/11/1987, determina o plebiscito para o dia 10/4/1988 (Processo nº 6887 de 8/10/1987).

O resultado do Plebiscito foi amplamente favorável ao “sim” (1042 votos). Dos 1429 eleitores inscritos, 136 votaram pelo “não”. Houve, ainda, 7 votos em branco e 10 votos nulos (Ata de Proclamação do resultado do plebiscito).

Em 11 de janeiro de 1988, o Tribunal de Justiça do Estado do RS encaminha à Assembleia Legislativa do Estado decisão pelo indeferimento do Mandado de Segurança impetrado pelas Comissões pró-permanência das localidades de Barreiro e Linha Cinco, ao município de Júlio de Castilhos. O referido mandado teve origem num grupo de sete pessoas, inconformadas com a decisão da Assembleia Legislativa e do governador do Estado que, pela Lei nº 8393 de 5/11/1987, autorizou a realização de plebiscito à população do distrito de Ivorá (Processo nº 161 de 11/01/1988).

Pelo Projeto de Lei nº 111 de 26/4/1988, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do RS cria o município de Ivorá

(Processo 2362/88) e, em 9 de maio do mesmo ano o governador do Estado, Pedro Simon, sanciona a Lei nº 8597, também determinando a criação do município de Ivorá.

3.2.6 A emancipação de São João do Polêsine

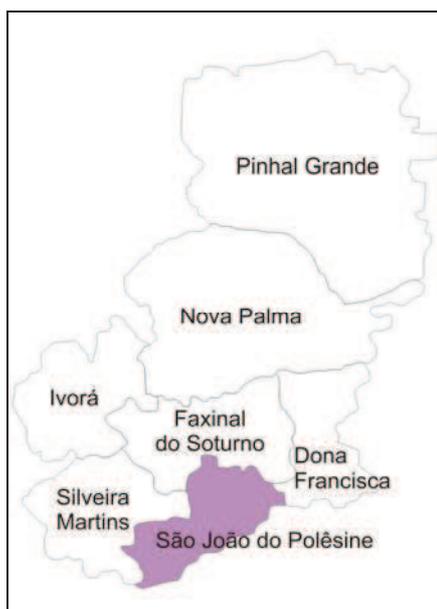


Figura 16 – Mapa de São João do Polêsine

Fonte: Jornal Zero Hora, 23/04/2010. Encarte: Municípios, Fatos e Perspectivas – Região Centro.
Adaptação: O Ponto Gráfico – Santa Maria – RS

Conforme Vizzotto (1997), o povoamento de São João do Polêsine começou por volta de 1893, com a chegada de imigrantes italianos que adquiriram os primeiros lotes de terra de Manoel Py. Devido à semelhança do lugar com o Vale fértil do Rio Pó, na Itália, conhecido por alguns colonos, denominado Polêsine, a localidade acabou adotando o mesmo nome. Explica ainda o autor que como o núcleo já havia construído a primeira capela (inaugurada a 20/12/1899) e não havia ainda padroeiro, um morador (João Dalmolin) se dispôs a pagar a estátua do padroeiro, desde que o mesmo fosse São João. A oferta foi aceita pela Comunidade e o nome do padroeiro foi acrescentado ao de Polêsine, constituindo-se então o nome do lugar em São João do Polêsine.

No que se refere aos ideais emancipacionistas, Vizzotto (1997) afirma que a história do município registra quatro tentativas para chegar à autonomia político-administrativa.

Respectivamente, os anos de 1958, 1964, 1986 e 1988 compõem a cronologia dessas tentativas (VIZZOTTO, 1997, p. 67).

A primeira tentativa é ainda integrante da primeira proposta de emancipação da ex-colônia Silveira Martins, idealizada pelo padre Luiz Sponchiado, unindo todos os núcleos a partir de Nova Palma.

Ela tem a sua origem na ocasião em que Faxinal do Soturno criou a sua própria Comissão emancipacionista (10/03/1958), dissidente de Nova Palma e segue seu próprio caminho na busca pela emancipação (SPONCHIADO, 1996, p. 177).

Diante do conflito de interesses expresso na disputa pela sede do novo município entre Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do RS, no dia 31 de julho de 1958, além de autorizar a consulta plebiscitária na área emancipanda, determinou que a sede do município seria aquela que obtivesse o maior número de votos válidos para a emancipação na localidade em questão (Processo nº 299 de 30/4/1958, p. 209).

Uma vez efetivado o plebiscito em 30 de novembro de 1958, os resultados mostraram que a sede do município deveria ser Faxinal do Soturno, uma vez que obteve 1 202 votos válidos. Dona Francisca obteve 1 073 votos válidos e São João do Polêsine teve 747 votos válidos (Mapa totalizador da apuração do plebiscito - Processo nº 298 de 30/05/1958).

Mesmo que São João do Polêsine apresentasse, já, um forte potencial econômico, com uma bem organizada policultura e produção de arroz, as regras da legislação emancipacionista haviam determinado, pelo seu menor número de eleitores, a frustração do seu desejo de ser emancipado.

De qualquer forma, o envolvimento da comunidade, ainda que num plebiscito, que frustrou os próprios interesses serviu de estímulo para despertar a autonomia no núcleo, fato que se consolidaria poucos anos depois.

A segunda tentativa de emancipação política de São João do Polêsine, referida por Vizzotto (1997), dá-se em 1964, em meio as acaloradas disputas de Dona Francisca para emancipar-se de Faxinal do Soturno.

Na visão de Vizzotto (1997), tanto o poder Executivo como o Legislativo Estadual procuraram “facilitar” o desmembramento de Dona Francisca de Faxinal do Soturno, devido ao clima de animosidade que se havia criado entre as duas

comunidades, devido aos motivos expostos anteriormente por ocasião da emancipação de Dona Francisca, ou seja, os confrontos, tanto pela disputa da Sede do município como pelo pedido frustrado de “impeachment” do Prefeito de Faxinal do Soturno, Antonio Socal. A aprovação do Projeto de Lei nº 258 de 16 de dezembro de 1964, pela Assembleia Legislativa, autorizando a consulta plebiscitária na área emancipanda de parte do distrito de Dona Francisca e parte da sede de Faxinal do Soturno (Processo 0617 de 29/05/1962, p. 68), acaba com a possibilidade institucional da emancipação do São João do Polêsine naquele momento, uma vez que o plebiscito em Dona Francisca foi amplamente favorável ao “sim” (701 votos).

A terceira tentativa de emancipação político-administrativa de São João do Polêsine, referida por Vizzotto (1997), ocorre em 1986, quando a Assembleia Legislativa, após credenciar a Comissão Pró-emancipação (Processo 4732 de 12/6/1985 da Assembleia Legislativa) e examinar os documentos que compõem o processo 6813 de 3/9/1986 - encaminhado para fins de emancipação política do distrito, emitindo parecer favorável à consulta plebiscitária (Parecer nº 34 de 11/9/1986, da Comissão de Constituição e Justiça) na localidade emancipanda. Compõem a área do novo município as localidades de São João do Polêsine, Linha da Lagoa, Vale Vêneto, Ribeirão, Vila Ceolin, Várzea do Meio, São Rafael, São José, Santa Lúcia e Três Vendas (Processo 6813 de 3/9/1986 - páginas 3 e4). Disso se conclui que o novo município de São João do Polêsine será formado do distrito do mesmo nome, incluindo parte do município “mãe” – Faxinal do Soturno e parte do município de Restinga Seca.

Devido à inconformidade dos moradores com a inclusão das localidades de Várzea do Meio, Três Vendas, São Rafael, São José e Santa Lúcia, pertencentes ao município de Restinga Seca, na área física do novo município de São João do Polêsine a ser criado, a Prefeitura de Restinga Seca e a Câmara de Vereadores encaminham à Assembleia Legislativa do Estado do RS o pedido de exclusão dessas localidades do Projeto emancipacionista de São João do Polêsine (Processo nº 6345 de 15 de agosto de 1985).

No referido processo, consta um documento de 5/8/85 assinado conjuntamente pelo Prefeito, Vereadores e presidentes do PDS, PMDB e PDT de Restinga Seca expondo os motivos alegados pela população para não aceitar integrar-se ao novo município de São João do Polêsine.

As razões apresentadas são:

1 - as pessoas credenciadas pela Comissão emancipacionista como integrantes das localidades de Várzea do Meio, Três Vendas, São Rafael, São José e Santa Lúcia, senhores Osvaldo Vernier, José Marin e Rafael Arlindo Giacomini, se retrataram em documento autônomo, incluso do processo, uma vez que foram induzidas, em 1981, a assinar documentos contrários às suas vontades;

2 - as populações dessas localidades expressam mediante declarações inclusas no processo, o seu grau de integração à Restinga Seca e não terem sido consultadas com o intuito de eventual inclusão na área de São João do Polêsine;

3 - a inclusão destas áreas no novo município coloca em risco a sobrevivência do município de Restinga Seca, pois nela se situam 50% dos engenhos de arroz e por ser área produtora de alimentos para a região.

Compõe também o Processo nº 6345 a manifestação da Procuradora da Assembleia Legislativa (Dra. Iara T. Coelho) de 19/09/1985.

Conforme ela, a norma jurídica determina que não serão incorporadas ao novo município as áreas que se manifestarem contra sua criação, através do voto contrário emitido quando da realização do plebiscito. Portanto, as populações das localidades envolvidas deverão aguardar o momento oportuno da consulta plebiscitária e manifestar-se através do voto livre e democrático sobre a eventual inclusão ou exclusão daquelas áreas ao novo município.

No dia 13 de outubro de 1985, o deputado Valdomiro Lima - Presidente da Assembleia Legislativa encaminha a decisão da Procuradoria da Assembleia ao Prefeito Municipal de Restinga Seca, Sr. Gaudêncio da Costa. Diante disso e com o plebiscito marcado para o dia 20 de setembro de 1987, a Câmara de Vereadores de Faxinal do Soturno e a Prefeitura Municipal de Restinga Seca ingressam judicialmente com Mandado de Segurança (Nº 587009853 de 18/3/1987) no Tribunal de Justiça do Estado e Restinga Seca propõe uma ação de inconstitucionalidade da Lei nº 8244 de 12/11/1986 do Estado do RS. Ambas as ações tinham como fundamento que São João do Polêsine não preenchia as condições exigidas pela lei de emancipações, tanto em renda como em habitantes.

A representação do município de Restinga Seca ao Procurador-Geral da República, que ingressou no Supremo Tribunal Federal, determinou a inconstitucionalidade da Lei estadual que autoriza a realização de plebiscito para a criação de municípios, sem observar o requisito da população mínima exigido pela

Lei Complementar nº 1/67. Foi declarada a inconstitucionalidade da Lei 8244 de 12/11/1986 do estado do RS que autoriza o plebiscito na área emancipanda (Processo nº 6477 de 25 de setembro de 1987 - ofício 017 de 2/3/88 do Supremo Tribunal Federal à Assembleia Legislativa do Estado do RS).

A quarta tentativa de emancipação de São João do Polêsine foi exitosa e se deu à luz da nova Constituição Brasileira (1988) e da nova Lei das Emancipações (Lei 9070 de 2/5/1990).

Pelo processo nº 4765 de 06 de julho de 1990 a Comissão de Emancipação de São João do Polêsine solicita credenciamento (Folha 02), tendo como Presidente a professora Valserina Bulegon Gassen, sendo que, na data de 16 de agosto de 1990, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do RS, através do Ofício nº 492, comunica a Presidente da referida Comissão Emancipacionista a liberação das credenciais.

Em ato subsequente, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do RS autoriza a consulta plebiscitária no distrito de São João do Polêsine e no distrito de Vale Vêneto, ambos pertencentes a Faxinal do Soturno e nas localidades de São José, São Rafael e parte de Três Vendas e Várzea do Meio, pertencentes ao município de Restinga Seca (Processo nº 5070 de 13/6/1991 – Projeto de Lei 204/91).

Consta também do Processo nº 5070 de 13/6/1991 um requerimento de 11 de abril de 1991, do Procurador do Município de Restinga Seca, solicitando a retirada de algumas áreas pertencentes ao município de Restinga Seca, incluídas nas áreas emancipandas do novo município de São João do Polêsine, cujas comunidades desejam permanecer no município “mãe”, ou seja, Restinga Seca.

É importante notar também, que consta do Processo nº 5070 de 13/6/1991 um Termo de Acordo celebrado em fevereiro de 1991 entre a Comissão Emancipacionista de São João do Polêsine, representada pela sua Presidente Valserina Bulegon Gassen e a Comissão de Emancipação de Vale Vêneto, representada pelo seu Presidente Alberi Jovino Foletto, constando cinco cláusulas cujo teor pode ser sintetizado nos itens a seguir:

1 - considerando que a área de Vale Vêneto está inclusa no processo de emancipação de São João do Polêsine, fica acertada a sua liberação para futura emancipação após ocorrer a emancipação de São João do Polêsine;

2 - após a publicação no Diário Oficial do Estado, da lei de criação de São João do Polêsine, com a área já delimitada, a Comissão Emancipacionista do novo município liberará a área pretendida para a futura emancipação de Vale Vêneto, até o limite que não retire do município recém-criado as condições legais mínimas de sua manutenção;

3 - São João do Polêsine terá todo o apoio e colaboração de Vale Vêneto para constituir-se município, no entanto a recíproca também fica aqui ajustada, inclusive com o apoio técnico-informativo;

4 - o presente acordo deverá integrar os autos do processo de criação do Município de São João do Polêsine, que ora tramita na Assembleia Legislativa do Estado do RS;

5 - as comissões que ajustam este Termo de Acordo declaram a irrevogabilidade das afirmações que integram este ato.

Pelo parecer nº 11 de 29 de maio de 1991, a Comissão de Assuntos Municipais emite parecer favorável à consulta plebiscitária com vistas à emancipação de São João do Polêsine. É parte do termo desse parecer: “a área tem plenas e reais condições de desenvolvimento”. Pelo Projeto de Lei nº 204/90, a Assembleia Legislativa do Estado do RS ratifica esse parecer. Através da Lei 9284 de 9 de setembro de 1991, a Assembléia Legislativa do Estado do RS também ratifica o Plebiscito.

Dos 2 325 eleitores aptos a votar na área emancipanda, 1 625 votaram, sendo que 1 377 votaram pelo “sim” e 207 votaram pelo “não”, 20 votos foram em branco e 21 votos foram nulos (conforme dados da Justiça Eleitoral de Faxinal do Soturno).

Através da Lei Estadual nº 9601 de 20 de março de 1992, o governo do Estado criou o município de São João do Polêsine.

3.2.7 A emancipação de Pinhal Grande



Figura 17 – Mapa de Pinhal Grande

Fonte: Jornal Zero Hora, 23/04/2010. Encarte: Municípios, Fatos e Perspectivas – Região Centro.
Adaptação: O Ponto Gráfico – Santa Maria – RS

Segundo Firmino Costa (2007, p. 63-64)) as origens de Pinhal Grande estão ligadas às atividades da criação de gado. Diz o autor:

Foi com o tropeirismo instalado no Rio Grande que João Gonçalves Padilha, um paranaense, um paulista de então, viria encontrar a Terra de Pinhal Grande, esse espaço semi-selvagem onde nada existia. Só o canto de aves nativas e, à noite, o bramido das feras enchendo de som a vastidão das serranias. [...] Foi além, rumando para o Sul, para o lado do desconhecido Rio Jacuí, buscando terras sem dono. E as encontrou ao redor da atual Fazenda do Sobrado, num lugar chamado Rincão de Santo Antônio. Ali se estabeleceu com alguns escravos que o acompanhariam. Ocupou terras que deveria requerer ao Comando (português) das Missões.

A descrição do autor é eloquente, porque, além de caracterizar as atividades econômicas dos primórdios da cidade e a situação da natureza, descreve toda a trama social que envolvia os seus moradores.

Pinhal Grande é marcada por uma intensa miscigenação. Terra de portugueses, índios, escravos e também de imigrantes alemães e italianos.

Conforme Costa (2007), até o século XIX, os africanos da Fazenda Boa Vista / Sobrado e seus descendentes formavam a família de Pinhal Grande, juntamente com descendentes de portugueses.

Segundo o autor, nas últimas décadas do século XIX, instalaram-se no núcleo os alemães e os italianos. Os primeiros, menos numerosos (80 pessoas) que os segundos (COSTA, 2007, p. 90).

Pelas descrições de Costa (2007), a estrutura fundiária de Pinhal Grande começou a se transformar a partir da chegada dos primeiros italianos. Eles iniciaram os negócios de compra e venda de terras e diversificaram as atividades econômicas. Transformaram uma estrutura latifundiária (composta de quatro fazendas: Capão do Leão, Rincão da Várzea, Sobrado e Palmeiras) em propriedades menores.

Ainda, segundo Costa (2007), em termos administrativos, quando o distrito de Vila Rica se emancipou do município de São Martinho, em 14 de julho de 1891 (atual Júlio de Castilhos), ocorreu a primeira divisão administrativa em três distritos. A região que iria constituir o futuro distrito de Pinhal Grande, no qual se formariam os povoados do atual Município, ficava em seu primeiro distrito. Era uma região formada por várias fazendas e, bem ao Sul, os matos fechados das araucárias da costa do Rio Jacuí, praticamente mata virgem e quase desabitada assentada sobre terras devolutas.

Embora, já na década de 1960/70, a ideia de emancipar o distrito de Pinhal Grande estava presente na Comunidade, de fato, no início da década de 1990, a população clamava pela emancipação. Havia na Comunidade grande insatisfação com a administração do município “mãe” (Júlio de Castilhos). As maiores insatisfações registradas diziam respeito à precariedade dos serviços públicos e as más condições das estradas que davam acesso às comunidades do interior (COSTA, 2007, p. 129).

É oportuno notar que a presença das ideias emancipacionistas no distrito de Pinhal Grande, na década de 1960, estão ligadas aos ideais emancipacionistas do padre Luiz Sponchiado. Desde 1956, na Paróquia de Nova Palma, o padre fazia intensa campanha para emancipar os principais núcleos da ex-Colônia Silveira Martins em torno de uma única sede.

Note-se que na primeira proposta do padre Luiz em unir a ex-Colônia Silveira Martins há regiões comuns do que seria posteriormente a área geográfica do município de Nova Palma e a área geográfica do município de Pinhal Grande.

A 1ª proposta do padre (conforme Livro de Atas¹⁰³ nº 1, de 1957 da Paróquia de Nova Palma) contemplava como área emancipanda o 2º e o 3º distritos de Júlio de Castilhos (respectivamente Ivorá e Nova Palma) o 5º distrito de Cachoeira do Sul (Dona Francisca) e o 5º distrito de Santa Maria (Silveira Martins).

Fácil concluir, pelo exposto, que tanto Nova Palma como Pinhal Grande pertenciam ao município de Júlio de Castilhos e, portanto, na essência, as idéias emancipacionistas de Sponchiado, embora tivessem produzido ecos por toda ex-Colônia Silveira Martins, tiveram como berço físico as confrontações geográficas internas do município de Júlio de Castilhos.

Essa proximidade geográfica interna entre essas áreas podem ser comprovadas pelos Atos administrativos do Município de Júlio de Castilhos no final do século XIX e maior parte do século XX, até a emancipação de ambas as localidades. Costa (2007) elenca inúmeros desses Atos administrativos:

- Ato nº 27 de 14/10/1901 - assinala a segunda divisão política-administrativa do município de Vila Rica em 5 distritos. Por este ato, as terras do atual município de Pinhal Grande estariam dentro do 5º distrito: Barracão / Nova Palma (com núcleo Soturno).

- Ato nº 9 de 9/12/1913 - divide o município de Júlio de Castilhos em sete distritos. As terras de Pinhal Grande estariam dentro do quinto distrito: Nova Palma.

- Ato nº 68 de 5/10/1920 – subdividiu o então quinto distrito (Nova Palma) em dois outros distritos: Nova Palma (5º) e Comércio (8º). Neste, estava localizada a maior parte do atual município de Pinhal Grande, onde se desenvolviam os povoados de Limeira e São José do Pinhal.

- Ato nº 138 de 5/05/1928 - Pinhal Grande passa a ser a sede do 8º distrito de Júlio de Castilhos.

- Ato nº 140 de 03/1/1929 - divide o município de Júlio de Castilhos em cinco distritos e o distrito de Pinhal Grande deixa de ser o oitavo e passa a ser o quarto. As localidades de Comércio, Gramado e Bugre (Caemborá) faziam parte do distrito.

- Decreto - Lei Federal nº 311, de 12/03/1938 - determina nova organização municipal. O município de Júlio de Castilhos acerta seus limites com os municípios vizinhos, a vigorar a partir de 1939.

¹⁰³ Op. cit.

- Lei nº 334 de 1º/06/1934 - criou o sexto distrito de Júlio Castilhos – Caemborá, com sede na vila do mesmo nome e com territórios desmembrados do 4º e 3º distritos (Pinhal Grande e Nova Palma).

- Lei 3933 de 29/07/1960 - com criação do município de Nova Palma - o distrito de Pinhal Grande perde parte de seu território com o desmembramento das comunidades de Caçador, Encruzilhada e Gringuinha e cerca de três quartos do Rincão dos Basílios.

- Período de 1960 a 1992 - a legislação posterior à década de 60 trata Pinhal Grande como distrito sem especificar a sua numeração. Sua sede era Pinhal Grande e se localizava no povoado de “Limeira”.

Compreendidas essas questões afins entre Nova Palma e Pinhal Grande, cabe ressaltar o encaminhamento da emancipação da segunda.

Conforme Costa (2007), as promessas de levar o progresso e a atenção aos lugares mais distantes do distrito uniu a população de todo o distrito. A idéia se propagou e se tornou assunto preferido por toda parte. Rapidamente, um grupo de pessoas compreendeu que precisava tratar de modo criterioso e muito cuidado a possibilidade de autonomia político-administrativa.

Foi assim que nasceu a Comissão emancipacionista, em 23 de julho de 1990, no Salão Paroquial de São José do Pinhal. As reuniões eram marcadas para discutir as Leis que continham os requisitos mínimos para a criação de novos municípios (9070 de 2/5/90 e 9089 de 19/6/90). O presidente escolhido para dirigir a Comissão emancipacionista foi o padre Erno Emílio Luft.

As credenciais da referida comissão foram expedidas pela Assembleia Legislativa do Estado do RS em 31 de outubro de 1990.

Através do Processo nº 3939/91 de 14/5/91, a Comissão de Emancipação solicita autorização para realizar a consulta plebiscitária para fins de criação do novo município. No Memorial descritivo que faz parte deste processo, o Presidente da Comissão Emancipacionista, padre Erno Emílio Luft afirma que a busca pela emancipação se fundamenta tanto nas condições de desenvolvimento do núcleo pela farta produção, como pelos resultados do progresso e prosperidade que os recém-criados municípios no entorno vem obtendo (Folha 12).

A Comissão de Assuntos Municipais, através do Parecer nº 54/91 de 25/6/91 emite parecer favorável à consulta plebiscitária.

A Assembleia Legislativa do Estado do RS, através do Projeto de Lei nº 325/91 de 8/8/1991, autoriza a realização da consulta plebiscitária no distrito de Pinhal Grande, pertencente ao município de Júlio de Castilhos e área do município de Nova Palma.

Mesmo que o governo do Estado tenha vetado a realização do plebiscito, a Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa, através do Parecer nº 231/91 de 17/9/91, autoriza a realização do Plebiscito, rejeitando o veto. Os argumentos da Assembleia Legislativa para tal decisão residem nas perspectivas de um futuro melhor para o Estado como um todo, evitando-se a excessiva concentração populacional em áreas metropolitanas, substituída por uma distribuição harmônica da população em pequenos núcleos urbanos.

A força argumentativa do texto do parecer esclarece:

todas as experiências anteriores demonstraram o grande acerto da decisão de criar municípios, pelos resultados positivos que isso gera [...], incentivo à economia local [...] traz à tona os extraordinários desenvolvimentos dos novos municípios. [...] no ano de 1989, dos dez municípios que mais cresceram, oito são novos. A emancipação nada mais é senão o reconhecimento da maturidade política e econômica da comunidade que busca a sua autonomia administrativa.

A decisão é confirmada pela Lei nº 9379 de 11 de outubro de 1991 da Assembleia Legislativa.

O plebiscito foi realizado em 10/11/1991 e o resultado apurou que dos 2 478 eleitores inscritos, 1 871 compareceram e votaram. Destes, 1 721 optaram pelo “sim” e 129 pelo “não”, votos brancos 6 e nulos 15 (Processo nº 10350 da Assembleia Legislativa do RS de 10/12/1991).

Pelo Projeto de Lei nº 558/91 de 20/2/1992, a Assembleia Legislativa cria o Município de Pinhal Grande e o governo do Estado, através da Lei nº 9600, 20/03/1992 cria o município de Pinhal Grande.

A sessão solene de instalação do município de Pinhal Grande ocorreu no dia 1º de janeiro de 1993 e teve como Presidente de honra, o padre Erno Luft, por ter sido o Presidente da Comissão de emancipação do novo município.

Nesse contexto de emancipações, diferentemente de outros movimentos sociais reivindicatórios, há duas características diferenciadoras.

A primeira refere que a luta dos núcleos coloniais não é apenas para reivindicar assistência do poder público local a omissões em suas demandas diretas,

nem com o objetivo de agir de maneira privada sem a ingerência do Estado, mas para reivindicar a autonomia para realizá-las, compondo seu próprio governo local.

A segunda sustenta que nem sempre há uma definição clara e explícita para o conjunto dos atores sociais, dos motivos, das posições e dos interesses envolvidos na luta reivindicatória. Há uma mescla de interesses que se manifestam, às vezes predominando o desejo de mera autonomia político-administrativa, outras, deixando transparecer de modo exacerbado a implantação de um forte poder político local. Essas versões de consciência sobre o destino dos territórios que se rediscute vão se construindo para além do período de efervescência emancipacionista local e se estendem de forma permanente para o período pós-emancipações, particularmente em períodos eleitorais.

3.3 A CRIAÇÃO DO URBANO COMO ESTRATÉGIA DA LEI: O ESTADO MODERNIZADOR E SUA LÓGICA

Conforme Pereira (1979, p. 59), no contexto da expansão e da formação econômico-social capitalista no Brasil, a partir dos anos 30 do século XX, a urbanização se apresenta como um subprocesso fundamental de um processo amplo do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Nesse processo de desenvolvimento há uma (re)orientação dos contingentes populacionais para o fortalecimento do estilo de vida urbano, determinando-se a cidade como lugar onde mais se efetiva esse modo de vida.

Esse novo lugar passa a ser uma referência positiva, tanto para quem já nele habita, mas, principalmente para habitantes de áreas não citadinas.

Segundo Ribeiro e Cardoso (1996), esse enfoque desenvolvimentista e nacional do urbano, de cunho econômico, identificado por Pereira (1979) é duramente criticado pelo pensamento social no Brasil, no entanto, ele se afirma e, muito lentamente, emerge um olhar social sobre ele.

Somente com o fortalecimento dos movimentos sociais é que o urbano passa a ser compreendido como problemática social em dois sentidos: primeiro, no campo da produção como questão operária e, segundo, no campo do consumo coletivo como questão urbana (RIBEIRO e CARDOSO, 1996).

A tendência a mudança de foco do urbano como problema econômico (inicialmente) para o urbano como problema social (posteriormente) não altera no

período, o quadro da participação, organização, e reivindicações na ex-colônia Silveira Martins, tida como área absolutamente rural-colonial, no entanto, gera um quadro de tensões em torno das condições de vida, gerando disputas acirradas em torno dos benefícios produzidos pela ação estatal, em nível nacional.

De fato, a novidade desenvolvimentista da modernidade na ex-Colônia Silveira Martins se torna conhecida das comunidades e desejada pelas lideranças locais a partir do trabalho empenhado pelo padre Luiz Sponchiado que, conhecendo a legislação das emancipações, organizou pedagogicamente reuniões esclarecedoras e motivadoras nos mais diversos núcleos da ex-colônia Silveira Martins com o intuito de mobilizar, sensibilizar e preparar líderes locais na defesa e difusão da essência emancipacionista contida na legislação que regulava o tema.

Essa marca reconhecidamente econômica do desenvolvimento urbano em detrimento do social, antes referida, perpassa o nosso processo histórico e repercute na forma da resolução dos problemas através do Estado. Sobre isso leciona Willheim (1969, p. 89):

O urbanismo como técnica de transformação da realidade deve ter um objetivo fundamental na atual conjuntura; o de contribuir para a superação do subdesenvolvimento, atuando especificamente sobre as estruturas urbanas, transformando-as e as utilizando.

Ianni (2004, p. 240) ratifica que o Estado está no centro de todas as resoluções, tanto para manter quanto para modificar a atividade das forças produtivas.

Para Schmidt e Farret (1986, p. 15), a partir de 1930, a presença do Estado na estruturação do território brasileiro se constitui numa grande peculiaridade. Os autores sustentam que o Estado no Brasil desde o século XIX já tem uma agenda estratégica para se ocupar de questões sobre a urbanização.

No entanto, Schmidt (1983) enfatiza de modo específico a emergência do planejamento e o crescimento do aparelho do Estado a partir da metade do século XX.

Ainda conforme Schmidt e Farret (1986, p. 15-17), há que ser ressaltado dois momentos distintos da presença intensa do Estado na questão urbana brasileira. Esta atuação é destacada devido ao conjunto de estratégias adotadas para ir ao encontro do desenvolvimento capitalista do país.

No primeiro momento – compreendido até a Revolução de 1930, o Estado não tinha políticas explícitas de urbanização, como um todo, no entanto, reforçava as oligarquias regionais por meio de uma política de subsídios à agricultura e à infraestrutura física e econômica.

Neste período, a estrutura do território foi determinada pelas necessidades da exploração colonial e se caracterizava pela composição de poucas regiões agrícolas e cidades litorâneas ligadas diretamente ao mundo externo. Assim, essas regiões mais desenvolvidas mantinham vínculos estreitos com os polos do sistema capitalista internacional, enquanto internamente permaneciam isoladas.

Nesse momento, a inserção do Brasil no mundo capitalista se dava através das grandes cidades comerciais vistas como lugar de acumulação do capital e, portanto, objeto de políticas públicas específicas. Até então, o Estado só atuava na infraestrutura básica – útil, especialmente, ao processo produtivo.

No segundo momento – a partir da Revolução de 1930 –, o urbano passa a ser relevante sob o ponto de vista do Estado brasileiro. Há um novo papel a ser desempenhado pelo Estado, que, agora, passa a atuar na infraestrutura que reproduz as relações sociais (habitação, educação, saúde, etc.). A demanda por esta infraestrutura gera o fenômeno da chamada “urbanização por expansão de periferias” (SCHMIDT; FARRET, 1996, p. 9).¹⁰⁴

A “urbanização por expansão de periferias” traz à tona duas questões relevantes, tanto para a composição do urbano no Brasil como para ratificar a importância da presença do Estado no atendimento de suas demandas.

A primeira mostra que a criação do urbano não necessariamente vincula as pessoas ao processo de industrialização. Esse fenômeno amplia sobremaneira a dicotomia entre centro/periferia, uma vez que, sob o pretexto da hegemonia da indústria como atividade econômica predominante das grandes cidades, muitos migram das zonas rurais para as urbanas e, no entanto, somente uma pequena parte consegue fixar seus ganhos para sobreviver diretamente das atividades

¹⁰⁴ Segundo Schmidt e Farret (1986, p. 9-11), quando o Estado recua nos investimentos de infraestrutura que reproduz relações sociais, a cidade fica abandonada e cai no jogo do mercado. Surgem os Movimentos Sociais que reivindicam mais qualidade de vida. São os interesses populares em conflito com as políticas estatais. A relação do Estado com o Movimentos Sociais varia no tempo. No Populismo – os Movimentos Sociais são cooptados por mecanismos clientelistas. No Autoritarismo – os Movimentos Sociais são reprimidos. Na Democracia – os Movimentos Sociais são estimulados.

industriais. Fica a periferia do grande centro prejudicada de investimentos em infraestrutura que reproduz as relações sociais.

A segunda questão, ligada à anterior, faz com que, sob o argumento de estimular os investimentos estatais em infraestrutura que reproduza as relações sociais, criem-se novos centros. Na prática, isso representa estimular a geração de novos municípios através de políticas que contemplem a expansão das emancipações.

Como se observa, sob a perspectiva do Estado, a criação de novos municípios pode ser compreendida como um maior investimento em infraestrutura que serve tanto para garantir o processo produtivo, como para reproduzir as relações sociais.

Assim, essa dupla demanda – a nova, dirigida ao Estado a partir da década de 30, referente às questões de infraestrutura que reproduz as relações sociais, e – a anterior, assumida na República Velha, que se refere à infraestrutura garantidora do processo produtivo, é que trazem para discussão, no período de 1930/64, mas especialmente a partir de meados do século XX, o espaço ocupado pelo populismo no país.

Na prática, na relação que se estabeleceu entre trabalho/capital, o Estado começa a interagir também com o polo do trabalho e ao incrementar a política de criação de novos municípios, além de investir na periferia como subúrbio, opta por investir também na periferia como novos centros.

Esse padrão resolutivo adotado pelo Estado, segundo Ribeiro e Carodos (1996, p. 68), não leva em conta a preocupação de criar a cidade ideal, mas procurar gerir as deficiências da cidade existente, tentando eliminar os focos de distorção, provenientes das disfuncionalidades do crescimento e do desenvolvimento econômico.

Esse duplo engajamento do Estado com o urbano, primeiro criando-o e, depois, procurando resolver nele o problema que lhe causou um insuficiente desenvolvimento econômico – por falta de indústrias conduz à ideia de que, na busca da modernidade, o populismo se vincula mais ao processo de urbanização que de industrialização.

É o que afirma Gonzales (2009, p. 78):

A maioria dos autores concorda em destacar que o populismo está mais vinculado a um processo de urbanização que de industrialização, como um produto das crises agrárias de países que buscam ingressar numa etapa de modernização¹⁰⁵ (tradução do autor).

Ainda adverte Gonzales (2009, p. 91),

a estreita relação que se pensava descobrir entre o surgimento do populismo e a política de industrialização ou de crescimento interno deixava de lado outros elementos de igual ou de maior importância. Um desses é o surgimento de atores sociais que promovem uma forma de fazer política diferente do oligárquico e que buscam ampliar a base cidadã do Estado Nacional¹⁰⁶ (tradução do autor).

Através da citação, o autor estabelece que, na análise do populismo, o aspecto econômico é significativo. Ao lado dele, há o social e o político com grande relevância.

Aplicando-se esses fundamentos teóricos ao caso da criação do urbano no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, incluindo-se aí a versão do conjunto das emancipações que ocorreram na ex-Colônia Silveira Martins, vê-se ser mais significativa a estratégia de multiplicar o número de novos centros urbanos do que instalar indústrias, pois, na expansão dos primeiros, gera-se como fato novo a possibilidade de fazer surgir novos líderes em condições de fazer uma política que amplie as bases da cidadania que interessa ao Estado.

Ressalta Pereira (1989, p. 87) que na América Latina, de modo geral, o crescimento industrial não acompanhou o crescimento urbano. Isso gera um “déficit” econômico¹⁰⁷ (primeiro déficit) generalizado no propósito de constituição do urbano,

¹⁰⁵ La mayoría de los autores coincide en señalar que el populismo está ligado mas a um proceso de urbanización que de industrialización, como um producto de las crisis agrarias de los países que pugnan por entrar en una etapa de modernización.

¹⁰⁶ La estrecha relación que se pensaba descubrir entre la aparición del populismo y la política de industrialización o de crecimiento hacia dentro dejaba de lado otros elementos de igual o de mayor importancia. Uno de estos es el surgimento de actores sociales que promueven un tipo de ejercicio de la política distinto al oligárquico y que buscam ampliar la base ciudadana del Estado Nacional.

¹⁰⁷ Na obra “Ideologia e Populismo” de Guita Debert (1979, p. 02), Francisco Weffort afirma haver uma “acentuada desproporção entre os processos de urbanização e industrialização nos países da América Latina”. Das explicações de Weffort para chegar a essa leitura é possível compreender que também ele percebe que apenas uma parte das massas que deixam o campo se integra ao sistema industrial urbano e somente estes aspiram pertencer ao mundo urbano. Disso, conclui o autor que a indústria não satisfaz, em termos de ocupação, a todos os que estão no meio urbano gerando-se um acúmulo de condições sociais insatisfatórias afirmando-se um comportamento político motivado pela “escassez” e não “abundância”. Já Kowarick (1985, p. 72-74) referindo-se especificamente à falta de acesso de grande parte da população urbana às atividades industriais, denomina o fenômeno de marginalidade urbana e isso ocorre na medida em que o setor industrial se torna hegemônico, para cada quantidade de capital criado há a incorporação ao seu âmbito de produção de parcelas relativamente menores de trabalho adicional. Trata-se de uma industrialização dependente

além do mais, agravando-se nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos, onde, pretensamente, a incidência industrial justificaria a ideia de progresso com o uso espontâneo e associação automática do binômio urbanização/ industrialização.

Acrescenta-se, ainda, à realidade brasileira em meados do século XX, a baixa concentração urbana em todas as regiões. Esse aspecto revelado pela urbanização do país limita a compreensão da nossa real situação desenvolvimentista para além da incompletude de expansão econômica da indústria para toda a área urbana. Mostra sim que o urbano também tem um “déficit”, uma vez que não integra a maior parte do território brasileiro (segundo déficit).

Os dados da população brasileira situada no meio urbano (conforme censos demográficos do IBGE) confirmam isso.

Tabela 1 - População Urbana Brasileira em

Período	1940 (%)	1960 (%)
Brasil	31,24	45,08
Norte	27,15	37,80
Nordeste	22,83	33,81
Leste	33,07	48,46
Sul	36,84	50,78
Centro-Oeste	21,52	35,02

Cifras citadas por Pereira, Luiz. Urbanização e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 63

Por conta desses descompassos, fica evidente e reforça-se a ideia da existência do que Boaventura Santos¹⁰⁸ (1999) denomina de “déficits” da modernidade, ou seja, do conjunto de promessas que ela pretendeu sustentar na sua trajetória, algumas permanecem carentes de seu cumprimento.

No que diz respeito ao primeiro “déficit”, que acena para uma debilidade econômica da indústria em acompanhar o crescimento urbano e com ênfase especial para os grandes centros que se formam em decorrência das migrações internas, especialmente o êxodo rural, há que se registrar o nascimento de uma problemática urbana focada na dicotomia entre centro/periferia ou centro/subúrbio.

No Brasil, esta temática é estudada por vários autores em diferentes performances com o propósito de contribuir qualitativamente no debate tendo como ponto comum a ideia de que a urbanização resulta das formas tomadas pelo

(excludente) e sua própria lógica contém a inevitabilidade da marginalização crescente da população urbana.

¹⁰⁸ Essa questão é abordada por SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

desenvolvimento capitalista manifestado na articulação das relações econômicas, sociais e políticas que se firmaram entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ou seja, a urbanização é o resultado de um processo de transnacionalização da indústria do “centro” (entendido como mundo ocidental) que, assumindo os espaços periféricos, desorganiza e se apropria das formas de produzir mais tradicionais destes países. São argumentos que se respaldam na formação dos grandes centros, mas que também subsidiam o pensamento sobre o urbano na configuração deste estudo, uma vez que o crescente processo de emancipações força a integração em termos de urbanização.

Milton Santos (1982) situa uma identidade entre subdesenvolvimento e urbanização. Segundo ele, o termo subdesenvolvimento expressa uma relação com o mundo externo e desenvolvido. Aponta a cidade como forma ideal para responder às necessidades de intercâmbio com o exterior.

Os estudos do autor remetem a uma reflexão da gênese do fenômeno urbano na América Latina e especificamente no Brasil, com ênfase na formação do urbano nas grandes cidades.

O autor associa o nascimento dos grandes centros urbanos da América Latina ao vínculo econômico que eles produziram com os países mais evoluídos. Por esta razão, ocorre uma subordinação do subdesenvolvimento ao centro exterior de decisões econômicas. Essa visão de Santos sustenta o seu empreendimento numa análise urbana dos países subdesenvolvidos sobre a problemática da taxonomia das cidades. Foge ele das classificações mais correntes: segundo a massa populacional (cidades pequenas, médias e grandes), funcional (industriais, comerciais, administrativas, religiosas, universitárias) e inova apresentando uma classificação diferente, combinando as variáveis do nível funcional e a sua capacidade de organização do espaço. Gera-se, assim, a classificação das cidades em locais, regionais e nacionais, metrópoles completas e incompletas e com composição piramidal modificada.

Santos (1982, p. 186) ratifica que os problemas da urbanização, no presente e no futuro, estão em estreita dependência das forças econômicas internacionais e das decisões do Estado. Sem elas, não se pode buscar uma solução viável do problema da urbanização e corre-se o risco de falsificar tanto a análise como as soluções.

Raquel Rolnik (1988) dedica seus estudos às diferentes formas do fenômeno urbano e reflete a respeito de sua natureza, origem e transformação. Elabora uma definição de cidade tendo como referência os pontos essenciais e comuns a todas as cidades, de modo a explicitar a origem, movimentos internos, conflitos e contradições da grande e explosiva cidade industrial capitalista.

Maria Encarnação Sposito (2000), ao fazer uma retrospectiva histórica dos aglomerados urbanos, da antiguidade aos nossos dias, concentra seus estudos na cidade contemporânea, estudando a cidade também no contexto capitalista, descrevendo-a fisicamente e analisando a problemática do urbano. Seus escritos elucidam questões específicas dos países em desenvolvimento que se veem atrelados às economias dos países desenvolvidos.

Para a autora, a cidade é o território suporte para a indústria, pois nela se concentram capital e força de trabalho e seu desenvolvimento mudou o caráter da cidade, ao dar-lhe de modo definitivo um traço produtivo e transformá-la no centro de gestão e controle da economia capitalista, subordinando até mesmo a produção agrícola que se dá no campo.

Para Sposito (2000), nos países subdesenvolvidos, há uma relação entre o crescimento das cidades com a industrialização, embora não haja correspondência em seus ritmos.

Dedicada também à causa da industrialização/urbanização Ana Fani Alessandri Carlos (2000) também prioriza metrópoles em seus estudos, mas enfatiza que a indústria capitalista não só se desenvolve apenas quando tem uma base urbana como determina uma aceleração do processo de urbanização.

A grande cidade, a metrópole, segundo a autora, é o resultado de um longo processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. A cidade tem sido o centro por excelência da indústria, lugar da produção, do comércio, da população e do capital. Para Ani Carlos, o aprofundamento do processo de urbanização é consequência direta do processo de internacionalização do capital e mundialização das trocas. Por sua vez, o processo de urbanização é um fenômeno fundamental para o desenvolvimento do capitalismo.

A cidade e o urbano e as relações a respeito do tempo e do espaço na metrópole são revisitados por Ana Fani (2004; 2009). Em ambas as produções, a temática aborda as grandes cidades e as contradições em torno do centro/periferia, centro/ subúrbio, identidade/particularidade sendo assim atualizadas.

No que se refere ao segundo “déficit”, a urbanização brasileira ser ainda baixa na metade do século XX (conforme pretensões da modernidade desenvolvimentista) e, ao tentar expandi-la, gerou-se uma dicotomia entre rural/urbano - espécie de confronto quase intransponível para superar os problemas do (sub)desenvolvimento.

Esta ótica da urbanização é menos difundida e alardeada, mas não menos concreta, pois, considerando-se o percentual da população urbana (conforme tabela anterior) há, devido à ocupação das grandes cidades, maior relevância, no entanto, em termos de número de municípios, distribuídos na base geográfica do território, é irrelevante.

Portanto, refletir sobre a reestruturação territorial no interior do país provocada pelas emancipações, como parte do fenômeno urbano que procura se afirmar, é um fato relativamente novo, e se constitui num componente diferenciado para analisar o tema.

Ruckert (1982, p. 29), tentando justificar a tendência gaúcha ao modismo de novas emancipações distritais, como um efeito evidente de um ponto de vista global, afirma que o surto crescente de emancipações conduz à hipótese de que as transformações econômicas e políticas nacionais e mundiais atuam pela modernização, cuja iniciativa cabe ao Estado, em sua faculdade de homogeneizar a produção e o consumo. Entretanto, devido à diferenciação espacial, no que diz respeito a seus aspectos físicos, sociais, políticos e econômicos, essa homogeneização nunca se dá na íntegra, permitindo a existência de espaços diferenciados em diferentes escalas geográficas.

Na ótica desse segundo “déficit”, fundamenta-se este terceiro capítulo, uma vez que a região da ex-Colônia Silveira Martins, valendo-se da iniciativa do padre Luiz Sponchiado e do instrumento legal vigente no Estado que trazia as condições das emancipações político-administrativas, vincula-se a preocupações da composição do urbano e passa a fundá-lo através da criação de sucessivas áreas urbanas em espaços geográfica e culturalmente rurais. Nisso se consolida o caráter desenvolvimentista e modernizador do discurso da urbanização para a região e também para o grande número de municípios que se instalou no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Os dados colocados na tabela 2, a seguir, permitem afirmar que, tanto para o Brasil como para o RS, os períodos de criação do maior número de municípios

coincidem com os dois momentos de emancipações dos núcleos da ex-Colônia Silveira Martins.

1º momento: Faxinal do Soturno (1959), Nova Palma (1960), Dona Francisca (1964). No RS: década de 1950 – 58 municípios; década de 1960 – 82 municípios. No Brasil: década de 1950 – 877 municípios; década de 1960 – 1186 municípios.

2º momento: Silveira Martins e Ivorá (1988), São João do Polêsine e Ivorá (1992). No RS: década de 1980 – 101 municípios; década de 1990 – 134 municípios. No Brasil: década de 1980 – 517 municípios; década de 1990 – 1016 municípios.

Nos períodos imediatamente anteriores e posteriores a estes dois momentos, é absolutamente reduzido o número de municípios criados, tanto no RS como no Brasil.

A tabela nº 3 reproduz esta mesma tendência, porém, com o nº de distritos.

Tabela 2 - Municípios criados e instalados

Ano	RS		BR	
	Existentes	Novos	Existentes	Novos
1940	88	004	1574	315
1950	92	058	1889	877
1960	150	082	2766	1186
1970	232	000	3952	022
1980	232	101	3974	517
1990	333	134	4491	1016
2000	467	029	5507	057
2006	496		5564	

Dados extraídos do RS Virtual. Disponível em: <http://www.riogrande.com.br>. Acesso em 12.abr.2010.

Tabela 3 - Distritos existentes nos municípios

Ano	RS		BR	
	Existentes	Novos	Existentes	Novos
1940	392	40	4840	567
1950	432	349	5407	1176
1960	583	179	6583	1300
1970	762	025	7883	208
1980	787	166	8091	621
1990	953	194	8712	1134
2000	1147	020	9846	219
2006	1167		10.065	

Dados extraídos do RS Virtual. Disponível em: <http://www.riogrande.com.br>. Acesso em 12.abr.2010.

No plano nacional, a partir da metade do século XX, a pretensão à expansão urbano-industrial amorteceu paradoxalmente as tensões sociais, pois, de fato, as cidades e as populações foram tomadas pela euforia modernizadora, assistindo

deslumbradas à invasão tecnológica. Era a chegada da possibilidade da superação do atraso pela urbanização e industrialização, abandonando-se aquelas concepções que buscavam a construção da nacionalidade na esfera rural.

Os centros urbanos passaram a exercer forte atração sobre as populações rurais. A possibilidade de melhorar as condições de vida era oferecida pelas cidades, alterando a distribuição espacial da população. Como visto antes, em 1940, 31,24% dos brasileiros viviam nas cidades. Vinte anos depois, esse percentual se elevou para 45,08%, conforme o IBGE.

Paralelamente a essas questões urbanas decorrentes das metrópoles e adjacências e das segregações provenientes das limitações industriais da modernidade situadas no meio urbano da grande cidade concreta, há que se atentar para o recorte criado entre o urbano e o rural que no dizer de Veiga (2003) gerou cidades imaginárias, não só pelo tamanho geográfico insignificante, mas também pela sua descrição de simples aglomeração de agricultores ocupados em atividades diretamente ligadas ao setor primário da economia.

Dessa distinção simplista e objetiva, porém distorcida, segundo Veiga (2003) decorre a construção da idéia do tamanho da urbanização brasileira para o futuro, sendo capaz de produzir no ano 2000 o resultado de 82%¹⁰⁹ da população brasileira como urbana.

Esse “esforço” para tornar urbanas as áreas absolutamente rurais, que Veiga (2003) denomina de anômala divisão territorial, é resultante da vigência a partir de 2 de março de 1938 (no ápice do Estado Novo) do Decreto-Lei 311¹¹⁰ que determinou que “a sede do município tem a categoria de cidade”. Determina o Decreto-Lei 311/38:

Art. 3º - A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome.

Art. 4º - O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila.

Como se vê, esta legislação transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais.

¹⁰⁹ Percentual fornecido pelo IBGE.

¹¹⁰ A aplicação do Decreto-Lei 311/38, para fins de entendimento do que seja urbano, independe das características estruturais e funcionais do lugar (VEIGA *et alii*, 2001, p. 8), ou seja, por este dispositivo legal “toda a sede de município é necessariamente espaço urbano, seja qual for sua função, dimensão ou situação” (VEIGA *et alii*, p. 9).

A “metodologia oficial de cálculo do grau de urbanização no País está obsoleta” (VEIGA, 2003, p. 63) uma vez que de um momento para outro (por força de lei - critério político-administrativo), ínfimos povoados ou simples vilas, viraram cidades por força de norma legal.

Para as futuras cidades, seria exigida a existência de pelo menos 200 casas, e para as futuras vilas (sedes de distrito), um mínimo de 30 moradias. Mas todas as localidades que aquela data eram cabeça de município, passaram a ser consideradas urbanas, mesmo que sua dimensão fosse muito inferior ao requisito mínimo fixado para as novas (VEIGA, 2003, p. 2).

Nem mesmo todas as posteriores mudanças institucionais considerando-se os períodos pós-1946, pós-1964 e pós-1988, alteraram a essência desse decreto-lei e, as discrepâncias da divisão territorial brasileira permaneceram. Somente no ano de 1991 aconteceram mudanças significativas quando o IBGE passou a distinguir novas categorias definidas como urbanas e novos tipos de aglomerados rurais¹¹¹.

Ainda que se reconheça as críticas e as razões de Veiga (2003), é necessário afirmar que o Decreto-Lei 311/38 garante de modo significativo a extensão e a presença do urbano em áreas absolutamente rurais, em alguns lugares descritos como coloniais, como se enquadra a situação das cidades que se geram na ex-Colônia Silveira Martins. Portanto, afirmar o urbano representa para o tempo em questão (meados do século XX), além de dicotomizar o espaço com o rural, fazer valer a estratégia da emancipação para criar um município (cidade) e por consequência o próprio urbano.

Os dados a seguir, referentes a ex-Colônia Silveira Martins de imigração italiana servem a esta análise:

¹¹¹ As urbanas são: áreas urbanizadas e não urbanizadas de acordo com a intensidade da ocupação humana e áreas urbanas isoladas, definidas por leis municipais, estando separadas por sede municipal, distrital, área rural ou outro limite legal. E as rurais: aglomerados rurais do tipo extensão urbana situados fora do perímetro urbano, mas que seja extensão de uma cidade ou vila; povoado, aglomerado rural isolado sem caráter privado ou empresarial, que disponha do mínimo de serviços e equipamentos e que os moradores exerçam atividades econômicas; núcleo aglomerado rural isolado que pertença a um único proprietário e outros aglomerados, os quais não representam as características de nenhum dos outros três (VEIGA, 2003, p. 2).

Tabela 4 - Percentagem da população urbana por município da ex-Colônia Silveira Martins

Município	Ano de Emancipação	%	Ano de 2004	Ano de 2010 (%)*
Faxinal do Soturno	1959	---	64,24	65,27
Nova Palma	1960	---	45,76	48,58
Dona Francisca	1964	---	63,92	63,09
Silveira Martins	1988	47,65	43,13	44,49
Ivorá	1988	35,45	31,84	32,69
São João do Polêsine	1992	45,61	43,11	51,38
Pinhal Grande	1992	42,91	36,01	41,37
Agudo				41,20
Restinga Seca				56,66

Dados extraídos do RS Virtual. Disponível em: <http://www.riogrande.com.br>. Acesso em 13.abr.2010.

* Esses dados se referem ao Censo de 2010

As informações apresentadas, ainda que incompletas, sobre a região viabilizam destacar dois aspectos relevantes para o tema da pesquisa.

O primeiro indica que, pelo ano das emancipações, identificam-se dois períodos de sua ocorrência. Neste intervalo de aproximadamente três décadas nenhum dos novos municípios atingia percentual superior a 50% da população no espaço urbano, ou seja, a maioria da população era rural.

O segundo aspecto, decorrente do primeiro, sinaliza para o fato de que mesmo aumentando gradativamente o número de municípios que tenham atingido níveis com a maioria da população na zona urbana, os percentuais são inferiores ao da urbanização brasileira e, ainda, a maioria dos municípios permaneceu com percentagens superiores da população na zona rural.

Ambos os aspectos remetem ao exame da legislação que trata das emancipações (Leis Estaduais) que aplicam a normativa dos artigos 3º e 4º do Decreto-Lei 311/1938. Através da sua aplicação há, além da criação de inúmeros municípios (status de cidade), a inserção do urbano numa região absolutamente rural, exacerbando a dicotomização do urbano e do rural. A prática de converter o rural em urbano, expandindo-o, percebida concretamente na ex-Colônia Silveira Martins (Tabela 4) é coincidente com a grande expansão de municípios e distritos, tanto no RS como no Brasil (Tabelas 2 e 3).

Ao definir precisamente o tempo que isso ocorre, observa-se que o final da década de 1950 e início da década de 1960 e o final da década de 1980 e década de 1990 constituem-se nos dois períodos de maior consolidação de municípios via processos emancipacionistas.

Devido ao uso dessa metodologia para a criação de municípios, apresentada pelo Decreto-Lei 311/1938, que contabiliza 82% da população brasileira no meio urbano (conforme dados do IBGE – 2000), e que Veiga (2003) denomina de visão oficial sobre o desenvolvimento territorial do Brasil e ainda procurando desmistificar a amplitude que tomou o urbano no país por conta da análise e aplicação deste Decreto-Lei, o professor José Eli da Veiga (2003) sugere outra metodologia¹¹² de cálculo da população, que pretende dar mais consistência ao rural, ampliando-o e renovando o pensamento brasileiro sobre as tendências da urbanização.

Segundo Veiga (2003), há uma articulação oficial para que o Brasil se torne inteiramente urbano por volta de 2030. Esse entendimento do processo de urbanização brasileira é produzido por uma regra muito peculiar que considera urbana toda a sede do município (cidade) e de distrito (vila), não importando quais forem as características desses lugares.

A força do Decreto-Lei 311 de 2 de março de 1938 produziu, no dizer de Veiga (2003), essa anômala dicotomização entre o rural e urbano, resultando numa visão distorcida do quanto urbanizado é o Brasil. Do que se conclui que a delimitação do urbano e do rural deriva de legislação e das instituições político-administrativas.

Essa situação nos permite ver que, no intuito de superar esses “déficits” da modernidade constantes do meio social brasileiro, há uma mobilização do Estado para elaborar uma pauta desenvolvimentista que se fraciona no tratamento do

¹¹² A metodologia que Veiga (2003, p. 32-34) propõe para diminuir o grau de urbanização do país e torná-la mais compatível para fugir da ideia da criação de cidades que denomina “imaginárias”, é composta de dois critérios e se constitui em objeto de estudo daqueles que desejam outras formas de análise da urbanização, já desde a década de 50. Sugere, então: - primeiro, seria não considerar urbanos os habitantes de municípios com menos de 20 mil habitantes. Por esta convenção, o Brasil teria como rural a população de 4024 municípios e o grau de urbanização seria de 70%; - segundo, seria levar em conta a densidade demográfica de forma escalonada segundo o número de habitantes do município conforme segue: - município com mais de 100 mil habitantes – densidade demográfica maior a 80 hab./km²; municípios com população entre 75 e 100 mil habitantes - densidade demográfica menor a 20 hab./km²; municípios com população maior e menor a 50 mil habitantes, até o limite de 20 mil - densidade demográfica menor a 10 hab./km². Desse modo são considerados de pequeno porte os municípios que simultaneamente tem menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab./km². São de médio porte os que tem população entre 50 mil e 100 mil habitantes ou cuja densidade demográfica seja maior a 80 hab./km², mesmo tendo menos de 50 mil habitantes. Esses dados foram construídos por pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e Universidade de Campinas em 1999 e combina o critério do número de habitantes do município com a densidade demográfica do mesmo, bem como a sua localização. Considerando o critério de densidade demográfica, a OCDE exige 150 hab./km² para que uma localidade seja considerada urbana (VEIGA *et alii*, 2001, p. 9). Considerando estes critérios para definir o urbano, o Brasil teria apenas 57% de sua população definida como tal, no ano 2000 (VEIGA, 2003, p. 33-34).

urbano. Ao urbano já instalado, mesmo que débil economicamente pela carência de indústrias, particularmente, nos grandes centros, produz-se uma legislação social como forma de atenuar os conflitos tanto do centro como da periferia.

A criação da legislação trabalhista (CLT), os Institutos de Previdência Social, o início da política habitacional e a expansão da infraestrutura são a expressão modelar dessa tentativa.

Para Schmidt e Farret (1986, p.14)

a preocupação governamental em privilegiar o urbano, criando novas instituições, programas e regulamentando o uso da força de trabalho, apta a desenvolver o capital industrial e comercial, foi um fenômeno inerente ao populismo modernizador no Brasil.

Aos locais onde o urbano não foi ainda instalado desencadeia-se uma política emancipacionista contemplada na legislação vigente a partir de então, seja ela de nível federal ou estadual. Na impossibilidade da economia e/ou o mercado estender a indústria por toda parte, o Estado, pela via jurídica, cria o urbano através de leis que favorecem as emancipações municipais.

É nesse contexto que se torna compreensível a motivação que tomou conta das lideranças dos núcleos da ex-Colônia Silveira Martins, impulsionados pelo despertar do padre Luiz Sponchiado, produzindo tanta mobilização em torno da causa das emancipações. Essa transformação de um espaço absolutamente rural (colonial) em municípios (urbano) ratifica que, na tridimensionalidade que sustenta a criação de novos municípios (demográfica, econômica e político-institucional), a população e a economia mantiveram a tendência rural (expressa principalmente nos aspectos ocupacionais, tanto na época – metade do século XX, como anteriormente, quando ainda se resgatava a ocupação dos primeiros colonizadores), no entanto, a força da dimensão político-institucional confere a presença do Estado um papel predominante na criação do urbano.

Boaventura Santos (1999) explica essa intervenção estatal no contexto do projeto de modernidade do capitalismo. Segundo ele, o projeto está estruturado na disputa entre seus dois pilares: o da regulação e da emancipação.

O pilar da regulação é constituído por três princípios ou lógicas: Estado, Mercado e Comunidade e cujo objetivo é regular a vida coletiva dos cidadãos. O pilar da emancipação se constitui de uma integralidade que é o cidadão, cujo

objetivo é a emancipação da sua vida individual, portador de racionalidades que orientam a sua vida prática e o modo de inserir-se no pilar da regulação.

No dizer de Santos (1999) sobre o pilar da regulação, a modernidade aposta na idéia de desenvolvimento harmonioso entre as realidades do Estado, do Mercado e da Comunidade, no entanto a história registra momentos de desequilíbrio nessa relação. Por conta deles, há o predomínio de uma das lógicas, em detrimento das outras. No caso específico, da abundante produção legal que atinge o fenômeno emancipacionista, registra-se a prevalência regulativa do Estado sobre as lógicas do mercado e da comunidade, no intuito de dar providências às crescentes demandas provenientes do quadro de desenvolvimento que buscava ampliar as transformações existentes já nos grandes centros urbanos.

Para Ianni (2004, p. 243), a atividade estatal deve predominar “para eliminar ou controlar os desequilíbrios e descontinuidades entre os vários setores, entre as esferas infra e superestruturais, que às vezes põem em risco o ritmo ou as tendências da reprodução capitalista”.

Segundo o autor, a gestão estatal tem o propósito de coordenar as tendências anárquicas do mercado e eliminar ou reorientar as tensões que decorrem das demandas sociais.

Ratifica-se em Santos (1999) a defesa da ideia da prevalência regulativa do Estado, devido à intenção de ir ao encontro das crescentes demandas provenientes do quadro de desenvolvimento já instalado nos centros urbanos, e também em Ianni (2004) a sustentação de que a atividade estatal prevalece para eliminar e controlar os óbices que afetam o ritmo ou as tendências da reprodução capitalista. Na questão da discussão entre a relação rural/urbano, as primeiras interpretações sobre o tema eram dualistas, colocavam “urbano” e “rural” como áreas contrapostas, espaços com características próprias e isoladas, demonstrando uma relação dicotômica que se constitui como a primeira etapa do processo de diferenciação de áreas.

Hoje, porém, a lógica capitalista fez com que o rural passe a integrar diversos elementos tidos como urbanos, principalmente no que se refere aos bens materiais e de consumo, que proporcionam mais facilidades e conforto à vida cotidiana. Nesse sentido, Wanderley (2000, p. 128) também coloca que:

A modernização da sociedade nos espaços locais/rurais tem como fundamento a crescente “paridade social”, isto é, a similitude entre as condições de vida das populações que vivem nas cidades e no meio rural e a também crescente disponibilidade, no meio rural, daquilo que ainda é definido como o padrão do “conforto urbano”.

Como se vê, essa dinâmica constatável em meados do século XX torna-se absolutamente diferenciada no final do século e início do século XXI. Há permanentes ajustes e avanços na relação rural/urbano e nesse sentido é esclarecedora a colocação de Rua (2006) quando diz que atualmente o rural distingue-se cada vez mais do agrícola, como também a cidade do urbano. No entanto, isso não significa o fim do rural ou fusão desses dois espaços. Representa apenas a integração inevitável desse espaço. “Rural e urbano fundem-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades” (RUA, 2006, p. 86).

As especificidades do rural são percebidas nas pequenas cidades. Nesses locais, existe uma grande carga cultural que pode ser traduzida através do apego às tradições, muito evidenciadas nas relações sociais da população, suas festividades, gastronomia e economia (LINDNER, WANDSCHEER, 2009, p. 149). Este conjunto de fatores representa a identidade social da comunidade, a qual reproduz o modo de vida do campo na cidade, ou seja, as ruralidades, que representam de acordo com Moreira e Gaviria (2006), a articulação entre as noções de rural e de identidade social.

Assim como o conceito de urbanidade, o conceito de ruralidade, conforme Candiotto e Corrêa (2003) tem sido trabalhado como referência a territorialidades entre indivíduos e grupos sociais, tanto socioculturais, como econômicas e/ou políticas. “Estariamos agora deixando a fase de mera urbanização da sociedade, para entrar em outra, na qual defrontamos a urbanização do território” (SANTOS, 1993, p. 125). A expressão completa e profunda desse fenômeno é explicitada pelo autor da seguinte forma.

A chamada urbanização da sociedade foi o resultado da difusão, na sociedade, de variáveis e nexos relativos à modernidade do presente, com reflexos na cidade. A urbanização do território é a difusão mais ampla no espaço das variáveis e dos nexos modernos (SANTOS, 1993, p. 125).

Na verdade, trata-se de metáforas para explicar as mudanças do urbano, uma vez que as atuais diferenças entre a cidade e o campo são muito diversas das que

se conhecia na metade do século XX e que se constituem como base das discussões desse trabalho.

A performance do Estado enaltecida por Santos (1999) e Ianni (2004) pode ser comprovada por ocasião da implantação, em 1938, do Decreto-Lei 311 e da perpetuação de suas diretrizes em toda a legislação estadual que regula as emancipações municipais e adaptações dos textos constitucionais posteriores à sua vigência.

Veiga (2003) enfatiza que de fato o critério para se criar um município, desde 1938, no Brasil, é o constante dos artigos 3º e 4º do Decreto-Lei 311¹¹³. A legislação estadual posterior que disciplina as emancipações, ao compor critérios funcionais (é a existência de serviços indispensáveis à cidade, como hospital, hotel, escola e posto de saúde, etc.) e critérios estruturais (localização, nº de habitantes, eleitores, moradias, etc). o faz partindo da ideia de que todas as sedes municipais existentes virassem cidades, independentemente de quaisquer características estruturais ou funcionais.

Portanto, há nisso preponderância do critério administrativo-político identificável no conjunto de leis estaduais que nortearam no curso de três décadas os processos de emancipação dos municípios da ex-Colônia Silveira Martins.

Não para finalizar, mas para continuar pensando nas grandes transformações do urbano e no próprio espaço geográfico da ex-Colônia Silveira Martins, há que haver um comprometimento com a história construída pela sua sociedade em diferentes tempos/espacos. E, acima de tudo, respeitar-se a cada momento que corresponde ao desenvolvimento das comunidades percebendo sua cultura e modos de vida.

Isso garante que, ao estudar a trajetória da Quarta Colônia, é possível compreender que este conjunto de emancipações político-administrativas se constituiu num importante momento do desenvolvimento e do progresso local de toda a área circunscrita aos seus limites geográficos.

Seja pela busca da construção da identidade, da modernidade e do desenvolvimento, de fato as emancipações compõem o evento mais significativo da vida política dessa região na segunda metade do século XX.

¹¹³ Art. 3º - A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome.

Art. 4º - O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila.

Mesmo que a ideia inicial tenha como ponto de partida a unidade sob os critérios da italianidade e da religiosidade e o primeiro impulso tenha sido movido por uma única liderança (o padre Luiz Sponchiado) os efeitos anunciaram os ares de progresso a um conjunto de cidades que superou a ideia de estagnação e fragmentação de uma ex-Colônia que tornou a própria história conhecida como a “imigração esquecida”.

Sem deixar de reconhecer as dificuldades que ficaram para trás, esses novos tempos consolidaram a visão de desenvolvimento e de modernidade que passam a ser empreendidos nessa nova etapa.

A ideia de integração entre os municípios é o novo desafio a ser perseguido por aqueles que muito além dos discursos procuram sintonizar sua prática com o tempo e preocupações atuais.

De uma situação de atraso, abandono e humilhação até meados do século XX, a Quarta Colônia ressurgiu como protagonista de sua própria história, já na última década do mesmo século.

4 A NOVA QUARTA COLÔNIA E A REALIDADE PÓS-EMANCIPAÇÃO – A INTEGRAÇÃO

Superada a fase das emancipações político-administrativas respaldadas na construção da identidade local com ênfase na italianidade e na religiosidade, associada a uma concepção de modernidade típica do capitalismo desenvolvimentista vigente na periferia do sistema, na ex-Colônia Silveira Martins, no intuito de consolidar os municípios recém criados, há a percepção da necessidade de fortalecer mais objetivamente a ideia de região e de integração.

Além do estudo de Olivo (2006)¹¹⁴, que reconhecidamente consolida a importância de práticas discursivas como recurso estratégico na instituição de processos sociais na Quarta Colônia, observa-se que, de fato, inicia-se no plano prático, uma versão que gera no local uma concepção mais sustentável de desenvolvimento.

Esta nova forma de encarar a realidade exigirá de seus moradores outra forma de atuar dentro desse novo momento vivido por eles e que lhes permitirá construir uma identificação social que reconheça a importância de cada município, a fim de projetá-los numa visão que exponha agora a Quarta Colônia muito além da italianidade e da religiosidade como únicos fatores responsáveis pela sua configuração regional.

É preciso reconhecer que a partir desse momento esses critérios não são os únicos depositários do projeto de desenvolvimento e modernidade para a região, como pretendeu Sponchiado, embora se conceda a eles toda a relevância que tiveram na composição de forças na luta que permitiu as emancipações municipais.

No entanto, quer se confronte ou não a região com as demais colônias italianas do Nordeste do RS, há recentemente o nascimento de uma nova realidade que sepulta um século da sua fragmentação e longas décadas de atraso econômico que decorre do surgimento de novas forças locais que se articulam para respaldar este momento cuja expressividade se dá na sua integração.

¹¹⁴ Vânia Figuera Olivo, em sua tese de Doutorado apresentada na UFRGS (2006) intitulada “A Natureza Discursiva da Constituição do Campo de Desenvolvimento da Quarta Colônia – RS, trata de como as práticas discursivas podem ser mobilizadas/utilizadas como um recurso estratégico na constituição do campo de desenvolvimento da Quarta Colônia/RS e quais produções de significado determinam neste contexto específico.

Acrescenta-se a isso também as próprias transformações do mundo contemporâneo que tendem a apresentar cada vez maior valor ao patrimônio natural e à diversidade cultural.

Esta ideia, atualmente, ultrapassa o desejo de simplesmente realizar atividades conjuntas, tendo como proponentes a hierarquia administrativa dos poderes políticos constituídos com sentido de estabelecer uma competição entre os envolvidos, mas se efetiva numa prática social construída coletivamente com os suportes da cooperação e da interação já experimentadas nos projetos PROI (Projeto Identidade), PREP (Projeto Regional de Educação Patrimonial) e PRODESUS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável).

De acordo com esta tendência, a Quarta Colônia potencializará os seus recursos naturais, sociais e culturais como ativos para estratégias de desenvolvimento baseadas na criação e reconstrução de sua própria identidade.

Apresentar esta nova fase significa não abandonar o passado, mas a partir dele circular na construção do presente e do futuro. Este é sem dúvida o desafio proposto neste capítulo.

4.1 A VERSÃO DO DESENVOLVIMENTO QUE PRIORIZA O MEIO AMBIENTE

Conforme afirmado anteriormente, a construção do urbano no Brasil durante quase todo o século XX se deu pela ótica do econômico (inicialmente) e do social (posteriormente). No entanto, a partir da década de 80 do século passado, o planejamento urbano no Brasil é marcado pela emergência de um novo paradigma - o ecológico-ambiental, estabelecendo novos problemas, novas técnicas de ação e novas escalas de articulação.

Trata-se de uma concepção focada no desenvolvimento sustentável das cidades que evidencia, sobretudo, a legitimidade e a autonomia política dos governos locais, num plano de gestão que estreita a organização das relações entre Estado e a Sociedade.

O desenvolvimento sustentável deve ser compreendido como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer as possibilidades das futuras gerações em satisfazer suas

necessidades (RELATÓRIO BRUNDTLAND¹¹⁵, 1987, p. 46), ou então, “um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras” (JARA, 1998, p. 33-34).

Portanto, a sustentabilidade do desenvolvimento abrange setores econômicos, sociais, culturais e ambientais e, na zona rural, deve levar em consideração a disponibilidade de recursos físicos e econômicos, buscando tecnologias adequadas para satisfazer as necessidades das comunidades (LINDNER, 2007, p. 23).

Sob esta ótica, o meio natural passa a ser tomado também como um atributo do território sobre o qual é possível fundar estratégias de valorização e desenvolvimento econômico e social (VEIGA, 2005).

Ainda, o Relatório Brundtland (1987) enfatiza que o desenvolvimento sustentável é mais que apenas crescimento econômico. Ele exige uma mudança no sentido do crescimento, a fim de torná-lo menos intensivo em matérias-primas e energia e mais equitativo em seu impacto. Essas medidas devem ocorrer em toda a parte, a fim de que se possa manter a reserva de capital ecológico, melhorar a distribuição de renda e reduzir o grau de vulnerabilidade às crises econômicas.

Conforme expresso no Relatório Brundtland (1987), é fundamental que todo o desenvolvimento mundial, a partir de agora, tenha uma ótica voltada para a preservação ambiental e que esta tendência seja norteadora de toda e qualquer política pública que venha a ser adotada e, para isso, é indispensável observar os quatro componentes inclusos no conceito de sustentabilidade. São eles:

1 – o subdesenvolvimento e as economias instáveis não podem controlar a depredação e a poluição dos recursos naturais. Diante disso, o primeiro determinante do desenvolvimento sustentável é a construção de economias saudáveis baseadas em tecnologias que minimizem os danos ao meio ambiente.

¹¹⁵ O Relatório Brundtland é o resultado do trabalho de uma comissão criada pela ONU, em 1983, que teve como presidentes Gro-Harlem Brundtland (ex-primeira Ministra da Noruega) e Mansour Khalid e cujo objetivo era diagnosticar as causas da grande destruição ambiental e discutir prováveis soluções. A partir da publicação do Relatório (1987), a concepção válida para o desenvolvimento em todo o mundo deveria estar associada à ideia de preservação ambiental. O Relatório apresenta uma visão complexa das causas dos problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade e as interrelações entre a economia, tecnologia, sociedade e política.

2 – A sustentabilidade ambiental precisa ser implementada para prover as necessidades da presente geração sem destruir as condições de suprir as necessidades da futura geração.

3 – Há necessidade de uma ampla participação da sociedade civil organizada nas decisões e ações.

4 – Devido à relação percebida entre pobreza e degradação ambiental, os mais pobres são levados a exaurir os recursos para sobreviver. Isso obriga a adoção de políticas que satisfaçam minimamente as necessidades básicas.

É possível verificar que esses quatro componentes dão o rumo ao Relatório Brundtland (1987) e, ao mesmo tempo, reforçam a ideia de que a economia desenvolvida aumenta a vulnerabilidade em períodos de crises.

Assim, o grande mérito do Relatório Brundtland é a divulgação e o reconhecimento da “insustentabilidade” ou inadequação econômica, social e ambiental do atual nível de desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

Já, com esta percepção de esgotamento e dos limites do projeto do Estado desenvolvimentista, a nova proposta tenta recriar, no imaginário sociopolítico, um modelo de governo capaz de permitir um funcionamento adequado dos mercados, mas que assumisse um papel forte na garantia da justiça social, diminuição da exclusão social e inclusão à cidadania. Trata-se de uma nova ordem, na qual a sociedade civil deve ter participação decisiva nas decisões e diretrizes das políticas públicas rompendo com a burocracia da máquina administrativa do Estado e impondo a “governança”¹¹⁶ como orientação à reativação da estabilidade política, no intuito de avançar na conquista dos direitos ao serviço público de qualidade.

Neste sentido, a preservação do patrimônio tanto material como imaterial deixou de ser um ato apenas de cunho patriota, estético ou educacional e passou a

¹¹⁶ A expressão “governança” começou a ser discutida pela primeira vez na década de 90, com o sentido de “governança local”. Vem do termo inglês “Local Governance”, utilizado pelas Agências Internacionais para designar preocupações com o desenvolvimento sustentável das “localidades urbanas” (BANCO MUNDIAL, 2002). Para Osmond *apud* Alencar (2004, p. 2-3), é necessário melhorar o desempenho das administrações públicas locais e gerar melhores práticas através da participação, inovação, sustentabilidade e confiança. A ideia é que as localidades se transformem nos principais agentes fomentadores da sustentabilidade urbana. Nelas devem situar-se os mecanismos mediadores da política distributiva e constituir um processo de descentralização dos poderes que tomam decisões econômicas e políticas. Conforme Rosenau (2000) a governança atua na dimensão local segundo a orientação traçada pelos objetivos comuns à sociedade e não mais pela dimensão de formalidades do poder do Estado, sustentados por uma autoridade formalmente constituída. Sendo assim, o “local” será o grande responsável pela convergência às aplicações dos modelos de governança das políticas públicas para lidar com o aumento das exigências de novas demandas populares das cidades.

constituir elemento de pauta nas discussões sobre estratégias de desenvolvimento. Com isso há que se compreender que a preservação do patrimônio é uma ação que deve ser assumida tanto pelos órgãos governamentais como pela comunidade. De modo que o envolvimento dos atores locais com este patrimônio dá suporte para atividades que estimulam e promovem o desenvolvimento local (VEIGA, 2003).

Essa reestruturação que descentraliza o poder em nível municipal pode produzir governos locais mais eficientes e que melhor respondam às demandas da população, criando uma situação em que as entidades locais se sentem livres para exercer a autonomia individual e tenham incentivos para trabalhar conjuntamente (ALENCAR, 2004, p. 5).

A prioridade do plano local em relação ao nacional ocorre porque o primeiro se apropria do processo de desenvolvimento para torná-lo tanto um conceito como uma prática globalizada. Ou seja, torna-se uma prática eficaz na solução dos problemas locais (LINDNER, 2007, P. 26).

Segundo Veiga (2005, p. 71), essa abordagem passou a seguir o pressuposto de que “o desenvolvimento deve partir dos recursos específicos, humanos, naturais e culturais de um determinado território”.

Neste contexto, a ideia de desenvolvimento local aparece como um contraponto à doutrina desenvolvimentista tradicional, pois, conforme seus preceitos, para que o desenvolvimento ocorra, é necessário que sejam observadas as especificidades internas e locais (SANTOS, 2005).

Ao referir-se ao desenvolvimento socioespacial, Blos (2005) traz a ideia de que desenvolver com base local significa abandonar a crença em soluções milagrosas e universais, confirmando, dessa forma, a capacidade e a sabedoria das comunidades locais na identificação de problemas e na busca de suas soluções.

Dessa forma, vê-se que o desenvolvimento local parte de uma visão da melhoria da qualidade de vida das populações de determinadas regiões. Essa melhoria pode partir da busca de alternativas protagonizadas pela própria comunidade, e, assim, superar a estagnação local, utilizando tanto os elementos como as dinâmicas que lhes são peculiares.

Conforme Sposati (1982) esse novo cenário reforça a ideia de uma nova postura do poder público em seu relacionamento com os anseios populares na produção de políticas públicas, introduzindo os princípios da governança, como noção não prescritiva e, portanto, rompendo e reduzindo as antigas estruturas da

gestão pública, verticalizadas e assimétricas, com relevância aos bens e serviços prestados à comunidade, por dimensões de interesses com forte produção clientelista em seus locais de atuação, constituindo a regra do exercício do poder político.

Para Ribeiro e Pechman (1996), esta mudança é marcada por severas transformações:

1 - a ordem econômico-social deixa de ser a base da legitimidade de discursos e ações, sendo substituída pelo tema do ambiente, que incorpora a ideia de participação, autonomia local e (des)regulamentação;

2 - a sociedade deixa de ser vista como objeto de ação, substituída pela caracterização da natureza como sistema global, onde se inclui o homem;

3 - o Estado Nacional deixa de ser a escala de formação das identidades coletivas e da constituição das instituições garantidoras dos direitos e deveres inerentes a essas identidades. O planeta e o nível do local passam a ser os novos territórios da ação coletiva.

Nesse aspecto, são notórios os efeitos que a globalização já é capaz de produzir em tantas dimensões da vida humana, mas, especialmente, àquelas que se referem às esferas de atuação do Estado-nação com direta repercussão sobre a cidadania.

Aparece com muita ênfase a ideia que o homem não é apenas um ser de necessidades, movido por interesses econômicos e do mercado, mas um ser de relações de solidariedade e de comunhão e precisa legar cuidados ao meio ambiente e aos demais seres. Há com isso uma mudança de conteúdo e lugar da cidadania (GÓMEZ, 2000). Em relação ao conteúdo, o foco principal nos direitos, nas conquistas políticas, deslocou-se para a necessidade de maior conscientização e responsabilização em relação aos deveres, de dimensão social. Em relação à mudança nos espaços de expressão e formação da cidadania, outros lugares, além do nacional, tornaram-se interessantes: o local mais efetivo na participação, e o global, autorizando o benefício para todos.

Vê-se que nesse novo padrão a cidade e o urbano são tematizados não mais apenas a partir da questão econômica (do desenvolvimentismo) ou social, mas dentro de uma concepção mais ambiental.

Ajustando-se este modo de pensar geral à realidade da ex-colônia Silveira Martins, torna-se nítido que, após a desintegração da colônia (emancipada em 1882

e dividida em 1886), houveram duas tentativas de unidade da região em torno das propostas frustradas do padre Luiz Sponchiado (1958) que serviram de impulso à criação de múltiplas unidades administrativo-políticas atendendo, às expectativas de modernidade no capitalismo tardio¹¹⁷ da periferia do sistema (a partir da década de 1960) quando se criou o conjunto de municípios que compõem a região. Sem dúvida que a estratégia da busca pelo desenvolvimento econômico-social operou essa transformação. No entanto, a partir da década de 90, estando consolidadas as autonomias dos municípios, sinaliza-se, dentre eles, a necessidade de repensar o desenvolvimento regional, agora sob o discurso da sustentabilidade. A parceria intermunicipal parece ser o caminho a ser seguido como prática alternativa de desenvolvimento.

É nesse cenário que em meados da década de 90 nasce o CONDESUS (Consórcio de Desenvolvimento Sustentável) cujo propósito inicial é diluir as fronteiras entre os municípios da região e integrar projetos de desenvolvimento alternativos, em ascensão nos últimos anos com, dimensão local-regional de cunho social, político, econômico, cultural e ambiental. O consórcio propõe também ampliar sua base de municípios. Além dos oriundos do território da ex-colônia Silveira Martins (Faxinal do Soturno, Nova Palma, Dona Francisca, Silveira Martins, Ivorá, Pinhal Grande e São João do Polêsine) de forte presença da cultura italiana, inclui os municípios de Restinga Seca (marcado também pelas culturas afro e portuguesa) e Agudo (de origem alemã).

¹¹⁷ A expressão capitalismo tardio é usada por historiadores e sociólogos para definir a situação do desenvolvimento econômico dos países pobres e/ou periféricos considerando-se o processo de desenvolvimento da economia mundial. A expressão é encontrada em autores como: MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. Campinas: Editora UNESP, 2009; IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

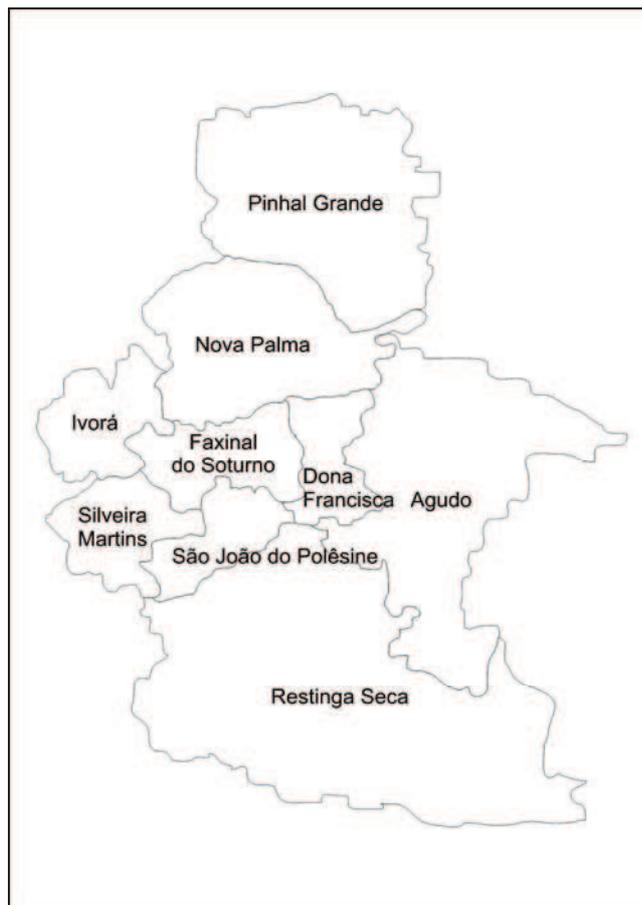


Figura 18 – Mapa da atual Quarta Colônia, incluindo as cidades de Agudo e Restinga Seca.
 Fonte: Jornal Zero Hora, 23/04/2010. Encarte: Municípios, Fatos e Perspectivas – Região Centro.
 Adaptação: O Ponto Gráfico – Santa Maria – RS

A inclusão destas duas últimas cidades produz a idéia de diversidade cultural da região, quebrando-se o mito da italianidade exclusiva presente até então nesse conjunto de municípios. A ampliação da área da região, além da multiculturalidade, acrescenta dois municípios que a geografia da natureza do rio Jacuí não teria permitido separar.

Sobre a origem desta nova fase da Quarta Colônia, é imperioso mergulhar num resgate histórico recente. Sobressai nessa fase o trabalho de José Itaqi¹¹⁸, artista plástico, professor e Secretário de Educação, Cultura, Turismo e Esportes da primeira administração de Silveira Martins.

Foi a partir da emancipação política de Silveira Martins (1988) e da composição da primeira equipe de trabalho do novo município onde este atua como

¹¹⁸ José Gerundino Itaqi é formado pela Escuela de Teatro de Buenos Aires, professor de teatro e ex-diretor do Grupo de Teatro Miseri Coloni de Caxias do Sul. Em 1994, assumiu o cargo de Secretário Executivo do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável – CONDESUS – da Quarta Colônia. É reconhecidamente um dos principais articuladores das ações alternativas de desenvolvimento dos municípios dessa região.

Secretário, que surgem propostas, projetos e estratégias que conformam o início de um novo processo desenvolvimentista, com propósitos de integrar os municípios que constituíam a ex-Colônia, além de outros municípios vizinhos geograficamente e afins em termos culturais e ambientais.

Diante disso, tanto pela emancipação da sede da Colônia como pelas iniciativas que dela nasceram, parece confirmar Silveira Martins como a liderança natural das comunidades para propor a construção de uma integração de âmbito regional.

Todas as razões que evidenciaram os limites para o progresso, atribuindo-se e buscando-se num conjunto de ações e circunstâncias que paralisaram os diversos núcleos que compõem a ex-Colônia Silveira Martins (detalhados no primeiro capítulo) ficaram para trás.

Assim também ocorreu com as tentativas frustradas, porém muito válidas, do padre Luiz Sponchiado em propor a emancipação dos núcleos da ex-Colônia Silveira Martins como um todo. Essas tentativas se constituíram nas verdadeiras fontes de inspiração e estímulo a todas as emancipações político-administrativas que vão compor individualmente um conjunto de municípios no interior dessa Colônia. Embora com meio século de atraso, em relação às demais Colônias italianas do RS, esse contexto emancipacionista trouxe e instalou um modelo de desenvolvimento desejável para o tempo em curso.

No entanto, fica evidente a disposição da comunidade silveirense de buscar novos rumos para o futuro da região e afirmar-se na liderança numa fase de retomada de uma perspectiva melhor com relação ao futuro, para opor-se justamente à ideia de muito cedo ter sido fragmentada e muito tarde ter se emancipado. Reata-se agora os laços de uma nova integração que se havia perdido, anunciada na forma de proposta de uma nova versão, cujo o ambiente é o seu fio condutor.

Além do mais, o resgate cultural¹¹⁹ buscado desde a emancipação da sede proporcionou a inclusão de outras culturas vivas da região. Com isso, o que antes se afirmava existir apenas como municípios da Quarta Colônia, agora com a ideia

¹¹⁹ O resgate cultural ocorreu com a implantação do Projeto Identidade (PROI), cujo objetivo era tornar os moradores do lugar sujeitos da sua própria história. A estratégia para isso começa pela valorização cultural e se estende à sensibilização ambiental.

revalorizada, pode-se afirmar existir uma região com maior possibilidade de desenvolvimento.

Conforme Olivo (2006, p. 169), a identificação dos sujeitos oriundos de diferentes espaços territoriais (municípios), como um novo espaço social – Quarta Colônia – é representativa da constituição de uma identidade coletiva. Mais especificamente, há uma ressignificação do sentido de pertencimento a um novo espaço social que implica num movimento de revisão da ideia determinista de espaço territorial, a partir da emergência de novos usos e significados de território e espaço social. Para além dessa compreensão de espaço físico, a autora metaforiza o território como um “espaço vivido”, que contém um campo de possibilidades, onde os atores podem construir vários tipos de articulações.

4.2 AS PROPOSTAS DE INTEGRAÇÃO DA QUARTA COLÔNIA – O CAMINHO PERCORRIDO

A história da ex-Colônia Silveira Martins nos três primeiros capítulos deste trabalho se constitui num registro que aponta para uma série de dificuldades que conduziram para o freamento da sua ordem econômico-social, especialmente na sempre inseparável e inevitável relação que se faz com as três colônias de imigração italiana do nordeste do Estado.

Isso, sem dúvida, remete a um seguro distanciamento entre elas, estabelecendo-se uma hierarquia absolutamente perversa aos interesses do desenvolvimento a quem se posiciona na parte desvantajosa dessa relação.

Pois é chegado o momento de aludir-se que o tão pernicioso estancamento econômico e social associado à baixa autoestima da população tornaram-se as grandes variáveis de motivação que estão a indicar a marca mais contundente para um possível caminho do crescimento e do desenvolvimento local/regional.

Segundo Itaque e Villagrán (1998, p.12), o “esquecimento” em que permaneceu a ex-Colônia permitiu que grande parte do seu patrimônio cultural fosse preservado, embora a comunidade não o percebesse como um grande “bem” que poderia estar na iminência de desaparecer. Para Itaque e Villagrán (1998), o sistema educacional tinha uma parcela de responsabilidade no processo, já que a sua atuação girava em torno de programas, livros, cartilhas e conteúdos sem qualquer vínculo com a realidade local, tornando a cultura do lugar estranha à escola.

Foi nesse contexto que nasceu da gestão do primeiro prefeito eleito – pós-emancipação – de Silveira Martins (1989), através do titular da Secretaria de Educação, Cultura e Turismo, Sr. José Itaqui, o Projeto Identidade (PROI).

4.2.1 O Projeto Identidade (PROI)

Este projeto expressava a política cultural do município e começou a promover ações de revalorização da cultura local com base no desenvolvimento sustentável da comunidade.

Conforme Olivo (2006, p. 134), o Projeto Identidade se apresenta como um foco estratégico no sentido não só de valorizar mas de reconstituir a identidade da ex-Colônia Silveira Martins, a partir da própria comunidade.

Há um esforço concentrado da Prefeitura de Silveira Martins em recuperar os elementos culturais (documentos, linguagem, objetos, paisagem) ameaçados de desaparecer, por meio de encontros com a comunidade. A estratégia é a valorização do patrimônio edificado, das manifestações vivas da cultura e da sua história.

Da leitura do PROI (Projeto Identidade), formalizado em 1989, percebe-se que ele busca a criação de espaços sociais, nos quais as comunidades por meio de sua ação concreta de resgate, têm a possibilidade de compreender todas as tramas sociais, culturais, econômicas, afetivas, etc., com significação histórica.

Além disso, é possível compreender também que a contextualização dinâmica deste patrimônio, além de afirmar a identidade, a autoestima e um espaço individual e coletivo dos atores envolvidos, projeta ações concretas de desenvolvimento dos núcleos, dentro de uma visão dinâmica, que afirma a participação como sustentáculo desse desenvolvimento.

Portanto, a força deste projeto consiste em investir nos sujeitos e não em simples espectadores passivos transformados em consumidores de um destino impossível de mudar.

No dizer de Olivo (2006, p. 137, a “Quarta Colônia precisa desses sujeitos sociais para conhecer, reconhecer, reapropriar-se de sua história”.

O projeto é então assumido pela Prefeitura de Silveira Martins e, dentre outros eventos, começa a promover ações de animação de grupos comunitários com

resgate da cultura oral e dos filós culturais¹²⁰. Realizam-se também palestras, debates, inventário do patrimônio histórico, socialização de informações, etc.

Como toda essa discussão extrapolou as fronteiras da ex-sede da Colônia e envolveu o conjunto das comunidades próximas (Ivorá, Faxinal do Soturno – neste momento com os distritos de Vale Vêneto e São João do Polêsine, Nova Palma, Dona Francisca e com as localidades de Santa Maria – Arroio Grande, São Marcos, Três Barras, foi idealizado o Primeiro Fórum de Cultura da Quarta Colônia (1990), com o intuito de reunir a comunidade regional para discutir de maneira crítica a sua própria história.

Conforme Itaqui (2002, p. 23), este Fórum “discutiu o passado desde o presente para entendê-lo, iluminá-lo e projetá-lo como ação construtiva, como ação concretizadora do futuro desejado”.

No dizer de Itaqui (2002), a população de Silveira Martins passou a ser palco da cultura endógena e conhecer-se mais e melhor desencadeando ações para preservar a memória local no processo de desenvolvimento socioeconômico, especialmente o papel da educação formal na formação do conjunto social das comunidades rurais.

Por isso, a pauta deste Primeiro Fórum de Cultura da Quarta Colônia voltou-se para uma temática que colocou a própria região no centro das relações e elegeu como tópicos centrais do debate:

- 1 – A Quarta Colônia no contexto da Imigração italiana do Estado;
- 2 – A Quarta Colônia e sua integração regional;
- 3 – A Quarta Colônia e as Colônias do Nordeste do Estado.

O interesse pelas questões confrontadas neste Fórum superaram as expectativas dos organizadores e motivou a participação, agora não mais somente dos núcleos vizinhos da Sede da Colônia, mas também dos municípios próximos à Quarta Colônia. Todos interessados em discutir sua história, colocá-la no cenário contemporâneo e afirmá-la no protagonismo do tempo presente.

Desse desejo, concretiza-se em 1992 o Segundo Fórum de Cultura da Quarta Colônia, tendo como tema central “Educação: Socialização primária e secundária”.

¹²⁰ Filó cultural – significa um harmonioso encontro noturno, geralmente nos meses mais frios, entre familiares, vizinhos e amigos para se ocuparem de diversas atividades: rezar o terço, visitar enfermos, fazer brincadeiras, aprender afazeres artesanais, confraternizar, trocar sementes... Era um momento de aprendizagem e partilha dos valores humanos, bem como de educação para a solidariedade.

O evento se notabilizou pelo protagonismo das escolas da região que por meio de uma oficina dirigida aos professores municipais tornou conhecidos os fundamentos básicos da Educação Patrimonial. Este treinamento fora ministrado pela Dra. Maria de Lourdes Parreiras Horta¹²¹, acompanhada por técnicos do Museu Imperial de Petrópolis/RJ.

Os efeitos desse Fórum permitiram desenvolver o Projeto Piloto da Museologia Popular que posteriormente dará origem ao PREP – Projeto Regional de Educação Patrimonial.

De fato, esses dois fóruns (1990/1992) tiveram a finalidade de acelerar o processo de resgate da identidade e energizar as demais comunidades vizinhas e herdeiras do patrimônio comum (OLIVO, 2006, p. 157).

Como consequência dessa nova política cultural que possibilitou o reencontro das comunidades com a sua própria cultura, ocorre a reinserção da Quarta Colônia no contexto geográfico, social, político, econômico e cultural do RS.

A partir disso, articularam-se de forma integrada sete Secretarias Municipais de Educação para desenvolver o PREP – Projeto Regional de Educação Patrimonial.

4.2.2 O Projeto Regional de Educação Patrimonial

Conforme Itaqui e Villagrán (1998, p. 20), o objetivo político-pedagógico do projeto é integrar os conteúdos curriculares das escolas municipais envolvidas no Projeto Identidade (PROI).

Trata-se de uma metodologia materializada através do estudo de objetos comunitários como estratégia de aprendizagem do contexto sociocultural, onde a educação escolar é entendida como aprendizagem das manifestações do mundo da cultura e do mundo da natureza em sua existência histórica.

Da leitura do PREP¹²² depreende-se que ele é proposto para um período de oito semestres com programas de animação sociocultural, integrados às atividades curriculares das escolas da rede municipal. Com a participação das Comunidades,

¹²¹ Dra. Maria de Lourdes Parreiras Horta – Diretora do Museu Imperial (RJ).

¹²² O texto original do Projeto Regional de Educação Patrimonial consta no arquivo do CONDESUS com sede em São João do Polêsine.

das famílias dos alunos envolvidos no projeto e de especialistas convidados. Os programas foram executados do 2º semestre de 1993 ao 2º semestre de 1997.

A implementação do Projeto, conforme Itaqui e Villagrán (1998, p. 21), deu-se na seguinte ordem e com os seguintes Programas:

1 – A casa, espaço e mobílias desenvolvido no 2º semestre de 1993.

Por este programa, alguns objetivos traçados foram:

- desenvolver a sensibilidade e a capacidade de observação através dos sentidos (tato, olfato, gosto, audição, visão);
- desenvolver a percepção espacial do corpo;
- construir a história da Escola;
- reconhecer a própria casa como objeto integrante da sua história;
- reconhecer a casa antiga como elemento de valor cultural e fonte histórica da localidade.

2. Documentos familiares – desenvolvido no primeiro semestre de 1994.

O programa precisou organizar um cronograma de modo que a cada mês fosse efetivada a coleta de documentos da Escola, do Aluno e da Família, respectivamente.

Os objetivos mais significativos para este programa foram:

- valorizar a identidade do aluno na família, escola e comunidade, através da sua documentação;
- estimular a integração entre escola e comunidade;
- estimular o aluno a valorizar a sua realidade através do reconhecimento dos documentos da escola, comunidade e família.

3. Instrumentos de trabalho e técnicas de uso – desenvolvido no segundo semestre de 1994.

A metodologia deste programa requer que os envolvidos coletem, limpem, restaurem e identifiquem objetos e instrumentos antigos. Com este resgate e identificação desses instrumentos, serão registradas as informações relativas ao objeto e suas relações com a história individual (do proprietário) e coletiva (da comunidade e do município como um todo).

A partir destes dados levantados pelos alunos/pesquisadores, serão desenvolvidos, de forma integrada, dentro do programa curricular, ações que possibilitem ao aluno uma contextualização dinâmica do objeto na sua linha de

tempo e lhe seja possível reconstruir as dinâmicas sociais, culturais, econômicas e tecnológicas ocultas no objeto.

4. Cultivos e alimentação – desenvolvido no primeiro semestre de 1995.

A argumentação que sustenta a inclusão deste programa no projeto (p. 67) é o resgate na cultura local dos elementos que fazem o ser e o agir não só uma responsabilidade do passado histórico da comunidade, mas fundamentalmente, com o seu futuro.

Por isso, o seu objetivo é desenvolver, na comunidade escolar, programas que resgatem formas de preparo de alimentos, valorizando a cultura gastronômica, legado dos antepassados.

5. Flora nativa – desenvolvido no segundo semestre de 1995.

Inúmeros argumentos justificaram a inclusão deste programa no Projeto Regional de Educação Patrimonial da Quarta Colônia. Os que mais pesaram foi a necessidade de formar o senso crítico e a conscientização em relação à preservação da flora nativa da região e a sua identificação a fim de conhecer a importância da mesma para o meio ambiente.

Com isso, os principais objetivos a alcançar foram:

- conhecer as diferentes espécies de árvores existentes na região: nativas, exóticas, frutíferas e ornamentais, bem como as plantas medicinais;
- envolver em maior grau os órgãos e entidades como EMATER¹²³, Secretarias de Agricultura, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Grupo de Cozinha Alternativa, etc.;
- valorizar os conhecimentos da comunidade escolar, integrando os pais, alunos, funcionários e professores;

6. Fauna Nativa - desenvolvido no primeiro semestre de 1996.

A inclusão do programa no Projeto (PREP) se deve à ideia de valorização da natureza desde o ambiente mais próximo até os mais diversos ecossistemas do planeta, preservar os animais em seu ambiente, assim como formar uma consciência ecológica.

Com base nisso, o objetivo maior é a conscientização do aluno a respeito da realidade em que vive, a fim de que possa desejar melhorias na própria qualidade de vida e empenhar-se na educação de um futuro melhor.

¹²³ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

7. Água I - desenvolvido no primeiro semestre de 1997.

O programa está focado na idéia da preservação. Diante do seu caráter essencial para todos os tipos de vida, é necessário ampliar o grau de conscientização das pessoas, especialmente dos jovens, do perigo iminente da falta de água potável no planeta.

Diante do apelo para a importância que tem para a vida, foi possível traçar para este programa os objetivos:

- reconhecer que a água se encontra em toda a parte e que ela é imprescindível para todos os seres vivos;
- conhecer as diferentes formas de tratamento da água;
- identificar os agentes poluidores dos rios.

Para o universo de águas da Região estudada, tornou-se importante estratégia conhecer os rios Soturno e Jacuí, dado o uso das suas águas para atividades econômicas (seja para a agricultura ou para a produção de energia através das Usinas Hidrelétricas), bem como pelo vínculo histórico que se criou, tanto pela chegada dos imigrantes alemães na Colônia Santo Ângelo como pela chegada dos italianos na Colônia Silveira Martins.

8. Água II - desenvolvido no segundo semestre de 1997.

O foco deste programa (que é sequência do anterior – Água I - cujo foco é a preservação) é o uso da água pela população da região,

As atividades que usam a água como fonte principal são as lavouras de arroz, os viveiros florestais, a piscicultura, as hortas e as estufas que produzem flores, frutas e verduras.

Algumas dessas situações os alunos puderam vivenciar em experimentos oportunizados pelas Escolas como parte deste projeto. Dentre elas, destaca-se a horta, o aquário e as estufas.

Conforme consta no projeto (p. 21-27), os programas foram materializados através de Seminários de Avaliação e Planejamento, Exposições, Documentação, Banco de Dados, Lugares de Memória e Inventários.

Os Seminários se realizavam em todos os programas e se constituíram numa fantástica oportunidade dos professores trocarem experiências e conhecerem os problemas enfrentados nas diferentes realidades dos programas. A metodologia utilizada possibilitou o intercâmbio das descobertas ocorridas tanto em sala de aula

como fora dela, bem como encaminhar soluções que permitissem um maior envolvimento da comunidade.

Como estratégia de ação pedagógica, os Seminários permitiram a avaliação coletiva dos programas nas dimensões do processo, de conteúdos, da metodologia e dos resultados alcançados.

As exposições como estratégia comum dos programas fora utilizada como espaço de articulação entre a Escola e a comunidade e propiciaram aos diferentes atores envolvidos o conhecimento dos trabalhos de campo e de sala de aula produzidos pelos alunos.

À medida que o projeto ia se desenvolvendo, iam acontecendo também exposições individuais (em cada uma das escolas), coletivas (do conjunto das escolas na sede de cada município integrante do projeto), regionais (apresentadas em diferentes pontos do Estado e do país, organizadas pela Coordenação Geral do Projeto).

Os documentos como estratégia dos programas foram organizados pelos professores integrantes das Secretarias Municipais de Educação e da Coordenação do Projeto e consistem no registro feito em fotografias e vídeos.

Os Bancos de Imagens possibilitam a leitura e decodificação de documentos e fotografias estimulando o reconhecimento dessas informações como elementos específicos e singulares do patrimônio cultural da localidade. O Projeto como um todo, além de estimular a produção de documentos de cada um dos programas, proporcionou a sua integração junto aos arquivos públicos das Secretarias de Educação envolvidas com o intuito de formar um referencial balizador da história das comunidades inseridas no projeto.

Além disso, fora proporcionada a aprendizagem, via currículo escolar, das técnicas básicas de preservação e catalogação de fotografias para que os envolvidos pudessem organizar a documentação familiar, comunitária e escolar.

Os Lugares de Memórias são espaços de uso social (salas, jardins ou outra dependência de uma residência, entidade ou associação) onde a pessoa ou a família guarda suas relíquias, de modo a preservá-las da deterioração ou destruição, além de ser um espaço para identificá-las e facilitar o seu acesso e uso.

Os Inventários como estratégia dos programas são fundamentais para que cada comunidade possa mapear e conhecer o patrimônio natural e cultural do seu

espaço e inserir-se num conjunto amplo de ações básicas concretas para o seu manejo e conservação.

Essa estratégia é bastante complexa e sua execução exigiu parcerias com o IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado), o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental) e da Fundação Zoobotânica.

Esse conjunto de estratégias permitiu pensar e propor ações educativas integradoras que possibilitaram aos alunos uma contextualização dinâmica do conhecimento trabalhado em sala de aula (ITAQUI; VILLAGRÁN, 1998, p. 26).

Com relação aos Programas, de fato eles se constituem na alternativa política adotada pelos prefeitos eleitos na região nos processos eleitorais de 1992, na busca por caminhos para uma integração dos municípios (OLIVO, 2006, p.144).

Para isso, a execução do projeto passa pelo protagonismo da Escola, uma vez que nela estavam presentes os profissionais com o preparo necessário para levá-los adiante, bem como os jovens que poderiam sustentar a longo prazo a perpetuação e difusão dos seus propósitos.

Isso fez com que se gerasse uma proposta de trabalho integrada de modo que os elementos culturais fossem trabalhados não como um recurso, mas como a realidade material e concreta da qual os alunos fazem parte como sujeitos.

Isso exigia da escola um envolvimento tão sério que a impedia de cair na adoção simples de uma nova disciplina no currículo escolar e que fosse uma simples ação suplementar, separada do programa.

Essa exigência decorria da própria base metodológica identificada no Projeto e que estava a exigir:

- do aluno - a articulação do tempo (partindo do presente e indo na direção do passado para entender o momento vivido como um momento de construção e, no rumo do futuro, como projeto consciente, individual e coletivo) e dos territórios (partindo do local para o regional e o universal);

- da Escola e Professores - que levasse em consideração os diversos saberes (do cotidiano trazidos pelos alunos e os demais compreendidos como escolares, técnicos, científicos, etc.), as abordagens e suas formas (leituras histórica, geográfica, econômica, tecnológica, artística, afetiva... sob a ótica transdisciplinar) e as fontes (como forma de aproximação ao tema de estudo devem mediar de modo concreto as relações através de levantamentos de campo, de documentação, de

fotografias, bibliografia, de memória oral, contatos com pessoas, lugares, objetos, etc.

A realização desse Projeto (no período de 1993/1997), sem dúvidas, fortaleceu o sentido de regionalidade e através da educação como apropriação e transformação da cultura iniciou o reconhecimento da Quarta Colônia como região e a projetá-la como tal (ITAQUI; VILLAGRÁN, 1998, p. 91).

O grau e a amplitude do envolvimento podem ser avaliados no quadro a seguir.

Tabela 5 – PREP Quarta Colônia – universo de participantes

Municípios	Alunos	Professores	Escolas	Habitantes
Silveira Martins	200	23	06	2.329
Ivorá	123	16	11	2.596
Faxinal do Soturno	622	66	16	6.750
São João do Polêsine	110	13	03	2.582
Dona Francisca	180	23	30	3.760
Nova Palma	699	61	21	6.109
Pinhal Grande	409	31	21	4.334
Agudo*	52	05	02	16.248
Restinga Seca*	500	52	10	15.555
Total	2.895	290	120	60.263

* Estes municípios fazem parte do PRODESUS/Quarta Colônia e desenvolveram somente os Programas Água I e II.

Fonte: ITAQUI; VILLAGRÁN (1998, p.15).

As propostas do PREP, antes brevemente explicitadas em cada um de seus programas, permite ver que o foco de sua sustentação está nos vínculos que se geram com as ações pedagógicas inscritas na construção de um espaço social interacional e transcendem formas convencionais de articulação social.

Diante disso, Olivo (2006, p. 158) constata que após completar-se a aplicação dos programas do Projeto Regional de Educação Patrimonial, há uma significativa transformação do termo “Quarta Colônia”. A expressão desse termo adquiriu um novo “capital simbólico”¹²⁴, uma nova identidade de caráter coletivo e de cunho emancipatório. Parece ter ficado para trás um estado hegemônico de naturalização pejorativa da identidade dessas comunidades de imigrantes italianos. Vão à ruína os significados simbólicos depreciativos como gringolândia, local em que haviam disputas históricas, não tinham história, local de maldição, etc.

¹²⁴ Segundo Pierre Bordieu (2003, p. 145), o capital simbólico compreende um conjunto de ações aceitas por todos como ingrediente natural da estrutura social.

Enquanto o PREP se desenvolvia, já recebera notoriedade e se constituiu em referência para que a Comissão Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e o Comitê Estadual de Tombamento da Mata Atlântica, durante a realização do Terceiro Fórum de Cultura da Quarta Colônia, propusessem que Silveira Martins se transformasse em uma das Áreas-Piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Rio Grande do sul. Essa proposta foi discutida e ampliada para o conjunto dos Municípios da Quarta Colônia (ITAQUI, VILLAGRÁN, 1998, p. 91).

O Terceiro Fórum de Cultura da Quarta Colônia, realizado de 8 a 11 de novembro de 1994, projetou como núcleo temático: “Memória e Desenvolvimento Socioeconômico em uma Reserva da Biosfera”, tendo como temas: Patrimônio Natural e Desenvolvimento, Políticas de Manejo dos Ecossistemas Associados da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; Patrimônio Cultural e Desenvolvimento; Educação e Desenvolvimento e Ação Comunitária e Desenvolvimento.

O documento final do evento compõe as “Diretrizes básicas para o desenvolvimento integrado da Quarta Colônia”. Esse documento foi assinado por todos os prefeitos dos municípios que compõem a Quarta Colônia (ITAQUI, 2002, p. 27).

Segundo Olivo (2006, p. 122), o Terceiro Fórum de Cultura da Quarta Colônia (1994) fomentou a criação de ações regionais de desenvolvimento sustentável, tomando como base a preservação do patrimônio cultural, natural e histórico. E o seu documento final ressoa como estratégia de performatividade que possibilita novas acumulações de sentido para influenciar práticas emergentes.

Assim, conforme Itaqui e Villagrán (1998, p. 91), o reconhecimento das ações em andamento e a criação de Área-Piloto qualificou a região para que, em 1995, participasse com o Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (PRODESUS¹²⁵) no Programa de Execução Descentralizada – PED/RS, do Programa Nacional do Ministério do Meio Ambiente – PNMA.

Dessa forma, o PRODESUS/Quarta Colônia se torna através do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia o instrumento jurídico de

¹²⁵ A origem do PRODESUS está na iniciativa do Governo do Estado por meio da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, sob a Coordenação da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) e o Ministério do Meio Ambiente que elaboraram um Projeto de Execução Descentralizada (PED), integrante do Programa Nacional do Ministério do Meio Ambiente (PNMA). Para desenvolvê-lo foram indicados três regiões como áreas prioritárias, entre elas a Quarta Colônia.

articulação e agilização do projeto de desenvolvimento regional. Inicia-se uma nova fase na Quarta Colônia.

4.2.3 O PRODESUS/CONDESUS/Quarta Colônia

Com o andamento do PREP e diante dos resultados exitosos que se mostravam em meio a um contexto de transformações na região, foi criado o Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia.

Conforme Itaqui (2002, p. 27), para implantar e executar o PRODESUS, foi necessária a criação de um instrumento de articulação com respaldo político e jurídico para mediar as relações entre Executor e Coexecutores e os órgãos financiadores. Dessa necessidade e para cumprir essa função é que nasce o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia - CONDESUS.

O CONDESUS é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cujo estatuto, além das necessidades administrativas do PRODESUS, previa abrir caminhos alternativos para executar ações, programas e projetos de interesse regional, fundamentados nos princípios da sustentabilidade dos recursos naturais e culturais da Quarta Colônia.

Na Ata nº 001 do Livro de Atas do CONDESUS, consta que em 05/08/1996, no gabinete do Prefeito de Faxinal do Soturno, reuniram-se os Prefeitos Célio Chelotti de Faxinal do Soturno, Carlos Alberto Brandão de Silveira Martins, Valternei Ceolin de Nova Palma, Onildo Sarzi Sartori de Ivorá, Valserina Bulegon Gassen de São João do Polêsine, Mauri Mezzomo de Dona Francisca, Saulo João Garlet de Pinhal Grande, Ari Carlinhos Jaeger de Agudo e Vilmar João Foletto de Restinga Seca, para fundar o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, para atuar articuladamente com os poderes públicos e privados, buscando o encaminhamento de soluções alternativas para o desenvolvimento sustentável dos municípios que o compõe.

Pelo Estatuto do Consórcio aprovado na data da sua fundação, ficou determinado que a sede do CONDESUS será a cidade do Presidente do Consórcio (art. 4º) e a sua área de atuação abrangerá os municípios que o integram, inexistindo limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe (Art. 5º).

Com o intuito de adequar o consórcio à nova legislação brasileira (Lei Federal nº 11.107, de 06/04/2005 – Lei dos Consórcios Públicos), o Estatuto do CONDESUS

precisou ser reformulado, no entanto, a sede permaneceu em Faxinal do Soturno e os objetivos aparecem de modo mais detalhado e específico.

Em junho de 2010, uma nova readequação estatutária foi necessária por exigência do Decreto Federal nº 6.017 de 17/8/2007 e o Consórcio fixa sua sede em São João do Polêsine¹²⁶.

Da análise que se pode fazer dos Estatutos e suas adequações, não resta dúvida que perpassa toda sua existência, o pioneirismo nas iniciativas de integração regional e a promoção de ações para o desenvolvimento sustentável.

Diante disso, o atual Estatuto prevê as finalidades e os objetivos do Consórcio. As finalidades previstas no Artgo 6º¹²⁷ visam tornar o CONDESUS um Fórum legal de discussão, análise e organização das questões que projetam a integração e o desenvolvimento dos municípios que compõem o Consórcio, bem como representá-los em todas as instâncias necessárias. Os objetivos elencados no Artigo 7º¹²⁸ representam o planejamento, a promoção e a gestão dos projetos de interesse dos consorciados.

¹²⁶ Rua Maximiliano Vizzotto – nº 598. Fone: 55-3269 1022 – CEP: 97230-000 – E-mail: condesus@quartacolonia.com.br.

¹²⁷ As finalidades são (Art. 6º): - constituir-se como Forum legal para discutir, analisar e organizar as ações e programas de interesse regional que tenham como objeto a integração e o desenvolvimento dos municípios consorciados; - representar o conjunto dos municípios que o integram em assuntos de interesse comum perante quaisquer outras entidades, especialmente perante as demais esferas constitucionais de governo; - mediar, planejar, adotar e executar individualmente ou em conjunto com os consorciados, projetos e programas destinados a promover o desenvolvimento sustentável da região compreendida pelos territórios dos municípios consorciados.

¹²⁸ Os objetivos são (Art. 7º): - planejar e gerir projetos destinados a instituir e ampliar ações que tenham como objeto a qualidade de vida e o desenvolvimento local e regional dos municípios consorciados mediante o incentivo às atividades de outras entidades buscando atuar em cooperação com os demais entes públicos e a sociedade civil, mediante a celebração de parcerias; - promover o intercâmbio de experiências sobre o desenvolvimento em nível regional, estadual e nacional, envolvendo os agentes institucionais da região; - gerenciar os serviços públicos de inspeção animal e vegetal de acordo com os princípios e definições da sanidade agropecuária, nos municípios consorciados, dentro dos padrões de normas técnicas do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, com vistas a regulamentar a sanidade agropecuária, incluindo o controle de atividades de saúde, sanidade, inspeção, fiscalização, educação, vigilância de animais e vegetais, insumos e produtos de origem animal e vegetal; - gerenciar o compartilhamento ou uso em comum de instrumentos e equipamentos inclusive gestão e manutenção; - produzir em parceria com entidades acadêmicas e científicas, públicas e privadas, informações ou estudos técnicos e científicos de interesse local e regional, em especial no campo da paleontologia; - apoiar as entidades acadêmicas e científicas, públicas e privadas, no desenvolvimento de aulas e pesquisas a campo e laboratorial nos sítios fossilíferos da Quarta Colônia; - instituir o funcionamento do Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica da Quarta Colônia – CAPP; - promover o uso racional dos recursos naturais e proteção do meio ambiente; - incentivar a proteção do patrimônio urbanístico, paisagístico, geológico, paleontológico e turístico da região; - promover o patrimônio natural e cultural, material e imaterial da região; - exercer competências pertencentes a entes da Federação nos termos da autorização e delegação; - promover e apoiar o planejamento e o desenvolvimento regional da Quarta Colônia; - gerenciar as ações e os serviços de saúde, obedecidos aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde (SUS).

A estrutura básica do CONDESUS/Quarta Colônia é composta da Assembléia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Secretaria Executiva, Câmaras Setoriais e Controle Interno (Art. 15).

A presidência do CONDESUS/Quarta Colônia será exercida pelo Presidente do Conselho de Prefeitos (Art. 25).

O Estatuto do CONDESUS/Quarta Colônia prevê também a criação de Conselhos Consultivos (Arts. 35, 38, 41, 44, 47, 50, 63, 56, 59) em temáticas que se constituem nas áreas objeto da integração. São elas: da Sanidade Agropecuária; das Cidades da Quarta Colônia; da Educação da Quarta Colônia; da Cultura da Quarta Colônia; do Turismo, Indústria e Comércio da Quarta Colônia; da Saúde da Quarta Colônia; do Meio Ambiente da Quarta Colônia; da Agricultura da Quarta Colônia; e do Patrimônio Geológico e Paleontológico da Quarta Colônia.

No que se refere à composição desses Conselhos, pode-se dizer que atendem critérios técnicos, políticos e, principalmente, da sociedade civil organizada em cada município¹²⁹.

Como se vê, as temáticas dos Conselhos Consultivos nascem do propósito de uma possibilidade de contribuição voluntária e cooperativa de iniciativas das comunidades envolvidas que descobrem e procuram fortalecer as potencialidades comuns. É uma ideia de integração que não nasce da crise de cidades industriais que estão em busca de uma forma de arranjo para contemplar um passado individual glorioso e agora enfraquecido, mas do propósito de uma contribuição voluntária e cooperativa às iniciativas das comunidades envolvidas na descoberta e fortalecimento das potencialidades comuns.

¹²⁹ A composição desses conselhos varia conforme segue: - de Sanidade Agropecuária, formado pelos Secretários de Agricultura dos Municípios consorciados; - das Cidades; de Educação; de Cultura; de Turismo, Indústria e Comércio; de Saúde; do Meio Ambiente; da Agricultura - formados por membros do poder público, por membros da sociedade civil organizada dos municípios consorciados, paritariamente até o limite de quatro representantes por município; - do Patrimônio Geológico e Paleontológico - formado por membros das universidades públicas e privadas, com atuação nos campos da biologia, geologia e da paleontologia, do poder público, da sociedade civil organizada dos municípios consorciados paritariamente, até o limite de quatro representantes por município. As atribuições desses Conselhos Consultivos também são previstas estatutariamente e estão descritas nos itens I, II, III e IV dos artigos 37, 40, 43, 46, 49, 52, 55, 58 e 61 e consistem em: - emitir parecer quando solicitados pela Assembléia Geral, Presidência e Secretaria Executiva, acerca de convênios, contratos, credenciamento, proposta orçamentária, balanços e outras atividades afins; - sugerir à Assembléia Geral, à Presidência, ao Conselho Fiscal e à Secretaria Executiva ações que visem ao atendimento aos objetivos do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia, com maior economicidade e melhor qualidade na prestação de seus objetivos; - criar Comissões Técnicas para análise e acompanhamento de temas específicos de competência do Consórcio quando da elaboração do seu Plano de Ação; - eleger entre seus pares um Presidente e o Secretário.

Trata-se de uma experiência que permite explorar mais as riquezas culturais do que as econômicas, como permite entender Varine (1987, p. 44).

No que diz respeito à Secretaria Executiva do CONDESUS/Quarta Colônia, o seu titular é escolhido pelo conselho de Prefeitos e, após, ocorre a homologação pela Assembléia Geral (Art. 62).

A exposição dos principais aspectos estatutários do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia evidencia de maneira clara as suas estratégias de intervenção: o desenvolvimento sustentável e o gerenciamento integrado dos seus recursos com a finalidade de articular e fomentar projetos em parceria com os municípios de modo intersetorial.

Ainda conforme Itaqui (2006, p. 27), o Estatuto do CONDESUS, além de responder às necessidades administrativas do PRODESUS, tinha como objetivo abrir caminhos alternativos para através de projetos captar recursos e executar ações, programas e projetos de interesse regional fundamentados nos princípios da sustentabilidade dos recursos naturais e culturais da Quarta Colônia. A partir dessas noções, é importante examinar-se a dinâmica de sustentação teórica que fundamenta essas transformações.

4.2.4 As bases teóricas das transformações motivadas pelo PROI/PREP/PRODESUS

A complexidade e a contraditoriedade geradas pelas mudanças, especialmente, nas últimas duas décadas do século XX, não se constituem propriamente na maior novidade no conjunto de transformações que se efetivaram no mundo contemporâneo. As grandes novidades, de fato, foram o ritmo acelerado com que se produziram, as múltiplas dimensões que se processaram e a tendência à sua abordagem ecológica.

Trata-se de um elenco de transformações estruturais de abrangência planetária que provocaram mudanças em vários âmbitos e afetaram a maneira de conceber o tempo e o espaço, criando um conjunto de conexões de amplitude mundial expondo as diferentes situações locais no âmbito universal.

Produz-se também nesse fenômeno um conjunto de tensões que sugerem uma duração ainda indefinida, por estarem ocorrendo e pretenderem a inserção total

da sociedade, impondo-lhes desafios múltiplos para o seu enfrentamento, tanto no presente como no futuro.

Nessa perspectiva há um diagnóstico que aponta para transformações de amplitude estrutural que trazem diretamente às conjunturas locais e em toda parte os fundamentos que dão as bases de sustentação para a mutante realidade em vários âmbitos da esfera local - incluída aqui a região objeto deste trabalho - a Quarta Colônia de imigração italiana do RS.

É evidente que pelo fato de estarem dados os fundamentos teóricos da mudança e da discussão, seus agentes precisam ainda dispor-se a operacionalizá-los da forma mais adequada possível, considerando os próprios interesses e especificidades locais.

No dizer de Varine (1987, p. 104-107), levar em consideração os interesses locais exige compreender prioritariamente as facetas políticas que contemplem o desenvolvimento comunitário. Trata-se de um movimento endógeno de natureza profundamente cultural, que libera e mobiliza forças humanas e materiais de um grupo social complexo, a fim de expressar, da maneira mais completa possível, suas potencialidades em todos os domínios. Ele exige que os envolvidos tenham, além de muita consciência a ponto de se sentirem os próprios sujeitos do desenvolvimento desejado, noção de totalidade para produzirem o sentimento de comunidade humana e superar a ideia do interesse individual e produzir solidariedade, ponto chave para manter a disposição de lutar.

No caso da Quarta Colônia, a centralidade dessas inovações passa pelo investimento inicial na educação com forte ênfase social, cultural, ambiental e coletiva (PROI e PREP) e, gradativamente, afirma-se os demais vieses – ideológico, político e econômico, através do PRODESUS/CONDESUS.

Conforme Froehlich e outros (2009, p. 8), “(...) o papel mais fantástico do PRODESUS foi de não só projetar para fora o sentimento de regionalidade, como articular internamente o sentido de regionalidade”.

Sob essa perspectiva, Hugues de Varine¹³⁰ e Maria de Lourdes Parreiras Horta¹³¹, na apresentação da obra de José Itaquí e María Angélica Villagrán, intitulada “Educação Patrimonial - a Experiência da Quarta Colônia (1998) afirmam

¹³⁰ Hugues de Varine – Consultor francês. Tem formação nas áreas de História e Arqueologia. Foi diretor do Conselho Internacional de Museus. Fundou o Ecomuseu de Le Creusot – Montceau, na França.

¹³¹ Maria de Lourdes Parreiras Horta – Museóloga – Diretora do Museu Imperial (RJ).

em poucos parágrafos a relevância e o pioneirismo no país, do trabalho lançado no Projeto Regional de Educação Patrimonial da Quarta Colônia e levado em frente no Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia.

No dizer de Maria de Lourdes Horta, muito além de expressão numérica envolvida na experiência do PREP (envolvendo nove municípios, quase três centenas de professores, mais de uma centena de escolas, aproximadamente três mil alunos, pais e membros da comunidade) e seguida no PRODESUS, está o valor da descoberta de caminhos novos e múltiplos para a educação popular e permanente no sentido de decodificar a “cultura do cotidiano” e suas manifestações materiais, afetivas e simbólicas.

Nesse aspecto, o sentimento de regionalidade que se projeta no território passou a ser uma referência motivadora para os moradores locais, que se afirmam enquanto grupo, aumentando a sua autoestima, relegando assim os estigmas negativos da vida colonial e/ou rural (FROEHLICH e outros, 2009, p. 8).

Para Horta, muito além do método empregado e das ações empreendidas, há, na prática, o aprofundamento do olhar crítico sobre a realidade presente e passada e sua projeção para o futuro.

Hugues de Varine destaca a especificidade da Quarta Colônia no contexto das mudanças do mundo contemporâneo em relação ao desenvolvimento. Há nesse aspecto um conjunto de características muito particulares a serem destacadas.

A primeira refere que o projeto de desenvolvimento da Quarta Colônia tem como base três recursos essenciais: o patrimônio natural (parte da Mata Atlântica e seus arredores) cultivados e colonizados há mais de um século; o patrimônio cultural material (paisagem, urbanização, instrumentos, documentos, objetos) ou imaterial (a memória viva, o dialeto vêneto) e, o recurso humano da comunidade com suas iniciativas, organização e saberes.

Isso leva a um desenvolvimento global e completo, uma vez que atende às dimensões cultural, social e econômica, em permanente interação e dinamicidade. Há o reconhecimento que no processo civilizatório o homem partiu da relação com a natureza para um projeto de conquista sem limites. Ao longo de sua existência, o homem foi dominando terras, animais e plantas e descobriu outras formas complexas e eficazes de garantir a vida.

Pode-se dizer que estas conquistas trouxeram imensas vantagens à civilização, mas à custa do esgotamento dos recursos e da devastação da terra.

Para restabelecer o equilíbrio, é necessário que haja uma significativa mudança nas mentes, na forma de produção, distribuição e consumo. A atual situação autoriza explorar de forma limitada os recursos disponíveis para criar uma abundância de bens a serem consumidos, tendo como efeito final a produção de riquezas.

No dizer de Boff (1999), o último quarto do século XX indicou para o aprofundamento de um novo paradigma civilizatório, em que valores, instituições, modos de produção, consumo, convivência e relações com a natureza sejam pautados não pela conquista, mas pelo cuidado que gera uma outra forma de viver que permita ao ser humano continuar nesse planeta.

Surge, então, a necessidade de uma consciência planetária de que todos os seres vivos têm a mesma origem - e o mesmo destino. Nossa interdependência com a natureza é o que faz entender a sustentabilidade. Ela comporta uma rede de relações que vai além da perspectiva econômica. Conforme Boff (1999), deve-se buscar a sustentabilidade humana com valores que nos permitam viver em paz, sem conflitos sociais, sabendo que aquilo que realiza a felicidade não está no mercado. Está dentro do coração.

A idéia de sustentabilidade se constitui num dos fundamentos do novo paradigma civilizatório que procura harmonizar ser humano, desenvolvimento e terra.

Nas últimas décadas, tornou-se comum a sustentabilidade vir acoplada à ideia de desenvolvimento, no entanto, oficialmente o conceito de desenvolvimento sustentável foi usado pela primeira vez na Assembléia Geral das Nações Unidas em 1979. Foi assumido pelos governos e pelos organismos multilaterais a partir de 1987, com a publicação do documento *Nosso Futuro Comum*. É nele que aparece a definição clássica: "sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras e suprir suas próprias necessidades".

A segunda especificidade do desenvolvimento da Quarta Colônia é o respeito ao equilíbrio entre as autoridades estabelecidas, eleitas que possuem a legitimidade do interesse geral e as forças vivas comunitárias, acomodando interesses e gerando iniciativas de confrontação democrática e inovação institucional.

Isso pode ser comprovado na composição da gestão do CONDESUS prevista sucessivamente em seus estatutos e, de modo especial, na última reforma efetivada em meados de 2010. Nele, consta que a Assembleia Geral é composta pelo

Conselho de Prefeitos que são eleitos em seus respectivos municípios. Já os integrantes dos Conselhos Consultivos, em sua maioria, são compostos por membros da sociedade civil organizada nos municípios consorciados, até o limite de quatro representantes por município.

Conforme Santos (2002), ocorre aqui duas formas de democracia que se combinam: participativa e representativa. Dá-se a coexistência e a complementaridade entre elas. A coexistência implica uma convivência em vários sentidos, em diferentes formas de proceder, organização administrativa e variações do projeto institucional. A democracia representativa do plano nacional também coexiste com práticas participativas em nível local.

A complementaridade implica uma articulação mais profunda entre representação e participação. Pressupõe um reconhecimento da via institucional de que o procedimento participativo e os processos de deliberação pública são substitutos de suas práticas mais oficiais. O exemplo mais evidente dessa situação no Projeto Regional de Educação Patrimonial aplicado na Quarta Colônia é o conjunto de programas eleitos para serem trabalhados integradamente às atividades curriculares das escolas e com a participação das comunidades e das famílias dos alunos envolvidos no projeto, bem como a participação de especialistas convidados, fora do quadro de professores dos municípios.

Segundo Boaventura Santos (2002), é na originalidade das novas formas de experimentação institucional que podem estar os potenciais emancipatórios ainda presentes nas sociedades contemporâneas.

Santos (2002) e Boff (1999) partilham das mesmas idéias quando afirmam que praticamente todos os povos se constituíram em Estados-nações e a democracia penetrou nos hábitos políticos de todas as tradições, seja como valor universal a ser vivida em todos os âmbitos do relacionamento humano, seja na forma de organizar o poder dos grupos e do próprio Estado. Dessa maneira, surgiram e continuarão surgindo democracias representativas e participativas.

A forma dinâmica como se operacionalizaram o PROI/PREP e PRODESUS na Quarta Colônia são a prova concreta da quebra do predomínio do mercado na articulação social e política, considerando-se a efetividade do direito a conquista da cidadania. Segundo Candau e Sacavino (2000), a ideia que as demandas e necessidades, antes consideradas assuntos públicos e que se transformaram em questões individuais, diante das quais os governos de inspiração neoliberal

consideravam que nada tinham a fazer a não ser criar condições mais favoráveis para que o mercado lhes dê as soluções, são completamente abaladas com esta experiência democrática construída a partir da maior participação da sociedade.

Trata-se de um modo de privilegiar a democracia participativa, sem deixar de contemplar a democracia representativa. É, sem dúvida, um modelo que extrapola as características identificadas na comparação com o mercado e tem a pretensão de se tornar um autêntico estilo de vida que perpassa todas as dimensões da organização da sociedade, bem como os diferentes espaços, desde o individual ao social e do local ao global.

Na órbita do direito à cidadania, esta democracia prioriza tanto a liberdade como a igualdade. A liberdade não para o mercado, mas para as pessoas, sujeitos de direitos para que possam desenvolver potencialidades de vida digna e a igualdade, tanto nas oportunidades quanto para usufruir dos resultados.

A terceira especificidade do desenvolvimento da Quarta Colônia anuncia que o seu território não possui nenhum dos trunfos tradicionais do desenvolvimento econômico: infraestrutura industrial, recursos naturais raros, proximidade de mercados, população numerosa, mão-de-obra qualificada, equipamentos urbanos de qualidade... É no equilíbrio entre o seu patrimônio natural, patrimônio cultural e recursos humanos que se baseia a sua dinâmica de permanência.

Não é difícil chegar-se à percepção identificada por Hugues de Varine, uma vez que os três capítulos iniciais desse trabalho se constituem num grande esforço de apresentar os elementos que a História pode oferecer no intuito de sustentar com argumentos as suas constatações.

Praticamente em todo o primeiro capítulo concentram-se as idéias explicativas do fraco desenvolvimento da Quarta Colônia em relação ao ritmo das demais colônias italianas do RS, considerando-se Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul.

A esse conjunto de fatores lá estudados se atribui não só o retardamento, mas também o seu diferenciado processo de desenvolvimento.

Dentre as explicações desse atraso da Colônia Silveira Martins foram abordadas a fragmentação do seu território pelo Decreto 1570 de 2/4/1886 que a dividiu entre Cachoeira do Sul, Santa Maria e Júlio de Castilhos, a constante migração de seus habitantes de um meio rural para outro, fenômeno denominado “enxameamento”, os conflitos entre católicos (liberais e ultramontanos) e entre

católicos e maçons, a questão do nome da colônia e o desgaste que ele representou no prestígio político da Colônia, a indefinição econômica dos primórdios da Colônia e as influências de Santa Maria sobre a sede da Colônia. Todos motivos somados ou individualmente contribuíram para que na ex-Colônia Silveira Martins se instalasse um sentimento de fracasso em relação ao seu desenvolvimento.

No segundo e terceiro capítulos, sob o pretexto de buscar a modernidade concebida por um modelo de desenvolvimento gerado pelo Capitalismo, os núcleos coloniais chegaram à emancipação, no entanto somente ocorrem a partir da segunda metade do século XX e mais de meio século após se consolidarem as autonomias político-administrativas das colônias italianas do nordeste do Estado. Mesmo assim, a concepção de atraso acompanhava a Quarta Colônia, já que o ideal fundante das emancipações se reportava à versão ditada pelo crescimento econômico e a urbanização. Diante da fraca presença dessas variáveis na região, coube ao Estado brasileiro estimular, através de sucessivas e abundantes legislações, a criação de novos municípios e desencadear na região as autonomias de diversas cidades.

Impossível deixar passar a lembrança em nível local do trabalho do sacerdote Luiz Sponchiado por tudo o que representou na articulação e mobilização de todo este processo.

Fica claro que o modelo de desenvolvimento econômico baseado na industrialização adotado nas Colônias do nordeste do Estado não vingou na Quarta Colônia e, por isso, na relação que se estabelece entre elas até meados da década de 90 do século passado sempre há a dicotomia entre colônias evoluídas/desenvolvidas e Colônia atrasada.

Diante das especificidades do desenvolvimento da Quarta Colônia pós-emancipada elencadas aqui, a atuação do CONDESUS/Quarta Colônia privilegia a valorização da construção da identidade regional, a busca por educação ambiental e patrimonial e o desenvolvimento sustentável.

É nessa perspectiva que segue o desafio dos gestores do consórcio. São nove prefeitos com o apoio de uma Secretaria Executiva, os administradores dessa nova experiência de gestão partilhada.

Segundo Chelotti¹³² (2011, p. 6), o ingresso do Município de Faxinal do Soturno no Condesus/Quarta Colônia se deu por ele ter acreditado em “algo novo, ousado”, que tinha como principal objetivo aproximar os municípios constituindo-se no “embrião” de uma nova versão regional.

Só assim começamos a nos fortalecer. O nome Quarta Colônia não existia antes disso. [...] O Condesus fortaleceu o nome da região. No governo do Estado, antes ninguém sabia onde era a Quarta Colônia. [...] Não tinha essa visão de região (CHELOTTI, 2011, p. 6).

Sobre o avanço que representou para o conjunto dos municípios a ideia do CONDESUS, afirma Zacarias¹³³ (2001, p. 6)

...a principal realização foi mesmo a união das prefeituras na formação do CONDESUS. Hoje, os prefeitos buscam as reivindicações das comunidades em conjunto. Nosso maior ganho foi político porque hoje temos os prefeitos unidos e o nome Quarta Colônia forte.

A partir dessas reflexões, Battistella, Erdmann e Wittmann¹³⁴ (2008), descrevem esta singular experiência de gerir o consórcio. Para estes autores, a experiência vivida pelos gestores do CONDESUS foi exitosa e possibilitou a composição e afirmação de quatro aspectos significativos que traduzem em linguagem própria as experiências e sentimentos vividos por estes gestores. São eles: a superação, a força, o sentimento de orgulho, processo.

Através do aspecto da superação, os gestores visualizaram uma possibilidade de ultrapassar as divergências, conflitos e rivalidades históricas, pessoais e políticas em nome de um futuro de prosperidade em comum. Cada município precisou ultrapassar as barreiras locais em nome da unidade regional. Superar o limite

¹³² Célio Chelotti foi prefeito de Faxinal do Soturno no período de 1993 a 1996 e foi o primeiro presidente do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS). Concedeu entrevista ao Caderno Quarta Colônia (encartado no Jornal Diário de Santa Maria) no dia 25 de março de 2011.

¹³³ Jorge André Dornelles Zacarias é engenheiro agrônomo e fez parte da Comissão que montou o Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia. Na época, ele era o chefe do escritório da Emater de Faxinal do Soturno. Concedeu entrevista ao Caderno Quarta Colônia (encartado no Jornal Diário de Santa Maria) no dia 15 de abril de 2011.

¹³⁴ São autores do artigo “A experiência vivida pelo ser-gestor no desenvolvimento regional em um consórcio de pequenos municípios, publicado pela Revista do Curso de Administração da UFSM, v. 1, n. 2, p. 263-274, mai./ago. 2008. O objetivo do trabalho é compreender a experiência vivida pelos gestores envolvidos no CONDESUS/Quarta Colônia a partir de entrevistas realizadas com os prefeitos eleitos no conjunto dos municípios do Consórcio, no mínimo duas vezes, ou seja, perfazendo um total mínimo de 8 anos de mandato. Constatou-se que dos nove municípios integrantes do Consórcio, sete prefeitos se reelegeram no período de 1995 a 2008.

geográfico e atribuir-lhe um valor menor permitiu aproximar quem nunca esteve distante.

No conjunto de ações empreendidas pelo consórcio para o desenvolvimento regional, é válida a ideia de que as perdas por eventuais cedências a outros municípios são menores que as conquistas obtidas no todo (BATTISTELLA; ERDMANN e WITMANN, 2008, p. 267). Os conflitos que porventura surgem são inerentes aos grupos e não podem ser suprimidos totalmente, pois conflito é diferença e deve ser absorvido pela integração.

O ato de doar recursos (Art. 11 do Estatuto de 2010 - Contrato de Rateio¹³⁵) entre os nove municípios gerou um sentimento de congregação, despertou para a ajuda mútua e criou um comprometimento maior da região com o desenvolvimento de todos.

O segundo aspecto desvelado foi o da força provocada pela união dos municípios por intermédio do consórcio.

Conforme os autores, o aspecto do sentir-se forte decorre de cinco movimentos complementares (p. 268-269). Inicialmente, a força como poder econômico (1º) e o poder que advém do conhecimento (2º). O amparo político (3º) na aprovação de seus projetos fortalece o conjunto de municípios e muitos gestores imaginam que a força da união (4º) no consórcio se transforme numa décima prefeitura.

Esse sentimento atribuía a cada integrante do consórcio uma espécie de destaque de cada membro diante do grupo.

No entanto, a mais importante dessas forças são os resultados obtidos pelo CONDESUS (5º) para cada município, mas principalmente encontrar pontos em comum entre todos os municípios no aspecto do desenvolvimento.

Conforme Battistella, Erdmann e Wittman (2008), os gestores do consórcio, por estarem nele, podem observar como agem os órgãos governamentais e ressentem-se de não terem as mesmas oportunidades sozinhos e sentem-se envaidecidos com a força dos municípios no Consórcio para pedir e serem atendidos.

¹³⁵ O Decreto nº 6017/2007 define que o Contrato de Rateio é o meio pelo qual os entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização do Consórcio Público. O art. 8º da Lei nº 11.107/2005 (que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos) também sustenta que o Contrato de Rateio é o único instrumento idôneo para valorizar a entrega de recursos pelo ente consorciado ao consórcio.

O sucesso do CONDESUS permitiu a superação dos limites da fronteira de cada município e transcendeu os limites do próprio Consórcio, pois os prefeitos desses municípios, ao integrarem outras Entidades associativas, sempre têm no Consórcio a melhor referência em termos de discussões e decisões conjuntas que fortalecem a integração. Na versão dos gestores, a realidade vivida no CONDESUS está positivamente distante dos demais órgãos que propõem decisões coletivas.

Esses gestores ao unirem-se em uma estrutura em rede passaram a sentir-se detentores de um poder maior, a compreender-se como fortes e a experienciar o impacto que essa força causa (BATTISTELLA, ERDMANN e WITTMANN, 2008, p. 269).

Demonstra-se assim a superação da força individual do gestor no limite do seu município e o fortalecimento da mesma força orientada e acompanhada de outras, para pensar uma região.

No dizer de Giovelli¹³⁶ (2011, p. 6), os municípios se engajaram, os prefeitos, secretários e entidades se somaram para trabalhar em conjunto, resultando dessa união o sonho mais significativo para o desenvolvimento da Quarta Colônia.

O terceiro aspecto significativo e motivador dessa experiência vivida pelos gestores do CONDESUS é o sentimento de orgulho.

Este sentimento se instalou no grupo diretivo e se transferiu para as comunidades que integram o CONDESUS.

Ser gestor do CONDESUS é estar orgulhoso dos feitos do Consórcio, de tal maneira que esse orgulho transparece de dois modos complementares. Inicialmente, o orgulho aparece nas vozes dos gestores, pelo fato de o CONDESUS ter procurado, ao longo de seus projetos, resgatar e valorizar a cultura de sua comunidade. Isso foi, de certa maneira, uma provocação à comunidade e ela respondeu com o sentimento de orgulho por pertencer a Quarta Colônia (BATTISTELLA, ERDMANN e WITTMANN, 2008, p. 269).

Isso garantiu que o CONDESUS, desde o início de suas atividades, procurou adotar políticas públicas voltadas para afirmar a dignidade de seus moradores, iniciando pela recuperação interna dos valores culturais de suas próprias comunidades e desenvolveu ações que deram grande visibilidade a essas culturas,

¹³⁶ Valcenir Giovelli é engenheiro florestal e colaborou na elaboração do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia. Concedeu entrevista ao Caderno Quarta Colônia (encartado no Jornal Diário de Santa Maria) no dia 18 de abril de 2011.

transformando a região num referencial aos demais municípios e as suas decisões passaram a ser vistas como modelo.

Essa iniciativa que partiu da reflexão da própria comunidade sobre a sua história, permitiu a recuperação da imagem que transmitia vergonha e sentimentos de fracasso e atraso de pertencer àquele lugar.

Outro aspecto fundamental para sentir-se orgulhoso do CONDESUS é o papel adicional que desempenham os prefeitos eleitos pelos seus respectivos municípios. Além de administrarem o seu reduto eleitoral, têm a oportunidade de ampliar seu espaço de decisão, um novo papel político-administrativo que implica em ser gestor de um Consórcio de municípios (GOFFMAN, 2003).

O quarto aspecto motivador de ser-gestor do CONDESUS, identificado por Battistella, Erdmann e Witmann (2008, p. 264), compreende estar imerso em um processo, aceitando e lidando com as conjunturas, mudanças externas e internas e, diante disso, aprendendo a lidar com as frustrações e se auto-organizando permanentemente.

Conforme os autores, o ser gestor do Consórcio requer a compreensão

de que não existe um fim, mas sempre uma busca. Busca por atender as necessidades da comunidade através da promoção de seus projetos institucionais. Então, ser gestor é qualificar projetos, é esperar os recursos, é frustrar-se com a não-vinda dos recursos, é não se deixar abater e qualificar outro projeto (BATTISTELLA, ERDMANN e WITTMANN, 2008, p. 271).

O envolvimento neste processo significa que o gestor do CONDESUS não parte de formalizações estratégicas previamente definidas. Não há um planejamento formal que possa servir de guia para os gestores balizarem suas decisões. No CONDESUS, os gestores apresentam em sua configuração estratégica traços das demais propostas descritivas de formação estratégica, na qual se ressaltam os modelos: empreendedor, aprendizagem, poder como predominantes nas suas vivências de gestores.

No dizer de Chiapetti¹³⁷ (2011, p.6), o CONDESUS representa um diferencial para os municípios da Quarta Colônia.

¹³⁷ Maria Isabel Stumpf Chiapetti é técnica da FEPAM/RS e atua especificamente em atividades do Programa Mata Atlântica e em 1995, quando o PRODESUS foi criado, atuava na Coordenação deste Programa, sendo responsável pela coordenação dos trabalhos de implantação da Reserva da Biosfera do Rio Grande do Sul. Concedeu entrevista ao Caderno Quarta Colônia (encartado no Jornal Diário de Santa Maria) no dia 18 de abril de 2011.

Ele veio apoiar, desenvolver e fortalecer experiências práticas já em andamento na região [...]. Devo destacar a importância da vontade política, a visão e a persistência dos prefeitos dos nove municípios [...] Destaco também o dinamismo, a polivalência e o poder de articulação de seu Secretário Executivo ao longo destes anos, que tem possibilitado a continuidade e o fortalecimento de atividades estruturantes, através do encadeamento de projetos vitais para o desenvolvimento regional.

Esse contexto histórico que sustenta os projetos em andamento e que deu ao CONDESUS visibilidade em nível de Brasil e também no exterior (GASSEN, 2011, p. 6)¹³⁸, bem como a solidez do conjunto de aspectos formulados pelos próprios gestores que, durante um maior tempo, desempenharam as suas funções no CONDESUS/Quarta Colônia, respaldam a análise das iniciativas que estão fortalecendo a integração da região atualmente.

4.3 OS RESULTADOS DA INTEGRAÇÃO - AS IDEIAS, AS AÇÕES E OS PROJETOS RELEVANTES

A afirmação do CONDESUS possibilitou a inclusão de outros municípios da região na composição da Quarta Colônia. É o caso de Restinga Seca (com raízes não só italianas, mas alemãs, portuguesas e africanas) e Agudo (de origem alemã).

Conforme Froehlich e outros (2009, p. 7-8), essa nova estrutura de oportunidades é promovida pela lógica cultural contemporânea que enfatiza as potencialidades específicas de um local em relação ao global. Ainda, como ponto fundamental deste projeto, destaca-se a construção e a consolidação de uma identidade territorial, tendo como foco as relações históricas de pertencimento e de trocas culturais no interior de uma região demarcada pela multiplicidade étnica.

Os autores também ressaltam que a diversidade de saberes, costumes e práticas que se configuraram nesta trajetória histórica revelam um patrimônio imaterial, antes desvalorizado diante da cultura urbano-industrial.

Desse modo, há a projeção de uma nova compreensão do que vem a ser a Região da Quarta Colônia. Conforme Souza (2010, p. 75), a origem italiana é

¹³⁸ Valserina Bulegon Gassen foi prefeita de São João do Polêsine entre 1993 a 1996 e 2001 a 2008 (três mandatos) e também durante vários anos assumiu a presidência do CONDESUS. Atualmente, é diretora de Captação de Recursos do Escritório das Cidades de Santa Maria. Concedeu entrevista ao Caderno Quarta Colônia (encartado no Jornal Diário de Santa Maria) no dia 03 de junho de 2011.

exposta como um fator importante de união, mas não como sendo o fator determinante, sob pena de fragilizar a integração.

Segundo o autor, a expressão Quarta Colônia se fortaleceu porque oportunizou que despertassem as diversas culturas existentes na região. Esse termo era inexistente no sentido de região. Apenas era utilizado para se referir a um elenco de municípios com forte presença de valores culturais italianos e do catolicismo.

É conveniente lembrar que, aliando-se à emancipação da Colônia Silveira Martins (1882), quando ela passou a se denominar ex-Colônia Silveira Martins, ao seu lento processo de desenvolvimento até meados do séc. XX, o quarto núcleo de imigração italiana do RS caiu no esquecimento. As novas circunstâncias agora em construção agregaram ressignificação e prestígio como Quarta Colônia.

A partir de agora, há uma significativa valorização da ideia de Quarta Colônia como região, com possibilidades de desenvolvimento na ótica da sustentabilidade. Descobriu-se um potencial que cada vez mais se fortalece coletivamente num conjunto de ações que vão se efetivando gradativamente na construção deste espaço.

Essas ações se legitimam como autênticas alternativas de desenvolvimento socioeconômico, a partir da disseminação de novas versões de discursos e práticas voltadas para firmar o predomínio de um novo capital simbólico: produção de novas regras de desenvolvimento com base em novas formas de ações cooperativas e de integração local e regional.

O relatório de atividades do CONDESUS do ano de 2001 retrata com fidelidade a ideia que norteia uma das mais complexas questões que envolvem a regionalidade, ou melhor a concepção da unidade regional. Nela, as fronteiras não passam de vestígios apagados, autorizados e legitimados pela instituição CONDESUS.

O relatório do CONDESUS (2001) afirma que o sentido de regionalidade não se cria por decreto ou da noite para o dia. São necessários mecanismos sociais que identifiquem os problemas e as necessidades comuns para, a partir deles, construir parcerias, ações associadas que tenham como projeto uma melhor qualidade de vida para todos. Muitas vezes, se tem as necessidades identificadas, mas não se consegue fazer parcerias. A história da região está cheia de conflitos de indivíduos e grupos de interesses dos mais variados, que dificultaram a integração e a

associação na busca de um ideal comum. O CONDESUS é uma relação de confiança entre parceiros de caminhada.

O relatório de atividades do CONDESUS, do ano de 1999, já referendava essa visão regional quando defende que o Consórcio se afirma como instituição voltada para a promoção do desenvolvimento regional, através da viabilização de projetos, ações de programas que criem as condições materiais e políticas para fomentar e projetar a integração e o desenvolvimento sustentável da Quarta Colônia.

O relatório de atividades do CONDESUS de 1998 mostra que o PRODESUS e o CONDESUS têm sido o espaço prático, material e concreto que fundamenta e dá confiança para se dizer que a região é outra e quer seguir na sua caminhada de modo integrado. As histórias de bairrismo, revanchismos ideológicos e/ou partidários e outras miopias inconsequentes fazem parte do passado. Desenvolvimento é confiança na capacidade crítica individual e coletiva, de transformação, e é com esse sentido de grupo que a região tem caminhado nesses últimos anos. Tem-se afirmado e fortalecido o sentido de regionalidade e de desenvolvimento, que não se faz de maneira isolada.

O relatório de atividades de 2004 do CONDESUS diz que a Missão do Consórcio é trabalhar pela integração regional e que é necessário ter uma política centrada nos interesses comuns da região e, de forma associada, construir caminhos que permitam definir estratégias que viabilizem o desenvolvimento integrado. Portanto, o(s) caminho(s) é sempre resultante do acordo entre as partes, mas não é somente isso, o acordado deve confluir para as necessidades comuns, de expectativas imediatas para que se possa alcançá-las de forma mais plena. Esse é o jogo do desenvolvimento integrado, em que ceder não é o mesmo que perder. As necessidades individuais no contexto regional são muito próximas, e podem ter escalas, matizes diferentes, mas no fundo e com bom senso pode-se estabelecer caminhos comuns e nesta construção permanente e dinâmica é que o CONDESUS se insere no sentido de fortalecer, associar e trabalhar pela integração e desenvolvimento da Quarta Colônia.

No Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia - RS de 1996, diz-se que as ações até o momento desenvolvidas permitem olhar o desenvolvimento local de forma mais ampla, complexa, ao mesmo tempo mais rica e desafiadora. É como se a dinâmica interna da região tivesse mudado seus ritmos e tivessem sido acelerados, levando a questionamentos tanto das partes como do

todo. Nessa tomada de consciência é que está o fato transcendental desencadeado pelos projetos como PROI e PREP: já não se pode mais pensar no resgate de patrimônios sem pensar no desenvolvimento e sem discutir a questão regional. Este sentido conjunto de integração, de regionalidade é que dá espaço e força política para canalizar a energia e transformá-la social e economicamente.

No projeto de criação da Rede de comercialização de produtos agroecológicos da Quarta Colônia - RS de 1999, afirma-se a continuidade das ações desenvolvidas pelo PRODESUS que possibilitaram uma nova forma da comunidade regional ver-se e pensar o seu próprio desenvolvimento. A Rede, como continuidade, qualifica esse processo, responde às necessidades sociais e econômicas desses produtores, preserva os recursos naturais e a cultura local através da adoção de práticas de manejo sustentável. Desta forma está se fomentando o processo de preservação e revitalização dos recursos ambientais renováveis e do patrimônio cultural e histórico das comunidades portuguesas, afro-brasileiras, italianas e alemãs que integram e fazem a Quarta Colônia.

A Rede terá papel de canalizar o aumento da produção, agregando valores culturais (étnicos e históricos), ambientais e ecológicos, possibilitando ao consumidor local e regional o acesso a serviços e a produtos de qualidade até então inexistentes no mercado regional. Esses são fatores que darão garantia de sustentabilidade à Rede para a região.

A rede permite também formar uma consciência de que a agroecologia, mais do que uma técnica de operação, é um novo marco conceitual da organização social da propriedade e da produção rural, transformando vizinhos e parceiros da rede numa grande família que coloca suas melhores energias para a construção de uma sociedade solidária e capaz de manejar os recursos naturais com responsabilidade, com respeito à vida em toda a escala de produção. Conforme Itaqui¹³⁹ (2003) os produtos da rede serão comercializados no Terminal, cujo projeto é fundamental para estimular e desenvolver a agricultura familiar.

Atualmente, o Projeto já é realidade e encontra-se em fase de definições sobre a sua gestão. Foi construído na localidade de Santuário, em um trevo que dá acesso a vários municípios da Quarta Colônia, à margem da RST-287. O empreendimento foi denominado – Casa Quarta Colônia.

¹³⁹ Conforme Ata nº 19 de 12/09/2003, p. 41, do Livro de Atas nº 01 do CONDESUS, cujo termo de abertura é de 05/08/1996.



Figura 19 – Casa Quarta Colônia
Fonte: Autor

Esse conjunto de recortes, ora dos Relatórios de Atividades do CONDESUS, ora do Projeto de Desenvolvimento Sustentável e ora do Projeto de Criação da Rede de Comercialização de Produtos Agro-ecológicos da Quarta Colônia, no curso de mais de uma década, são a mais autêntica amostragem da emergência de uma nova abordagem de desenvolvimento centrado em novos e múltiplos aspectos.

A construção dessa nova realidade na Quarta Colônia é norteadada pela produção de novas regras e práticas de desenvolvimento sustentado em novas formas de relações sociais.

Dentre essas novas formas de se relacionar socialmente a nova versão da Quarta Colônia, percebe também outra forma de se integrar com Santa Maria. A cidade limítrofe, que outrora era vista e sentida como de influências altamente perversas ao desenvolvimento da Sede da Colônia, passa a ser uma incondicional parceira num conjunto de ações que representam agora o máximo interesse para o conjunto das cidades que integram a região.

Esta influência de Santa Maria para consolidar os elos de integração entre as atuais cidades da Quarta Colônia passa pelo trabalho desenvolvido pela Universidade Federal que começa a atuar em diversos projetos de interesse regional.

Um deles, de significativo valor para o conjunto da região, refere-se à construção do Planejamento Ambiental da Quarta Colônia (municipal e regional).

Este projeto nasceu de uma parceria firmada em Convênio (06/11/2004) entre a UFSM e as oito Prefeituras Municipais da Quarta Colônia, à época vinculadas ao CONDESUS (Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma,, Pinhal Grande, Restinga Seca e São João do Polêsine)¹⁴⁰.

De parte da Universidade Federal de Santa Maria, foi necessário mobilizar uma equipe multidisciplinar de professores e assessores de diferentes áreas que se inserem na temática do planejamento. Formou-se, dentre professores e pesquisadores e alunos bolsistas, um grupo de mais de cinquenta pessoas envolvidas, que contribuíram em etapas e níveis diferentes do projeto, tanto em termos de compromissos e responsabilidades quanto de temporalidade. Foram oito equipes de trabalho: Arquitetura e Urbanismo, Patrimônio Histórico, Geoprocessamento, Geografia, Economia, Sociologia, Direito e Desenho Industrial (BEVILACQUA, RORATO e COLUSSO, 2010, p. 16).

O trabalho durou dois anos (6/11/2007 a novembro de 2009) e, ao final, foram entregues os Planos Diretores aos Prefeitos dos Municípios integrantes do Projeto, o Plano de Desenvolvimento Regional da Quarta Colônia ao CONDESUS, transformando-se isso tudo no grande Planejamento Ambiental da Quarta Colônia.

É preciso ratificar que a Constituição de 1988, em seu artigo 182, tratou do planejamento urbano dos municípios, tornando o Plano Diretor obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes¹⁴¹, a partir, também, da aprovação da Câmara Municipal de Vereadores de cada município. No entanto, a regulamentação desse artigo dependia de lei ordinária para disciplinar a sua execução pelos municípios, só vindo a ser aprovada há mais de uma década depois, ou seja, em 2001, por meio da Lei nº 10.257, originando o Estatuto das Cidades.

A partir disso, conforme Souza (2010, p. 101) novas formas de se empreender a discussão sobre o planejamento urbano foram instauradas. Baseadas na busca da mobilização social e preconizando a dimensão participativa, a

¹⁴⁰ Na época o município de Silveira Martins não fazia parte do CONDESUS, uma vez que o seu prefeito havia solicitado desligamento do consórcio.

¹⁴¹ Pelo Estatuto das Cidades, além dos Municípios com mais de vinte mil habitantes, o Plano Diretor é obrigatório para os municípios: a) integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; b) com área de especial interesse turístico; c) situadas em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país. No entanto, o Ministério das Cidades recomenda que todos os municípios brasileiros o façam, já que se trata de um importante instrumento para o pleno desenvolvimento do município e para que a cidade e a propriedade cumpram satisfatoriamente suas funções sociais.

população passou a ser um ator fundamental para a legitimação dos instrumentos para a gestão da cidade.

Conforme Colusso e Rorato (2010, p. 115-127), nesse contexto, a elaboração dos Planos Diretores Municipais da Quarta Colônia seguiu a metodologia determinada pelo Estatuto das Cidades, ou seja: 1 – Delimitação e instalação do Processo de Planejamento Participativo; 2 – Diagnóstico; 3 – Proposições; 4 – Projeto de Lei; 5 – Implementação e Fiscalização¹⁴².

¹⁴² 1 – Delimitação e instalação do Processo de Planejamento Participativo - serviu para o reconhecimento do município - solenidade de lançamento oficial da elaboração do Plano Diretor, divulgação e explicação inicial dos trabalhos, apresentação da equipe técnica da UFSM; Grupo de Apoio - cada município, por portaria, nomeou a sua. Composta por técnicos concursados dos respectivos municípios; Núcleo Gestor Municipal - formado por lideranças locais com atribuição de finalizar as atividades da Equipe Técnica e Grupo de Apoio. 2 – Diagnóstico - é a leitura da cidade - da sua situação econômica, social, ambiental e cultural. Há uma leitura técnica feita pelos grupos de apoio e Equipe técnica, que servirá de base para a leitura comunitária. Em cada reunião com a Comunidade, são eleitos delegados que participam da Conferência Municipal. Nesta fase é preciso visualizar a realidade da cidade a partir de questões presentes na Comunidade e no bairro e integrá-las na escala do município. As reuniões com a Comunidade são denominadas Audiências Públicas e nelas se busca alcançar propostas através do debate e da construção de consensos sobre a direção que o município deve adotar. No caso da Quarta Colônia, as Audiências Públicas foram determinadas numericamente de acordo com a realidade físico-social de cada município, observando-se que a maioria dos municípios ainda apresenta a população rural superior à urbana, com exceção do Dona Francisca, Restinga Seca e Faxinal do Soturno. 3 – Proposições - o conhecimento produzido nos levantamentos técnicos e das leituras comunitárias, realizado através de Oficinas envolvendo a Equipe Técnica, os Grupos de Apoio e os núcleos gestores dos Municípios foram intensamente discutidas por todas as equipes e definida uma estrutura de estratégias padronizadas para todos os municípios respeitando-se as características de cada um deles. As estratégias, diretrizes e objetivos serviram de base para as discussões nas Conferências e nas propostas de Lei que iriam surgir. Foram definidas sete estratégias que posteriormente resultaram na estrutura final dos Planos diretores, conforme sintetizado a seguir: Estruturação regional; Articulação econômica; Melhoria da mobilidade e transporte; Preservação do Meio Ambiente; Acesso à infraestrutura e melhoria dos serviços urbanos; Promoção e preservação do patrimônio; e Acesso à habitação. Estas sete estratégias se converteram nos Capítulos e suas respectivas Políticas Públicas na construção das Propostas de Lei para os Planos Diretores de cada Município. Uma vez definidas as Estratégias, Diretrizes e Objetivos a Equipe Técnica em conjunto com os Grupos de Apoio e os Núcleos Gestores definiram as datas das Conferências em cada cidade integrante da Região, bem como foram aprovados instrumentos que seriam utilizados, o regimento interno e a metodologia. As Conferências Municipais se constituem na última oportunidade de a população participar e opinar sobre elaboração do Plano Diretor de seu município. Nessas Conferências deveriam estar presentes os delegados eleitos nas Audiências Públicas realizadas na localidades urbanas e rurais do município. Na proposta de lei ficou previsto que o Plano Diretor seria gerido pelo Conselho Superior Municipal e pelo Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Município. O Conselho Superior Municipal seria o órgão gestor do Sistema de Planejamento Municipal e teria competência para deliberar acerca das questões atinentes à implantação do Plano Diretor e seria composto por representantes das comunidades locais (1/5), representantes de setores da sociedade civil organizada (2/5), além de membros do Poder Público (2/5). Já o Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Município é integrado por técnicos do executivo e a ele caberia analisar os processos de licenciamento, o assessoramento ao Conselho Superior Municipal e tomar medidas para implementar o Plano Diretor. 4 - Projeto de Lei - consiste na elaboração, discussão e aprovação do Projeto de Lei nas respectivas Câmaras de Vereadores dos municípios. O planejamento encontra-se nesta fase e as perspectivas de seu êxito nas Câmaras de Vereadores são excepcionais. Há um grande comprometimento das Câmaras Municipais de Vereadores com essa proposta. 5 - Implementação e Fiscalização - após a implementação dos Planos Diretores de cada cidade, há que se dar continuidade aos trabalhos dos Núcleos Gestores de cada município (formado por lideranças locais com atribuição de fiscalizar o seu

A elaboração do planejamento nos municípios da Quarta Colônia de forma individualizada, mas elaborada concomitantemente em todas as cidades, contribuiu coletivamente para o conjunto de municípios em vários sentidos. O primeiro, refere à criação de uma estrutura de participação que servirá de apoio às discussões no âmbito regional. Essa participação se refere à preparação e atuação nas Audiências Públicas e à escolha dos delegados para participarem nas Conferências Municipais.

O segundo sentido positivo dessa construção se refere exatamente à articulação entre planejamento municipal e regional.

Ao propor o Planejamento Regional, cada município já contava com a experiência de ter participado da elaboração do Plano Municipal de forma conjunta com os municípios da região.

Desta forma, as sete estratégias definidas no âmbito municipal estiveram presentes nas proposições no âmbito regional, adaptadas à metodologia adotada, que seguiu a estruturação do Plano Regional em sistemas (COLUSSO e RORATO, 2010, p. 125).

Esse retrospecto garantiu a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional para a Quarta Colônia e estabeleceu os princípios, diretrizes, políticas e instrumentos do desenvolvimento regional.

O quadro a seguir apresenta a compatibilização entre o Planejamento Regional e o Planejamento de cada município da Quarta Colônia.

cumprimento). Estes núcleos de gestores locais devem se constituir em um instrumento de gestão democrática e podem ser transformados no Conselho da Cidade. A sua revisão para fins de atualização é prevista no Estatuto da Cidade e deve ocorrer no prazo máximo de dez anos.

Sistemas	Correspondência com Estratégias do Plano Diretor	Políticas Públicas Regionais
A. Sistemas de estruturação de gestão	1. Estruturação regional.	A.1 Política de Integração e Estruturação Regional.
B. Sistema de articulação relacional	3. Melhoria da Mobilidade e Transporte.	B.1 Política Regional de Mobilidade.
C. Sistema de orientação produtiva.	2. Articulação Econômica.	C.1 Políticas Públicas de Articulação Econômica. C.2 Políticas Públicas de Incentivo ao Turismo.
D. Sistema de melhorias físicas e preservação ambiental	4. Preservação do Meio Ambiente. 6. Promoção e Preservação do Patrimônio.	D.1 Política de preservação do Meio Ambiente. D.2 Política de Qualificação do Patrimônio cultural.
E. Sistema de desenvolvimento da rede de cidades	5. Acesso à infraestrutura e melhoria dos serviços urbanos. 7. Acesso à habitação	E.1 Política Regional de Melhoria e Qualificação da Infraestrutura e dos Serviços Públicos. E.2 Política regional de segurança pública. E.3 Política regional de regularização fundiária.

Quadro 3 – Compatibilidade entre o Planejamento Regional e o Planejamento dos Municípios
Fonte: Colusso e Rorato (2010, p. 126).

Segundo as autoras, o planejamento regional da Quarta Colônia foi pensado utilizando-se a estrutura do CONDESUS e fortalecendo-a.

Também é preciso destacar que a experiência de articular os planejamentos municipais e regional foi extremamente positiva, uma vez que possibilitou a inclusão desde o início dos trabalhos em nível de município, de discussões do âmbito regional.

Além disso, os planos municipais serviram como autênticos laboratórios na aprendizagem democrática para a execução do plano regional, e ainda restou provado que muitas questões no âmbito municipal exigiram o extrapolamento deste recorte territorial, uma vez que demandam para uma gestão de âmbito regional (saúde e meio ambiente são os exemplos mais nítidos).

Sem dúvida, esta experiência fortaleceu a região e desencadeou nos municípios maior interesse e comprometimento num desenvolvimento mais harmônico e sustentável.

Outro empreendimento voltado para a integração da Quarta Colônia e que vai ao encontro dos propósitos que tornaram realidade o CONDESUS/Quarta Colônia é o que norteia a implantação do Projeto Geoparque Quarta Colônia, constituindo-se

de um parque paleontológico com um centro de pesquisas (Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica – CAPPa) e três unidades museológicas em sítios fossilíferos importantes (PROJETO GEOPARQUES, 2008, p. 2).



Figura 20 – Maquete do Projeto CAPPa
Fonte: Diário de Santa Maria (2007)



Figura 21 – Vista externa do CAPPa, ainda em construção (2011)
Fonte: Autor

O Centro será administrado pelo Governo Federal com o apoio de um Conselho Gestor composto pelo MINC, MME, MCT, MEC, representantes da comunidade científica da UFRGS, UFSM, UNISINOS, ULBRA, representantes da comunidade nacional e prefeituras de Agudo, São João do Polêsine, Dona Francisca e Faxinal do Soturno (PROPOSTA DE GESTÃO DO CAPPa E DAS UNIDADES MUSEOLÓGICAS DA QUARTA COLÔNIA, 2005, p. 15).

Trata-se de um Projeto de iniciativa do CONDESUS/Quarta Colônia e conta com a parceria da UFRGS, UFSM, UNISINOS e da Fundação Zoobotânica do RS, com apoio da PETROBRÁS e da ELETROBRÁS através da Lei de Incentivo à Cultura do MINC. A primeira etapa do projeto possibilitará a construção de um complexo de 2.649 m², que contará com uma infraestrutura de apoio à pesquisa composta de laboratórios, reserva técnica, biblioteca, salas de aula e de pesquisa, museu, cafeteria, auditório, área administrativa e pousada para os pesquisadores (ITAQUI, 2006, p. 9-10).

A segunda etapa da obra prevê a construção de espaços físicos em mais três sítios importantes da região. Esses espaços serão edificados em Faxinal do Soturno, Agudo e Dona Francisca. Essas três Unidades Museológicas, juntamente com o CAPPa¹⁴³ (Centro de Apoio em Pesquisa Paleontológica) vão compor o Parque Paleontológico Integrado da Quarta Colônia.

¹⁴³ O CAPPa será o articulador das unidades museológicas, estimulará a pesquisa científica, a socialização e a mediação entre estudantes de ensino fundamental, médio, universitário e público em geral (SCHULTZ; SOARES, 2005, p. 4).

Além disso, outra ação do CONDESUS na região é a criação da Rota Paleontológica da Quarta Colônia, em parceria com o Governo do Estado, e constitui uma rota turística com forte comprometimento ambiental e científico (PROJETO GEOPARQUE, 2008, p. 2).

Conforme descrição no Projeto (p. 3) a atuação do mesmo tem como metas proteger o patrimônio geológico, a gestão racional dos recursos naturais e a divulgação das geociências para a sociedade.

Inúmeras atividades paralelas de apoio ao Projeto Geoparque Quarta Colônia deverão ocorrer no período de sua implementação sob a coordenação do CONDESUS, dentre as quais pode-se destacar (PROJETO GEOPARQUE, 2008, p. 50):

- treinamento de guias turísticos locais em termos geológicos;
- organização da Cartografia dos roteiros do Geoparque;
- Croquis e fotomosaicos didáticos dos afloramentos importantes;
- produção de textos ilustrados sobre o contexto geológico – paleontológico em versão digital e em papel;
- confecção de placas de localização e de informação geológico-paleontológico para serem fixadas nas estações e em importantes pontos do roteiro;
- confecção de painéis digitais mostrando as reconstruções paleoambientais dos principais afloramentos e sítios fossilíferos, a serem exibidos nas unidades museológicas;
- elaboração da cartografia dos roteiros do geoparque;

Com relação ao Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica (CAPPA), ele terá como finalidade monitorar, resgatar, estudar e preservar todo o material fóssil descoberto na região da Quarta Colônia, além de monitorar os afloramentos fossilíferos, propor e desenvolver programas de intermediação com as comunidades do entorno dos sítios e afloramentos e coordenar os programas de educação patrimonial e ambiental e de políticas para a socialização e valorização do patrimônio paleontológico através de exposições permanentes e temporárias nas unidades museológicas (JORNAL DIÁRIO DE SANTA MARIA: Encarte Especial – Santa Maria, nov. 2007, p. 4).

Diretamente ligado ao Cappa, o Projeto Geoparque da Quarta Colônia prevê a criação de uma unidade museológica junto ao Centro, além de outras três, localizadas nos municípios já antes referidos.

À unidade museológica junto ao CAPPa caberá informar sobre os sítios de toda a região, contextualizando no tempo geológico e, na história da Terra o aparecimento dos primeiros animais e vegetais dentro de enfoques global e local. Será sua tarefa também manter permanentemente uma mostra com as descobertas, o processo científico e o discurso evolutivo da paleontologia. Além disso, a ecologia, a biodiversidade e a educação patrimonial deverão nortear todo o trabalho (JORNAL DIÁRIO DE SANTA MARIA, Encarte Especial, Santa Maria, nov. 2007, p. 5).

A unidade museológica de Dona Francisca dará acesso à visitas guiadas ao sítio Fogliarini. No seu espaço físico haverá sala de exposições, administração, cafeteria e loja, perfazendo uma área total de 780 m² (JORNAL DIÁRIO DE SANTA MARIA. Encarte Especial. Santa Maria, nov. 2007, p. 5).



Figura 22 - Maquete da Unidade Museológica de Dona Francisca
Fonte: Diário de Santa Maria (2011)

O centro da cidade abrigará a Unidade museológica de Agudo. Com área de 798 m², terá uma infra-estrutura com sala de exposições, sala de administração, cafeteria e loja (JORNAL DIÁRIO DE SANTA MARIA. Encarte Especial. Santa Maria, nov. 2007, p. 4).

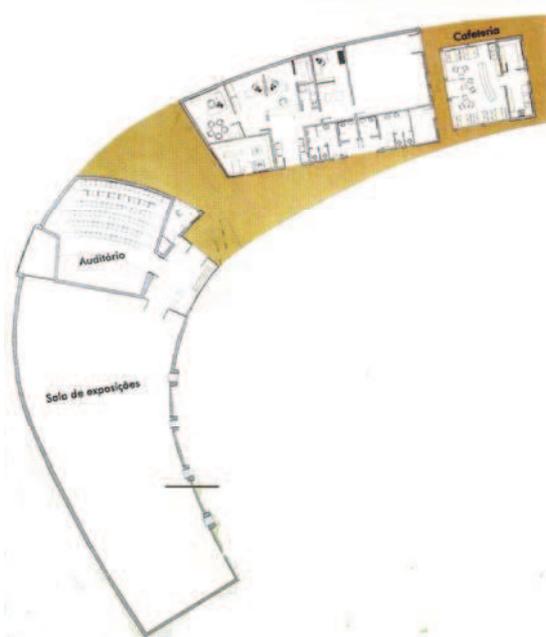


Figura 23 – Planta Baixa da Unidade Museológica de Agudo
 Fonte: Diário de Santa Maria (2011)

Faxinal do Soturno terá a sua Unidade museológica situada na linha São Luiz, na área do sítio do mesmo nome. O local terá visitas guiadas e será composta por sala de exposições, auditório, cafeteria, loja e área administrativa, totalizando 690 m² (JORNAL DIÁRIO DE SANTA MARIA. Encarte Especial. Santa Maria, nov. 2007, p. 4).



Figura 24 – Maquete da Unidade Museológica de Faxinal do Soturno
 Fonte: Diário de Santa Maria (2011)

O CAPPA também terá como meta desenvolver a pesquisa e ensino nos afloramentos de fósseis da região, além de divulgar a riqueza paleontológica para o desenvolvimento do geoturismo.

Itaqui (2006, p. 10) afirma que o projeto tem a pretensão de oferecer as condições necessárias para preservar o patrimônio fóssilífero da região central do RS, apoiar e promover o desenvolvimento da pesquisa, contribuir na formação científica e, principalmente, socializar este patrimônio com os mais diversos públicos, integrando-o ao desenvolvimento regional.

Antonello (2010), em matéria publicada no jornal Diário de Santa Maria, expõe que, na região central do Estado do RS há com muita frequência a descoberta de fósseis. Refere o texto divulgado que, em fevereiro e novembro de 2009, foram encontrados dois fósseis em lugares muito próximos no interior do município de São João do Polêsine na Quarta Colônia. Os achados (crânio, maxilar com dentes, mão e perna articuladas) dão indícios de pertencerem a um animal adulto, carnívoro, bípede, com 1,30 m de comprimento e 60 cm de altura. Ele teria vivido na região há cerca de 228 milhões de anos, no período Triássico, quando surgiram os dinossauros na Terra.

Essa descrição de espécie que viveu há tanto tempo na região e que se constitui em achados tão próximos do nosso tempo e lugar, atualiza a importância desse espaço para investimentos em projetos tanto de preservação como para o futuro da pesquisa.

As constantes descobertas da última década se juntam às anteriores, efetivadas no curso de um século (1936, 1998 e 2003)¹⁴⁴ e garantem ao centro do Estado do RS a primazia de ser um dos maiores sítios paleontológicos do mundo, rico em fósseis do período Triássico, conforme consta do Editorial da Revista Turismo Gaúcho, edição 33.

Segundo o Editorial, as relíquias pré-históricas ao lado das reservas de remanescentes áreas de Mata Atlântica tornam a região um interessante destino turístico. Cidades como Mata, São Pedro do Sul, Novo Cabrais e Cerro Branco também integram esse conjunto paleontológico.

A variedade étnica do centro do Estado (com a colonização de alemães, portugueses, negros, índios, japoneses, italianos, poloneses e sírio-libaneses) possibilitou que o aspecto mais geral e comum a todos os povos que se destacou no

¹⁴⁴ 1936 – *Staurikosaurus Pricei* – Onívoro (come diversos alimentos) encontrado na Sanga Grande da Alemoa – Santa Maria; 1998 – *Satumalia Tupiniquim* – Onívoro – encontrado no Morro da Alemoa – Santa Maria; *Unaysaurus Tolentinoi* – Herbívoro – encontrado em São Martinho da Serra; *Guaibasaurus Candelariensis* – Carnívoro, encontrado em Candelária; 2003 – *Sacisaurus Agudoensis* – Herbívoro, encontrado em Agudo.

processo histórico fosse a religiosidade. No entanto, é provável que a beleza natural da Quarta Colônia faça emergir outro ponto comum dentre os antigos e atuais habitantes da região central do Estado: a paleontologia. Ela terá uma atratividade que transcende os interesses por produtos tradicionais, seja nos seus aspectos naturais como culturais da região. As culturas locais são de grande significação para o centro do Estado, mas elas não possuem atratividade para competir com as regiões onde esse patrimônio cultural comum (das culturas alemãs e italianas) é historicamente reconhecido e que faz parte de programas e roteiros turísticos nacionais e internacionais (PROPOSTA DE GESTÃO DO CAPPÁ E DAS UNIDADES MUSEOLÓGICAS DA QUARTA COLÔNIA, 2005, p. 28).

Esse conjunto paleontológico terá o papel de fortalecer pela atração de novos públicos a inserção definitiva da Quarta Colônia nos programas e roteiros específicos do mundo dessa Ciência.

Outro projeto envolvendo diretamente a Região da Quarta Colônia e a cidade de Santa Maria através da Universidade Federal é a criação da Unidade Descentralizada de Educação Superior em Silveira Martins - UDESSM.

Mesmo que no projeto de criação da UDESSM sejam feitas referências históricas ao Quarto Núcleo Imperial do final do século XIX como berço da colonização italiana no Estado do RS, os dados que importam no momento consideram o esforço atual da região em reconstruir-se com todos os suportes criados recentemente para revigorar a realidade socioeconômica de cada município que a compõe.

Mesmo assim, a chegada do Campus da UFSM a Silveira Martins pode se entendida também como parte importante dessa nova fase vivida pela sede da ex-Colônia, na sua relação com Santa Maria.

Segundo Veiga *et alii* (2001, p. 57), é “absolutamente necessária alguma forma de articulação microrregional dos municípios rurais que inclua o município urbano que mais o influencia”.

Isso garante para os pequenos municípios maior probabilidade de êxito nos planejamentos, diagnósticos, divisão do trabalho e capacidade operacional.

Consta no Projeto que o objetivo do novo campus é fornecer maior oportunidade de acesso à educação superior na região central do RS na direção do seu processo de desenvolvimento econômico com ênfase local na sustentabilidade (p. 1).

Numa ação cooperada entre a UFSM e os municípios da Quarta Colônia, o Projeto propôs a busca de alternativas para a superação das dificuldades regionais, através da instalação inicial, em 2009, de quatro Cursos Superiores de Tecnologia, que têm a sua criação alavancada pelo programa REUNI¹⁴⁵ e sua definição diretamente relacionada às necessidades de demandas regionais. Com isso, há a intenção de contribuir-se com a melhoria das condições socioeconômicas e da expansão da educação pública superior na região de abrangência da Unidade Descentralizada de Educação Superior em Silveira Martins (UDESSM).

Esta unidade está sediada no centro de um conjunto de 35 municípios que compõem o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDES) Central, Jacuí Centro e Vale do Jaguari, região cuja geração de renda está baseada na atividade agrícola, à exceção dos centros urbanos como Santa Maria, Santiago e Cachoeira do Sul.

Abaixo, expõe-se as regiões do COREDE e municípios que compõem o entorno de Silveira Martins.

Central		Jacuí Centro	Vale do Jaguari
Agudo	Pinhal Grande	Cachoeira do Sul	Cacequi
Dilermando de Aguiar	Quevedos	Cerro Branco	Capão do Cipó
Dona Francisca	Santa Maria	Novo Cabrais	Jaguari
Faxinal do Soturno	São João do Polêsine	Paraíso do Sul	Mata
Formigueiro	São Martinho da Serra	Restinga Seca	Nova Esperança do Sul
Itaara	São Pedro do Sul	São Sepé	Santiago
Ivorá	Silveira Martins	Vila Nova do Sul	São Francisco de Assis
Jari	Toropi		São Vicente do Sul
Júlio de Castilhos	Tupanciretã		
Nova Palma			

Quadro 4 – Regiões do COREDE e municípios que compõem o entorno de Silveira Martins
Fonte: Projeto de Criação da UDESSM/RS - 2008

¹⁴⁵ REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - instituído pelo Decreto nº 6096 de 24/4/2007.

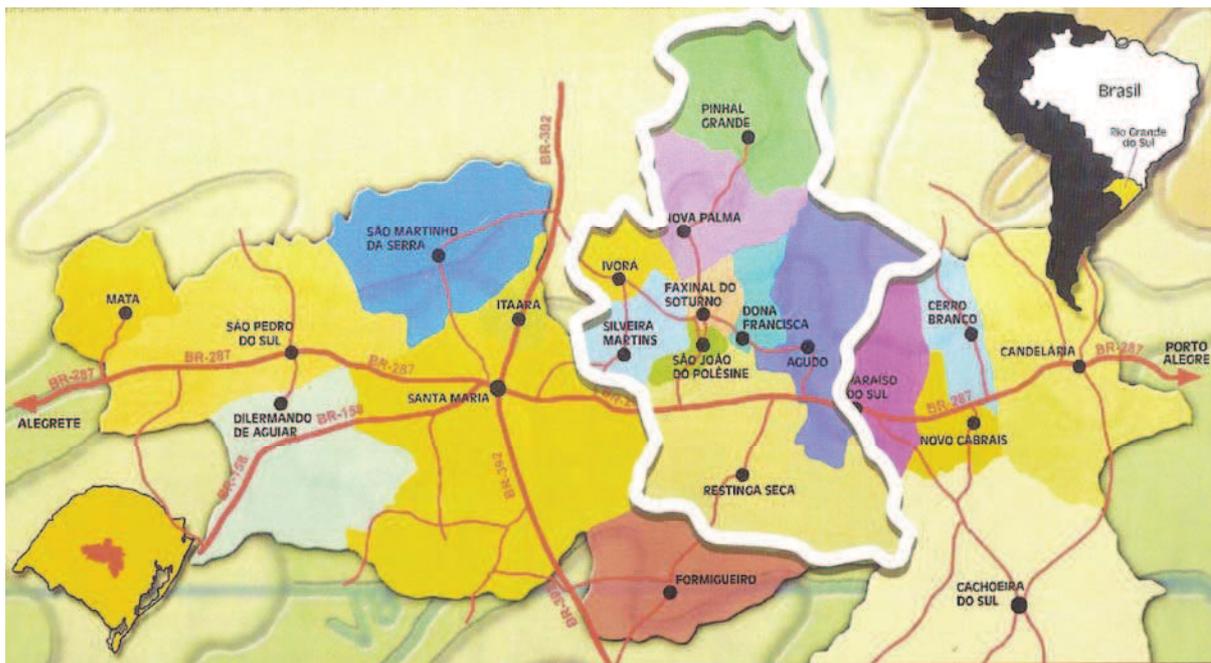


Figura 25 – Quarta Colônia e entorno
Fonte: Diário de Santa Maria (2011)

No projeto de criação da UDESSM, afirma-se que em toda região a ser abrangida por ela, somente quatro municípios apresentavam, em 2004, um índice de desenvolvimento socioeconômico (IDESE)¹⁴⁶ próximo ou superior à média do Estado: Santa Maria, Santiago, São Sepé e Tupanciretã. A maioria dos municípios encontrava-se em uma posição intermediária entre a média do Estado e as regiões de menores índices de desenvolvimento. Essas últimas somam 37% dos municípios que se concentram nas zonas de transição entre a Depressão Central e o Planalto.

Essa situação sinaliza para o tamanho do desafio que a UDESSM tem a enfrentar. Ou seja, promover um processo de ensino, pesquisa e extensão que permita qualificar os recursos humanos da região, com o nítido objetivo de fixar em seu interior as competências a serem desenvolvidas na instituição.

A UDESSM contará também com um escritório de Relações com a comunidade – “forum” de debates permanente com as organizações civis e comunidade em geral, local e regional, favorecendo a sua constituição na região que se insere, como polo articulador de ações e projetos que reforcem o sentido de sua

¹⁴⁶ O IDESE (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) em 2004 do RS era de 0,760. Neste ano, os municípios de Santa Maria, Santiago, São Sepé e Tupanciretã variaram o IDESE de 0,800 a 0,0838. 37% dos municípios da região de abrangência da UDESSM atingiram de 0,508 a 0,650. Enquanto os demais obtiveram um IDESE que variou de 0,651 a 0,799 (SEPAG/RS, 2006).

criação, apoiada esta na intenção de promoção do desenvolvimento regional com sustentabilidade (PROJETO DE CRIAÇÃO DA UDESSM, 2008, p. 6).

Esse escritório será constituído por docentes, discentes e comunidade regional, cuja função é pesquisar as repercussões e resultados das ações desenvolvidas, torná-las públicas, bem como investigar e encaminhar aos órgãos superiores as novas demandas. Portanto, será um espaço dinâmico e aberto que promoverá trocas de experiências, de olhar, ouvir e buscar reconhecer os resultados das ações da Unidade na Região Central do Estado.

Com isso, imagina-se que as atividades pedagógicas da Unidade associadas ao diálogo permanente com o Escritório de Relações com a Comunidade, contribuam para que sejam atingidos os objetivos em relação à formação acadêmica e das competências profissionais conforme as especificidades dos cursos que oferece, promovendo o gosto pelo aprender e pela qualificação continuada, acompanhando as mudanças no mundo e no campo profissional, preservando o pensamento reflexivo e autônomo adequado ao modo de atuar nos âmbitos local – regional – global (PROJETO DE CRIAÇÃO DA UDESSM, 2008, p. 6).

Dessa maneira, as possibilidades de desenvolvimento econômico regional precisam ampliar os horizontes de oportunidades de geração de renda, o qual depende, além das informações, também no desenvolvimento de competências que permitam aos recursos humanos apresentarem mais e melhores serviços produtivos. Nesse aspecto é que a educação superior apresenta suas maiores vantagens e desafios.

Há na proposta da UDESSM um esforço de levar para a região novas alternativas de ocupação e produção para as suas populações.

Mesmo existindo e sendo passível de constatação esse esforço de diversificação da ocupação e da produção regional, é necessário fazer ressaltar dois aspectos. O primeiro se refere ao fato de que essa diversificação se encontra ainda muito incipiente. Na verdade, em estágios ainda muito primitivos de um processo que se pretende ser de longo alcance. O segundo aspecto refere que essa diversificação não é ainda muito disseminada por todas as propriedades rurais. Nem todos possuem em seu horizonte de oportunidades a possibilidade de processar alimentos ou explorar o turismo, seja pela ausência dos meios naturais ou pela carência de competência dos recursos humanos necessários à execução das atividades.

Esses dois pontos colocam de maneira muito clara o desafio da universidade em prover o desenvolvimento regional, ao disponibilizar o conhecimento técnico e humano necessário a capacitar os recursos humanos (PROJETO DE CRIAÇÃO DA UDESSM, 2008, p. 23).

A implantação de cursos superiores em Tecnologia vem em direção a essa exigência das condições regionais, e conforme o Parecer nº 29/2002 do Conselho Nacional de Educação esses cursos têm como objetivo o domínio e a aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos em áreas específicas de conhecimento relacionado a uma ou mais áreas profissionais. Assim, o objetivo a ser perseguido é o do desenvolvimento de qualificações capazes de permitir ao egresso a gestão de processos de produção de bens e serviços resultantes da utilização de tecnologias e o desenvolvimento de aptidões para a pesquisa tecnológica e para a disseminação de conhecimentos tecnológicos.

Devido a isso, a proposta inicial é a implantação dos cursos: - Tecnologia em Agronegócio; - Tecnologia em Gestão Ambiental; - Tecnologia em Gestão de Turismo; - Tecnologia em Processos Gerenciais.

O perfil desejado ao final dos Cursos Superiores de Tecnologia da UDESSM é de que os profissionais dela egressos englobem quatro dimensões em sua prática; conforme o Projeto de Criação da UDESSM (2008, p. 17):

- dimensão social - no sentido de participar ativamente da transformação da sociedade, significando, com isso, compreender, avaliar e interferir na mesma, de maneira crítica e responsável, com o objetivo de que seja cada vez mais justa, solidária, cooperativa e democrática;

- dimensão pessoal – no sentido de conhecer a si mesmo, as demais pessoas, a sociedade e o mundo em que vive, sentindo-se capacitado para exercer de forma responsável e crítica a autonomia, a cooperação, a criatividade e a liberdade;

- dimensão interpessoal - considera saber relacionar-se e conviver com as demais pessoas, operando e participando de todas as atividades humanas com compreensão, tolerância e solidariedade;

- dimensão profissional - enfoca o modo de dispor o conhecimento, competências e habilidades que lhe permitam agir na complexidade, superando ações e resoluções que se limitam somente a conhecimentos lineares, contribuindo,

desse modo, para que ele possa fazer frente às numerosas e variáveis situações que a profissão apresenta.

Percebe-se com isso que o propósito da UDESSM não se limita apenas a oferecer o que as leis da Educação preconizam para o Ensino Superior, mas se dispõe a oferecer aos sujeitos envolvidos os meios para compreender e atuar na complexidade, estimulando a progressão do pensamento reflexivo, do espírito científico, da criação cultural, desenvolvendo aptidões para a inserção nos setores profissionais e para a participação e colaboração na sociedade local, regional e nacional.

A Rota Turística e Gastronômica Santa Maria - Silveira Martins se constitui num dos maiores empreendimentos do ramo na região central do RS. Nela se situam diversos pontos turísticos e empreendimentos comerciais¹⁴⁷.

O seu lançamento ocorreu durante a Multifeira de Santa Maria do ano de 2006 (FEISMA). Conforme Ruviano (2010), as cidades de Santa Maria e Silveira Martins assinaram um protocolo de intenções em 22 de março de 2005, onde formataram a Rota Turística e Gastronômica após evidenciar uma oferta diversificada de atrativos tanto naturais quanto culturais que inicialmente se encontravam desarticulados e, também, de uma demanda de turistas vindos da cidade de Santa Maria que se deslocavam até Silveira Martins.

Trata-se de uma obra criada com o apoio de órgãos públicos municipais e financiada pela Caixa Econômica Federal e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Foi decisiva também a parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/RS (SOUZA, 2007).

¹⁴⁷ Segundo Lindner (2007, p. 45-47), estão em Santa Maria (distrito de Arroio Grande): Cantina Pozzobon, Capela São Marcos, Fábrica de Facas Gaúcha, Igreja São Valentim, Balneário Zimmermann, Balneário Ouro Verde, Sede Campestre do Clube Santamariense, Santuário Nossa Sra. do Rosário, Paróquia São Pedro, Fábrica de Facas Ginete, Fábrica de Facas Ipê, Fábrica de Facas Cascavel e Fábrica de Facas Coqueiro. Em Silveira Martins se localizam: Ristorante La Sorella, Fundo de Quintal Café, Cooperativa Mista de Produção e Serviço de Silveira Martins (COOPROSESMA), Loro Produtos Coloniais, Moinho e Alambique da Família Moro, Cantina e Belvedere Família Padoin, Cantina Salla, Cantina Adermo Vissentini, Cantina do Nico, Restaurante Val de Buia, Laticínios Nilma, Agroindústria Michelin, Quinta Dom Inácio, Museu do Imigrante, Centro Cultural Bom Conselho, Mirante Pedra do Guerino, Mudário Belle Fiore, Agroindústria de Massas do Vale, Igreja Matriz Santo Antônio de Pádova, Praça Giuseppe Garibaldi, Centro de Informações Turísticas, Capela São João, Balneário Baggio Visentini, Família Gabbi, Família Piasentin, Balneário Recanto Ágape, Capela São Vitor e Santa Corona, Sociedade Agrícola e Esportiva e Recreativa Val Feltrina, Cascata Mezzomo, Monumento ao Imigrante, Gruta Nossa Senhora de Fátima, Conjunto Histórico da Pompeia, Mirante Michelin e Chácara Santa Eulália (LINDNER, 2007, P. 46-47).

O trajeto da rota foi esboçado com o intuito de resgatar e valorizar o caminho percorrido pelos imigrantes italianos por ocasião da fundação da Colônia Silveira Martins, no ano de 1877 e preservar a cultura e a história do lugar.

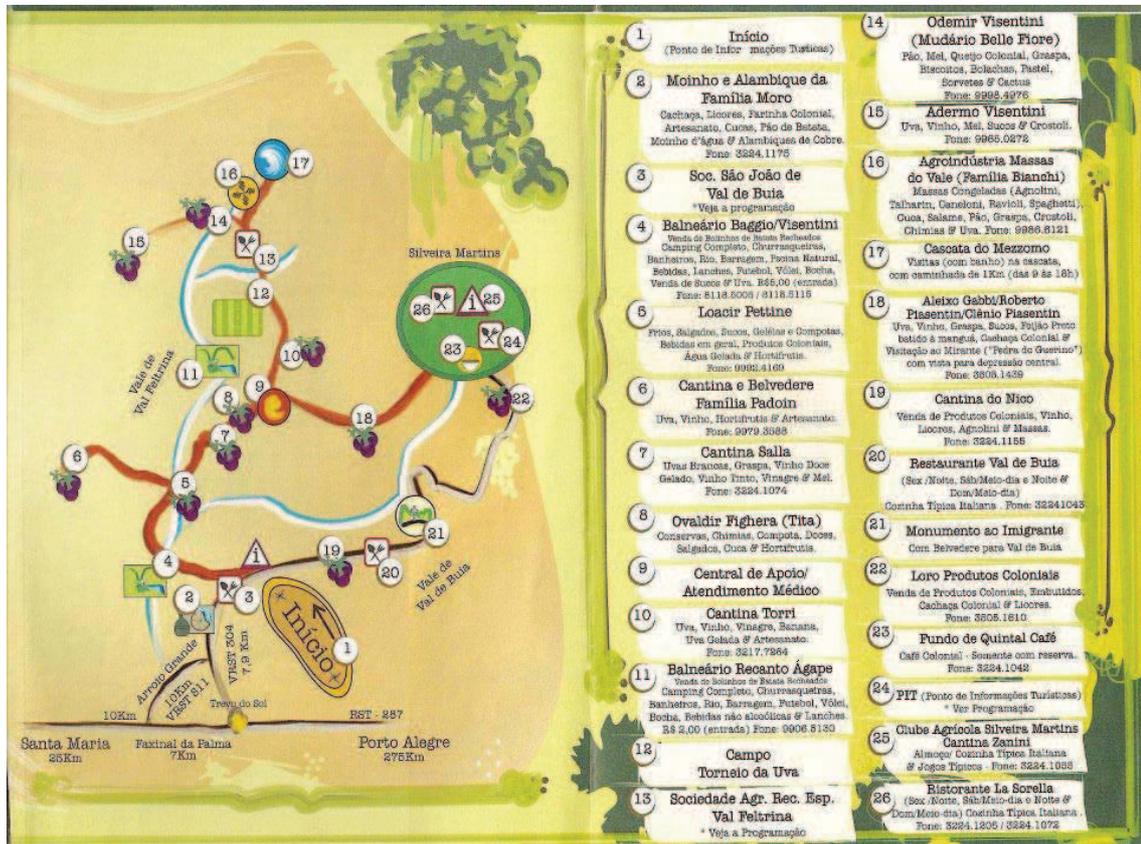


Figura 26 – Rota Turística e Gastronômica Santa Maria – Silveira Martins
Fonte: Folder do II Festival da Uva e das Águas de Silveira Martins (2007)

Torres (2009, p. 25) destaca também como importante objetivo da Rota agregar valor na renda dos proprietários rurais, uma vez que o seu percurso se encaixa na modalidade de Turismo classificada como Turismo Rural, decorrendo disso o fato dela se apresentar como uma nova alternativa de renda para os produtores e comerciantes do seu trajeto.

Conforme Lindner (2007), as rotas gastronômicas (alimentares) aparecem associadas a atrativos ambientais, históricos e culturais de uma região.

Milton Santos (2004, p. 251) afirma que “cada lugar busca realizar suas virtudes por meio de seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do lugar como um imã”. Disso se depreende que na situação do turismo da Quarta Colônia os aspectos históricos e culturais manifestados na sua

arquitetura e na gastronomia tornam-se verdadeiros atrativos para os visitantes, na medida em que retratam o contexto local.

A abrangência da rota envolve os dois municípios limítrofes (Santa Maria e Silveira Martins) no entanto, a participação de Santa Maria neste percurso se dá através do Distrito de Arroio Grande (distante 18km de Santa Maria), ponto de partida do percurso local considerado como o “Portal da Quarta Colônia”. O ponto de chegada da Rota é o centro de Silveira Martins.

A Rota Turística e Gastronômica Santa Maria – Silveira Martins é composta por quarenta e sete pontos turísticos e desse universo quatorze são estabelecimentos que comercializam produtos (coloniais e/ou artesanatos) e restaurantes.

Ainda muitos desses estabelecimentos estão situados em pequenas propriedades na área rural e vêm demonstrando a tendência, que além da produção agrícola e pecuária, passaram a desenvolver outras atividades não agrícolas.

Para Da Silva (1996), essas novas atividades rurais, altamente intensivas, proporcionam novas oportunidades para os pequenos produtores, uma vez que as atividades tradicionais não conseguem mais explicar sozinhas a dinâmica do mundo do trabalho da população rural, devido à constante influência da urbanização nesse meio (moradia, turismo, lazer, ocupações).

Segundo o autor, a pluriatividade é resultante do esforço de diversificação dos pequenos produtores para se inserir em mercados locais que se abrem. Isto significa que transforma as atividades rurais tradicionais e produtos anteriormente de consumo estritamente familiar, em atividades turísticas e os produtos, passam a ser oferecidos à população de fora (urbana).

Com relação à mão-de-obra utilizada nos estabelecimentos comerciais da Rota Turística e Gastronômica, Lindner¹⁴⁸ (2007) destaca a excelência do trabalho familiar. Segundo a autora, como a grande maioria dos estabelecimentos estão na zona rural do Município de Silveira Martins e seus proprietários são pequenos produtores, a eles mesmos cabe transformar a sua produção em produtos de artesanato ou em pequenas agroindústrias.

¹⁴⁸ Michele Lindner é autora da Dissertação de Mestrado intitulada “Turismo Rural e desenvolvimento local: estudo da rota gastronômica de Santa Maria – Silveira Martins (RS), trabalho desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, apresentada no ano de 2007.

No que se refere aos produtos comercializados na Rota Turística e Gastronômica, Lindner (2007) destaca uma grande variedade de produtos coloniais e artesanais. Constata-se a presença de 46 tipos de produtos e pratos típicos disponíveis para os turistas.

Há que se destacar os benefícios que a comercialização desses produtos trouxe para a localidade e região como um todo. É fácil perceber que incluso ao universo dos negócios que norteiam os caminhos da Rota Turística-Gastronômica com conseqüente aumento da renda e satisfação pessoal dos envolvidos direta e indiretamente, há efeitos bem além da esfera dos interesses econômicos meramente individuais. Ressalta-se, dentre esses componentes da órbita social e coletiva a valorização e a ampliação da imagem local na região e fora dela, o desenvolvimento do turismo como atividade planejada por todos os envolvidos neste empreendimento.

Afirma-se assim, com muito êxito que a esfera local ostenta um potencial capaz de gerar um tipo de desenvolvimento que, mesmo partindo de uma cultura específica, tem capacidade de valorizar outras de maiores dimensões do espaço geográfico e conduzi-lo com vantagens para todos os envolvidos ao caminho de uma maior e mais intensa integração.

Cabe destacar que as propostas de criação, tanto da UDESSM como da Rota Turística e Gastronômica, agregam e reforçam as pretensões de integração regional defendidas pelo CONDESUS/Quarta Colônia.

Embora na sua origem as iniciativas apresentem um forte condão estatal, nas suas diferentes esferas administrativas, que mobilizou e compreendeu as dificuldades do desenvolvimento da região, há estampado nos seus projetos a ideia de que o progresso não se efetiva e nem se constrói à margem da comunidade e das questões ambientais.

Isso garante que na essência dessas ações está a preocupação de colocar a Quarta Colônia como um centro regional em condições de gerenciar as demandas que um processo de integração exige.

Todo este cenário transformador no interior da nova concepção da Quarta Colônia aponta para mudanças em aspectos anteriormente considerados irrelevantes ou pouco interessantes para analisar o desenvolvimento de um determinado lugar. O mais significativo desses aspectos é a concepção de região (com foco na integração).

Nesse sentido, a ideia de região/integração afronta agora os limites institucionais e passam a ser legitimados aqueles do alcance do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável. É uma nova concepção de poder (simbólico) que se afirma na medida do reconhecimento do que é anunciado. A compreensão do que seja regional não é criado e nem extinto por leis, mas construído pela sociedade que busca a sua identidade nos seus problemas, necessidades e objetivos comuns. Portanto, a concepção de região se faz tendo por base um conjunto de relações que vão além do individual e atingem o coletivo.

Em todas as ações desenvolvidas, a questão da qualidade passa a ter um uso em todas as instâncias da vida.

Trata-se de uma prática e de um discurso que procura envolver uma forma de responsabilização dos sujeitos sociais pela insustentabilidade do modelo até então utilizado, responsabilizando-os pela conquista de um novo, que produza como resultado ainda melhor qualidade de vida. Isso equivale ao esforço de substituir um modelo de desenvolvimento com foco nas finitas e consumíveis relações econômicas, por outro, cujo foco seja o equilíbrio entre a sustentabilidade e a qualidade de vida.

Todos esses projetos se constituem em provas factíveis do esforço em mostrar a emergência de uma nova Quarta Colônia. Revisitá-la hoje representa percorrer uma estrada que leva à fuga do constrangimento que causava, se confrontada com as demais Colônias Italianas do Estado do RS, em relação ao desenvolvimento. Livre do estigma étnico, como ponto alto de caracterização de cada um de seus municípios, desfruta hoje do diferencial que a região como um todo pode oferecer. Finda a era do monopólio da autoridade constituída em promover o progresso, articularam-se os arranjos produtivos de intensas relações sociais, capazes de construir uma alternativa diferenciada de desenvolvimento.

O caminho percorrido pela Quarta Colônia, nesses últimos anos, demonstra que as emancipações e a integração regional têm possibilitado a construção de uma relação madura entre as cidades da região e que o fortalecimento do desenvolvimento local e regional precisa cada vez mais afirmar-se, tendo como base uma forte disposição da sociedade que a compõe, em produzir e gerenciar com equilíbrio os avanços que ainda deseja buscar.

CONCLUSÃO

Ao dar por encerrado um plano de trabalho de investigação, nada pode ser mais animador do que a satisfação de ter elaborado as respostas às aquelas indagações do projeto inicial expresso nos seus objetivos, tanto geral como específicos.

Nesse sentido, no percurso foi se construindo a convicção de estar perseguindo o caminho seguro para atingi-las.

Para isso, a pesquisa envolveu um conjunto de procedimentos metodológicos que priorizou a análise bibliográfica de autores ligados à temática da fragmentação da Quarta Colônia Imperial de imigração italiana, bem como dos motivos que dificultaram o seu desenvolvimento até a metade do século XX, o exame dos processos de emancipação político-administrativo dos núcleos da ex-Colônia Silveira Martins, transformados em municípios, além da análise dos Projetos que deram sustentação à proposta atual de integração da Quarta Colônia.

À análise de cada momento dessa trajetória, foi atribuído um valor às informações e às fontes para que produzissem um significado no desenvolvimento da tese, uma vez que cada um deles carrega elementos fundamentais para a análise da sua própria realidade.

A questão do título do trabalho – Quarta Colônia: da fragmentação à integração – já estampa as profundas diferenças na trajetória que seguiu a Quarta Colônia imperial em relação às Coirmãs do nordeste do RS.

Inicialmente, há uma aproximação pela ordem cronológica de fundação dessas colônias. Contudo, corresponde à trajetória identificando diferentes acontecimentos que mudaram o seu rumo no curso de mais de um século: Conde D'Eu (1ª), Dona Isabel (2ª), Campo dos Bugres (3ª), em 1875 e Silveira Martins (4ª) em 1877. O título funciona como representação dessa diferença. A fragmentação ocorrida em 21/4/1886, pelo Decreto 1570, constituiu-se num marco diferenciador da história entre elas jamais resgatado de maneira positiva pelo contexto histórico posterior da ex-Colônia.

A tripartição do território (divisão entre Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul) produziu efeitos negativos, especialmente em relação ao seu futuro político-administrativo e de caráter desenvolvimentista, pois fragilizou a ideia

de unidade regional, desintegrando e rompendo a unidade que poderia mover o conjunto de núcleos que a compunham.

Essa é a primeira perspectiva que a história acena para tornar diferenciados os caminhos das quatro colônias italianas do Estado. A partir daí, a ex-Colônia Silveira Martins se debateu enfrentando a sua fragmentação bem como o seu frágil desenvolvimento até meados do século XX, que se busca compreender ao desenvolver esse trabalho.

Em relação às emancipações político-administrativas, as Colônias da Serra atingiram a categoria de municípios, ainda, no século XIX (Caxias do Sul e Bento Gonçalves – 1890, e Garibaldi – 1900), num modelo de desenvolvimento sob a perspectiva econômica de intensa produção, inicialmente, primária e comercial, posteriormente industrial, que se fez acompanhado de forte urbanização.

Já os núcleos que compõem a ex-Colônia Silveira Martins somente aderem a esta performance desenvolvimentista a partir da década de 1950, portanto, mais de meio século depois, almejando também a emancipação político-administrativa de seus núcleos. No entanto, as condições que se apresentavam eram as mais diversas possíveis: 1ª) a força que sustenta os processos emancipacionistas não é decorrente das potencialidades econômicas e do aumento populacional, mas da articulação do Estado que intensifica a sua presença na estrutura do território e a expansão do urbano passa a ser compreendida como um projeto de desenvolvimento do capitalismo com pretensões de gerar a modernidade; 2ª) a Quarta Colônia Imperial não conseguiu manter o seu território unificado, resultando que a transformação dos núcleos do interior demorou para ser idealizada na forma de municípios. Os processos de emancipação se deram de forma pouco dinâmica, levando mais de três décadas para se concretizarem. Além disso, na área da ex-Colônia, estruturou-se um conjunto de núcleos que disputaram entre si a sede do município.

No que se refere à ideia de integração, o modelo de desenvolvimento das Colônias da Serra Gaúcha surgiu como uma forma mais complexa de coordenação das decisões econômicas. Apresentou importantes implicações enquanto ferramenta de superação do subdesenvolvimento de cada membro dessa integração. De modo geral, o discurso em favor da integração está centrado predominantemente na dimensão da escala produtiva obtida através do mercado ampliado.

A ideia de integração que se baseia o modelo de desenvolvimento sustentável adotado na Quarta Colônia é uma proposta alternativa ao modelo de desenvolvimento com viés puramente econômico e tem como pilar de sustentação a vida humana, ou seja, estão incluídas as dimensões sociais, políticas, culturais e ambientais. Trata-se de um trabalho integrado entre poder público, setor privado e sociedade civil organizada cujo objetivo é integrar para desenvolver.

Sob esta segunda perspectiva, a questão da inclusão social é central. Nesse foco, é primordial concretizar a participação da população nas dinâmicas dos processos decisórios e nisso se sustenta a diferença entre os dois modelos de integração.

Da análise dos elementos que compõem o título deste trabalho – Quarta Colônia: da Fragmentação à Integração – é possível ratificar que todos esses momentos deram um novo rumo para a Colônia Silveira Martins, transformando-a ao ponto de torná-la absolutamente diferente das demais colônias italianas do RS.

A partir da consolidação dessas diferenças, é possível esboçar conclusões significativas que se voltem para os momentos dessa trajetória, porém, com os olhos voltados para o próprio contexto em que ela está inserida.

O primeiro desses aspectos acena para a falta de lideranças na sede da ex-Colônia (SANTIN, 1986). Isso é parcialmente verdadeiro quando o período em discussão é o início do processo colonizador. Reconhece-se a importância que tiveram Próspero Pippi (na Sede) e Paulo Bortoluzzi (em Vale Vêneto) para o conjunto colonial no empreendimento que assumiram, na busca por sacerdotes para atenderem as demandas específicas dos imigrantes na fase inicial do processo imigratório. No entanto, as ações que praticaram ficaram restritas às disputas pessoais que deram visibilidade às duas localidades onde estavam situados os negócios particulares de ambos.

Nessas circunstâncias, a projeção social, política e econômica que tiveram esses líderes não produziu ecos ou impulsos integradores.

Os duelos que travaram para trazer da Itália os sacerdotes reclamados pelos colonos ofuscou a geração de novos líderes que tivessem a capacidade de mobilizar a sociedade colonial num movimento reivindicatório amplo que contemplasse os interesses abrangentes de toda a Colônia e, por isso, que tivesse força para pleitear mais que simplesmente a presença de sacerdotes e pequenas melhorias, mas

questões de ordem política que beneficiassem a sociedade colonial que ocupava e estava se organizando no seu território.

Por isso, é possível afirmar que as rivalidades que decorreram dessas disputas projetaram tanto a Sede da Colônia como Vale Vêneto, bem como os negócios que protagonizaram as suas lideranças, dando a ambos destaque no cenário regional, porém, inviabilizou uma articulação política em condições e com a força necessária para aglutinar os outros núcleos que já despontavam como importantes na agricultura e no comércio (caso de Arroio Grande), a fim de, juntos, desencadear movimentos reivindicatórios para a instalação de municípios.

Além disso, a perpetuação da ideia de disputa entre esses líderes foi um fator que exacerbou os conflitos entre colonos da mesma origem, de modo a afetar os interesses que o progresso poderia uni-los numa causa comum.

No sentido contrário a este sentimento e a essa prática, aparece a liderança do padre Luiz Sponchiado em meados do século XX e a de José Itaquí, no final do mesmo século e início do século XXI.

Ambos souberam ir além dos interesses meramente individuais e fizeram prevalecer os sociais e coletivos, empreendendo ações que deram novas versões de progresso e desenvolvimento à ex-Colônia.

O padre Sponchiado propôs por duas vezes a ideia de unir a ex-Colônia Silveira Martins sob uma única base geográfica, adotando como critérios a religiosidade e a italianidade para formar a área emancipada. Mesmo sem obter êxito em sua proposta, a ideia emancipacionista se perpetuou no território da ex-Colônia e um conjunto de municípios se emanciparam no curso de três décadas, transformando a geopolítica da região num conjunto hierárquico de poderes político-administrativos legalmente constituídos.

Essas tentativas frustradas de Sponchiado se constituíram em verdadeiras fontes de inspiração e estímulo a todas as emancipações político-administrativas que vão compor o conjunto de municípios no interior da ex-Colônia Silveira Martins. Mesmo com atraso em relação às demais colônias italianas do RS, esse contexto emancipacionista trouxe e instalou um modelo de desenvolvimento desejável para aquele período.

Ressalta-se que os créditos do padre Sponchiado para tal iniciativa têm as suas raízes no vínculo das comunidades com a autoridade do sacerdote como liderança espiritual e intelectual desde a Itália e que prosseguiu no nosso meio. Este

prestígio se justifica pelo auxílio que os sacerdotes davam às comunidades desamparadas, organizando-as socialmente e colaborando na preservação dos valores culturais, morais e religiosos.

Já José Itaqui, no final do século XX, propõe repensar o desenvolvimento sob o paradigma da sustentabilidade e no âmbito regional. O ponto de partida é a valorização das peculiaridades históricas e culturais de cada unidade geográfica, exigindo-se novas formas de agir e outras escalas de articulação de poder e participação com maior inclusão social e mais cidadania.

Difunde-se também a ideia de diversidade cultural, diluindo-se as fronteiras entre os municípios da região com a integração de projetos de desenvolvimento que incluem também outros municípios, além daqueles da ex-Colônia (Agudo e Restinga Seca).

Nesse contexto, a Sede da Colônia passa a liderar a proposta da integração de âmbito regional. Através desta liderança, afirma-se a retomada de uma perspectiva em relação ao futuro, o que também inclui revisitar o passado, opondo-se à ideia de muito cedo ter sido fragmentada e muito tarde ter se emancipado.

Nesse contexto de diferentes momentos da trajetória da ex-Colônia Silveira Martins, sobressaem também lideranças com propósitos também diferenciados no modo de resolver as demandas locais. Próspero Pippi e Paulo Bortoluzzi, embora tivessem se empenhado na solução dos problemas dos colonos, não atingiram a esfera pública para resolvê-los. Ao contrário, transformaram esses locais em centros de disputas e rivalidades dos seus próprios interesses que, por um longo período, refletiram-se, para além dos seus núcleos de origem.

Já Sponchiado e Itaqui consolidaram modelos de desenvolvimento de relevante interesse social e coletivo. Mesmo guiados por diferentes paradigmas, ambos souberam, respectivamente, mobilizar e animar as comunidades envolvidas.

Assim como a fragmentação da ex-Colônia Silveira Martins ocorrida no final do século XIX afetou de modo generalizado o seu desenvolvimento no curso de toda a sua história, mas, principalmente, até o final do século XX, há um conjunto de razões que se agregaram no sentido de impor-lhes um longo período de fraco desenvolvimento.

O enxameamento é uma delas. Trata-se de um fenômeno migratório que fez, frequentemente, tanto circular os colonos no interior da ex-Colônia, como também deslocarem-se para outras regiões do Estado e fora dele.

Essa falta de fixação e apego ao novo território apresentou as suas razões e teve, entre 1883-1889, o período de maior intensidade, no entanto, mesmo que tenha oportunizado o desenvolvimento de outras atividades, não vinculadas à agricultura (como o comércio, o artesanato, a indústria), fato que acabou não se confirmando, inviabilizou a implementação de uma agricultura forte que superasse o modo de subsistência de produzir.

A busca incessante da satisfação de tornar-se “proprietário” foi acompanhada na Quarta Colônia do dissabor de se atribuir aos seus colonos uma hierarquia inferior no contexto imigratório do Estado.

A alta rotatividade de pessoas no interior da Colônia foi muito perversa para as pretensões do desenvolvimento econômico local e dificultou muito a consolidação das ideias de autonomia político-administrativa para os núcleos coloniais.

Com relação aos conflitos entre católicos e entre católicos e maçons na ex-Colônia, ratifica-se o que já foi manifestado no decorrer do trabalho. É o tema que, além de atrair mais dedicação dos pesquisadores, é também o que oferece o maior acervo documental e bibliográfico da região.

Vários episódios religiosos envolveram a sociedade colonial desde a sua fundação até o início do século XX. Os seus desdobramentos afetaram profundamente o interior dos núcleos durante o século XX, repercutindo negativamente na sua unidade, tanto para impulsionar o desenvolvimento como para promover a sua integração.

Algumas dessas disputas têm procedência na própria origem dos imigrantes, outras inauguradas no seu interior, mas todas colaboraram para o agravamento das relações sociais que serviriam de base para a promoção da dinâmica do próprio local.

Não se trata simplesmente de insistir na valorização dos episódios isoladamente e/ou no contexto em que ocorreram, mas na capacidade que tiveram de gerar comprometimentos futuros e a longo prazo, inclusive para além dos espaços geográficos dos locais em que ocorreram.

Trata-se de momentos do passado que afetaram o presente e o futuro por um período muito longo.

Neste rol de acontecimentos, a rivalidade pela vinda dos primeiros padres da Itália para a ex-Colônia a fim de prestar assistência religiosa aos colonos dividiu os seus moradores entre as pretensões de suas lideranças.

O episódio da morte do padre Sório, ocorrido em 2/1/1900 e, portanto, há mais de um século, por mais que tenha sido estudado e discutido, continua a dividir as manifestações da sociedade sobre o tema.

A controversa trama deste episódio local revela-se, além da divergência entre católicos e maçons, há muito percebidas no cenário da história brasileira e já conhecidas dos imigrantes italianos da Quarta Colônia através das lutas que travaram ainda na Itália. Ele mostra também a disputa entre católicos do segmento liberal da Igreja (do qual Sório era representante como padre secular) e o projeto ultramontano dos palotinos que estava se instalando na ex-Colônia, a partir de Vale Vêneto.

O conflito entre as capelas de São Marcos e São Pedro de Arroio Grande pode também servir de exemplo dessa realidade.

Já o episódio de Novo Treviso e Dona Francisca (1893) envolvendo os padres Cornélio O'Connor e Schwinn ilustra os atritos ocorridos na ex-Colônia Silveira Martins entre sacerdotes da mesma congregação (ambos eram palotinos).

Conforme afirmado antes, esse elenco de conflitos dividiu frequentemente a população da ex-Colônia, não somente durante o desenrolar dos fatos e no local de sua ocorrência, mas por um longo tempo e fora das fronteiras em que se sucederam. Por isso, em boa parte do século XX, a sua população não encontrou os verdadeiros motivos para se unir em torno das emancipações.

Mesmo que o catolicismo tenha se constituído num dos principais valores dos colonos das zonas coloniais italianas do RS, esse conflitos religiosos que renderam a falta de unidade na ex-Colônia Silveira Martins podem ser entendidos também como um esforço para construir uma identidade coletiva entre italianos e descendentes do local.

É indiscutível também o prejuízo do quarto núcleo colonial de italianos em relação ao nome que lhe foi atribuído – Silveira Martins.

Esse ônus se consolidou nas observações aqui identificadas e esteve presente nas instâncias do poder próximo e distante, ou seja, para onde foram encaminhadas e negadas as demandas da sociedade da ex-Colônia.

No contexto político, Pesavento (1980) reconhece a formação das Alianças Gasparista e Castilhistas no cenário gaúcho, enquanto Saquet (2003) sustenta que a proclamação da República precipitou a substituição da Aliança Gasparista pela

Aliança Castilhista. Já Vécio (2001) vislumbra no novo “pacto” a aliança do Partido Republicano Rio-Grandense com o Grande Oriente do Rio Grande do Sul.

Seja como for, a configuração dessa nova realidade carrega os detalhes que contribuíram negativamente e de modo sutil para o progressivo esquecimento da ex-Colônia Silveira Martins no que diz respeito às lembranças que o seu nome sugere.

Na prática, a relação topônima produziu desgastes à ex-Colônia, tanto nos governos de Júlio de Castilhos como no de Borges de Medeiros. Ambos negaram os pedidos de emancipação político-administrativa encaminhados pelos seus moradores em 1895 e 1899, respectivamente.

Ainda, desvia-se do rumo da Quarta Colônia a possibilidade de implantação da ferrovia que passou por Santa Maria, conforme havia sido previsto pela Lei nº 1832 de 1889 (MARIN, 1999, p. 63), bem como implementou-se um plano de fortalecimento dos transportes e comunicações para as Colônias da Serra (SAQUET, 2003, p. 122).

Assim, questões simultâneas de planejamento favoráveis às Colônias do Nordeste do RS e desfavoráveis à Colônia do Centro, além de mostrar um incremento para as iniciativas dos colonos com tendências a ocuparem-se com a indústria e o comércio em detrimento dos que se ocupavam com a agricultura, desqualificam e excluem diretamente a ex-Colônia Silveira Martins dos planos da Aliança Castilhista (PESAVENTO, 1980).

Devido a isso, ratifica-se que a ex-Colônia pagou pelo fato do seu nome homenagear um político derrotado (POSSAMAI, 2005, p. 209) e esta homenagem não só inviabilizou prematuramente a sua emancipação político-administrativa como também não atendeu no conjunto as outras demandas locais.

A origem do núcleo colonial Silveira Martins está diretamente ligada ao município de Santa Maria, pois conforme Dal Lago e Dal Lago (1993, p. 12) são os atrativos apresentados por Santa Maria, o motivo justificador da chegada à região central da Província da leva de imigrantes que fundaram a Quarta Colônia de imigração italiana do RS em 1877.

No entanto, o vínculo institucional da sede da ex-Colônia a partir da sua tripartição territorial (1886), além de ser prolongado (até 1988), não contribuiu para o seu desenvolvimento e as maiores vantagens que decorreram dessa relação, se construíram em favor de Santa Maria.

Mesmo que Santa Maria tenha demorado para definir a sua vocação econômica, os atrativos por ela captados, proporcionaram-lhe grande progresso (primeiro a ferrovia, depois os militares e, ainda mais tarde, a educação). O inverso ocorreu com o desenvolvimento da sede da ex-Colônia. Os investimentos nestas atividades vão incrementando a economia e o comércio se consolida na cidade de Santa Maria. São questões que pesam na desmobilização econômica e no esvaziamento demográfico da ex-Colônia Silveira Martins.

No aspecto religioso, as relações de Santa Maria com o quarto núcleo colonial de italianos do RS também iniciaram cedo e não mais se encerraram.

No começo, Santa Maria prestou assistência religiosa aos colonos da ex-Colônia Silveira Martins através do padre Marcelino Bitencourt e, posteriormente, com a chegada dos Palotinos, apesar das reações, vai se consolidando um perene trabalho religioso.

Afirmando-se no interior da Colônia em fins do século XIX, a Pia Sociedade das Missões “conquista” Santa Maria nas primeiras décadas do século XX. Era a força do *ora et labora* de Vicente Pallotti que fazia ascender social e economicamente a Igreja Católica, fortalecendo os vínculos entre italianos e descendentes da ex-Colônia Silveira Martins e a população de Santa Maria.

É inconteste que todas essas razões afetaram o desenvolvimento da ex-Colônia Silveira Martins do final do século XIX e boa parte do século XX, contribuindo para o distanciamento dos níveis de progresso verificado entre ela e as demais colônias da Serra Gaúcha.

Embora sem ter atingido os níveis de progresso e modelo de desenvolvimento das Colônias coirmãs, jamais o desejo de acompanhar o seu ritmo foi deixado de lado pelos seus moradores.

Em meados do século XX, o que apenas era um desejo encontra eco na ação desencadeada por Luiz Sponchiado em promover a conscientização da população de seus mais diversos núcleos para a possibilidade de atingirem a tão sonhada emancipação político-administrativa.

O impulso para as emancipações dos núcleos da ex-Colônia Silveira Martins teve como ponto de partida as propostas mobilizadoras do padre Luiz Sponchiado no intuito de unir política e administrativamente todo o território da Colônia, no entanto, as circunstâncias de disputas e rivalidades internas inviabilizaram essas possibilidades.

A ruptura desencadeada diante deste insucesso do padre Sponchiado com tendências de abandono ao tradicional e adesão ao moderno, não impediu que se afirmassem, para o conjunto dos municípios que se formavam a partir daí, a identidade de seus habitantes, baseada na força da religiosidade e da italianidade como pontos norteadores de uma composição de forças que se voltariam para a busca do desenvolvimento e da modernidade.

Nas relações entre colonos e a Igreja Católica, o elo mais significativo é aquele que se dá através do padre. A origem desta influência remonta os tempos das terras de origem dos imigrantes e a dependência decorre da necessidade dos colonos se organizarem econômica e socialmente na nova terra, a fim de superarem o quadro de miséria que se apresentou nos primórdios da colonização. No dizer de De Boni (1980), a religião atuava como elo de união entre os colonos. A fé fornecia os subsídios indispensáveis para que todos pudessem reiniciar a própria existência, seja ela individual ou coletiva.

A questão da italianidade foi colocada sob prova com o advento do Estado Novo. Por meio dele, foi possível refletir sobre a identidade do imigrante/colono. Simultaneamente, há um tríplice desdobramento. O primeiro, identifica que os imigrantes e descendentes tinham fortes sentimentos de italianidade gerados pela preservação da cultura do local de origem e ligada solidamente à religiosidade e era responsável pela construção positiva da imagem dos colonos. O segundo indica para o rompimento dos vínculos com a italianidade pretendida pelo Estado italiano. O terceiro procura agregar e fortalecer os valores da brasilidade nas suas dimensões da política, do social, do urbano e do Estado (ZANINI, 2006).

Associada a este contexto de afirmação da identidade com todos os componentes de nível local, está a ideia de modernidade e de desenvolvimento na ex-Colônia Silveira Martins.

Nesse sentido, no Brasil, a partir de meados do século XX, a atuação regulativa do Estado se sobrepõe à força do mercado e à organização da comunidade, no intuito de dar providências às crescentes demandas provenientes do desenvolvimento que pretendia ampliar o conjunto de transformações que já se fazia presente nos grandes centros urbanos (BOAVENTURA SANTOS, 1999).

Com isso, generalizam-se as demandas na direção do Estado que amplia o seu atendimento no sentido de atender os “déficits” que a própria modernidade gerou no modelo de desenvolvimento que lhe dava sustentação.

No caso específico deste período, a baixa concentração urbana se constituiu no “déficit” que a legislação emancipacionista procurou atender.

Para Schmidt e Farret (1996, p. 15), a partir da década de 1950, o Estado brasileiro fez crescer o seu planejamento e nele se incluiu a formação de novos núcleos urbanos. Isso implica num maior investimento, além da infraestrutura que sustenta o processo produtivo também naquela que reproduz as relações sociais.

Essa prática de se relacionar também com o polo de trabalho para acolher os seus apelos, incrementar a política de criação de novos municípios e investir na periferia como subúrbio e como novos centros é que caracteriza a proposta modernizadora do Estado.

A criação do urbano é uma estratégia protagonizada pelo Estado na modernidade periférica, cuja meta é levar o desenvolvimento econômico através da urbanização e da industrialização por toda a parte. Diante disso, é possível compreender que o insucesso das propostas de unir a ex-Colônia Silveira Martins sob um único município legou intensa mobilização das lideranças comunitárias para o sucesso das emancipações dos núcleos coloniais, superando-se aí os obstáculos e intrigas que ocorreram no seu interior. Esse fracionamento territorial, de que a região é parte, constituiu-se no apogeu da estratégia regulativa do Estado na modernidade que, na medida em que criava cidades, instalava o urbano em lugares absolutamente rurais/coloniais e onde, no conjunto, a população rural jamais deixou de ser maioria, além do que são lugares onde a indústria jamais chegou. Esses dois “déficits”, conforme Boaventura Santos, tanto na urbanização como na industrialização – são ressignificados sob a ótica do desenvolvimento (agora sustentável), no período pós-emancipações, onde o foco temático é a integração e o paradigma fundante é o meio ambiente.

Sob essa perspectiva, ficaram para trás os problemas da fragmentação e as lutas pela sobrevivência dos imigrantes e descendentes, o lento caminho das emancipações e os esforços para livrar-se das dependências político-administrativas e das dificuldades econômicas.

A Quarta Colônia vive uma integração fundada numa prática social estruturada em projetos que se articulam num conjunto ampliado de municípios e cuja gestão envolve afinadas relações entre a sociedade organizada e o poder público.

Assim, as novas estratégias de desenvolvimento da Quarta Colônia estão pautadas na valorização da construção da identidade regional, na busca por educação ambiental e patrimonial e no desenvolvimento sustentável.

Trata-se de uma realidade que propõe um desenvolvimento diferenciado que tem como principal mérito a potencialização positiva de aspectos culturais e econômicos em uma perspectiva política renovada que resulta de escolhas e direcionamentos, os quais proporcionam um diferencial que se constituiu em motivo de orgulho para toda a região.

E, para finalizar, é interessante retornar ao início para lembrar que a história do Quarto Núcleo Imperial de colonos italianos se constituiu numa jornada assinalada por momentos e acontecimentos que deram muita significação à trajetória. Seja qual for a análise que se pretenda fazer e/ou valorizar, o caminho desta Colônia será sempre marcado por um fatídico momento de fragmentação, por um longo período de espera por emancipações e por um promissor cenário de integração. Todos tempos decisivos na mudança dos rumos de sua história.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ALENCAR, Edson Rildo. Política de governança para as localidades. **Thesis**, São Paulo, v. 2, p. 1-17, 2º semestre, 2004.
- ALTOÉ, Valeriano. Napolitanos “nuvens de gafanhotos”. In: DE BONI (Luis A. (Org.)). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre, EST, 1995. p. 434-446.
- ANCARANI, Umberto. **Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins: 1877-1914**.
- ANTONELLO, Lizie. Novo fóssil é encontrado: esqueleto petrificado de dinossauro está em sítio paleontológico em São João do Polêsine. **Diário de Santa Maria**, 28/01/2010, n. 2406.
- ARRUDA, Marcos; BOFF, Leonardo. **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos**. Rio de Janeiro, Vozes, 2001.
- AZEVEDO, Célia Marinho. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.
- _____. Pesquisa sobre a emigração italiana. In: _____ *et al.* **Imigração italiana: estudos**. Caxias do Sul: UCS/EST, 1979. p. 47-73.
- AXT, Gunter. **Julio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS. Cadernos IHU Idéias**, São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, ano 2, n. 14, p. 1-24, 2004.
- AZZI, Riolando. **A Igreja e os migrantes: a imigração italiana e os primórdios da obra scalabriana no Brasil (1884-1904)**. São Paulo: Edições Paulinas, 1987. v. 1.
- BAREA, Dom José. **A vida espiritual nas colônias italianas no Estado do RS**. Tradução e Introdução de Mário Gardelin e Rovílio Costa. Porto Alegre: Edições EST, 1995.
- BARROS, José D’Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BATTISTELLA, Luciana Flores; ERDMANN, Rolf Hermann; WITMANN, Milton Luiz. A experiência vivida pelo ser-gestor no desenvolvimento regional em um consórcio de pequenos municípios. **Revista de Administração**, UFSM, Santa Maria, v. 1, n. 2, p. 263-274, mai./ago.2008.

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho**: 1º volume (1787-1930). Santa Maria: Pallotti, 1958.

BENEDUZI, Luis Fernando. **Imigração italiana e catolicismo**: entrecruzando olhares, incluindo mitos. Porto Alegre, EST, 2000.

BIASOLI, Vitor. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870/1920)**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

BOFF, Leonardo. **Nova era**: a civilização planetária. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **Crise**: oportunidade de crescimento. São Paulo: Verus, 2002.

BOLZAN, Moacir. **O estado populista como alternativa social da modernidade brasileira no contexto latino-americano**. 2006. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

BOLZAN, Nelson. **La América dei sogni**: um povo, uma história, uma conquista. Porto Alegre, Alcance, 1997.

BONFADA, Genésio. **Os Palotinos no RG**. Santa Maria: Pallotti, 1991.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BORIN, Marta Rosa. **Por um Brasil católico**: tensão e conflito no campo religioso da República (Rio Grande do Sul – 1900 – 1930). Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul; EDUNISC, 1999.

BRUNNER, J. J. **Cartografias da la modernidad**. Santiago: Dolmen, 1994.

BRUNELLI, Piero. **Pioneri**: gli italiani in Brasile e il mito della frontiera. Roma: Donzelli, 1994. (Sagi: Storia e Scienze Sociali).

BRÜSEKE, Franz Josef. **A modernidade técnica**. Disponível em: http://www.scielo.php?pid=S0102-6909002000200009&script=sci_arttex&t... Acesso em 17.set. 2009.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1999.

BUSANELLO, Pio José. **A história de nossa gente**. Santa Maria: Editora Pallotti, 1999.

CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. **Diálogos sobre religiosidade popular**. 2000. Qualificação (Pós-Graduação em História Social). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2000.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. Família e religião na sociedade rural em mudança. In: SZMRECSÁNYI, Tomás; QUEDA, Oriowaldo (Orgs.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. pp. 177-189.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia de Vargas. Brasília: Ed. UNB, 1994.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Suzana (Orgs.). **Educar em direitos humanos**: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; CORRÊA, Walquíria Kruger. Ruralidades, urbanidades e tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-Território**. Revista de Geografia Agrária. Uberlândia, v. 3, n. 5. p. 214-242, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>. Acesso em 12.ago.2009.

CARDOSO, Adauto Lucio; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. **Cidade, povo e nação**: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

CARLESSO, Oscar José. **A sonhada América**: os Carlesso em Santa Maria (1878-1988). Porto Alegre: Editora Posenato Arte & Cultura, 1989.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e indústria**. São Paulo: Contexto, 2000. Coleção Repensando a História.

_____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2009. Coleção Repensando a Geografia.

CASTELLANI, José. **A Maçonaria e o movimento republicano brasileiro**. São Paulo: Traço Editora, 1989.

CAVALLIN, Gianfranco. **Gli ultimi Veneti**. Porto Alegre: EST, 2001.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CENTRO DE APOIO À PESQUISA PALEONTOLÓGICA. Quarta Colônia terá complexo paleontológico. **Jornal Diário de Santa Maria**, Santa Maria, nov. 2007. Encarte.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHELOTTI, Célio. "Faxinal abraçou a causa". **Jornal Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 25 mar. 2001. p. 6. (Caderno Quarta Colônia).

CHIAPPETTI, Maria Isabel Stumpf. Os municípios da Quarta Colônia conseguiram um diferencial. **Jornal Diário de Santa Maria**, Santa Maria, p. 6, 13 mai.2011. Caderno Quarta Colônia.

CHOAY, F. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

COLUSSO, Izabelle; RORATO, Geisa. Experiências de planejamento para elaboração de planos diretores em municípios de pequeno porte articulados regionalmente e compatibilização com o plano de desenvolvimento regional. In: BEVILACQUA, Décio; RORATO, Geisa; COLUSSO, Izabelle (Orgs.). **Quarta Colônia: construção do planejamento municipal e regional**. Santa Maria: Editora da UFSM; Porto Alegre, Livraria do Arquiteto, 2010, p. 113-127.

COSTA, Firmino. **Pinhal Grande: contribuição ao estudo da história de seu município**. Pinhal Grande: Casa de Cultura, 2007.

COSTA, Rovílio. Valores da imigração italiana: cem anos após. In: HOHLFELDT, Antônio (Org.) *et al.* **Imigração italiana: estudos**. Caxias do Sul: UCS/EST, 1979.

DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

DAL LAGO, Osvaldo; DAL LAGO, Romi. **A Pompéia de Vincenzo Guerra: "La casa di Buia del Friuli"**. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1993.

DE BONI, Luis Alberto. **O catolicismo da imigração: do triunfo à crise**. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 234-255.

DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; São Lourenço de Brindes/Caxias do Sul: Universidade de Caxias, 1979.

DOTTO, Concórdio Genuíno. **Silveira Martins *tutti bona gente***. Santa Maria: Editora da UFSM, 1987.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Vale Vêneto: um pedaço da Itália no Brasil**. Corag (Companhia Riograndense de Artes Gráficas), s/d.

FAÉ, Walter José. **Italianos no Rio Grande do Sul – 1875-1975**. São Paulo: FOCAM, 1975.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

FÉLIX, Loiva Otero *et al.* **Relação de poder local x poder estadual nas áreas de colonização alemã e italiana na I República.** Porto Alegre: UFRGS, 1992. Relatório Final de Pesquisa, CNPQ. Mimeo.

FERRARI JÚNIOR, José Carlos. Limites e potencialidades do planejamento urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial da cidades brasileiras. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 2 (1): 15-28, jun. 2004. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igcl/grad/geografia/revista.htm>. Acesso em: 10.jun.2010.

FIGUEIREDO, Osório Santana. **As revoluções da República: 1889-1932.** Santa Maria, Pallotti, 1998.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral. **O pragmatismo político dos ferroviários sul-rio-grandenses:** com foco histórico na cidade de Santa Maria. Santa Maria: Editora da UFSM, 2009.

FLORES, Moacir (Org.) **A revolução dos Maragatos.** Porto Alegre: EDIPUC/RS, 1993.

FRANZINA, Emílio. **A grande emigração:** o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Tradução de Edilene Toledo e Luigi Blondi. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

FREITAS, Bárbara. **Teorias da cidade.** São Paulo: Papirus, 2006.

FROEHLICH, José Marcos e outros. Narrando territorialidade: identidade territorial da Quarta Colônia – RS. In: 47º SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Porto Alegre, 2009. p. 1-18.

GASSEN, Valserina Maria Bulegon. O Condesus nos deu visibilidade a nível de Brasil e também no exterior. **Jornal Diário de Santa Maria**, Santa Maria, p. 6, 3 jun.2011. Caderno Quarta Colônia.

GERMANI, Gino. **Política e sociedade numa época da transição:** da sociedade tradicional à sociedade de massas. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1973.

_____. **Sociologia da modernização:** estudos teóricos, metodológicos e aplicação à América Latina. São Paulo: Editora Mestre, 1974.

GIOVELLI, Valcenir. Os nossos jovens não querem permanecer na pequena propriedade. **Jornal Diário de Santa Maria**, Santa Maria, p. 6, 1º abr.2011. Caderno Quarta Colônia.

GIRON, Loraine Slomp. **As sombras do Littório:** o fascismo na região colonial italiano no RS. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Colônia: um conceito controverso**. Caxias do Sul, EDUCS, 1996.

GOFFMANN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. São Paulo: Vozes, 2003.

GÓMEZ, José Maria. **Política e democracia em tempo de globalização**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GONZALES, Osmar. Los orígenes del populismo latinoamericano: una mirada diferente. **Cuadernos del Cendes**. Dic. 2007, v. 24, n. 66 (citado 21 junio 2009), p. 75-104. Disponível em: http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1012-25082007000300005&img=es&nrm=uso. Acesso em 02.mai.2011.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

HESSEL, José Ribeiro. **Criação de municípios no Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: FGV/Escola Brasileira de Administração Pública, 1976.

HOBSBAWN, Eric. A outra história: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick (Org.). **A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

HUTTER, Lucy Maffei. Identidade étnica no Brasil Meridional. **Revista da IEB-USP**, São Paulo, n. 46, p. 279-281, fev. 2008.

IANNI, Octávio. **A formação do Estado populista na América Latina**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco (SEPLAN), 1998.

INSTITUTO SUPERIOR BRASILEIRO-ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISAS. **imigração italiana: estudos**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979.

IOP, Rafael. **Vicente Pellotti e sua obra**. Santa Maria: Gráfica Pallotti, 1936.

IOTTI, Luiza Horn. **O olhar do poder**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

_____. **Imigração e poder: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

ISAIA, Antonio. Os sonhos de emancipação e as frustrações na história de Silveira Martins. **Jornal A Razão**, Santa Maria, 6 abr.1987. Caderno Segundo A Razão.

_____. Os sonhos de emancipação e as frustrações na história de Silveira Martins (II). **Jornal A Razão**, Santa Maria, 14 abr.1987. Caderno Segundo A Razão.

_____. Os sonhos de emancipação e as frustrações na história de Silveira Martins (III). **Jornal A Razão**, Santa Maria, 22 abr.1987. Caderno Segundo A Razão.

_____. Os sonhos de emancipação e as frustrações na história de Silveira Martins (IV). **Jornal A Razão**, Santa Maria, 28 abr.1987. Caderno Segundo A Razão.

_____. Os sonhos de emancipação e as frustrações na história de Silveira Martins (V). **Jornal A Razão**, Santa Maria, 5 mai.1987. Caderno Segundo A Razão.

_____. Os sonhos de emancipação e as frustrações na história de Silveira Martins (VI). **Jornal A Razão**, Santa Maria, 12 mai.1987. Caderno Segundo A Razão.

_____. Os sonhos de emancipação e as frustrações na história de Silveira Martins (Conclusão). **Jornal A Razão**, Santa Maria, 21 mai.1987. Caderno Segundo A Razão.

ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

ITAQUI, José (Org.) **Quarta Colônia: inventários técnicos**. Santa Maria: Pallotti, 2002.

_____. A nova Quarta Colônia. **Diário de Santa Maria**. 27/28 set. 2003. p. 14.

_____. Construção dos Parques Paleontológicos da Quarta Colônia, RS, iniciam este ano. **Boletim da Sociedade Brasileira de Paleontologia**. Porto Alegre, ano 22, n. 58, p. 9-10, abr./jun; 2006.

_____. A Quarta Colônia una. **Diário de Santa Maria**, 26.mar.2010, p. 2. Caderno Quarta Colônia.

ITAQUI, José; VILLAGRÁN, Maria A. **Educação patrimonial: a experiência da Quarta Colônia**. Santa Maria: Pallotti, 1998.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **Sobre as ruínas da velha matriz: religião e política em tempos de ferrovia (Santa Maria – RS – 1880/1900)**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

KOWARICK, Lucio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papyrus, 1998.

LARRAIN, Jorge. **A trajetória latino-americana para a modernidade**. Disponível em: <<http://www.imaginario.com.br/artigo/a0031a0060;a055.shtml>>. Acesso em 25.dez.2009.

LINDNER, Michele; WANDSCHEER, Elvis. Manifestações das ruralidades em pequenos municípios gaúchos: o exemplo da Quarta Colônia de Imigração Italiana. **Campo-Território**. Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 5., n. 9, p.147-165, fev. 2010.

LORENZATTO, Antônio Domingos. **Os Vênetsos**: nossos antepassados. Porto Alegre: EST, 1999.

LORENZONI, Júlio. **Memória de um imigrante italiano**. Tradução de Armida Lorenzon Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MAESTRI, Mário. **Os senhores da serra**: a colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). Passo Fundo: UPF, 2000.

_____. A geração de 75 e os estudos sobre imigração italiana no RS. In; **V Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

MAGNOLI, Demétrio; OLIVEIRA, Giovana; MENEGOTTO, Ricardo. **Cenário gaúcho**: representações históricas e geográficas. São Paulo: Moderna, 2001.

MANFROI, Olívio. Imigração alemã e italiana; estudo comparativo. In: Imigração italiana: estudos, 1975, 1976. Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul, UCS/EST, 1979. p. 185-197.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no RS**: implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: EST, 2001.

MARCUZZO, Padre Clementino. **Centenário da chegada das irmãs e fundação do Colégio – Vale Vênetsos, 1892 – 1992**. Santa Maria: Pallotti, 1992.

MARIN, Jérri Roberto. **Ora et labora**: o projeto de restauração católica na ex-Colônia Silveira Martins. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

_____. Combatendo os exércitos de Deus: as associações devocionais e o projeto de romanização da Igreja Católica. In: _____. (Org.). **Quarta Colônia**: novos olhares. Porto Alegre: EST, 1999. p. 11-24.

_____. (Org.). **Quarta Colônia**: novos olhares. Porto Alegre: EST, 1999.

_____. A integração dos imigrantes italianos à política sul-rio-grandense na ex-Colônia Silveira Martins. **Imaginário**, vol. 13, n. 14, p. 167-107, jun. 2007.

- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. Campinas, Editora UNESP, 2009.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MERLOTTI, Vania Rodrigues Pisani. **O mito do padre entre descendentes italianos**: a comunidade de Otávio Rocha. Caxias do Sul: Editora da UCS, 1979.
- MESQUITA, Zilá. Divisões regionais do RS: uma revisão. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 95-146, 1984.
- MONTE-MÓR, Roberto Luis. Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: M. S. Santos, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. pp. 169-181.
- MOREIRA, Roberto José; GAVIRIA, Margarita Rosa. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na comunidade de Taquari. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Revista Semestral de Ciências Sociais Aplicadas ao Estudo do Mundo Rural. Rio de Janeiro, n. 18, p. 47-72, abr. 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/roberto18htm>. Acesso em 12.dez.2009.
- MORO JÚNIOR, Enio. A afirmação dissimulada: o papel do Estado no desenvolvimento urbano brasileiro. **Revista Ciências Sociais e Humanas**, Impulso, Piracicaba, v. 17, n. 44, p. 31-42, 2006.
- NASCIMENTO, Tupinambá Miguel Castro do. **Gaspar Silveira Martins**: líder esquecido. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2006.
- OLIVEIRA, Ariovaldo. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação monopolista, contradições urbanas e a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, J. A. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- OLIVO, Vânia Fighera. **A natureza discursiva da constituição do campo de desenvolvimento da Quarta Colônia – RS**. 2006. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- PALEONTOLOGIA no centro do Rio Grande. **Revista Turismo Gaúcho**, ed. 33. Disponível em: <http://www.tgonline.com.br/materias/paleontologia-no-centro-do-rio-grande>. Acesso em: 3.nov.2010.

PEREIRA, Luiz. Urbanização e subdesenvolvimento. In: PEREIRA, Luiz (Org.). **Urbanização e subdesenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 59-78.

_____. Urbanização na América Latina. In: PEREIRA, Luiz (Org.). **Urbanização e subdesenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 81-104.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política riograndense. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 156-194.

PICCIN, Eunice; BEZZI, Meri Lourdes. O código cultural religião presente na Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS.. **Geografia: Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 13, n. 2, p. 371-381, 2009.

PICCOLO, Helga. Religião e participação política. In: RAMBO, Arthur; FÉLIX, Loiva (Orgs.). **A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Porto Alegre: EDUFRGS, 1995.

POSSAMAI, Paulo. **“Dall’Italia siamo partiti”**: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAMOS, A. Guerreiro. **A crise de poder no Brasil**: problemas da revolução nacional brasileira.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Emanuela Souza. **Igreja Católica e a modernidade no Maranhão, 1889-1922**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 08.set.2010.

RIBEIRO, Eunice. Pesquisa sobre a imigração italiana: painel. In: Imigração italiana: estudos, 1975, 1976. Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul, UCS/EST, 1979.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Urbanismo: olhando a cidade, agindo na sociedade. In: PECHMAN, Robert. **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. p. 106-120.

_____. Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org.). **Cidade, povo e nação**: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 15-22.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 53-80.

RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lúcia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia**. Porto Alegre: Edições EST, 2004.

RIZZARDO, Redovino. **Carlistas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/Cepam, 1981.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. 2v.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1988. Coleção Primeiros Passos. 203.

ROSENAU, N. J. *et al.* **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: UNB, 2000.

ROSSATO, Jucemara. **Padre Luiz Sponchiado: um empreendedor em Nova Palma** (município da Quarta Colônia de Imigração Italiana). 1996. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria, 1996.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território**. Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1., p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewarticle.php?id=23>. Acesso em 12.dez.2009.

RUBERT, Arlindo. **Clero secular italiano no RS (1815-1930)**. Santa Maria: Pallotti, 1977.

_____. **Quarta Colônia Italiana: assistência religiosa; 1877-1900**. Porto Alegre: EST, 2003.

RUCKERT, Aldomar Arnaldo. As pequenas cidades coloniais do norte do RS. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1982. n. 9, p. 25-32.

RUVIARO, Admir Carlos. Os produtores não acreditaram na produção de leite porque o arroz estava no auge. **Jornal Diário de Santa Maria**, Santa Maria, p. 6, 20 mai.2011. Caderno Quarta Colônia.

RUVIARO, R. E. **Silveira Martins: o berço da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS**. 2007. Disponível em: <http://www.silveiramartins.rs.gov.br>, Acesso em: 30.ago.2010.

SANTIN, Silvino. **A imigração esquecida**. Porto Alegre: EST, 1986.

_____. **Sonhos diferenciados ou desfeitos: Silveira Martins, A Quarta Colônia, no cenário da imigração italiana no RS.** In: MARIN, Jérri Roberto (Org.). **Quarta Colônia: novos olhares.** Porto Alegre: EST, 1999. p. 11-24.

SANTIN, Silvino; ISAIA, Antonio. **Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural.** Porto Alegre: EST, 1990.

SANTOS, A. B. dos. **Desenvolvimento regional e capital social: uma abordagem para a microrregião de Presidente Prudente – SP.** 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo.** São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana.** São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Alguns aspectos da formação econômica da ex-Colônia Silveira Martins (1889-1925).** In: MARIN, Jérri Roberto (Org.). **Quarta Colônia: novos olhares.** Porto Alegre: EST, 1999. p. 56-73.

_____. **Colonização italiana e agricultura familiar.** Porto Alegre: EST, 2002.

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS).** Porto Alegre: EST, 2003.

SCHMIDT, Benício; FARRET, Ricardo. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

SILVA, j. Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Unicamp, 1996.

SIQUEIRA, Cláudia Gomes de. **Emancipação municipal pos-Constituição de 1988: um estudo sobre o processo de criação dos novos municípios paulistas.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SOUZA, Clovis Schmidt. **Do planejamento urbano excludente ao planejamento participativo: aspectos conceituais.** In: BEVILACQUA, Décio; RORATO, Geisa; COLUSSO, Izabelle (Orgs.). **Quarta Colônia: construção do planejamento municipal**

e regional. Santa Maria: Editora da UFSM; Porto Alegre, Livraria do Arquiteto, 2010. p. 101-111.

_____. Entre achados da Quarta Colônia: análise dos questionários socioeconômicos da região da Quarta Colônia. In: BEVILACQUA, Décio; RORATO, Geisa; COLUSSO, Izabelle (Orgs.). **Quarta Colônia: construção do planejamento municipal e regional**. Santa Maria: Editora da UFSM; Porto Alegre, Livraria do Arquiteto, 2010. p. 65-76.

SOUZA, M. de (Org.). **A demanda e as perspectivas do turismo nos municípios da microrregião da Quarta Colônia – RS**. Porto Alegre: Edital FAPERGS – PROCOREDES H, 2007. (Relatório Final de Pesquisa).

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Sívio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOUZA, Wladimir Doniseti de. Imigração italiana e Igreja: ultramontanismo e neo-ultramontanismo. In: DREHER, Martin (Org.). **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST, 2002. p. 276-293.

SPONCHIADO, Breno Antonio. **Imigração & 4ª Colônia**: Nova Palma e Pe. Luizinho. Nova Palma: Editora da UFSM, 1996.

SPOSATI, A. **Assistência nas trajetórias das políticas sociais brasileiras: uma questão em análises**. São Paulo: Cortez, 1982.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2000. Coleção Repensando a Geografia.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. Federalismo, municípios e decisões legislativas: a criação de municípios no RS. Dossiê “Federalismo”. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 1-14, jun.2005.

TONDOLO, Rosane Bovolini. **A colonização de Silveira Martins**. 1996. Monografia (Especialização em História do Brasil). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1996.

TORRES, Thaís Gomes. **A construção do espaço pelo turismo: rota turística e gastronômica de Santa Maria e Silveira Martins**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

VARINE, Hugues de. **O tempo social: o desenvolvimento comunitário de todos é do interesse de cada um**. Rio de Janeiro: Eça Editora, 1987.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas; Autores Associados, 2003.

_____. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. Disponível em: <<http://www.fea.usp.br/professores/zeeli>>. Acesso em 09.out.2009.

VEIGA, José Eli da *et al.* **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA(MDA/CNDRS/NCAD), 2001.

VEIGA, F. F. da. **Território e desenvolvimento local**. Oeiras: Celta Editora, 2008.

VENDRAME, Maíra Inês. **Lá éramos servos, aqui somos senhores**: a organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do Padre Sório**: Maçonaria e Igreja Católica no RS – 1893-1928. Santa Maria: Editora da UFSM, 2001.

VILLA, Deliso. **Storia dimenticata**. Porto Alegre: Sagra; DC Luzzato, 1993.

VIZZOTTO, Assis Roque. **A emancipação e divisão política de Faxinal do Soturno**: causas e consequências – período compreendido entre 1959 e 1995. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos, Sociedade e Agricultura**: Revista Semestral de Ciências Sociais Aplicadas ao Estudo do Mundo Rural, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm> Acesso em: 12.dez.2009.

WEBER, Max. **Os três tipos puros de dominação**. São Paulo: Ática, 1991. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WILHELM, J. **Urbanismo no subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Sagra, 1969.

ZACARIAS, Jorge André Dornelles. Hoje, temos os prefeitos unidos e o nome Quarta Colônia forte. **Jornal Diário de Santa Maria**, Santa Maria, p. 6, 15 abr. 2011. Caderno Quarta Colônia.

ZAGONEL, Carlos Albino. **Igreja e emancipação italiana**. Porto Alegre: EST/Sulina, 1975.

ZANINI, Maria Catarina. **Italianidade no Brasil meridional**: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria. Santa Maria: Editora UFSM, 2006.

FONTES CONSULTADAS

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre desenvolvimento mundial e pobreza.** Reunião do Comitê Executivo, 2002.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938.** Disponível em:
<http://www6.senado.gov.br/legislacao/listanormas.action?numero=311&tipo_nomra=...>. Acesso em 19.abr.2011.

CENTRO DE PESQUISAS GENEALÓGICAS. **Livro de Atas nº 1, de 1957.** Nova Palma. Consultado em: 10.fev.2010.

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENSTÁVEL DA QUARTA COLÔNIA (CONDESUS). **Estatuto do Condesus.** 2010.

_____. **Relatório de atividades.** 1998.

_____. **Relatório de atividades.** 1999.

_____. **Projeto de criação da rede de comercialização de produtos agroecológicos da Quarta Colônia – RS.** 1999.

_____. **Relatório de atividades.** 2001.

_____. **Relatório de atividades.** 2004.

_____. **Proposta de gestão do CAPPa e das unidades museológicas da Quarta Colônia.** 2005.

_____. **Projeto parques integrados da Quarta Colônia.** 2008.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Lei nº 2.116, de 24 de setembro de 1953.** Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis>>. Acesso em 19.abr.2011.

_____. _____. Comissão de Assuntos Municipais. **Os novos municípios gaúchos: Ivorá.**

_____. _____. **Processo nº 298/58, de 30/4/1958.**

_____. _____. **Processo nº 299/58, de 30/4/1958.**

_____. _____. **Processo nº 943/58, de 23/8/1958.**

_____. _____. **Processo nº 1886/58, de 3/12/1958.**

_____. _____. **Processo nº 92/59, de 26/1/1959.**

- _____. _____. **Processo nº 913/59, de 1/8/1959.**
- _____. _____. **Processo nº 534/60, de 21/6/1960.**
- _____. _____. **Processo nº 617/62, de 29/5/1962.**
- _____. _____. **Processo nº 2069/63, de 27/12/1963.**
- _____. _____. **Processo nº 1980/64, de 5/12/1964.**
- _____. _____. **Processo nº 542/65, de 29/4/1965.**
- _____. _____. **Processo nº 791/65, de 11/6/1965.**
- _____. _____. **Processo nº 1622/65, de 30/10/1965.**
- _____. _____. **Processo nº 5740/81-9, de 19/11/1981.**
- _____. _____. **Processo nº 3157/85-7, de 23/4/1985.**
- _____. _____. **Processo nº 4732/85-0, de 12/6/1985.**
- _____. _____. **Processo nº 6345/85, de 15/8/1985.**
- _____. _____. **Processo nº 6813/86, de 3/9/1986.**
- _____. _____. **Processo nº 6919/86-3, de 8/9/1986.**
- _____. _____. **Processo nº 8881/86-3, de 3/12/1986.**
- _____. _____. **Processo nº 1559/87-7, de 18/3/1987.**
- _____. _____. **Processo nº 1814/87-7, de 25/3/1987.**
- _____. _____. **Processo nº 2517/87-6, de 20/5/1987.**
- _____. _____. **Processo nº 5125/87-1, de 24/8/1987.**
- _____. _____. **Processo nº 6477/87-9, de 25/9/1987.**
- _____. _____. **Processo nº 6477/87-9, de 25/9/1987.**
- _____. _____. **Processo nº 6824/87-0, de 7/10/1987.**
- _____. _____. **Processo nº 6887/87, de 8/10/1987.**
- _____. _____. **Processo nº 8186/87, de 24/11/1987.**
- _____. _____. **Processo nº 161/88-8, de 11/1/1988.**

- _____. _____. **Processo nº 2362/88-0, de 26/4/1988.**
- _____. _____. **Processo nº 4765/90, de 6/7/1990.**
- _____. _____. **Processo nº 4870/90, de 10/7/1990.**
- _____. _____. **Processo nº 3939/91, de 14/5/1991.**
- _____. _____. **Processo nº 5070/91, de 13/6/1991.**
- _____. _____. **Processo nº 6085/91, de 24/7/1991.**
- _____. _____. **Processo nº 6388/91, de 7/8/1991.**
- _____. _____. **Processo nº 7148/91, de 30/8/1991.**
- _____. _____. **Processo nº 9495/91, de 25/11/1991.**
- _____. _____. **Processo nº 10350/91, de 12/12/1991.**
- _____. _____. **Projeto de Lei nº 153/58 de 26/8/1958.**
- _____. _____. **Projeto de Lei nº 31/59 de 29/1/1959.**
- _____. _____. **Projeto de Lei nº 316/59 de 23/12/1959.**
- _____. _____. **Projeto de Lei nº 258/64 de 16/12/1964.**
- _____. _____. **Projeto de Lei nº 217/86 de 3/12/1986.**
- _____. _____. **Projeto de Lei nº 054/87 de 3/6/1987.**
- _____. _____. **Projeto de Lei nº 238/87 de 8/10/1987.**
- _____. _____. **Projeto de Lei nº 111/88 de 26/4/1988.**
- _____. _____. **Projeto de Lei nº 325/91 de 8/8/1991.**
- _____. _____. **Projeto de Lei nº 204/91 de 10/9/1991.**
- _____. _____. **Projeto de Lei nº 558/92 de 20/2/1992.**

GODOY, Michel Marques *et al.* **Projeto Geoparques: Geoparque Quarta Colônia – RS.** 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Brundtland:** relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: nosso futuro comum.

2007. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>. Acesso em: 03.mar.2010.

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA QUARTA COLÔNIA (PRODESUS). **Projeto do Prodesus**. 1996.

SCHULTZ, Cesar Leandro; SOARES, Marina Bento. **Proposta de gestão do CAPPA e das Unidades Museológicas da Quarta Colônia**. Faxinal do Soturno, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Criação da Unidade Descentralizada de Educação Superior da UFSM em Silveira Martins/RS**. 2008.

ANEXOS

ANEXO 1
DECRETO-LEI N. 311 - DE 2 DE MARÇO DE 1938

Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 190 da Constituição:

Considerando que o art. 15 da Constituição confere à União a competência de resolver definitivamente sobre os limites do território nacional e fazer o recenseamento geral da população;

Considerando que essa faculdade implica a de promover a delimitação uniforme das circunscrições territoriais;

Considerando, ainda, os compromissos assumidos nas cláusulas XIV e XV da Convenção Nacional de Estatística, a Resolução n. 59, de 17 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, e, finalmente, o critério por este firmado na Resolução n. 60, de 7 de julho de 1937, da Assembléia Geral, para o cômputo das unidades do quadro territorial da República.

Decreta:

Art. 1º Na divisão territorial do país serão observadas as disposições desta lei.

Art. 2º Os municípios compreenderão um ou mais distritos, formando área contínua. Quando se fizer necessário, os distritos se subdividirão em zonas com seriação ordinal.

Parágrafo único. Essas zonas poderão ter ainda denominações especiais.

Art. 3º A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome.

Art. 4º O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá, a categoria de vila.

Parágrafo único. No mesmo distrito não haverá mais de uma vila.

Art. 5º Um ou mais municípios, constituindo área contínua, formam o termo judiciário, cuja sede será a cidade ou a mais importante das cidades compreendidas no seu território e dará nome à circunscrição.

Art. 6º Observado, quanto à sede e à continuidade do território, o disposto no artigo anterior, um ou mais termos formam a comarca.

Art. 7º Os territórios das comarcas e termos serão definidos, nos respectivos atos de criação, pela referência às circunscrições imediatamente inferiores que os constituírem. O ato de criação de cada município, porem, indicará os distritos que no

todo ou em parte vierem a constituir o seu território e fará a descrição dos antigos ou novos limites do distrito que passarem a formar a linha divisória municipal, discriminadas as secções correspondentes às sucessivas confrontações interdistritais. Analogamente, nenhum distrito será criado sem a indicação expressa da anterior jurisdição distrital do território que o deva constituir, descritos os respectivos limites com cada um dos distritos que formarem suas confrontações.

Art. 8º Os limites inter-distritais ou inter-municipais serão definidos segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais, não se admitindo linhas divisórias sem definição expressa ou caracterizadas apenas pela coincidência com divisas pretéritas ou atuais.

Art. 9º Em nenhuma hipótese se considerarão incorporados, ou a qualquer título subordinados a uma circunscrição, território compreendidos no perímetro de circunscrições vizinhas.

Art. 10. Não haverá, no mesmo Estado, mais de uma cidade ou vila com a mesma denominação.

Art. 11. Nenhum novo distrito será instalado sem que previamente se delimitem os quadros urbano e suburbano da sede, onde haverá pelo menos trinta moradias.

Parágrafo único. O ato de delimitação será sempre acompanhado da respectiva planta.

Art. 12. Nenhum município se instalará sem que o quadro urbano da sede abranja no mínimo duzentas moradias.

Art. 13. Dentro do prazo de um ano, contado da data desta lei, ou da respectiva instalação, se ulterior, os municípios depositarão na Secretaria do Diretório Regional de Geografia, em duas vias autenticadas, o mapa do seu território.

§ 1º O mapa a que se refere este artigo, ainda quando levantado de modo rudimentar, deverá satisfazer os requisitos mínimos fixados pelo Conselho Nacional de Geografia.

§ 2º O município que não der cumprimento ao disposto neste artigo terá cassada a autonomia e o seu território será anexado a um dos municípios vizinhos, ao qual fica deferido o encargo, aberto novo prazo de um ano, com idêntica sanção.

Art. 14. A companhia dos governos estaduais para a criação dos distritos não impede que os governos dos municípios, para fins exclusivos da respectiva administração, os subdividam em subdistritos.

Art. 15. As designações e a discriminação de "comarca", "termo", "município" e "distrito" serão adotadas em todo o país, cabendo às respectivas sedes as categorias correspondentes, e abrangidos os distritos que existiam somente na ordem administrativa ou na judiciária.

§ 1º Ficam mantidos, para os efeitos deste artigo, os distritos de uma ou de outra ordem, já instalados, que, em virtude de disposição constitucional, houverem sido criados por atos municipais.

§ 2º Ficam excetuados da confirmação e alargamento de investidura determinados neste artigo os vários distritos judiciárias ou administrativos que tiverem sede na mesma cidade, aos quais se aplicará, desde já, o critério fixado na última parte do art. 2º

Art. 16. Somente por leis gerais, na forma deste artigo, pode ser modificado o quadro territorial, tanto na delimitação e categoria dos seus elementos, quanto na respectiva toponímia.

§ 1º No primeiro semestre do ano corrente, e para entrar em vigor a 1º de julho, os governos dos Estados e, para as circunscrições diretamente submetidas à sua administração, o governo federal, fixarão de acordo com instruções gerais baixadas pelo Conselho Nacional de Geografia, o novo quadro territorial respectivo, ao qual será apensa a descrição sistemática dos limites de todas as circunscrições distritais e municipais que nele figurarem.

§ 2º Até então, subsistem os termos que forem atualmente subdivisões de municípios, tendo as respectivas sedes a categoria de vila.

§ 3º Entrando em vigor a nova definição do quadro territorial, só poderá este ser alterado por leis gerais quinquenais, promulgadas ao último ano de cada período para entrar em vigor a 1º de janeiro do ano imediato. A segunda destas revisões quinquenais só se dará se se houver realizado o recenseamento do Estado no segundo ano de período.

Art. 17. A instalação das novas circunscrições e a investidura das respectivas sedes em que seus novos foros realizar-se-ão dentro do prazo de seis meses a contar da vigência da lei de divisão territorial que as houver criado, más em data marcada por decreto do governo estadual.

Parágrafo único. Os governos dos Estados, por decretos baixados no último dia útil do prazo a que se refere este artigo, declararão a caducidade das circunscrições cuja instalação, por inadimplemento dos requisitos legais, não tiver sido ordenado.

Art. 18. Os governos dos Estados, por decretos baixados até 31 de março de 1938, publicarão a relação das circunscrições administrativas e judiciárias já instaladas ao tempo desta lei, feitas as alterações de classificação e toponímia, bem como de categoria das sedes decorrentes dos critérios na mesma fixados, e de acordo com o modelo geral que o Conselho Nacional de Estatística formulará.

Parágrafo único. As alterações de denominação decorrentes do disposto no art. 10 só serão efetivadas no novo quadro a que se refere o § 1º do art. 16.

Art. 19. As disposições desta lei estendem-se, no que for aplicável, ao Distrito Federal e ao Território do Acre.

Art. 20. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Campos

ANEXO 2

LEI Nº 2.116, DE 24 DE SETEMBRO DE 1953.

(publicada no DOE nº 60, de 25 de setembro de 1953)

Dispõe sobre a alteração da divisão territorial do Estado.

ERNESTO DORNELLES, Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber, em cumprimento ao disposto nos artigos 87, inciso II, e 88 inciso I, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono e promulgo a LEI seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º - O território do Estado se divide em municípios, e o destes em distritos e subdistritos.

Parágrafo único - A sede do município e a do distrito lhes dão o nome, tendo aquela a categoria de cidade e esta a de vila.

Art. 2º - A alteração da divisão territorial do Estado obedecerá ao disposto nesta lei.

Art. 3º - São condições essenciais para a criação de novos municípios:

I - população mínima de doze mil habitantes;

II - receita tributária suficiente à manutenção dos serviços, na forma desta lei;

III - possibilidade de desenvolvimento;

IV - prévia anuência da maioria da população da área a ser emancipada, manifestada em plebiscito.

Parágrafo único - Não se permitirá a criação se, com o desmembramento, algum dos municípios deixar de preencher qualquer dos requisitos deste artigo.

Art. 4º - A incorporação da área de um município a outros poderá ser:

I - total, no caso de supressão do município;

II - parcial, no caso em que um ou mais distritos, subdistritos ou áreas menores de uma comuna passem a integrar o território de outra.

Parágrafo único - Em ambos os casos, a incorporação será precedida de manifestação plebiscitária favorável.

Art. 5º - Nenhuma alteração, de que trata esta lei, será efetivada, se da mesma resultar perda da continuidade territorial.

CAPÍTULO II

Das condições para a emancipação

Secção I

Da População

Art. 6º - Os dados populacionais, exigidos no inciso I, do artigo 3º, serão tomados em relação aos anos de milésimos 2 (dois) e 7 (sete), no Departamento Estadual de Estatística.

Art. 7º - O Departamento poderá promover, mediante solicitação das comissões emancipacionistas, e com o fim de apurar dados mais recentes, um censo especial nas áreas emancipandas.

Parágrafo único - Para esse fim, o Departamento poderá utilizar pessoas estranhas ao serviço público, desde que não domiciliadas nem residentes nos municípios afetados pela pretendida emancipação.

Secção II

Da Receita

Art. 8º - Considera-se suficiente, para efeito do inciso II, do art. 3º, receita não inferior a Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), proveniente de impostos e taxas atribuídos à competência dos municípios, excluídas as quotas e devoluções previstas nos artigos 15, §§ 2º e 4º, e 20 da Constituição Federal.

Art. 9º - A receita será comprovada com certidão da contabilidade pública, ou balanços de receita e despesa dos municípios desmembrados, ou ainda com qualquer outra prova documental, emanada de repartição pública.

Secção III

Da possibilidade de desenvolvimento

Art. 10º - A possibilidade de desenvolvimento exigida para criação de um município, auferir-se-á pela apropriada conjugação de índices, números e valores estatísticos oficiais, relativamente à produção agrícola, pastoril, industrial, riquezas naturais, situação comercial, social e educacional, meios de transporte, rendas públicas, área territorial e densidade demográfica das zonas emancipandas.

Parágrafo único - Os índices a que se refere o artigo provar-se-ão, inclusive, com certidões das Agências Modelo de Estatística, que tiverem jurisdição nas áreas emancipandas.

CAPÍTULO III

Do Processo

Secção I

Da época do pedido

Art. 11 - A alteração da divisão territorial do Estado somente poderá verificar-se nas anos de milésimos três (3) e oito (8), passando a vigorar, sem modificação, durante o quinquênio iniciado a 1º de janeiro do ano seguinte.

Art. 12 - As propostas de alteração da divisão territorial do Estado, com sua respectiva documentação, deverão ser encaminhadas à Assembléia Legislativa ou ao Governador do Estado até 30 de abril dos anos referidos no artigo anterior.

Secção II

Da iniciativa

Art. 13 - A criação, supressão ou alteração de municípios deve ser promovida mediante petição' assinada, pelo menos, por um quinto dos eleitores de cada distrito, subdistrito ou zona interessada, e dirigida à Assembléia Legislativa ou ao Governador do Estado.

Art. 14 - Os moradores das respectivas áreas poderão constituir uma comissão que os represente junto aos poderes estaduais e a quaisquer autoridades judiciais, administrativas e policiais.

§ 1º - Uma vez criada, essa Comissão comunicará à Assembléia Legislativa e ao Governador do Estado sua constituição, indicando os nomes que a compõem.

§ 2º - Recebida a comunicação, o titular do Poder a que for dirigida mandará expedir à Comissão, independentemente de emolumentos, as credenciais necessárias ao desempenho de suas funções.

Secção III

Do pedido

Art. 15 - O pedido de criação de novos municípios deves conter a prova dos requisitos do art. 3º, e ainda:

I - certidão do Juiz de Direito, provando serem os signatários eleitores do território em causa, e bem assim o número total de eleitores inscritos no mesmo território;

II - mapa rudimentar da nova unidade ou alteração administrativa, com a especificação da área, população, limites municipais ou distritais, estradas, rios, acidentes topográficos mais importantes, além da indicação de firmas comerciais e industriais, estabelecimentos ou associações recreativas ou desportivas, devidamente organizadas.

III - descrição sistemática dos limites do novo município;

IV - designação das localidades mais indicadas para servirem de sede ao município;

V - relação autenticada dos bens imóveis municipais, situados no território emancipando.

Parágrafo único - A existência das entidades a que se refere o inciso II deste artigo provar-se-á com certidões da Junta Comercial, da Prefeitura Municipal ou de registros públicos.

Art. 16 - As assinaturas ou firmas constantes dos documentos ou papéis, que instruírem o pedido, deverão ser reconhecidas em notas públicas, sendo isentos de emolumentos e de selos estaduais todos os atos relativos ao processo.

§ 1º - As assinaturas de adesão ao pedido serão colhidas em folhas de papel com cabeçalho impresso ou datilografado, em que esteja explícita sua finalidade.

§ 2º - Na moção popular, ao lado da assinatura do peticionário, deverá constar o número de seu título eleitoral.

CAPÍTULO IV

Da supressão de Municípios

Art. 17 - Compete à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador, a supressão de município que não estiver em condições de prover às despesas com seus serviços administrativos, bem como decidir sobre a incorporação do respectivo território ao dos municípios limítrofes, observado o disposto na Constituição e na presente lei.

Parágrafo único - A proposta de supressão de município, feita nos termos do art. 13, deverá ser acompanhada de um demonstrativo da situação prevista neste artigo, indicando ainda quais os municípios limítrofes que reuniriam as preferências do eleitorado para a incorporação de cada distrito ou subdistrito da comuna a ser extinta.

CAPÍTULO V

Do Plebiscito

Secção I

Das exigências preliminares

Art. 18 - A Assembléia Legislativa ou o Governador, logo que receberem o pedido, submetê-lo-ão à Comissão Revisora da Divisão Territorial do Estado - a fim de que esta verifique se estão observadas as disposições do parágrafo único do art. 3º, e as dos artigos 5º, 10º, 15, incisos II, III e IV, 44, 45 e 46.

§ 1º - O órgão consultivo de que trata o artigo entrará em contato com a comissão emancipacionista e sugerirá, no prazo de 30 dias, as alterações que julgar necessárias ao mesmo.

§ 2º - A comissão poderá aceitar ou rejeitar as sugestões da C.R.D.T.E., mas o parecer deste órgão, uma vez emitido, constará obrigatoriamente do processo.

Art. 19 - Recebido pela Assembléia o pedido de alteração, poderá ela solicitar informações a órgãos, serviços e autoridades competentes, ou nomear comissões de inquérito para esclarecer alegações ou provas que lhe pareçam equívocas ou que hajam sido contestadas no processo.

Art. 20 - Julgada em ordem a documentação, a Assembléia Legislativa fixará em lei a área do plebiscito e determinará a sua realização.

Secção II

Do processo plebiscitário

Art. 21 - Proceder-se-á à consulta plebiscitária nos casos do inciso do art. 3º e do parágrafo único do art. 4º.

Art. 22 - Os resultados do plebiscito serão apreciados globalmente, levando-se em conta, no cômputo final, a manifestação conjunta da opinião de toda a área emancipanda, observados os seguintes princípios:

I - Não serão incorporadas ao novo município as áreas que se manifestarem contra a sua criação, desde que a sua exclusão não prejudique as condições exigidas nos incisos I, II e III, do art.3º;

II - Terão preferência para a exclusão a que se refere o inciso anterior as áreas populacionais que apresentaram maior percentagem de votos contrários à criação do novo município.

Parágrafo único - No caso de supressão de município, seus distritos e subdistritos serão incorporados ao território das comunas limítrofes, em conformidade com a decisão plebiscitária de cada um deles.

Art. 23 - A escolha da sede do novo município será também apurada pelo critério majoritário, excluída do cômputo a votação dos distritos ou subdistritos que se manifestam desfavoravelmente à criação da nova unidade administrativa.

Art. 24 - Determinada a realização do plebiscito, os Juizes de Direito das Comarcas respectivas baixarão imediatamente as instruções necessárias à boa marcha do mesmo, e requisitarão à Secretaria do Interior e Justiça todo o material de que carecer aquele ato eleitoral.

Parágrafo único - Nas comunas em que houver mais de um Juiz de Direito, exercerá as atribuições conferidas por esta lei o que tiver a função de Juiz Eleitoral.

Art. 25 - Quinze dias antes do plebiscito, os Juizes de Direito mandarão publicar nos jornais locais, se houver, e afixar em lugar bem visível, nas principais repartições públicas, editais contendo a localização e composição das mesas eleitorais, com as respectivas listas de votação.

Art. 26 - Poderão votar no plebiscito todos os eleitores da área da consulta, inscritos até um ano antes de sua realização.

§ 1º - A votação será feita em escrutínio secreto, perante as mesas constituídas de um Presidente e dois Vogais, que os Juizes de Direito designarão, cada um no território de sua jurisdição.

§ 2º - As mesas não poderão ser instaladas fora do território em que se realizar o plebiscito.

§ 3º - No caso de criação de novo município, a votação far-se-á em duas cédulas, uma das quais conterà apenas uma das palavras "sim" ou "não", para indicar se o votante deseja ou não a constituição da nova unidade administrativa; na outra cédula, o votante indicará o nome da localidade que prefere para sede da nova comuna.

§ 4º - O papel das cédulas será flexível, de cor branca e de tamanho tal que, dobrado em dois ou em quatro, caiba na sobrecarta oficial.

§ 5º - Em caso de incorporação de distritos, subdistritos ou áreas menores de municípios suprimido ou desmembrado ao território de outros, as cédulas deverão conter os nomes dos municípios limítrofes preferidos pelos votantes para a incorporação.

Art. 27 - Apresentando-se para votar, o eleitor exhibirá seu título eleitoral ao Presidente da Mesa.

§ 1º - O eleitor somente será admitido a votar na mesa em cuja lista autêntica figure seu nome.

§ 2º - As sobrecartas serão numeradas em séries de 1 a 9, devendo ser rubricadas pelo Presidente, no momento da entrega aos votantes.

§ 3º - O eleitor receberá do Presidente da Mesa a sobrecarta opaca, cabendo-lhe colocar na mesma, em recinto indevassável, os votos.

§ 4º - Voltando ao recinto público, o votante depositará a sobrecarta na urna.

Art. 28 - Os Prefeitos e as Câmaras Municipais das comunas interessadas, a Comissão que promover a alteração de divisão territorial e os partidos políticos registrados poderão designar fiscais para acompanhar a votação e a apuração do

plebiscito, em todas as suas fases, assinando atas e exercendo as prerrogativas legais inerentes a essas funções.

Art 29 - Os resultados do plebiscito serão verificados por uma Junta Apuradora, constituída pelo Juiz de Direito, que será seu presidente, pelo Promotor de Justiça e por um cidadão de reconhecida idoneidade, designado pelo primeiro.

Parágrafo único - Se os territórios interessados no plebiscito pretenderem a mais de uma comarca, a Junta será formada pelos respectivos Juizes de Direito, e Promotores de Justiça, sob a presidência do magistrado de mais alta entrância, ou pelo mais antigo dentre os de igual entrância.

Secção II

Do recurso

Art. 30 - Do resultado do plebiscito caberá recurso para o Tribunal de Justiça do Estado, quando houver ocorrido fraude, coação ou qualquer outra irregularidade que possa determinar dúvidas quanto à livre manifestação da vontade popular.

§ 1º - O recurso será interposto por qualquer das pessoas ou entidades enumeradas no art. 28, dentro de quarenta e oito horas da proclamação do resultado pela Junta Apuradora, para esse fim reunida em sessão especial.

§ 2º - Instruído de acordo com a legislação eleitoral, o recurso será encaminhado, dentro de dez dias, ao Tribunal de Justiça, para julgamento.

§ 3º - Provido o recurso, realizar-se-á novo plebiscito, em data que será fixada em lei.

§ 4º - Somente será determinada a renovação total do plebiscito quando o número de votos anulados e em branco for superior à metade do número de votantes que compareceram às umas renovando-se a votação das mesas anuladas, quando o resultado destas possa alterar a manifestação plebiscitária.

Art. 31 - Em todos os casos, a decisão plebiscitária será apurada pelo critério de maioria simples.

Art. 32 - As omissões desta lei, relativamente à realização, fiscalização e apuração do plebiscito, bem assim quanto à validade de votos, serão aplicáveis as disposições da legislação em Vigor.

CAPÍTULO VI

Da criação do Município

Art. 33 - Não havendo recurso, ou lhe sendo negado provimento, a Assembléia Legislativa ou o Governador do Estado, tomando conhecimento da comunicação que, no primeiro caso, lhe fizer o Presidente da Junta Apuradora, e no segundo, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, iniciarão o processo legislativo adequado, em caso de decisão favorável do pronunciamento popular.

§ 1º - Da lei que, por qualquer forma, modificar a divisão territorial do Estado, constará, entre outras especificações, a descrição sistemática dos limites e das divisas dos municípios ou dos distrito atingido pela alteração.

§ 2º - A lei fixará a sede da nova comuna e o número de vereadores que constituirão a sua primeira Câmara.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 34 - São fixados nos anos de milésimos 3 (três) e milésimos 8 (oito) as datas de 7 de setembro e 15 de novembro, respectivamente, para a realização dos plebiscitos e eleição do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores dos municípios criados.

Art. 35 - Decretada a citação de novo município, a Assembleia Legislativa ou o Governador do Estado, dentro de cinco dias, dirigir-se-ão ao Tribunal Regional Eleitoral, solicitando-lhe providências para a realização das eleições a que se refere o artigo anterior.

Art. 36 - A 1º de janeiro dos anos de milésimos 4 (quatro) e milésimos nove (9), far-se-á a instalação dos novos municípios, empossando-se as autoridades eleitorais, perante o Juiz Presidente da Junta Apuradora, ou quem o haja substituído na comarca.

Art. 37 - Os mandatos do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores terminarão simultaneamente com o dessas autoridades nos demais municípios do Estado.

Art. 38 - Enquanto não for instalado o município, a contabilidade de sua receita e despesa será feita em separado, pelos órgãos competentes da Prefeitura do município de que é originária sua sede.

§ 1º - Dentro de trinta dias após a instalação do novo município, a Prefeitura de que trata o artigo enviará àquele os livros de escrituração e a prestação de contas devidamente documentada.

§ 2º - Pela prestação do serviço de que trata este artigo, a Prefeitura poderá exigir do novo município importância equivalente a 10% do total arrecadado.

Art. 39 - Aos municípios criados ou acrescidos com território de outros transferir-se-á a quota-parte proporcional das responsabilidades dos municípios originários provenientes da aplicação em obras públicas e serviços realizados no território da nova comuna.

§ 1º - A quota-parte será estipulada mediante laudo de peritos indicados pelas Câmaras dos municípios interessados.

§ 2º - Se houver acordo entre os peritos, as Câmaras baixarão, dentro de dois meses, resolução aprobatória das conclusões a que os mesmos houverem chegado.

§ 3º - Ocorrendo divergência entre os peritos ou recusando-se uma das Câmaras a aceitar as conclusões por eles adotadas, caberá ao Tribunal de Contas dirimir o dissídio, proferindo sua decisão dentro de dois meses, a contar da data do recebimento do processo.

Art. 40 - Os bens municipais situados em território desmembrado só passarão a pertencer ao novo município, se utilizados exclusivamente no serviço ou abastecimento locais.

Parágrafo único - Se os bens estiverem aplicados ao uso das populações dos dois municípios a propriedade e a administração continuarão pertencendo ao município desfalcado, regulando-se o uso comum e o custeio do serviço local por acordo ou arbitramento.

Art. 41 - Enquanto o novo município não decretar suas próprias leis, vigorarão em seu território as da comuna de que é originária sua sede.

Parágrafo único - Instalado o município a Câmara elaborará imediatamente, mediante proposta do Prefeito a lei que cria o quadro de servidores e a que fixa o orçamento do exercício em curso.

Art. 42 - Até a criação e provimento dos cargos e serviços estaduais, continuarão com alçada sobre os distritos do novo município os titulares dos cargos a serviço dos municípios de onde provieram as respectivas áreas.

Art. 43 - O Estado fará aos novos municípios um empréstimo até o máximo de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) a cada um, para o que será designada verba global no orçamento.

Parágrafo único - Esse empréstimo será liquidado por dedução da quota prevista no art. 20 da Constituição Federal, em prestações a serem convencionadas.

Art. 44 - Na descrição das linhas divisórias intermunicipais ou interdistritais serão observadas as seguintes normas:

I - as superfícies d'água não quebram a continuidade territorial;

II - a configuração dos municípios tanto quanto possível, deverá obedecer a uma relativa harmonia nas suas dimensões evitando-se as formas anômalas e os estrangulamentos e alargamentos exagerados;

III - a delimitação, sempre que possível, terá por base as linhas naturais facilmente reconhecíveis, como, por exemplo, as linhas médias de superfície d'água;

IV - na impossibilidade de linhas naturais, será utilizada uma linha reta, cujos extremos sejam pontos naturais facilmente reconhecíveis (picos, e na falta deles, pontos dotados de condições de fixidez de fácil reconhecimento, marcos, edificações, pontes, aflorações, nascentes e confluências de cursos d'água, quedas d'água, monumentos, etc. etc.);

V - os limites de cada município serão descritos integralmente, no sentido da marcha dos ponteiros do relógio, e a partir do ponto mais ocidental da confrontação ao Norte;

VI - as divisas interdistritais de cada município serão enunciadas trecho a trecho, a fim de evitar-se a duplicidade de descrição, dispensada a especificação dos trechos de divisa distrital que coincidem com os limites municipais;

VII - na descrição dos limites e das divisas municipais e interdistritais será usada linguagem apropriada, clara e precisa.

Art. 45 - É vedado dar a qualquer circunscrição que se venha a criar no Estado o nome de pessoas vivas e o de outros municípios ou distritos, sendo ainda de evitar-se a designação de datas, nomes de pessoas falecidas há menos de quatro anos vocábulos estrangeiros, e expressões compostas de mais de três palavras, não se considerando palavras, para esse efeito, as partículas gramaticais.

Art. 46 - Num mesmo distrito não haverá mais de uma vila.

Art. 47 - Os atos dos governos municipais que criarem ou alterarem distritos serão enviados, por cópia, à Secção de Geografia da Secretaria da Agricultura, para serem considerados na elaboração dos quadros da divisão territorial do Estado.

Art. 48 - Dentro de um ano, contado da data da lei que fixar nova divisão territorial do Estado os municípios que tiverem seus territórios alterados, em virtude de anexação ou desmembramento de áreas, depositarão no Serviço Estadual de Geografia, da Secretaria da Agricultura, em duas vias autenticadas o mapa de seus territórios.

Parágrafo único - O mapa a que se refere este artigo, ainda quando levantado de modo rudimentar, deverá satisfazer os requisitos mínimos fixados pelo Conselho Nacional de Geografia.

Art. 49 - A criação de distritos ou subdistritos durante os doze meses que precederem o plebiscito, não será tomada em consideração para os efeitos dos resultados deste e da apreciação do pedido.

Art. 50 - O Estado promoverá solenidades especiais no dia 8 de julho de cada ano, que será considerado "Dia do Município".

Art. 51 - Esta lei, e as Disposições Transitórias que se seguem, entrarão em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CAPÍTULO VIII

Disposições Transitórias

Art. 1º - Para as primeiras alterações da atual divisão territorial do Estado, o prazo de apresentação dos pedidos e memoriais respectivos findará no trigésimo dia após a publicação desta lei, realizando-se os plebiscitos no dia 15 de novembro do corrente, ano. A eleição para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores dos novos municípios efetuar-se-á no dia 10 de janeiro de 1954, procedendo-se à instalação das comunas e posse dos eleitos a 31 desse mês.

Parágrafo único - Para as alterações de que trata este artigo, o prazo de audiência da Comissão de Revisão Territorial do Estado será de sete dias.

Art. 2º - A Câmara dos novos municípios será constituída de número ímpar de vereadores, partindo de sete para doze mil habitantes e aumentando-se de dois para cada vinte mil.

Art. 3º - O Juiz de Direito, a que couber a presidência da Junta Apuradora, mandará confeccionar, por conta de crédito especial próprio, o material para o plebiscito e eleição a que se referem o art. 1º destas Disposições Transitórias.

Palácio do Governo, em Porto Alegre, 24 de setembro de 1953.